

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA POLÍTICA

Revista

Psicologia Política

ISSN 1519-549X

ANO 1 – VOL. 1 – JANEIRO/JUNHO DE 2001

R. Imão Gonçalo - 74 - Apo 52 - Sumarezinho
São Paulo - Brasil - CEP 06499-080
E-mail: revistapsipol@uol.com.br

Sociedade Brasileira de Psicologia Política

Presidente

Leoncio Camino

Vice Presidente

Louise Lhullier

Secretaria Geral

Ana Raquel Rosas Torres

Tesoureiro

Coernelis von Stralen

Diretora de Comunicação

Maria de Fátima Quintal de Freitas

Editores

Marco Aurélio M. Prado

Salvador Antonio Mireles Sandoval

Editores Executivos

Alessandro Soares da Silva, Márcia Prezotti, Maria Ester Rodrigues,
Soraia Ansara e Zartú Giglio

Conselho Editorial

Ana Raquel Rosas Torres (UCG – Brasil), Bert Klandermans

(Free Univ. of Amsterdam – Holanda), Cecília Coimbra (UFF – Brasil),

Celso Pereira de Sá (UERJ – Brasil), Celso Zonta (UNESP – Brasil), Cornelis van Stralen
(UFMG – Brasil), Elísio Estanque (Univ. de Coimbra – Portugal), Iray Carone (USP –
Brasil), John Hammond (CUNY – EUA), Jorge Valla (Univ. de Coimbra – Portugal), Jose
Sabucedo (Univ. de Santiago de Compostela – Espanha), Karin von Smigay (UFMG – Brasil),
Leônicio Camino (UFPB – Brasil), Louise Lhullier (UFSC – Brasil), Lucília Reboredo
(UNIMEP – Brasil), Márcia Regina de Oliveira Andrade (ITESP – Brasil), Maria de Fátima
Quintal de Freitas (UFPR – Brasil), Maria Morgado (UFMT – Brasil), Maritza Montero
(UCV – Venezuela), Odair Sass (PUC/SP – Brasil), Osvaldo Yamamoto (UFRN – Brasil),
Pedrinho Guareschi (PUC/RS – Brasil), Telma Regina de Paula Souza

(UNIMEP/PUCCAMP – Brasil)

Os artigos da RPP são de responsabilidade dos autores.

Revista Psicologia Política / Sociedade Brasileira de Psicologia
Política – v.1., nº 1 - (Jan./Jun. 2001). São Paulo:

Semestral

ISSN 1519-549X

1. Psicologia política – Periódicos 2. Psicologia social –
Periódicos 3. Psicologia e política – Periódicos.

CDD-320.019

Bibliotecária: Rosangela Ap. Marciale CRB 8/5846

Número 1 – Volume 1. Jan./Jun. 2001

SBPP	4
Uma Pequena Contribuição à SBPP	7
Linha Editorial	8
Editorial	9
A Face Oculta do Racismo : uma análise psicosociológica	
Leônicio Camino, Patrícia da Silva, Aline Machado e Cícero Pereira - Universidade Federal da Paraíba	13
O Anti-Racismo no Brasil: considerações sobre o estatuto social baseado na consciência racial	
Maria Palmira da Silva – Escola de Sociologia e Política/Universidade Metodista de Piracicaba	37
Teoria Crítica da Sociedade e Estudos sobre Preconceito	
José Leon Crotchik – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Universidade de São Paulo	67
Ideologias ou Mitos Totalitários? Fragmentos de discursos inigualitários.	
Telma Regina de Paula Souza – Pontifícia Universidade Católica de Campinas/ Universidade Metodista de Piracicaba	101
Violência Institucional, Identificação e Direitos Humanos	
Maria Aparecida Morgado – Universidade Federal do Mato Grosso	127
Psicologia, Direitos Humanos e Neo-Liberalismo	
Cecília Coimbra – Universidade Federal Fluminense	139
Psicologia Política e Ação Coletiva	
Marco Aurélio Máximo Prado – Universidade São Marcos/SP	149
The Crisis of the Brazilian Labor Movement and the Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990s	
Salvador Sandoval – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	173

Uma nova interlocutora no campo da Psicologia no Brasil: A Sociedade Brasileira de Psicologia Política

Leoncio Camino

Professor do Departamento de Psicologia da UFPB

Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia

Um grupo de pesquisadores na área da Psicologia Política, tem decidido, neste ano, fundar a Sociedade Brasileira de Psicologia Política. Para apresentar melhor esta nova interlocutora pensamos que devemos responder a três perguntas clássicas: o quê?; o porque?; e o para quê?

Comecemos pelo o quê, definindo o que é a Psicologia Política como uma área da Psicologia que estuda o comportamento político. Este tipo de definição, pela sua amplitude, termina explicitando pouca coisa. De fato, é conveniente, num primeiro momento, distinguir entre Psicologia Política e Psicologia da Política. Na primeira expressão indica-se que a psicologia não se encontra à margem da política; afirma-se que a própria Psicologia contém implícita ou explicitamente pressupostos ideológicos. Pelo contrário, na expressão Psicologia da Política, considera-se ambos termos como independentes e/ou diferentes; significa uma disciplina que consiste na aplicação do conhecimento psicológico ao estudo dos fenômenos políticos.

Mas, essa distinção radicalizada pode levar a extremos. Por um lado, como aconteceu na América Latina nas décadas de 70 e 80, quando as opções políticas de alguns psicólogos talvez tenham sido colocadas com extrema relevância em detrimento do desenvolvimento teórico e analítico do conhecimento científico. Por outro lado, como vem acontecendo na Psicologia Política contemporânea, os conhecimentos da psicologia, considerados como objetivos e livres de valores, são aplicados sem crítica na análise dos fenômenos políticos.

No primeiro caso, corre-se o risco de “politicizar a psicologia”, ou seja, de transformá-la em puro instrumento da luta política. No segundo caso, “psicologiza-se” a política, ao substituir-se dimensões políticas por conceitos e variáveis psicológicas consideradas como universais e totalmente descontextualizadas das circunstâncias históricas e políticas.

Mas a distinção, se não radicalizada, pode ser útil, não para classificar as teorias entre más e boas, mas para sinalizar uma das possíveis dimensões que ajudam a situar as diversas abordagens utilizadas na Psicologia Política. De fato, no interior, tanto da psicologia como no conjunto de ciências humanas,

SBPP

desenvolvem-se diversas concepções sobre o Homem e a Sociedade e sobre as relações entre ambos. Não existem critérios preestabelecidos para avaliar nem a validade científica de cada abordagem, nem sua capacidade de melhorar as condições de vida psíquica, cultural e política da humanidade. Esta impossibilidade decorre do fato de que tanto a Psicologia como as Ciências Humanas fazem parte da arena onde se desenvolvem as lutas ideológicas, sociais e políticas.

Para poder responder ao porque da necessidade de uma Sociedade de Psicologia Política deve-se ter em conta a existência de diversas formas de abordagem da política e a necessidade de confrontar essas perspectivas. É por esta razão que no momento de construção da Sociedade Brasileira de Psicologia Política não nos parece útil colocar uma definição *apriori* do que entendemos por Psicologia Política mas sim construir um campo democrático e competente de debates que permitam estabelecer um processo fecundo de debate dos significados possíveis da Psicologia Política. Mas isto não quer dizer que a SBPP se apresente como um campo neutro de debates. Pelo contrário, no decurso de sua constituição, como veremos mais a frente, a SBPP tem aos poucos construído alguns pressupostos fundamentais que guiam a construção deste campo de estudo. Do ponto de vista da Psicologia, nada parece mais legítimo, que a reivindicação de constituir o comportamento político, como um campo de estudo específico desta. De fato, nesta perspectiva, diversos conceitos psicológicos, seja motivacionais seja cognitivos, tem sido utilizados para explicar o comportamento político do indivíduo. Têm-se levantado críticas a esta abordagem pelo individualismo e reducionismo implícitos.

Uma outra perspectiva propõe-se iniciar a análise pelo fenômeno político e não pelos aspectos psicológicos. Todas as concepções do político fazem menção às relações de poder. Aliás, estas relações não se esgotam no confronto físico mas sempre possuem um aspecto simbólico. Poder-se-ia afirmar que as relações de poder não só se desenvolvem no nível simbólico mas que elas também participam da construção do meio simbólico onde se desenvolvem todas as formas de relação social, particularmente as relações políticas. E ainda mais, as relações de poder são a chave essencial para entender a construção de outros símbolos essenciais nas relações sociais quotidianas. De fato, no Brasil, um grupo de psicólogos pesquisadores vêm estudando os aspectos subjetivos dos fenômenos políticos, mas sendo conscientes que os conceitos desse saber, fazem parte, da arena política.

Podemos localizar a primeira articulação deste grupo em 1989, quando formou, no II Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico organizado pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), um Grupo de Trabalho em Psicologia dos Movimentos Sociais. Pelo fato do cenário político encontrar-se marcado pelo surgimento de vários movimentos sociais, estes se constituíram no tema central do interesse dos estudiosos da Psicologia Política. Os pesquisadores deste grupo procuraram sintetizar as duas perspectivas anteriormente mencionadas, considerando a Psicologia Política como o estudo dos aspectos subjetivos dos fenômenos políticos, postura que tem em conta que os conceitos utilizados fazem parte, de alguma maneira da arena política.

Assim, durante os anos 90 que se caracterizam pelos aspectos institucionais da transição democrática, os membros deste grupo de estudo, cada um na sua própria perspectiva, dedicaram-se a analisar a maneira como os cidadãos participam do processo de transição democrática e como se apropriam das diversas noções políticas que circulam na sociedade. Nesta direção, com uma nova denominação que incluía os novos interesses, o Grupo de Trabalho em Comportamento Político, instituiu um debate sobre o processo de Socialização Política durante o VI Simpósio cujos resultados foram publicados, em Setembro de 1996, no número 13 do 1º Volume de Coletâneas da ANPEPP. Nesse debate constatou-se que no Brasil, apesar dos grupos que se dedicam ao estudo da Psicologia Política terem realizado algumas iniciativas em comum não tinham desenvolvido ainda um referencial teórico geral que permitisse um verdadeiro intercâmbio científico.

Retomaram-se, durante os VII e VIII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico (em 1998 e 2000, respectivamente), os temas de Psicologia Política que estavam sendo objeto de estudo no Brasil, a fim de iniciar, em um certo sentido, a elaboração do estado da arte da área de Psicologia Política no país e de esclarecer as perspectivas utilizadas pelos diversos pesquisadores. Após todas estas experiências desenvolveu-se a convicção, entre os participantes, que o Grupo de Trabalho em Comportamento Político não deveria limitar-se a ser um espaço de debates sobre Psicologia Política, nos congressos da ANPEPP, mas deveria converter-se, realmente num fórum que tanto facilite o intercâmbio científico quanto ajude a expansão do ensino e pesquisa na área da Psicologia Política. Estas idéias foram debatidas no I Seminário Nacional de Psicologia Política que se realizou em São Paulo do 29 ao 31 de Maio de 2000.

De fato, apesar de sua importância, a Psicologia Política limita-se, no Brasil, a ser um campo de pesquisa em alguns poucos programas de pós-graduação. Embora este espaço deva ser mantido e fortalecido através de nossa presença na ANPEPP, iniciou-se no I Seminário Nacional de Psicologia Política o processo de formação de uma Sociedade mais ampla que se proponha facilitar o intercâmbio científico no Brasil entre pesquisadores na área seja através da realização de encontros científicos como na coordenação de uma revista científica dedicada especificamente aos temas da Psicologia Política.

Pretende-se também, através da Sociedade Brasileira de Psicologia Política estimular o intercâmbio científico com pesquisadores de outros países. De fato, no mês de Julho estaremos participando da 24 Reunião Anual da Sociedade Internacional de Psicologia Política (ISPP) que se realizará no México. Além de institucionalizar nossa relação com a ISPP pensamos estabelecer formas concretas de intercâmbio com os psicólogos políticos da América Latina. Finalmente, pretende-se, com a criação da Sociedade Brasileira de Psicologia Política trabalhar na expansão do ensino da Psicologia Política nos cursos de graduação.

Uma Pequena Contribuição à SBPP

Associação de Pós-Graduandos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – APG – PUCSP – sempre se preocupou com as políticas que regem a Pós Graduação no Brasil, com o espaço político que os pós-graduandos ocupam e em promover ações que contribuíssem com uma formação crítica dos futuros doutores e mestres. Tendo isso em vista a APG – PUCSP, durante o ano 2000, participou da comissão organizadora do Simpósio Nacional de Psicologia Política em parceria com o Núcleo de Pesquisa em Psicologia Política e Movimentos Sociais vinculado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUCSP.

O evento ajudou a consolidar um campo da Psicologia pouco difundido no país, mas mais do que isso, configurou um importante espaço de reflexão para a posterior criação da Sociedade Brasileira de Psicologia Política, da Revista Psicologia Política e um importante instrumento para refletirmos acerca das ideologias e ações que direcionam a APG – PUCSP.

Com a publicação do número um da RPP encerramos nossa participação no Simpósio ocorrido em maio de 2000 com a certeza de termos contribuído para formação de nossos companheiros envolvidos nesse campo transdisciplinar e para os eventos que a partir dele se desdobraram. De alguma forma contribuímos para o nascimento da SBPP e da RPP. Isso nos deixa felizes na medida em que percebemos ambos os desdobramentos – SBPP e RPP – como sendo novos espaços de inserção política e instrumentos preciosos para a construção de um Brasil socialmente mais justo. Por isso parabenizamos aos pesquisadores que estão implicados nessa empreitada e em especial aos que ainda estão em formação e são nossos companheiros no Movimento Nacional de Pós-Graduandos. Parabéns SBBP. Parabéns RPP.

APG – PUCSP

Gestão Em Defesa dos Pós-Graduandos

Revista Psicologia Política

A Revista Psicologia Política é um periódico semestral vinculado a Sociedade Brasileira de Psicologia Política (SBPP). A Revista é uma publicação dirigida ao campo de estudos interdisciplinar da Psicologia Política. Constitui-se, portanto, em um periódico de estudos das problemáticas no campo da Psicologia Política que tem como epicentro a reflexão sobre o comportamento político nas sociedades contemporâneas. O ponto de intersecção entre estas duas áreas científicas - Psicologia e Política - tem sido a preocupação com a construção de um universo de debate no qual nem as condições objetivas nem as subjetivas estejam ausentes, pelo contrário, estão sendo compreendidas, por diferentes abordagens teóricas, como co-determinantes, portanto, constituintes dos comportamentos coletivos, dos discursos, das ações sociais e das representações que constituem antagonismos políticos no campo social. A Revista preocupa-se com o desenvolvimento deste campo interdisciplinar de reflexão e prática investigativa, no qual os principais debates têm sido reunidos em torno de questões como o preconceito social, diferentes formas de racismos e xenofobias, ações coletivas e movimentos sociais, violência coletiva e social, socialização política, comportamento eleitoral, relações de poder, valores democráticos e autoritarismos, participação social e política públicas. Reunem-se, ainda, nestas preocupações, os estudos sobre análise de discursos e ideologias, de universos simbólicos e de práticas institucionais. As questões referentes aos debates teóricos e metodológicos neste campo são bem recebidas por este conselho editorial que tem a preocupação de debater cientificamente o aprofundamento das temáticas constituintes da relação entre os aspectos políticos e os psicológicos.

Revista Psicologia Política

A Revista Psicologia Política marca uma etapa na trajetória da pesquisa social no Brasil abrindo um diálogo e um intercâmbio fruto da intersecção entre a Psicologia Social e as Ciências Sociais, seguindo os padrões internacionais de mais de cinquenta anos. O reconhecimento de que a Psicologia das ações políticas é um campo de pesquisa relevante, existe desde os finais do século XIX quando Gustave Le Bon publica seus estudos sobre as multidões e as mentalidades políticas. Na Sociologia, a importância que teóricos como Max Weber, Émile Durkheim, Talcott Parsons, Thurston Veblen, entre outros, atribuíram aos fatores psicosociais na explicação dos eventos políticos é evidente. Da mesma maneira, ao discutir a participação das classes trabalhadoras nas sociedades, marxistas como Lukács, Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci num esforço de encontrar uma compreensão do comportamento político individual e coletivo na sociedade burguesa analisam questões relativas a cultura, a consciência e as crenças.

No campo da Psicologia, não faltaram grandes pensadores que analisassem a problemática do comportamento político. O que pode ser visto nas produções referentes ao anos tão críticos às sociedades livres quando fascismo/nazismo ameaçavam à civilização. Os grandes intelectuais da Psicologia, cada um seguindo seu referencial teórico, dirigiram suas reflexões ao estudo do comportamento autoritário procurando os elementos psicológicos que esclarecessem ou explicassem a tamanha catástrofe que foi o autoritarismo na Segunda Guerra Mundial. Em obras, agora clássicas, como Walden II de B.F. Skinner, os ensaios sobre a crise da civilização de Sigmund Freud, os estudos do autoritarismo de T. Adorno, H. Marcuse, A. Jahoda, E. Fromm e W. Reich, a pesquisa sobre os determinantes psicológicos do comportamento político

ganhava corpo teórico e experiência empírica, introduzindo no campo os primeiros trabalhos sobre a mídia e a política, o autoritarismo, as motivações na organização dos movimentos sociais, os impactos dos controles institucionais no comportamento político e as pesquisas de opinião pública. Ao mesmo tempo, com o surgimento do campo da pesquisa de opinião, nos primeiros anos 1940.

A década de cinqüenta representa um novo patamar no desenvolvimento da Psicologia Política como campo de pesquisa. O crescimento quantitativo dos estudos sobre um grande elenco de aspectos da Psicologia Política produziu um expressivo acervo de trabalhos empíricos fundamentados nas contribuições teóricas da década anterior. Nesses anos iniciam-se os primeiros esforços de especificar uma área temática de pesquisa no sentido delimitar um corpo de conhecimento teórico e empírico, de procedimentos metodológicos que surgem no mais livre intercâmbio entre a Psicologia e a Psicologia Social e as Ciências Sociais.

A Psicologia Política ganha forma institucional na década de sessenta com a criação das primeiras áreas de concentração em programas de Pós-graduação nas Ciências Políticas e Psicologia Social. Claramente interdisciplinares, essas áreas de concentração estabeleceram de forma definitiva a vocação interdisciplinar do campo. A Associação Internacional de Ciência Política cria, neste período, o grupo de pesquisa em Psicologia Política. A Associação Americana de Sociologia também segue nessa mesma direção. Em 1978 foi fundada a Sociedade Internacional de Psicologia Política com a finalidade de ser um fórum mundial de discussão e debate de pesquisas específicas do campo da Psicologia Política. O esforço de “internacionalizar” as atividades de pesquisa do campo ganha mais projeção com o lançamento, pela Sociedade Internacional de Psicologia Política em 1982, de sua revista *Political Psychology*.

No Brasil, no início dos anos oitenta, a Psicologia Política propriamente dita tem seu começo com os primeiros trabalhos e seminários realizados pelo Prof. Leoncio Camino e seus alunos na Universidade Federal da Paraíba e por mim e meus alunos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Simultaneamente, com essas iniciativas, o interesse na Psicologia e na Política fez com que a Psicologia Política assumisse uma relevância na orientação das atividades científicas e acadêmicas da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, onde, ao longo dos anos, em encontros nacionais e regionais, trabalhos em Psicologia Política têm sido regularmente apresentados e debatidos. Ao mesmo tempo, enfrentando as oposições daqueles estudiosos dispostos a evitar a interdisciplinaridade, gradualmente o interesse pela pesquisa em Psicologia Política ganhou força e, pela primeira vez, na década de oitenta o estudo da Psicologia dos movimentos sociais passou a fazer parte dos primeiros encontros científicos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia (ANPPEP).

Com o apoio da comunidade científica, especialmente aquela reunida em torno da ABRAPSO, e um crescente interesse para pesquisa na área, representado na participação dos encontros nacionais de pesquisa em comportamento político organizados pela Profª. Louise Lhullier e os membros do Laboratório de Comportamento Político da

Universidade Federal de Santa Catarina, a Psicologia Política de uma maneira claramente interdisciplinar foi ganhando a força intelectual que nos conduziu ao lançamento da **Revista Psicologia Política** – uma manifestação de mais um passo firme no desenvolvimento da área no Brasil.

É com este interesse e com esta recente história que pesquisadores de diversas regiões do Brasil passam a estruturar este primeiro número da Revista Psicologia Política. Os trabalhos publicados neste número de lançamento foram produzidos em função do Encontro Nacional de Psicologia Política que aconteceu na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em maio de 2000.

Os Editores

A Face Oculta do Racismo no Brasil: Uma Análise Psicossociológica

The hidden face of racism in Brazil: A psycho-sociological analysis.

*Leoncio Camino**, *Patrícia da Silva**,
*Aline Machado** e *Cícero Pereira***
leocamino@uol.com.br

Resumo

No Brasil, atos explícitos de discriminação racial são proibidos por lei. O que estaria levando as pessoas inibiriam expressões do preconceito conservando disposições negativas internas. Mas não se trata exclusivamente de um problema psicológico. O discurso moderno sobre as relações raciais é essencialmente contraditório. Num estudo realizado na Paraíba, observou-se que praticamente todos os 120 universitários entrevistados, afirmam que no Brasil existe preconceito, mas curiosamente a grande maioria não se considera preconceituosa. Os estudantes parecem ter clara consciência da discriminação racial que se vive no Brasil mas não aceitam a responsabilidade por esta situação. Assim, observou-se que os estudantes utilizavam mais adjetivos de pessoas simpáticas e menos de pessoas antipáticas para descrever pessoas de cor negra que pessoas brancas, mas pensavam que os brasileiros fariam o contrário: atribuiriam mais adjetivos de pessoas antipáticas e menos de pessoas simpáticas às pessoas de cor negra. Observou-se também que utilizavam mais adjetivos do terceiro mundo e menos do primeiro mundo para descrever pessoas de cor negra. Quando convidados a responder pelos brasileiros davam o mesmo padrão de respostas. Analisam-se estas contradições na perspectiva psicossociológica, usando-se como analogia o conceito de “formação reativa” para indicar que tanto os mecanismos psicológicos de inibição das atitudes negativas como as mudanças nas formas de se representar as diferenças de cor destinam-se a justificar práticas sociais que continuam a manter a discriminação racial.

Palavras-chave

Novo racismo, preconceito, estereótipos, funções ideológicas.

*Departamento de Psicologia
 Universidade Federal da Paraíba
 Caixa Postal 5069 Cidade
 Universitária 58051-970 João
 Pessoa PB.

**Universidade Católica de Goiás.

Abstract

Because racial discrimination in Brazil is legally forbidden, the ways it is expressed now seem to be taking new forms: people inhibit explicit expressions of racism preserving some internal dispositions. Therefore, they experience some psychological conflicts when expressing their actual attitudes. But these conflicts are not purely psychological. In fact, social thinking of modern societies on racial relationships is contradictory by itself. Thus, the new forms of racism are more consequences of ideological contradictions than of psychological conflicts. To tackle these ideas, we conducted a study using university students ($n = 120$) from João Pessoa (Brazil). We observed that the majority of participants think simultaneously both that, in general, Brazilian people is strongly prejudiced but that they (the participants) are non-prejudiced. These results suggest that the participants knew about racial discrimination but they also felt that they are not responsible for this situation. And indeed, when giving their own opinions, the participants attributed more positive traits to black people than they gave to white people. But, when asked to use as base line Brazilian current opinions, the results were reversed. However, when the traits were specifically related to first and third world citizens, participants' opinions and what they think about Brazilians' opinions were the same: black people received more third world traits than white people. Thus, in Brazil, new forms of racial categorization are developing in substitution of classical ones. These new forms of categorization serve both, to take the responsibility from the people and to maintain the racial discrimination.

Keywords

New racism, Prejudice, Stereotypes, Ideological functions.

Nas sociedades modernas, os atos explícitos de discriminação racial e étnica são publicamente condenados e proibidos por lei. Portanto, poder-se-ia supor que o preconceito racial estaria acabando? Não. Na verdade, o que parece estar ocorrendo é uma mudança nas formas de expressão e no conteúdo do preconceito. Assim, as explicações psicológicas da existência de um racismo aberto, militante e agressivo, próprias dos trabalhos que surgiram a partir dos anos 40 (Dollard *et al.*, 1939; Adorno *et al.*, 1950; Hovland e Sears, 1940), estão sendo gradualmente substituídas pela preocupação em revelar as formas menos evidentes e mais difundidas de racismo, formas estas que reproduzem atitudes discriminatórias sem desafiar a norma social de indesejabilidade do racismo.

Esta preocupação tem dado lugar a diversas abordagens que têm em comum a idéia da persistência de sentimentos e atitudes preconceituosas que não desafiam abertamente as atuais normas sociais anti-racistas (Katz, Wackenhut e Hass, 1986; MMConahay, 1986; Pettigrew e Meertens, 1995; Meertens e Pettigrew, 1999; Vala, 1999). Estas conceitualizações pressupõem que nos últimos 30 ou 40 anos as sociedades modernas vêm desenvolvendo um conjunto de restrições institucionais às práticas discriminatórias baseadas nas diferenças de raça. Pressupõem também que em consequência destas práticas institucionais as pessoas vêm se adaptando a essas pressões.

NOVAS FORMAS DO PRECONCEITO RACIAL

De fato, estas abordagens sugerem que a diminuição das expressões do racismo seria mais aparente que real, pois as atitudes preconceituosas que não desafiam abertamente as normas atuais anti-discriminatórias persistiriam no interior das consciências dos indivíduos. O que há em comum neste conjunto de teorias é a idéia de que a discriminação manifesta - que supõe crenças na inferioridade do grupo discriminado e rejeição do contato íntimo com os membros deste grupo - está sendo substituída por formas mais sutis de discriminação.

Se em algumas pessoas a não expressão de atitudes racistas pode ser atribuída a processos de internalização ou de conversão às novas normas (Moscovici, 1985), em outras a não expressão deve ser atribuída a simples processos de acomodação (Kelman, 1961). Não se trata de uma adaptação meramente quantitativa (redução na intensidade da expressão), mas de uma transformação qualitativa das formas de expressão do preconceito. Por essa razão fala-se de **novas formas** de preconceito. Nesta perspectiva, Sears e Kinder (1971), por exemplo, propõem a teoria do racismo simbólico. O núcleo deste novo racismo estaria constituído, por um lado, pela afirmação de valores igualitários (próprios do pós-modernismo) e, por outro lado, pela oposição (sempre em nome de valores pós-modernistas) a políticas congruentes com os valores igualitários. Assim,

uma política de quotas de ingresso na universidade para minorias raciais é atacada em nome da igualdade de direitos para todas as pessoas, independente da sua origem.

Estas novas abordagens, embora representem um certo avanço em relação às primeiras teorias, manifestam, no seu conjunto, problemas tanto de ordem metodológica quanto conceitual. No que se refere à metodologia, os próprios autores citados afirmam que as novas formas de preconceito se expressariam em crenças e práticas diferentes das típicas do racismo clássico; consequentemente, a expressão atual do preconceito não poderia ser medida através das escalas tradicionais, que se apoiam na distância social: uma maior distância expressa maior rejeição social e, portanto, maior preconceito. Mas, apesar desta crítica pertinente, os promotores destas abordagens tratam as novas formas de preconceito como se fossem um processo universal que pudesse - ele também - ser medido através de uma escala clásica, em lugar de analisar em cada contexto social as novas justificativas que o preconceito vai adquirindo, ou suas novas causas.

Para nós, o foco destas abordagens não deve ser a construção, *a priori*, de uma medida válida a ser utilizada em diferentes situações, mas a compreensão das características próprias de cada contexto social para poder construir, em cada um destes contextos, medidas adequadas.

No nível conceitual, pensamos que o problema fundamental das abordagens mencionadas está na relação proposta entre o psicológico e o social. Para os autores da abordagem do novo preconceito, as pessoas experimentariam, consciente ou inconscientemente, um conflito psicológico devido ao confronto entre suas atitudes íntimas preconceituosas e as normas sociais contra o preconceito. Este conflito levaria a formas mais sutis ou camufladas de expressão do preconceito. Mas o fato de que os sujeitos experimentem algum conflito em certas situações e terminem expressando-se de maneira ambivalente não quer dizer que este conflito tenha sua origem em processos psicológicos do sujeito, e sim que o sujeito reproduz os argumentos ou repertórios conflitantes que circulam na própria sociedade (Wetherell, 1996). Esta última reflexão mostra que as teorias sobre as novas formas de preconceito colocam sérios problemas não só na tendência psicométrica que elas apresentam na avaliação das novas formas do preconceito, mas, principalmente, na sua conceitualização.

As concepções psicológicas atuais sobre o novo racismo (como puro processo de acomodação às novas normas de indesejabilidade), além de não considerarem uma série de características do racismo atual, utilizam uma abordagem individualista e processual, não adaptada para o estudo de fenômenos sociais ligados aos processos de exclusão. Para entender o racismo atual devemos, portanto, analisar o contexto contemporâneo onde desenvolvem-se as novas formas dos processos de exclusão social. E este contexto é dominado pela globalização, que deve ser entendida como um con-

junto de processos que se estrutura em níveis diferentes (cultural, econômico, social, etc.) e independentes entre si, embora fortemente interrelacionados.

Neste processo de globalização cultural intensificam-se as relações entre as diferentes culturas e etnias, fato que produz uma certa ambigüidade. Se, por um lado, cresce o respeito à diversidade de valores culturais, por outro lado, emergem fortes pressões para a manutenção das identidades e valores culturais regionais. O crescimento de movimentos nacionalistas na Europa e em outras regiões (Giddens, 1996), e o surgimento de fanatismos religiosos de caráter fundamentalista (Brown, 1995) seriam expressão típica da ambigüidade que caracteriza a globalização, a qual traz, como efeitos colaterais, fenômenos de fanatismo e de discriminação contra etnias e grupos minoritários (Wetherell, 1996).

Por sua vez, a formação de novos blocos econômicos e o processo de globalização financeira, ao mesmo tempo em que traduz o desenvolvimento econômico e tecnológico do capitalismo, aumenta as diferenças já existentes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, e entre ricos e pobres no interior dos diversos países, como constatado pelas próprias análises e estatísticas governamentais (Beeman e Frank, 1998) e por estudos acadêmicos (Bauman, 1998; Dupas, 2000). Certamente este conjunto de mudanças culturais e econômicas afeta o modo como são vividas hoje as relações raciais e introduz nelas as ambigüidades e contradições próprias do pós-modernismo (Bowser, 1995a).

Assim, constata-se que nas sociedades modernas, embora os atos explícitos de discriminação estejam publicamente proibidos por lei, a discriminação em função da cor da pele continua a se desenvolver. Observa-se, por exemplo, que na maioria dos países onde se deu a escravidão, continuam a aumentar as diferenças sócioeconômicas entre as pessoas de cor branca e as pessoas de cor negra (Mtb, Assessoria Internacional, 1998); já nos países desenvolvidos que foram colonizadores, criam-se dificuldades para a entrada de trabalhadores estrangeiros não brancos. Em ambas as situações são constatadas violências e até assassinatos contra pessoas de cor negra.

Embora não se acredite hoje em hierarquias sociais baseadas nas raças, a cor da pele serve ainda como um símbolo da discriminação existente (Guimarães, 1999). É neste sentido que se pode afirmar que o racismo é uma ideologia, ou um discurso que justifica processos de discriminação social (Bowser, 1995b; van Dijk, 1997). E a ideologia enquanto construção mental justificadora, embora surja nas condições concretas das relações de poder, segue, por se tratar de idéias e emoções, o conjunto de leis psicológicas que regem os processos cognitivos e afetivos (van Dijk, 1998). Entre os processos cognitivos merecem um grande destaque os processos de categorização e de construção de estereótipos. Estudos recentes mostram o papel justificador e portanto ideológico que os estereótipos desempenham nas relações intergrupais (Yzerbyt, Rocher e Schadron 1997).

Preconceito racial, estereótipos e novas formas de categorização

Numerosas pesquisas desenvolvidas a partir da obra de Tajfel (*Tajfel et alii*, 1971; Tajfel, 1981) sobre os estereótipos como indicadores da diferenciação grupal e mais especificamente da discriminação social têm mostrado que as pessoas atribuem mais traços positivos e menos traços negativos ao seu grupo do que a um outro grupo. Tem sido mostrado também que, quando os grupos são assimétricos (dominante X dominado; maioria X minoria; posição social elevada X baixa), este fenômeno de discriminação intergrupal ocorre com maior expressão nos grupos majoritários, dominantes ou de posição mais elevada (Stephan, 1985; Monteiro *et ali*, 1994).

De acordo com estes resultados, espera-se que membros de grupos majoritários mostrem um claro favoritismo por seus grupos de pertença, atribuindo-lhes mais traços positivos e menos traços negativos que aos grupos discriminados. No entanto, a indesejabilidade social da discriminação, poderá implicar um processo mais fino de discriminação. Por exemplo, num estudo realizado recentemente na Espanha por Perez (1996), que tinha como grupo-externo-alvo os ciganos do país, verificou-se que os entrevistados atribuíram mais traços positivos ao próprio grupo que ao grupo externo, não diferindo significativamente na atribuição de traços negativos a ambos os grupos. Ou seja, a norma anti-discriminatória inibiu um dos processos próprios da diferenciação grupal, a desvalorização/negação do outro grupo, mas não afetou o outro processo, a manifestação clara de favoritismo pelo próprio grupo em relação ao grupo dos ciganos. Dito de outra forma, verificou-se o favoritismo pelo próprio grupo, mas não a discriminação do grupo externo.

Outros estudos, usando como sujeitos estudantes norte-americanos brancos (Gaertner e McLaughlin, 1983; Dovidio, Mann e Gaertner, 1989), não encontraram diferenças na avaliação de brancos e negros em atributos negativos, como por exemplo “preguiçoso”, mas descobriram um favorecimento sistemático dos brancos em atributos considerados positivos, como “ambicioso”. Para esses estudantes, “os negros não são piores, mas os brancos são melhores” (Dovidio *et al.*, 1989: 88).

Para testar a hipótese de que a discriminação racial se expressa hoje não tanto pela atribuição de traços negativos e sim pela não atribuição de traços positivos, Vala, Brito e Lopes (1999), num estudo desenvolvido com 435 cidadãos portugueses, compararam o número de traços positivos e negativos atribuídos a portugueses e a imigrantes negros. Os sujeitos eram confrontados com uma lista de oito traços: quatro positivos (alegre, bonito, inteligente e trabalhador) e quatro negativos (desonesto, egoísta, impulsivo e agressivo). Com base nesses traços, pediam-se-lhes que indicassem aqueles que refletiam a sua opinião sobre um português típico e sobre um negro típico. Vala e colaboradores (*op. cit.*) observaram que os

portugueses escolheram significativamente mais traços positivos para descrever a si mesmos do que para descrever os imigrantes negros; no que concerne aos traços negativos, os autores não encontraram diferenças significativas. Ou seja, os sujeitos manifestaram abertamente uma diferenciação entre os dois grupos quanto a traços positivos, mas não quanto a traços negativos. Curiosamente, o número de traços negativos é até maior no próprio grupo do que no grupo externo.

A partir desses estudos pode-se supor que nos países ocidentais o preconceito não se expressa hoje em dia pela atribuição de traços negativos, mas pela negação de atributos positivos a um grupo-alvo. Estes estudos mostram que a discriminação pode assumir formas sutis. Pode-se portanto afirmar que em certos países ocidentais as práticas discriminatórias estão adquirindo expressões mais sutis e se revestindo de novas formas que visam a preservar o respeito por uma normatividade social idealizada de não discriminação de grupos sociais a partir de critérios de raça.

Aliás, este tipo de explicação sustenta-se em boa parte nos processos de acomodação das pessoas, sem entrar no debate da natureza da norma social. Aceitam-se as normas anti-racismo naturalmente, como se de fato fossem normas cujo objetivo fosse a inclusão, na sociedade, das pessoas de cor. Segundo Billig (1985), se a ideologia reflete de alguma maneira a organização econômica, pode-se esperar que a mentalidade pós-moderna inclua tanto aspirações universalistas e globalizantes, como aspirações setoriais (nacionalistas) inculcadas pelo espírito de concorrência e a meritocracia capitalista. Por isso, na mentalidade pós-moderna coabitam aspirações moralistas, de fraternidade e de igualdade, e preocupações realistas de justiça concreta. Desse modo, a frase “eu não sou preconceituoso mas devemos reconhecer que os estrangeiros estão tirando o nosso emprego” afirma, concomitantemente, valores éticos e valores materiais muito específicos. Para Billig (1991), o triunfo de uma ideologia é o triunfo, no discurso cotidiano, das justificativas empíricas de seu sucesso. Isto implicaria um paradoxo: quanto mais se critica o preconceito, mais os preconceitos do liberalismo são justificados; a ênfase na norma anti-racista poderia levar, em certas condições, à justificativa do próprio preconceito.

Contextualização do preconceito racial no Brasil

Tentaremos mostrar como o processo de mistificação pode estar acontecendo no Brasil. De fato, entrando em contradição aparente com a ênfase que damos à contextualização, temos analisado teorias e pesquisas sobre as novas formas do preconceito elaboradas nos países mais industrializados. Como se processam no Brasil as normas anti-racistas e como se justificam as discriminações concretas?

Embora na Psicologia se estude o racismo como uma atitude, é claro que este tipo de atitude teria poucas consequências se agisse de forma isolada, sem que existissem condições históricas, culturais e econômicas que a ligassem a comportamentos específicos. Por isso, para estudar o preconceito e as atitudes racistas torna-se necessário contextualizar o racismo no Brasil.

Os negros chegaram⁽¹⁾ ao Brasil no século XVI - como vítimas do comércio de escravos que se desenvolveu na América até o século XVIII -, chegando a constituir uma parcela importante da população, a que exercia as tarefas mais pesadas e ocupava o status social mais baixo. Grande parte da população negra foi obrigada a trabalhar nas propriedades rurais, inserindo-se num sistema patriarcal de produção rural (Freire, 1933). Em muitas outras regiões onde houve escravagismo (como Estados Unidos, África do Sul, América Central, etc.), o trabalho escravo também se desenvolveu preferencialmente no sistema de *plantation* (van den Berghe, 1967).

Apesar desta semelhança, inúmeros fatores históricos, políticos, econômicos e culturais incidiram de modo a suscitar características peculiares no escravismo de cada país (Jones, 1972; van den Berghe, 1967). Uma característica que difere entre os países citados é o grau de miscigenação entre as raças negra e branca. Os países onde foram realizados os estudos sobre preconceito, cujos dados temos citado, ou foram colonizadores que não desenvolveram uma população de escravos negros no interior de suas fronteiras (como Espanha e Portugal) ou foram colônias que mantiveram uma política severa de separação (*apartheid*) com a população negra (como os Estados Unidos e a África do Sul). No Brasil, a mestiçagem foi bastante alta; já nesses países ela foi praticamente inexistente.

Como foi percebido pelos próprios brasileiros este processo de miscigenação? Nos primeiros estudos sobre o tema, Nina Rodrigues⁽²⁾ (1933/1945) e Oliveira Viana (1932/1959) consideraram que a influência dos negros na civilização brasileira, verificada através dos altos índices de mestiçagem, seria negativa por eles serem membros de uma raça biologicamente inferior. Ramos (1934) considera a presença dos negros um problema na formação da cultura brasileira, não por razões biológicas, mas por razões culturais.

Gilberto Freire, em *Casa Grande e Senzala* (1933), valoriza o processo de mestiçamento a partir da idéia de que este age como uma forma de enriquecimento cultural. Fala de “democracia racial”, sustentando-a nos mitos do “Luso-

1 “Não se sabe ao certo, quando chegaram os primeiros negros ao Brasil, mas há grandes probabilidades de terem vindo já ... em 1531” (Caio Prado Junior, 1994: 30).

2 Abdias Nascimento (1968) chama atenção para o fato de que psiquiatras como Nina Rodriguez e Arthur Ramos estão entre os primeiros que se preocupam com os negros.

tropicalismo” e do “Senhor Amável”. A atitude pouco preconceituosa do português, somada ao fato de virem poucas mulheres européias à colônia, criou as condições propícias para um processo de mestiçagem entre os senhores da Casa Grande e as escravas da Senzala. É esta miscigenação que sustentaria a crença na democracia racial no Brasil. Mas Gilberto Freire, não podendo evitar a evidência dos negros ocuparem na República uma situação marginal, afirma que o negro não teria vez na sociedade brasileira não por ser negro, mas por ser pobre.

Estudos melhor documentados em trabalhos de campo que se desenvolveram na segunda metade do Século XX, não só sustentaram esta visão otimista das relações raciais no Brasil (Fernandes, 1972; Nascimento, 1968; Skidmore, 1976) como demonstraram que o mito da Democracia Racial serve como racionalização no desenvolvimento de idéias e práticas discriminatórias (Azevedo, 1975). Recentemente, Andrews (1998) mostrou, analisando 100 anos de relações laborais em duas empresas de São Paulo, que os trabalhadores negros recebiam menores salários e mais punições do que os trabalhadores brancos imigrantes ou brasileiros de mesmo grau de instrução e condições sócioeconômicas.

Aliás, hoje a observação de fatos do cotidiano e as próprias estatísticas governamentais não deixam dúvidas quanto ao fato da população negra do Brasil continuar a ser objeto de discriminação (Assessoria Internacional do Ministério de Trabalho, 1998). Mas a existência de práticas discriminatórias implica necessariamente a existência de preconceito racial no Brasil?

Numa pesquisa que atingiu todo o território nacional, Venturi e Paulino (1995) constataram que 89% dos brasileiros reconhecia a existência de preconceito racial no Brasil. Mas apesar da consciência da existência de um preconceito generalizado, só 10% admitia ser pessoalmente preconceituosos. Noutra pesquisa, Martinez e Camino (2000) observaram a mesma contradição em estudantes universitários de João Pessoa: numa escala de 1 a 10 (os maiores escores indicavam maior atribuição de preconceito) os estudantes atribuíam a si, em média, 3,3 pontos enquanto que atribuíam 7,8 pontos aos brasileiros. Venturi e Paulino (*op. cit.*) constataram também que 87% dos brasileiros, apesar de não se reconhecerem como preconceituosos, revelavam, de forma indireta, algum tipo de preconceito. Estes autores afirmam que “os brasileiros sabem haver, negam ter, mas demostram, em sua imensa maioria, preconceito contra os negros”. Rodriguez (1995) denomina este fenômeno de “Racismo Cordial”, afirmando que esta atitude seria uma maneira de não ofender mais aquele que se discrimina.

Este racismo cordial representaria um momento necessário de transição entre o preconceito clássico e uma nova era de igualdade racial? As pressões anti-racismo são mesmo para valer? Ou o pensamento moderno, tal como se expressa

atualmente na ideologia neo-liberal, possuiria no seu interior o próprio princípio da discriminação, sejam quais forem a forma e as justificativas que tome? Concor-damos com Martiniano Silva (1995: 19) que este “racismo à brasileira é zelosamente guardado, porque é sutil, engenhoso; a bem dizer, mascarado”. Acrescen-taríamos que este racismo à brasileira não tem nada de cordial; muito pelo con-trário, por ser mascarado, ele é não apenas terrivelmente eficiente em sua função de discriminar as pessoas de cor negra, mas é também, lamentavelmente, muito difícil de erradicar. Faz-se, pois, necessário conhecer as “novas cabeças” desta ve-lha e horrorosa Hidra; faz-se necessário analisar as formas específicas que o racis-mo assume no Brasil.

E para estudar as características peculiares das relações raciais no Brasil, dado o forte processo de miscigenação existente, faz-se necessário colocar o problema da definição dos sujeitos principais desta situação: os negros, brancos e morenos brasileiros. O IBGE, utilizando como critério de classificação racial a auto-atribuição de uma cor entre cinco propostas (branco, pardo, negro, amarelo e indíge-na), constatou, na última Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNDA) realizada em 1991, que 55,3% da população brasileira se classifica como branco; 39,3% como pardo; 4,9% como negro e 0,5% como amarelo.

Os critérios do IBGE vêm sendo criticados tanto por pesquisadores como por militantes de movimentos negros⁽⁴⁾. Turra e Venturi (1995), num estudo desen-volvido pelo instituto de pesquisa Datafolha, compararam diversos critérios de classificação. Inicialmente os entrevistadores anotaram a cor observada dos entre-vistados utilizando os critérios do IBGE; a seguir solicitaram-lhes que se classifi-cassem, primeiro espontaneamente e depois de acordo com as categorias do IBGE. Os autores observaram que apenas 6% dos entrevistados atribuíram a si esponta-neamente a cor parda, 8% a cor preta e 43% se classificaram como morenos, percentual que supera o daqueles que se consideraram brancos (39%). Por outro lado, quando os entrevistados utilizaram os critérios do IBGE, 50% se considera-ram brancos, 29% pardos e 12% pretos.

Estes resultados demonstram que a classificação pela cor apresenta sérios pro-bemas no Brasil devido tanto ao elevado grau de miscigenação da população como à dificuldade das pessoas em saber o que de fato está sendo perguntado: cor de pele, raça ou etnia. Mas acreditamos que as contradições nestes números não de-correm só das limitações do método e das confusões que o processo de miscige-nação produz quanto à cor da pele dos indivíduos; elas decorrem principalmente das ambivalências das pessoas no que concerne à raça e, por conseguinte, no que

4 Para Ivani dos Santos, por exemplo, ativista do movimento negro (Jornal do Brasil, 1998), os critérios do IBGE confundem a cor da pele de uma pessoa com sua ascendência étnica.

concerne às relações entre as duas raças, branca e negra. A classificação em termos de raça, de si e dos outros, já faz parte, no Brasil, das próprias relações interraciais.

Estudo empírico com estudantes universitários.

Neste trabalho empírico pretendemos mostrar que o fato da maioria dos brasileiros, brancos ou morenos, não se considerar preconceituosa mas aceitar a existência de um Brasil majoritariamente preconceituoso produz uma forma de dissociação cognitiva que permite, por um lado, aceitar a existência social de estereótipos negativos sobre os negros e, por outro, negar que se possui tal tipo de visão. Deste modo, a expressão de uma visão racial estereotipada dependerá da relevância da norma anti-racista na situação em que esta visão é expressa. Ela será expressa mais facilmente quando o sujeito atribuir esta visão aos outros, ao passo que, ao referir-se a si, o sujeito tenderá a negar ser preconceituoso. Pelas mesmas razões, representações de um grupo serão mais preconceituosas quando não se fizer necessária uma avaliação comparativa entre os grupos.

Pretendemos mostrar também que, concomitantemente a esses processos dissociativos que procuram conciliar o contraste entre os efeitos de uma longa socialização racista com a vigência de normas sociais anti-racistas, vêm desenvolvendo-se novas formas de categorização social que substituem o conceito de raça pelo de adaptação a valores modernos e progressistas. Embora a ideologia neoliberal negue as diferenças hierárquicas entre as raças, ela pressupõe a existência de diferenças em termos de progresso sócioeconômico. A cor da pele estaria de alguma maneira associada seja aos valores progressistas do primeiro mundo (caso da cor branca), seja aos valores tradicionais e menos avançados do terceiro mundo (caso da cor negra). Assim, as pessoas negras serão caracterizadas como mais ligadas a valores terceiro-mundistas e com aptidões naturais ligadas ao esporte ou à arte (espetáculo), enquanto que as pessoas de cor branca serão percebidas como possuindo aptidões para atividades intelectuais (qualificadas) ou atividades ligadas ao poder.

Parece não haver trabalhos que procurem avaliar as novas formas que o preconceito racial e os estereótipos sobre os negros estão adquirindo no Brasil. Os poucos estudos empíricos sobre o preconceito racial realizados no Brasil limitam-se a descrever a existência do preconceito racial. Decidimos então realizar uma pesquisa de caráter exploratório a fim de começar a delimitar a problemática que nos interessa aprofundar, qual seja, o grau de consciência dos estudantes sobre o seu próprio preconceito e o dos brasileiros, bem como as formas que o preconceito torna atualmente.

Com este objetivo, contatamos, nas salas de aula, 120 estudantes da Universidade Federal da Paraíba da Área de Ciências Humanas. A amostra, embora pequena, era estruturada de forma a reproduzir as proporções de distribuição dos estudantes na instituição, o que nos permitiria com maior facilidade estabelecer algumas relações iniciais. A idade média dos estudantes era de 26 anos ($s = 7,9$); 63,6% deles eram do gênero feminino e 36,4% do masculino.

Como raça e/ou cor da pele constituem variáveis essenciais no estudo das relações raciais, solicitamos aos estudantes que informassem a cor da sua pele e a sua raça, oferecendo-lhe as seguintes opções: negra, branca, morena e outra. No que se refere à cor da pele, 54% da amostra indicaram a cor branca, 39% a cor morena e 7% a cor negra. No que se refere à raça, 61% dos estudantes se declararam branco, 27% moreno e 12% negro.

TABELA 1: PORCENTAGENS DEMONSTRATIVAS DA MANEIRA QUE OS ESTUDANTES SE ATRIBUEM COR DA PELE E RAÇA

Raça dos estudantes:	Cor da pele dos estudantes:			Totais de raça
	Branca	Morena	Negra	
Branca	88	34	-	61
Morena	6	54	33	27
Negra	6	12	67	12
Totais de cor da pele:	54	39	7	100

Como se pode constatar na Tabela 1, a relação entre cor da pele e raça é bastante forte (Coeficiente de contingência = 0,587 ; $X^2 = 47.409$; gl. = 4 ; p. < .000), embora a correspondência não seja perfeita. Entre os que declararam possuir cor da pele branca, apenas 6% se definiram como sendo da raça morena e 6% como sendo da raça negra. Do pequeno grupo que declarou possuir cor da pele negra, 1/3 ($n = 2$) definiu-se como moreno e 2/3 como sendo da raça negra. Onde se constatou um maior grau de indefinição foi entre os que atribuíram a si a cor morena: deste grupo, só 54% se declararam moreno; 34% atribuíram a si a raça branca e 12% a raça negra.

Para analisar o grau de consciência quanto à existência do preconceito no Brasil, solicitamos aos alunos que escolhessem uma entre as três alternativas constatadas nos estudos de Rodrigues (1995). Observa-se na Tabela 2 que a grande maioria dos estudantes (82%) escolheu a alternativa do meio: admite a existência do preconceito no Brasil, mas não se admite como preconceituoso. Estes resultados sugerem a possível existência de um duplo padrão de avaliação: um padrão mais concreto, destinado a avaliar a si mesmo, e provavelmente também a seus famili-

ares e amigos, e um padrão mais abstrato e político, que visa à avaliação da sociedade brasileira. Como veremos adiante, estes dois padrões interligados permitem aos brasileiros sustentar os princípios modernos da igualdade racial, mesmo reconhecendo que no Brasil se está muito longe de viver esta igualdade. A análise das maneiras como os brasileiros representam as diversas raças nos permitirá compreender melhor a ambivalência existente nesses repertórios representacionais.

TABELA 2: FREQÜÊNCIA, EM PORCENTAGEM, DAS OPINIÕES DOS ESTUDANTES DA UFPB SOBRE AS ATITUDES PRECONCEITUOSAS NO BRASIL

OPINIÕES SOBRE O PRECONCEITO	N	%
Existe preconceito no Brasil e Você se considera preconceituoso?	19	16
Existe preconceito no Brasil e Você não se considera preconceituoso?	95	82
Não existe preconceito no Brasil e Você não se considera preconceituoso?	2	2
		116 100

Para avaliar as formas como os estudantes constroem suas representações de pessoas de cor negra e de pessoas de cor branca utilizamos duas estratégias. A primeira, que criamos para esta pesquisa, consistia em obter descrições das atividades próprias de cada raça; a segunda, consistia numa lista de adjetivos (*checklist*) dos quais os sujeitos deveriam selecionar os que melhor caracterizavam o grupo social estudado. Trata-se de uma técnica clássica no estudo dos estereótipos (Katz e Braly, 1933/1958) mas também utilizada nos estudos recentes, o que nos permitiria comparar nossos dados com os dos outros países.

Na primeira estratégia, solicitávamos aos estudantes, na primeira página do questionário, que opinassem livremente sobre quais as atividades em que as pessoas de cor branca (correspondendo à metade dos questionários) e de cor negra (a outra metade) se engajam espontaneamente e com maior freqüência. Na segunda página, para a qual só podiam passar depois de responder à primeira, se lhes pedia que opinassem sobre as atividades que as pessoas de cor branca (metade dos questionários) e as pessoas de cor negra (a outra metade) desempenham melhor. A primeira parte da pergunta - a descrição livre das atividades que as pessoas realizam com maior freqüência -, por não conter nenhuma referência explícita, poderia nos permitir a análise dos elementos que constituem as representações espontâneas dos estudantes sobre as aptidões das duas raças. A segunda parte, por introduzir uma comparação avaliativa entre grupos raciais, permitiria detectar o efeito das normas anti-racistas nas respostas dos estudantes.

Apesar de não se considerarem preconceituosos, 69% dos estudantes, quando

perguntados diretamente em que atividades as pessoas de cor negra se engajam mais freqüentemente, descreveram atividades que, embora exijam habilidades naturais (força, dança, esportes), não implicam qualificação especial nem relacionam-se diretamente com o poder ou a luta pelo poder (Tabela 3). Por sua vez, 69,5% dos estudantes que descreveram as atividades nas quais as pessoas de cor branca se engajam mais freqüentemente referiram-se seja a atividades que exigem qualificação profissional, seja a atividades ligadas ao poder. Apenas cerca de 16% dos estudantes não indicaram nenhuma atividade, afirmando que a atividade não dependia da cor da pessoa.

TABELA 3: PORCENTAGENS DAS ATIVIDADES ATRIBUÍDAS ESPONTANEAMENTE A PESSOAS DE COR NEGRA E DE COR BRANCA

Tipos de Atividade:	Atribuídas a pessoas de	
	Cor negra	Cor branca
Ativ. não qualificadas	89,3	10,7
Espor tes, artes, lazer	75,0	25,0
% por cor	69,0	13,5
Ativ. qualificadas	23,1	76,9
Ativ. ligadas ao poder	12,5	87,5
% por cor	15,5	69,5
Independ e da cor	47,4	52,6
% por cor	15,5	17,0

Entretanto, quando se introduziu uma possível comparação entre as raças perguntando aos estudantes quais seriam as atividades que as pessoas de cor negra ou de cor branca desempenhariam melhor, quase 2/3 dos alunos consideraram que o sucesso nas diversas atividades independe da cor (Tabela 4). No terço restante, nota-se uma tendência oposta à observada quando as atividades eram descritas sem comparação: alguns estudantes afirmam que as pessoas de cor negra desempenham atividades qualificadas melhor que as brancas, enquanto que estas se saíram melhor nas atividades não qualificadas. Apesar desta reversão, os estudantes, mesmo na situação que explicita a comparação entre raças, continuam a considerar que as pessoas de cor negra saem-se melhor nas atividades ligadas a espetáculos, enquanto que as pessoas de cor branca são melhores nas atividades ligadas ao poder. Estes dois aspectos parecem fazer parte de traços relativamente consensuais: elogia-se nos negros sua força, seu ritmo, sua sensualidade, sua habilidade nos esportes, etc., enquanto se tem como natural a maior presença dos brancos nas estruturas do poder.

TABELA 4: PORCENTAGENS DAS ATIVIDADES ATRIBUÍDAS COMPARATIVAMENTE A PESSOAS DE COR NEGRA E DE COR BRANCA

Tipos de Atividade:	Atribuídas a pessoas de	
	Cor negra	Cor branca
Ativ. não qualificadas	37,5	62,5
Espor tes, artes, lazer	62,5	37,5
% por cor	22,5	18,0
Ativ. qualificadas	60,0	40,0
Ativ. ligadas ao poder	10,0	90,0
% por cor	12,0	21,5
Independe da cor	51,0	49,0
% por cor	65,5	60,5

Na segunda estratégia, empregada neste estudo para avaliar as visões estereotipadas dos estudantes sobre as raças, utilizou-se a técnica clássica da lista de adjetivos (*checklist*). Esta técnica consiste na apresentação, a um grupo, de um conjunto ou lista de adjetivos positivos e/ou negativos que se referem a características, aptidões ou traços de pessoas. Para escolher os adjetivos que constituiriam nossa lista, realizamos uma pesquisa anterior (Camino, Da Silva, Machado e Martinez, 2000) com 100 estudantes de Ciências Humanas das duas universidades que existem em João Pessoa, a Universidade Federal da Paraíba (pública) e o Centro Universitário de João Pessoa (privada). Foi oferecida aos estudantes uma lista de 50 adjetivos, em relação à qual eles deveriam realizar duas tarefas. Primeiro, deveriam escolher os 10 adjetivos que melhor caracterizavam as pessoas que moram em países do primeiro mundo e os 10 que melhor caracterizavam as pessoas que moram em países do terceiro mundo. Segundo, deveriam escolher os 10 adjetivos que melhor caracterizavam o tipo de pessoa com que a maioria gosta de se relacionar e os 10 que melhor caracterizavam as pessoas com as quais a maioria não gosta de se relacionar.

Para cada critério de escolha foram selecionados os quatro adjetivos utilizados com a maior freqüência. Em todos os casos os adjetivos foram citados por mais de dois terços da amostra, o que permite considerar esses adjetivos como sendo parte dos estereótipos das quatro situações abaixo:

- Pessoas mais gostáveis; adjetivos: alegre, simpático, inteligente, honesto
- Pessoas menos gostáveis; adjetivos: agressivo, antipático, egoísta, desonesto
- Pessoas do 1º Mundo; adjetivos: ambicioso, civilizado, independente, rico.
- Pessoas do 3º Mundo; adjetivos: sonhador, solidário, trabalhador, pobre.

Estes 16 adjetivos constituíram a lista de adjetivos que nesse estudo apresentamos aos estudantes, pedindo à metade deles que escolhessem, dentre os adjetivos

da lista, os que melhor identificavam pessoas de cor branca, e à outra metade que escolhessem os que melhor identificavam pessoas de cor negra. Os estudantes deveriam primeiro fazer esta escolha de acordo com suas próprias percepções, ou seja, em relação a si, e, logo após, de acordo com o que eles achavam que os brasileiros pensam, ou seja, em relação aos brasileiros em geral. Procuramos com esta técnica, verificar as diferenças de percepção que se estabeleceriam entre a maneira consciente e cuidadosa com que o estudante avalia pessoalmente as pessoas de cor negra e a maneira como, segundo o estudante, os brasileiros as avaliam.

No que concerne à escolha dos adjetivos que classificam pessoas simpáticas e antipáticas, esperávamos constatar, como o fizeram Dovidio, Mann e Gaertner (1989), Perez (1996) e Vala, Brito e Lopes (1999), uma forte contenção dos estudantes no uso de adjetivos negativos em relação a pessoas de cor negra. Mas, diferentemente destes estudos, nos quais estudantes brancos atribuíam mais adjetivos positivos a brancos que a negros, esperávamos encontrar uma inexistência de diferenças no que se refere ao uso de adjetivos positivos. Como já foi enfatizado, no Brasil, pela forte miscigenação racial existente, não existem sentimentos de xenofobia em relação às pessoas de cor negra; elas não são sequer percebidas como estrangeiras. Pelo contrário, muitas das características que lhes são atribuídas, como o ritmo, a sensualidade, a ginga, etc., são consideradas patrimônio da nação. Por causa desta situação e pela força das normas anti-racistas, poderíamos esperar que os estudantes atribuíssem o mesmo número de adjetivos positivos aos dois grupos raciais. Já no que concerne à escolha de adjetivos feita em função do que os estudantes acreditavam que os brasileiros pensam, esperávamos constatar a diferenciação preconceituosa clássica proposta por Tajfel (1981): os negros seriam avaliados negativamente enquanto os brancos o seriam positivamente.

De fato, nossos resultados (colunas 2 e 3 da Tabela 5) mostram que a porcentagem de estudantes que utilizaram características negativas para descrever pessoas de cor negra é bastante baixa, variando dos 12% que usaram os termos egoísta e antipático aos 21% que recorreram ao adjetivo agressivo. O uso de atributos negativos para os brancos foi algo maior, variando de 33% a 40%. Quanto ao uso de atributos positivos, os resultados não foram os esperados. As pessoas de cor negra receberam porcentagens maiores dos outros atributos positivos, - com exceção da inteligência, que os estudantes atribuíram mais aos brancos que aos negros -, chegando a ser majoritária a idéia de que os negros são simpáticos e alegres.

Os resultados relativos às características que os estudantes pensavam que os brasileiros atribuem às pessoas de cor negra e de cor branca demonstraram uma clara inversão (colunas 4 e 5 da Tabela 5). Os estudantes indicaram pensar que os brasileiros atribuem mais características positivas aos brancos que aos negros, parti-

cularmente no que concerne à inteligência, que é majoritariamente atribuída aos brancos. Por outro lado, os brasileiros, sempre segundo os estudantes, atribuem maior número de características negativas aos negros que aos brancos. Especificamente, os negros seriam percebidos pelos brasileiros como desonestos e agressivos.

TABELA 5: FREQUÊNCIAS, EM PORCENTAGEM, DOS ADJETIVOS CARACTERÍSTICOS DE PESSOAS SIMPÁTICAS E ANTIPÁTICAS ATRIBUÍDOS POR ESTUDANTES A PESSOAS DE COR NEGRA E DE COR BRANCA, SEGUNDO O QUE ELES PRÓPRIOS PENSAM E SEGUNDO O QUE ELES PENSAM SER A OPINIÃO DOS BRASILEIROS.

Adjetivos característicos de	Opinião própria sobre		Opinião dos brasileiros sobre	
Pessoas Simpáticas:	Negros	Brancos	Negros	Brancos
Alegre	50	34	22	31
Simpático	53	39	13	46
Honesto	40	30	05	34
Inteligente	40	47	09	65
Pessoas Antipáticas:	Negros	Brancos	Negros	Brancos
Egoísta	12	38	15	18
Antipático	12	38	40	18
Desonesto	16	33	55	13
Agressivo	21	40	60	13

Estes resultados confirmam o cuidado constatado nas pesquisas atuais, quando pessoas de cor branca são convidadas a avaliar pessoas de cor negra. No caso do Brasil o cuidado parece ser ainda maior. Observa-se nos estudantes paraibanos que eles não só não diminuíram a imagem das pessoas de cor negra atribuindo-lhes características negativas, mas mostraram possuir uma imagem muito positiva deles, atribuindo-lhes um número elevado de características positivas. Assim, para os estudantes os negros seriam alegres e simpáticos e possuiriam índices muito baixos de antipatia e de desonestade. Esta visão superlativa que os estudantes possuem das pessoas de cor negra contrasta com a visão extremamente negativa que os estudantes supõem que os brasileiros possuem. Segundo os estudantes, o povo brasileiro considera os negros como desonestos, agressivos e pouco inteligentes. Esta dicotomização tão radical parece-nos traduzir o conflito que vive o cidadão brasileiro, o qual, por um lado, dado o que observa no meio que o rodeia, é plenamente consciente da profunda discriminação em que vive o negro brasileiro, e, por outro lado, dados os laços criados pela miscigenação, bem como as pressões do politicamente correto, não consegue ser plenamente consciente de seu papel neste processo de discriminação. Voltaremos mais adiante a analisar a natureza desta

dicotomização. No momento basta-nos constatar que este conflito cria-se quando o estudante é convidado a avaliar negros e brancos usando adjetivos que se referem às relações interpessoais.

As crenças modernas negam a existência de diferenças psicológicas em termos de raça. Portanto, em situações como esta, onde se pede avaliar pessoas negras em termos de traços e de aptidões, fica muito óbvio para o estudante a necessidade de manter uma postura politicamente correta. Mas é igualmente óbvio que a situação de discriminação social real que existe deve estar criando novas justificativas, estas sim, politicamente corretas. Supomos que a ideologia liberal justifica diferenças não mais em termos de hierarquias raciais, mas em termos de valores e disposições ligados ao progresso sócioeconômico. Pressupúnhamos portanto que a cor da pele estaria de alguma maneira associada seja a valores progressistas do primeiro mundo, seja a valores menos avançados. Assim, os estudantes representariam as pessoas negras como mais ligadas a valores terceiro-mundistas, enquanto que as pessoas de cor branca seriam percebidas como pertencendo naturalmente ao primeiro mundo. Especificamente, estávamos esperando que os estudantes, para caracterizar pessoas negras, empregassem com maior freqüência adjetivos utilizados para classificar pessoas de países do 3º mundo, enquanto que para caracterizar brancos empregassem com maior freqüência adjetivos que classificam pessoas de países do 1º Mundo (Tabela 6).

De fato, os dados obtidos em nosso estudo (colunas 2 e 3 da Tabela 6) mostram

TABELA 6: FREQUÊNCIAS, EM PORCENTAGEM, DO NÚMERO DE CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DE PESSOAS DO 1º MUNDO E DO 3º MUNDO, ATRIBUÍDOS POR ESTUDANTES ÀS PESSOAS DE COR NEGRA E DE COR BRANCA, SEGUNDO O QUE ELES PRÓPRIOS PENSAM E SEGUNDO O QUE ELES PENSAM SER A OPINIÃO DOS BRASILEIROS.

Características de	Opinião própria sobre		Opinião dos brasileiros sobre	
Pessoas do 1º Mundo	Negros	Brancos	Negros	Brancos
Rico	12	49	07	65
Civilizado	31	40	10	59
Independente	31	41	12	62
Ambicioso	24	57	29	30
Pessoas do 3º Mundo	Negros	Brancos	Negros	Brancos
	%	%	%	%
Pobre	40	28	78	11
Solidário	38	24	10	23
Trabalhador	69	38	24	46
Sonhador	40	41	30	18

que os estudantes atribuíram com maior freqüência adjetivos do primeiro mundo a pessoas brancas e adjetivos do terceiro mundo a pessoas negras. Nossa estudo mostra também que, para os estudantes (colunas 4 e 5 da Tabela 6), os brasileiros atribuem ainda com maior ênfase adjetivos do primeiro mundo aos brancos, os quais são considerados majoritariamente como ricos, civilizados e independentes. No que concerne aos adjetivos característicos de pessoas do terceiro mundo, as diferenças não são tão claras, com a exceção do adjetivo pobre, que foi quase que unanimemente (78%) aplicado aos negros.

O leitor atento lembrará que nossa amostra, apesar de relativamente homogênea, diferencia-se bastante em função da raça e da cor da pele (veja Tabela 1), e, em se tratando de um estudo das relações interraciais, as características da raça e da cor de pele dos sujeitos poderiam ser decisivas. Mas, de fato, no que concerne a atribuição de adjetivos a brancos e negros, as análises estatísticas não mostraram diferenças entre os estudantes em função da cor ou da raça que eles próprios se atribuem.

Conclusões:

Os dados obtidos neste estudo demonstram que existe, entre os estudantes, um sentimento praticamente unânime (98%) de que no Brasil existe preconceito; mas curiosamente a grande maioria (084%) não se considera preconceituosa. De fato, 82% dos estudantes, ao mesmo tempo em que acreditam na existência do preconceito racial no Brasil, afirmam que eles mesmos não são preconceituosos. Esta situação contraditória sugere que, no Brasil, as pessoas tanto têm uma clara consciência de que se vive numa situação de discriminação racial como não se sentem individualmente responsáveis por esta situação. Deve ter-se em conta que, diferentemente das pesquisas já citadas sobre as atitudes preconceituosas dos brasileiros (Rodrigues, 1995; Martinez e Camino, 2000), neste estudo cada alternativa relacionava expressamente a existência, ou não, de uma atitude preconceituosa na pessoa e a existência, ou não, de uma atitude preconceituosa no brasileiro. Mesmo assim, a grande maioria dos estudantes (82%) escolhe a opção que relaciona a existência de preconceito no brasileiro à posição individual não-preconceituosa. A força da norma social anti-racista leva as pessoas a evitar assumir atitudes pessoais preconceituosas, mas essa norma não lhes impede de ver que no Brasil continua-se a discriminar as pessoas de cor negra. Nesta situação contraditória, existe discriminação mas ninguém é responsável por ela.

Neste sentido, as formas de categorizar as diferenças raciais devem conter, de alguma maneira, esta ambivaléncia. De fato, os estudantes, quando perguntados sobre as atividades em que as pessoas se engajam mais freqüentemente, afirmam, quando não percebem nenhuma comparação, que os negros preferem tanto as atividades que pressupõem força ou

habilidade física - mas não qualificação profissional - quanto as que pressupõem aptidões naturais para a arte e o espetáculo; afirmam também que os brancos inserem-se com maior freqüência em atividades profissionais qualificadas e/ou ligadas ao exercício do poder. Mas quando se trata de uma comparação, os estudantes recusam-se a responder ou, quando respondem, não estabelecem diferenças entre os grupos raciais.

Ao escolher entre os adjetivos que descreveriam pessoas simpáticas ou antipáticas, quando respondem por si mesmos, os estudantes utilizam mais adjetivos de pessoas simpáticas e menos de pessoas antipáticas para descrever pessoas de cor negra que para descrever pessoas de cor branca. Por sua vez, quando respondem o que acham que os brasileiros pensam, os resultados se invertem; neste caso os estudantes atribuem mais adjetivos de pessoas antipáticas e menos de pessoas simpáticas para descrever pessoas de cor negra, e mais adjetivos positivos e menos negativos para julgar as pessoas de cor branca.

Estes dados sugerem a existência de um duplo padrão de avaliação quanto ao preconceito racial. Esta duplicidade de norma tem sido observada, por exemplo, na vida sexual e amorosa de estudantes norte-americanos (MacDonald, Huggins, Young e Swanson, 1973) e nordestinos (Deschamps, Camino e Neto, 1997). Neste último caso, os estudantes se declaram, por um lado, abertos a experiências sexuais pessoais, mas, por outro lado, eles possuem uma visão tradicional e normativa da vida sexual de suas parceiras. Deschamps, Camino e Neto (*op. cit.*) relacionam este duplo padrão com a ideologia machista. Pensamos que, no caso deste estudo, o duplo padrão serve claramente aos interesses da ideologia racista.

Ao escolher entre os adjetivos que descreveriam pessoas do primeiro e terceiro mundo, quando respondem por si mesmos, os estudantes utilizam mais adjetivos do terceiro mundo e menos do primeiro mundo para descrever pessoas de cor negra, e mais adjetivos do primeiro mundo e menos do terceiro mundo para descrever as pessoas de cor branca. E quando convidados a responder pelos brasileiros, usam o mesmo padrão de respostas.

No Brasil, a intensa miscigenação racial e a extrema discriminação em que vivem as pessoas de cor negra produzem processos de acomodação muito fortes. Ao mesmo tempo, novas formas de categorização estão se desenvolvendo, formas que se destinam a substituir o conceito de raça pelo de modernismo, a cor branca sendo associada aos valores do primeiro mundo e a cor negra aos valores do terceiro mundo. Estas novas formas de categorização não se confrontam com as normas anti-racistas, o que facilita a conservação dos processos de exclusão. Analisamos este processo numa perspectiva psicossociológica, utilizando como analogia o conceito de “Formação Reativa” para indicar que tanto os mecanismos psicológicos de inibição como as novas formas do discurso racial têm como objetivo preservar a discriminação racial vigente desde a escravatura, assim como retirar dos cidadãos o sentimento de responsabilidade por essa situação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W., FRENKEL-BRUNSWIK, E., LEVINSON, D. & SANFORD, R, N. (1950). *The authoritarian personality*, New York: Harper & Row.
- ANDREWS, G. R. (1998) – *Negros e Brancos em São Paulo: 1888 - 1988*. Bauru, S. P., Edusc.
- AZEVEDO, T. (1975) – *Democracia racial*. Rio de Janeiro. Vozes.
- BAUMAN, Z. (1998) – *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BEEMAN, W. e FRANK, I. (1998) – *New dynamics in the global economy*. New York, Committee for Economic Developpment.
- BIERBRAUER, G. e PEDERSEN, P. (1996). Culture and Migration. In G. R. Semin & K. Fiedler (Eds), *Applied Social Psychology*. London: Sage Publications.
- BILLIG M. (1985) , Prejudice, categorization and particularization: from a perceptual to a Rethorical approach. *European Journal of Social Psychology*, 15, 79-103.
- _____ (1991) Ideology and opinions: Studies in Rethorical Psychology. London, Sage.
- BROWN, R. (1995). *Prejudice: its social psychology*. Oxford: Blackwell Publishers.
- BOWSER, B. P. (1995a) – *Racism and Anti-racism in World Perspective*. California, Sage. Introduction: ix –xxix.
- BOWSER, B. P. (1995b) – Racism in the modern world community. Em: B. P. Bowser (Org.) – *Racism and Anti-racism in World Perspective*. California, Sage: 27 – 45.
- CAMINO, L. (1996) - Uma Abordagem Psicossociológica no Estudo do Comportamento Político. *Psicologia e Sociedade*. 8(1), 16-42.
- CAMINO, L.; DA SILVA, P.; MACHADO, A. e MARTINEZ, I. (2000) - Aspirações primeiro-mundistas de estudantes brasileiros e as novas formas do racismo. Comunicação apresentada no "I Congresso Hispano-Portugués", 21-23 de Setembro. Santiago de Compostela, Espanha.
- DESCHAMPS, J-C.; CAMINO, L. e NETO, F. (1997) - Différences entre les conceptions de l'amour d'étudiants(tes) brésiliens(nes) et suisses. *Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*. 36, 11-27.
- DOLLARD, J., DOOB, L., MILLER, N., MOWRER, O. e SEARS, R. (1939) - *Frustation and Aggression*. New Haven, CT, Yale University Press.
- DOVIDIO, J. F., MANN, J., e GAERTNER, S.L. (1989) “Resistance to affirmative action: The implications of aversive racism” in Blanchard, F. e Crosby, F. (Eds.) *Affirmative Action in Perspective*, New York, Springer-Verlag
- DUPAS, G. (2000) – *Economia Global e Exclusão Social*. São Paulo, Paz e Terra. 2^a Edição.
- FERNANDES, F. (1965) – *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Cia. Editora nacional.

- _____ (1972) – *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Difel.
- FREYRE, G. (1933) – *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regimen da economia patriarcal*. Rio de Janeiro, Maia & Schmidt.
- GAERTNER, S.L.. e MCLAUGHLIN, J.P. (1983) “Racial Stereotypes: Associations and ascriptions of positive and negative characteristics” *Social Psychology Quarterly*, 46: 23-30
- GIDDENS, A. (1996) - *Para além da esquerda e da direita*. S. Paulo Ed. UNESP
- GUIMARÃES, A. S. (1999) – *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34 Ltda.
- HOVLAND, C. I. e SEARS, R. (1940) - Minor Studies of Aggression: Correlation of Lynchings with Economic Indices. *Journal of Psychology*, 9, 301-310.
- JONES, J. M. (1972). *Prejudice and Racism*. Reading, Massachussets: Addison-Wesley.
- KATZ D. e BRAILY K.W. (1958) - Verbal stereotypes and racial prejudice. Em E.E. Maccoby, T.M. Newcomb e E. L. Hartley (Eds.) *Readings in Social Psychology*. New York, Holt, Rinehart e Winston. p. 40-46. (Publicação original de 1933)
- KATZ, I., WACKENHUT, J., HASS, R.G., (1986) – “Racial ambivalence, value duality, and behavior” Em J.F. Dovidio e S.L. Gaertner (Eds.) *Prejudice, Discrimination, and Racism*, New York, Academic Press,
- KELMAN, H. C. (1961) - Processes of opinion change. *Public Opinion Quarterly*. 25, 57-78.
- MARTINEZ, I. e CAMINO, L. (2000) - Brasil es Racista, Brasil no es Racista: El discurso social como determinante de las diferencias percibidas entre blancos, negros y morenos. Comunicação apresentada no *VII Congresso de Psicología Social da Espanha*. 26-29 de Setembro. Oviedo, Espanha.
- MAC DONALD, A. P. Jr., HUGGINS, J., YOUNG, S. e SWATSON, R. A. (1973) – Attitudes toward homosexuality: Preservation of Sex morality or the double standard? *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 40, 161.
- MCCONAHEY, J.B. (1986) Modern Racism, ambivalence, and the modern racism scale” in J.F. Dovidio & S.L. Gaertner (Eds.) *Prejudice, Discrimination, and Racism*, New York, Academic Press
- MEERTENS, R. e PETTIGREW, T. (1999) – Será o racismo subtil mesmo racismo? Em: Vala, Jorge (1999) – *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oieras, Celta Editora. 11-29.
- Ministério do Trabalho do Brasil, Assessoria Internacional (1998) – *Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasil, gênero e raça: todos pela igualdade de oportunidade*. Brasília, MTb.
- MONTEIRO, M. B., LIMA, L., VALA, J. (1994), “Relações entre grupos e gestão de conflitos - A retórica da discriminação”, in *Psicologia Social e das Organizações - Estudos em empresas portuguesas*, Oeiras, Celta: 79-98

- MOSCOVICI, S. (1985) – Social influence and conformity. Em: G. Lindzey e E. Aronson (Eds.) *The Handbook of Social Psychology*. New York, Random House.
- NASCIMENTO, A. (1968) – *O negro revoltado*. Rio de Janeiro, Nova fronteira.
- PEREZ, J.A. (1996) “Nuevas formas de racismo” in J.F. Morales & S Yáñez (eds.) *Del prejuicio al racismo: perspectivas psicosociales*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha
- PETTIGREW, T. F. e Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 203-226.
- PRADO, C. Jr. (1937/1994) – *A formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo, Brasiliense.
- RAMOS, A. (1937) – *As culturas negras no Novo Mundo*. Rio de Janeiro, Casa do estudante do Brasil.
- RODRIGUES, F. (1995) – Racismo Cordial. Em: C. Turra e G. Venturi, (Orgs.). *Racismo Cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. Editora Ática. São Paulo: 11-56.
- RODRIGUES, R. N. (1933/1945) – *Os africanos no Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- SEARS, D. O. e KINDER, D. R. (1971) – Racial tensions and voting in Los Angeles. Em: W. Z. Hirsch (Ed.) *Los Angeles: Viability and prospects for metropolitan leadership*. New York, Praeger.
- SILVA, M. J. (19915). *Racismo à Brasileira: Raízes históricas*. São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 3^a edição.
- SKIDMORE, Thomas (1976) – *O preto no branco*. Rio de Janeiro; Paz e Terra.
- STEPHAN, W. G. (1985) – Intergroup Relations. Em: G. Lindzey e E. Aronson (Eds.) *The Handbook of Social Psychology*. New York, Random House. II. 599-658.
- TAJFEL H. (1981) Human Groups and Social Categories: *Studies in Social Psychology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- TAJFEL H., BILLIG M., BUNDY R.P. e FLAMENT C. (1971) Social Categorization and Intergroup Behavior. *European Journal of Social Psychology*, 1, 149-178.
- TURRA, C. y VENTURI, G. (1995). *Racismo Cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. Editora Ática. São Paulo.
- VALA, J. (1999) – *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oieras, Celta Editora.
- VALA, J., LOPES, D. e BRITO, R. (1999) – A construção social da diferença: Racialização e etnicização. Em: Jorge Vala (Org.) – *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oieras, Celta Editora: 31 –60.
- VALA, J.; BRITO, R. e LOPES, D. (1999) – *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- VAN DEN BERGHE, P. (1969) – *Race and racism: A comparative perspective*. New York, Wiley.

- VAN DIJK, T. A. (1997) – *Racismo y análisis crítico de los medios*. Buenos Aires, Paidos.
- _____ (1998) – *Ideology: A multidisciplinary approach*. Londres, Sage.
- VIANNA, J. O. (1932/1959) – *Raça e Assimilação*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- VENTURI G. e PAULINO, M. F. (1995) – Pesquisando preconceito racial. Em: C. Turra e G. Venturi, (Orgs.). *Racismo Cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. Editora Ática. São Paulo: 83-95.
- WETHERELL,M. (1996) - *Identities Groups and Social Issues*. The Open University.Califórnia,EUA.
- YZERBYT, V., ROCHER S. & SCHADRON, G. (1997). Stereotypes as Explanations: A subjective Essentialistic View of Group Perception. in Spears, R., Oakes, P., Ellemers, N., Haslam, A.S. (1997) - *The Social Psychology of Stereotyping and Group Life*. Blackwell, Oxford Cambridge, EUA: 51-71.

• Recebido para publicação junho de 2000

O Anti-racismo no Brasil: Considerações sobre o estatuto social baseado na consciência racial.

Anti-racism in Brazil: considerations of social status based on racial consciousness

Maria Palmira da Silva*
 mpalmira@uol.com.br

Resumo

O presente artigo demonstra que o engajamento pessoal na luta social anti-racismo refere-se a uma atividade que começa na juventude, atravessa a fase adulta, e, em alguns casos estende-se até a senectude. Além disso, ele faz uma análise dos requisitos necessários para o desenvolvimento da consciência política. No seu desenvolvimento, ele enfatiza a postura de engajar-se nas ações coletivas de combate à discriminação racial e demonstra que no campo do anti-racismo a formação da consciência política é precedida pela consciência racial. Referenciado nessas reflexões, mas também à luz de uma bibliografia autorizada e por meio das narrativas de alguns sujeitos que possuem experiências de participação nas lutas sociais de combate à discriminação racial chega-se a análise que a sociedade que dispensa aos seus membros distinção de tratamento, tendo por critério as propriedades físicas dos indivíduos, redefine as relações grupais, e, na mesma medida, redefine o significado do grupo prejudicado para os seus membros. Ao longo das páginas que se seguem argumenta-se que sociedades com essas características conferem uma força elementar à camada atingida. Como referência para os seus membros, o grupo passa a oferecer as ferramentas básicas para o indivíduo, sobretudo na sua esfera singular, superar os mecanismos de opressão, e por essa via, chegar a realização do movimento de descoberta de seu passado histórico. Por fim, enfatiza-se que quando um grupo adquire esses contornos e consegue estruturar-se como um movimento social, os seus protagonistas tornam-se, através das práticas sociais adotadas, capazes de intervir, eficazmente, nos determinantes da causa empreendida.

Palavras-chave

Movimentos sociais, consciência racial, racismo, discriminação racial.

* Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, docente da Faculdade de Psicologia da Universidade Metodista de Piracicaba, docente da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Av. Raimundo Pereira de Magalhães, 3363 Bl. 02 Ap. 121 CEP: 05145-200 - SP.

Abstract

This article demonstrates that personal engagement in the struggle against racism is related to an activity that begins in youth, continues through adulthood, and in some cases, is extended into old age. In addition, this paper analyzes the necessary requirements for the development of political consciousness. The need to engage in collective action in the struggle against racial discrimination is emphasized. This paper also shows that the formation of political consciousness is preceded by racial consciousness. With these reflexions in mind, but also in the light of a specified bibliography and by means of personal narratives of people who have participated in the social struggles to combat racial discrimination, we arrived at the following analysis: a society which gives its members the distinction of treatment, based on the physical properties of individuals, redefines group relations, and, to the same degree, redefines the meaning of the prejudiced group for its members. Throughout the following pages, it is argued that societies with these characteristics confer an prime force to the effected layer. With reference to its members, the group begins to offer the basic tools for the individual, above all in her singular sphere, to overcome the mechanisms of oppression, and through this, to come to an understanding of the movement of discovery of her past history. Finally, we emphasize that when a group acquires outlines and is able to be structured as a social movement, its protagonists become, through adopted social practices, capable of effectively intervening in the undertaken cause.

Key words

Social movements, racial consciousness, racism, racial discrimination

O objetivo deste artigo é discutir como se dá o processo de desenvolvimento da consciência racial, entre os ativistas do anti-racismo. Discorrendo sobre os fatores determinantes do engajamento pessoal nas lutas sociais de combate à discriminação racial, ele destaca os eventos constitutivos da reorganização nacional dessa luta social no Brasil, desde o final de 1970.

Tendo em vista essa questão, antes de iniciar nossas reflexões demonstraremos, à luz de uma bibliografia autorizada, que os estudos brasileiros, que dedicam-se ao exame das questões concernentes às lutas sociais que perseguem a conquista da cidadania, relegaram ao esquecimento o conjunto das experiências organizativas que foram empreendidas pelos movimentos sociais de combate à discriminação racial nos últimos três decênios.

Com efeito, as formas organizativas, que lutaram pela satisfação de carências materiais, principalmente, nas décadas de setenta e de oitenta, desfrutaram de grande prestígio entre os analistas dos movimentos sociais. A ascendência das perspectivas macro e micro sociológicas, representadas pelo “marxismo estruturalista”, particularmente na abordagem dos estudos que foram desenvolvidos entre as décadas de 70 e 80, decorre, segundo T. G. de Miranda, da pretensão, que marca essas abordagens. Para essa autora, é bastante presente, nesses estudos, a noção de que a configuração dos trabalhadores em classe política tem como fonte as “determinações estruturais” (Miranda, 1997). Dessa forma, difunde-se a idéia que o descontentamento social sempre surge da base de uma estrutura de classe. Enquanto legado do pensamento tradicional, a noção trabalho, pelo menos entre os estudos brasileiros realizados nas décadas de 70 e 80 do século XX, foi tratada como o centro dos conflitos sociais.

Notamos, no entanto, que a preponderância dessa perspectiva não encontra respaldo no campo da psicologia social. Tendo como referência as categorias “mobilidade social” e “mudança social”, H. Tajfel lembra-nos que no domínio dessa área do conhecimento científico, a análise das relações “intergrupo”, pressupõe *“as relações nacionais, raciais, étnicas ou de classe social como equivalendo, no seu conjunto, àquilo que é a substância do conflito social”*. Dessa forma, situações marcadas pela intolerância racial, são favoráveis ao surgimento de movimentos sociais (Tajfel, 1983:330).

M. Wiewiora, focalizando o racismo a partir dos problemas desencadeados pela modernidade, acrescenta que todas as vezes que as análises acerca das relações raciais centralizam o debate teórico nos princípios de desigualdade e de exploração *“a questão do racismo parece dissolver-se na questão social”* (Wiewiora, 1995:13).

T. Modood acrescenta que as estratégias discursivas e as práticas das esquerdas, carecem de renovação. Quando discute o plano das ações institucionalizadas

– nomeadamente as de esquerda – esse autor ressalta que o excesso de preocupação tradicional com a noção classe social, costuma negligenciar nas análises do tema dos movimentos sociais “*outras fontes de solidariedade e injustiça social, como gênero ou raça*”, elementares para a organização das lutas sociais na contemporaneidade (Modood, 1997:117). Com efeito, o marxismo estruturalista sugere que os movimentos sociais encontram-se encerrados numa classe inferior, logo o seu surgimento só pode ocorrer face a um representante da ação política institucionalizada. Isso significa que, desde a estruturação de um movimento social, vemos, ora os interesses do Estado, ora a figura de um partido político como requisito básico do seu aparecimento.

Quando examina as “relações de classes” e a especificidade dos conflitos sociais desenvolvidos nas sociedades capitalistas, A. Touraine deixa explicitado que “*a formação de um movimento social impõe uma análise em termos de classe*”. Não obstante, o autor ressalta também, que não podemos nos esquecer de que a noção classe social refere-se a um conceito sociológico, e nesse sentido não devemos apreendê-la como “*uma realidade sociográfica*” (Touraine, 1977:27). Tendo essas perspectivas como referências notamos que o exame do fenômeno racismo, assim como as ações coletivas que a ele se opõem, transcendem as pretensões dos analistas da sociologia que prestigiam o enfoque das grandes categorias estruturais nas suas pesquisas.

Esboçadas essas considerações, na próxima seção, evidenciaremos o processo de desenvolvimento da “consciência racial”, por meio das narrativas de alguns sujeitos que possuem experiências de participação nas lutas sociais no campo do anti-racismo. Veremos, assim, que uma análise que se centra apenas nos aspectos estruturais, não consegue abranger o sentido pessoal, que o engajamento em movimentos sociais possui para os seus protagonistas.

Consciência racial: a primeira experiência da violência do racismo na esfera individual.

O engajamento pessoal no anti-racismo refere-se a uma atividade que começa na juventude, atravessa a fase adulta, e, em alguns casos, estende-se até a senectude. Isso nos remete para uma análise sobre os requisitos necessários ao desenvolvimento da consciência política. Enfatizando a postura de engajar-se nas ações coletivas de combate à discriminação racial, notamos, que a formação da consciência política é precedida pela consciência racial. Nesse sentido, o exame dos movimentos sociais, que formam o campo do anti-racismo, tem como referência, os processos de socialização dos atores sociais implicados nessas lutas.

Leonard Bloom sugere que o desenvolvimento da “*consciência do eu*” tem como

pré-requisito a figura do adulto. Cabe-nos realçar que o autor está se referindo ao processo de formação da capacidade de discernimento, que começa na infância. A “consciência racial” no infante se desenvolve alicerçada na “mediação das atitudes” dos componentes de seu núcleo familiar. Os membros de seu primeiro grupo de referência não precisam fazer nenhum pronunciamento explícito acerca da importância social da cor da pele para a criança. A atribuição de significado social, desde à infância, às propriedades físicas resulta da compreensão que, paulatinamente, vai-se adquirindo face aos sinais de aceitação ou de rejeição, que estão implícitos nas atitudes e nas condutas dos adultos (Bloom, 1974). Vista por esse ângulo parece que a descoberta das propriedades físicas pode ajudar tanto no processo de formação da identidade pessoal, como servir de eixo para a busca de reconhecimento social.

Berger & Luckmann colocam que a consciência em si, desvinculada das experiências da ação humana é nula; *ela é sempre intencional e relacional*.

“Existe sólo en la medida en que dirija su atención hacia un objeto, hacia una meta. Este objeto intencional está constituido por los múltiples logros sintéticos de la conciencia y aparece en su estructura general, ya sea en la percepción, la memoria o la imaginación; alrededor del núcleo, del “tema” del objeto intencional, se extiende un campo temático delimitado por un horizonte abierto. Este horizonte, en el que siempre viene dada la conciencia del propio cuerpo vivo, se puede a la vez tematizar. La secuencia de temas interrelacionados – llamémoslos “vivencias” (Erlebnisse) – no tiene, en si, sentido. Ella es, com todo, el fundamento desde el cual puede surgir el sentido. Pues las aprehensiones que no ocurren pura y simplemente, y en forma independiente, sino que atraen la atención del yo, adquieren un mayor grado de definición temática; se tornan “experiencias” claramente perfiladas” (Berger & Luckmann, 1997:31).

Tem-se, assim, mais um componente explicativo do processo de desenvolvimento do sentido social da cor da pele para a criança. As sociedades que têm nas propriedades físicas o fundamento das suas desigualdades sociais se colocam de modo favorável para que a criança, num movimento introspectivo, atribua significado social à cor da pele através dos sinais de aprovação ou de desaprovação enviados pelos adultos. Descobre-se, então, que a advertência e a concordância decorrem das suas características visíveis, e essa compreensão começa a se desenvolver desde as suas primeiras experiências no mundo social. Leonard Bloom, acrescenta ainda que já, a partir da infância, a criança vai percebendo o

baixo prestígio que ela e o seu grupo de referência possuem na esfera da vida social. Diz esse autor:

“El niño aprende cómo ser un negro, un blanco o un mayorí; tiene conciencia de serlo, y puede articular su pertenencia a un grupo étnico. Adquiere una imagen acerca de la valía (o falta de valor) de su yo social y corporal, desde sus primeros contactos con los otros miembros de la familia, sus pares, sus maestros, lo que ve en las películas, en la TV, anuncios, en lo que lee, en las conversaciones que escucha, y por la observación cotidiana de quién se sienta junto a él, quién se aparta de él, quién parece quererlo” (Bloom, 1974:53).

A compreensão quanto à valorização ou à depreciação, que a “pertinência a um grupo étnico” é capaz de provocar, também pode ser conferida nas narrativas de nossos entrevistados. A constância da peculiaridade das habilidades individuais para reconhecer as situações de manifestação do racismo, qualquer que seja a sua intensidade, nos induz ao pressuposto de que a “consciência racial” antecede às experiências de discriminação racial, assim como ao engajamento pessoal nas lutas de combate ao racismo. As questões alusivas ao processo cognitivo, que orientam a consciência individual aparecem respaldadas nas falas de nossos entrevistados:

“(...) meu pai, ele tinha uma idéia de que nós não devíamos nos relacionar com pessoas brancas. Isso, de uma certa forma, pautou minha vida e pauta minha vida até hoje. Meu pai tinha uma grande aversão pessoal de pessoas brancas. Ele achava que nós não deveríamos nos relacionar com pessoas brancas, não deveríamos ter amigos brancos, essas coisas todas e tal. (...) são muitos episódios, todos eles muito fragmentados. Alguns eu nem tenho certeza se aconteceram ou se eu inventei na minha memória de criança assustada com toda aquela situação. (...) são vários episódios de problemas raciais enfrentados... Na juventude não. Na infância. Na juventude a gente passa a ter uma visão mais detalhada sobre isso, mais precisa. E, acho, também que acabei desenvolvendo alguns mecanismos de proteção. Eu só fui me relacionar com pessoas não negras na Universidade” (J. T.).

Em outros casos, a formação da consciência racial aparece precedida de conflitos decorrentes das interações com outras crianças. Nesse caso, desde as suas primeiras experiências o infante descobre que os seus atributos físicos não desfrutam de prestígio social. Aprende-se, assim, que para compensar o “baixo valor” que o grupo de estatuto superior lhe atribui, deve referenciar a sua postura no conjunto de normas,

regulador da conduta social. Na concepção de um de nossos sujeitos, no “bom comportamento”. Nesse sentido, as dimensões dos distúrbios psicológicos, que o racismo produz em suas vítimas, podem ser ilustradas:

“(...)eu digo sempre que o branco me ensinou, exatamente, como eu deveria agir, como eu deveria ser. Porque eu fui criada numa vila de casas – aqui em São Paulo é mais difícil de ver, mas no Rio de Janeiro é uma coisa comum – aquele tipo de vila particular em que, eram vinte e duas casas e tinha uma família negra que era a minha. E aí quando eu brincava com as crianças, já pequena, ainda criança brincava com as outras crianças, e aí eu era a negrinha de alma branca – quando eu me comportava muito bem – ou então, eu era a tiziú e a macaca quando eu reagia a qualquer tipo de coisa. Eles me mostraram, eles me ensinaram...” (T. S.).

Acrescente-se ainda que, esse caráter ambíguo das relações inter-étnicas, expresso por meio da negação do conflito, gerado pelo impacto emocional negativo que o racismo tem sobre as suas vítimas, determina que, o adulto, no intento de evitar que a criança viva experiências indesejáveis, costuma adotar estratégias diferentes para enviar os sinais sobre a importância social da cor da pele:

“(...)minha mãe cultuou um lema, na minha casa, que era sempre de escurecer a família. Nunca clarear. Então, eu acho, que a minha mãe, ela tinha uma mensagem com um corte racial, que a gente não entendia. Para mim, meu amigo branco do colégio era meu amigo branco. Minha mãe era lavadeira. Ela lavava roupas para brancos, eu entregava roupas para brancos, e os brancos sempre nos trataram bem. Meu pai era mais trivial: não trabalhava muito essa questão do racismo não. Mas, trabalhava a coisa da religião, não só católica. Mas, a coisa da umbanda atuante. E, depois a coisa do candomblé. Mais uma coisa, assim, era tudo em família” (M. B.).

Como já enfocado por Berger & Luckmann, da compreensão surge a extensão e a generalização da norma, e dessa “autonomia”, que se conquista depois da socialização primária, emanam as possibilidades de recriação do mundo objetivo (Berger & Luckmann, 1987). A descoberta de que a rejeição alheia refere-se a um tipo de afeto negativo, que atravessa todas as fases da vida do povo afro-brasileiro, quando (re)significada, historicamente, se transforma em recurso para o engajamento político.

Vejamos o que diz um outro entrevistado:

“(...)eu acho que, se tem alguma coisa que eu tenho que agradecer a essa sociedade brasileira foi, exatamente, o fato de eu ser uma mulher consciente da realidade do

Brasil e da realidade do negro no Brasil. É a única coisa que eu tenho para agradecer a esse país. Exatamente: à violência da discriminação racial que me tornou uma mulher consciente” (T. S.).

Em alguns casos, a “consciência racial” é legada pela experiência dos ancestrais:

“Eu tenho uma diferença. Acho que de quase toda a militância do movimento negro, eu sou um militante do movimento negro de casa. Eu sou, então, a terceira geração de movimento negro dentro da família. Nós temos, então, uma tradição de movimento negro que reporta a 1904, em São Paulo, com a fundação do 28 de Setembro, aqui na cidade de São Paulo, por parte da família(...). Então, eu vivi a coisa do movimento negro desde pequeno. Eu fui criado vendo meu pai, minha mãe junto com pessoas da Associação Cultural do Negro de São Paulo. Então, quando me reconheço como gente, na fase aonde a grande, vamos dizer, centralizadora do movimento negro em São Paulo era a Associação Cultural do Negro. Então, quer dizer, eu com 7, 8 anos de idade, eu estava com um pessoal que vivia as discussões das relações inter-étnicas muito no pata-mar de discutir o racismo no Brasil. E havia uma discussão, também premente, grande da questão da independência dos países africanos. Então eu venho com o movimento negro já viciado de movimento negro. E, isso foi uma coisa interessante” (H. C. J.).

Destacando as consequências das experiências pessoais, nos contextos, em que o racismo orienta a formação de vínculos que se estabelecem nas relações interpessoais e sociais; denunciando a falta de estudos, que relacionem o racismo com questões referentes ao desenvolvimento da identidade pessoal; sintetizando as idéias de três escritores (James Baldwin, Ralph Ellison e Malcolm X), que se debruçam sobre o problema do significado social que a socialização pautada na cor da pele produz na criança e no adulto, Leonard Bloom acrescenta:

“El negro habita “outro país”, y en el suyo propio y en el de los blancos nadie conoce su nombre. El anonimato hostil que se le impone desde su primera infancia mina su confianza en sí mismo, debilita su inteligencia y anula su espontaneidad”
(Bloom, 1974:57)

A “consciência do eu”, que surge da descoberta do significado social da cor da pele, no processo de formação dos vínculos afetivos e sociais, favorece tanto a revolta pessoal, quanto o engajamento político nas ações coletivas, visando reparar as injustiças decorren-

tes da atribuição social do estatuto inferior a um determinado grupo, em razão de suas características objetivas. Notemos, entretanto, que a formação da consciência racial não constitui um requisito básico para o engajamento político nas lutas contra o racismo. Dependendo das experiências, ela também gera apatia, medo do confronto aberto ou paralisia:

“(...)quando eu trabalhava no centro de São Paulo, aqui na praça das Bandeiras – eu entregava marmita e, nunca vou esquecer desse dia – dois rapazes brancos questionaram o fato de eu estar sentado e eles estarem em pé num ônibus. Eu fiquei da Vila Mazzei até aqui o centro da cidade olhando para fora para não confrontá-los(...) E acho, que essas coisas vão se esclarecer muito rápido, muito cedo” (J. T.).

Uma vez que a apreensão surge diante de situações objetivas, o medo do “confronto aberto” acionado pela violência do racismo, em algumas vezes, termina por conduzir as suas vítimas, que se encontram nas fases mais precoces da vida, para as situações de auto-isolamento. O que gera segregação espacial e provoca o aumento da distância social, podendo, no entanto, desde a fase da juventude, ser capaz de mobilizar forças políticas para modificar uma situação de descontentamento social.

Do que foi exposto até aqui, a questão aberta refere-se ao entendimento de como se dá a passagem da consciência do *eu* para a consciência do *nós*. As narrativas que examinamos refletem experiências pessoais. Entretanto, todas elas são mediadas, conforme pudemos notar, pelas ocorrências históricas de nossa sociedade. Isto significa que a transcendência da consciência individual para a consciência coletiva, como veremos mais adiante, resulta do esforço político de cada um de nossos sujeitos, para explicar a si mesmo e a todos os outros afetados real ou potencialmente pelo racismo, o significado social da cor da pele. As raízes históricas, acerca desse modo peculiar de compreensão do mundo, foram sintetizadas no pronunciamento *ser negro* de Martin Luther King:

“(...)Ser negro en Norteamérica es sentirse confinado en los ghettos y en las reservas. Ser uno más en la muchedumbre de los apaleados, de los golpeados, de los atemorizados y de los vencidos. Ser negro en Norteamérica significa tener que luchar a brazo partido por una supervivencia física en medio de la más difícil agonía psicológica. Significa ver crecer a los hijos com la nube mental de la inferioridad oscureciendo el cielo de sus espíritus. Significa que te condenen por cojo después de haberte amputado las dos piernas. Significa que te condenen por huérfano después de haber aplastado a tu padre y a tu madre com la explotación de cada día. Significa sentirse totalmente atacado por el veneno de la amargura,

pues no eres nadie y este sentimiento será tu tormento durante el día y tu vergüenza en el silencio de la noche. Ser negro en Norteamérica significa el dolor de sentir cómo el mal y la angustia matan todas las esperanzas antes de nacer” (Los Grandes Hechos de Nuestra Epoca, La Foca, 1982: 34).

A construção social dos espaços que formam as redes organizativas de combate à discriminação racial nos últimos decênios: os antecedentes da rearticulação nacional do anti-racismo no Brasil.

Conquanto seja certo, que nem sempre o preconceito de cor se manifesta em forma de discriminação racial, o impacto dos sinais de reprovação dos tempos da infância, marcam, como uma chancela, a biografia individual de cada um identificado através de seus atributos físicos. Como dito anteriormente, os sinais externos que alicerçam o processo de formação da consciência do *eu*, respaldam, na mesma medida, a constituição da consciência do *nós* e a construção social dos espaços, que servem de abrigos para a formação das redes organizativas de combate ao racismo.

A ampliação da participação em novos setores do mundo social, principalmente, na fase de início da juventude, forma um novo repertório, que modifica a significação pessoal dos sinais de aprovação ou reprovação. Na juventude, descobrem-se novas ferramentas capazes de auxiliar no enfrentamento das dificuldades colocadas pelo racismo. As atividades de lazer e, posteriormente, o engajamento político configuraram duas formas elementares do anti-racismo pós-década de setenta, no Brasil. Essa compreensão aparece respaldada na declaração abaixo:

“Num primeiro momento, eu descubro a escola de samba. E aí eu descubro, as diferenças, na escola de samba.(...) os negros sambavam e os brancos batiam palmas e ganhavam dinheiro. Eu descubro cada dia mais a realidade (...) do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes. Em que nós, quer dizer, e eles provam essa minha posição quando eles começam a escrever sobre as histórias do chamado passado político do Brasil. E a história do passado político dos estudantes e da intelectualidade de esquerda brasileira, e que sempre, nunca, em nenhum momento, qualquer livro que você pegue de Zuenir Ventura, ou de qualquer um outro você não encontra qualquer citação a nossa participação. Quando nós temos um companheiro que tem um tiro no corpo desde de 1964. Exatamente, no dia em que, a União Nacional de Estudantes foi invadida. Quer dizer, com eles, não aconteceu nada. O Haroldinho têm um tiro no corpo até hoje. Têm uma bala perto do coração, e eles nem se lembram de que Haroldinho existe. E aí eu vou me reorganizando politicamente, vou reorganizando a minha cabeça

e começo. (...)escola de samba, UNE e aí eu acho que é muito pouco. E aí eu quero trabalhar com a comunidade negra, essa comunidade negra, que está fora também das escolas de samba(...)" (T. S.).

Organizar festas, bailes, peças de teatros, enfim, criar espaços que pudessem favorecer a formação de vínculos positivos capazes de erguer uma barreira para separar a coabitão hostil de certos ambientes sociais e trabalhar, no plano político, estratégias que fossem capazes de diminuir a distância social provocada pelo racismo. A ocorrência dessas iniciativas, entre o final de 1960 e os primeiros anos de 1970, representa um marco no processo de reorganização nacional dos movimentos sociais de combate à discriminação racial. Focalizando as peculiaridades de tais atividades um dos partícipes daquele momento histórico declara:

"(...) havia dois tipos de reuniões impreterivelmente: uma é que toda sexta-feira, em São Paulo, você tinha um encontro da comunidade negra no centro da cidade (...) Você encontrava ali (...) pessoas que iam para saber as coisas que eram realizadas pela comunidade negra paulista(...). Era o ponto do Mappim, da rua Direita. As pessoas usavam nomes diferentes, mas toda sexta-feira você podia ir para lá e você encontraria ali todos os piqueniques que nós vamos ter, você encontraria ali informações sobre todos os bailes que iam ter (...). E você encontraria ali aonde ia ter casamento, batizado, tudo quanto era festividade, tudo quanto era atividade. Então, (...) desde a rua Direita até o Mappim, todo o viaduto do chá ficava ocupado, ficava preto, como a gente dizia (...). Ali, então, era o ponto de encontro. Dali a gente saía e ia para alguns bares ou para alguns outros lugares aonde dava para discutir, ou ia para a casa de alguém (...)" (H. C. J.).

Referindo-se à questão do destaque que esses ambientes sociais tiveram no aprimoramento dos debates sobre o problema do racismo, um outro sujeito entrevistado, ressalta:

"(...) São Paulo foi o único Estado que teve o seu baile próprio de Negros. Nós tivemos o baile do Amauri e o Eduardo – eles eram primos, e alugavam salões e davam bailes. O Amauri dava baile no Guilherme Jorge, no Centro Armênia ali na Av. Santos Dumont, deu baile no Garitão, no Coimbra. Então, eu falei de um momento romântico dos negros de São Paulo. Não só São Paulo capital, mas São Paulo interior. São Paulo interior também tem bailes fortes. Tem o baile do Carmo, à festa do Carmo em Araraquara. Tinha à festa, o banho de Iemanjá da Dorotéia, em Santos, na Véspera do carnaval. Tinha à festa do vinho, em

São Roque. Eram espaços onde a negrada, se não existia uma união, a ponto de mudar, de você influenciar no trabalho da questão racial, na época, existia uma união, a ponto de você casar com as mulheres negras, namorar com as mulheres negras, ter filhos negros. O que não acontece na conjuntura atual” (M.B.).

A construção social de alguns lugares do centro de São Paulo, como “territórios negros”, contribuíram, na época, para que as pessoas atingidas, direta ou indiretamente pelo comportamento discriminatório, tivessem um espaço físico de referência. Esse ambiente social facilitou a aproximação entre aqueles que buscavam instituir um “nós” político para agir coletivamente:

“(...) A gente freqüentava muito a Santa Cruz, a Liberdade, o bairro da Liberdade onde os negros se encontravam para trocar idéias. Tinha o Mappin. O Mappin foi o “poent” de aglutinação. Eu acho que a luta, a consciência racial cresce a partir daí. Então, você já começa a não ir mais nos bailes, começa a ir para as reuniões de negros. Começa a fazer um outro tipo de trabalho, que é diferenciado daquele de você só querer ir em bailes, a querer namorar (...)” (M. B.).

A descoberta seletiva de lugares que, devido ao perfil de seus freqüentadores, torna-se capaz de acolher o descontentamento social daqueles que estavam vulneráveis ao racismo, configura um tema usualmente enfatizado nas narrativas de nossos entrevistados:

“Tinha uma época, por exemplo, setenta e três, setenta e quatro nós tínhamos um jornal. (...)que se chamava Árvore das Palavras. Então, por exemplo, tinha a reunião do árvore. Então, ai a gente saía(...) a gente usava a noite para distribuir o jornal. A gente saía com o jornal, distribuía na rua, era um jornal clandestino e (...)no Árvore das Palavras ficava a idéia de uma árvore africana aonde as pessoas sentavam embaixo para conversar sobre a cultura(...)” (H. C. J.).

Assim, começa-se perfilar o delineamento dos caminhos que foram percorridos para se chegar à configuração dos movimentos sociais anti-racismo na contemporaneidade. A constituição dos vínculos, que liga o *eu singular* e o *eu genérico*, já iniciada com a descoberta dos “lugares negros”, na medida em que eles acolhem as diferenças, começa a se destacar também como *locus* privilegiado de trocas de informações sobre as características do racismo brasileiro.

Desse ponto de vista, freqüentar esses ambientes, significava, na época, localizar os pares que pudesse ajudar na elaboração das pautas reivindicativas para se

exigir que o Estado e suas instituições passassem a adotar medidas de proteção contra o racismo na nossa sociedade. Isso é o que destaca um outro sujeito:

“(...) então, esse grupo que vai se formando em São Paulo, que vai dar um núcleo para o movimento negro paulista, ele vai procurando trabalhar mais a questão das escolas de samba. Então, existe duas escolas que vão ser o pivô: uma é o vai-vai, outra é o camisa. E vai se formar um grupo que fica no vai-vai, que sai inclusive no carnaval no vai-vai. O Miltão que é do MNU, o Oswaldo Rafael, eles eram do vai-vai também. Então, tentam fazer um movimento negro dentro da escola de samba(...). Aí havia tentativas de articulações com as escolas de samba. No camisa, muito mais fácil articulação. Porque no camisa o Tobias que era da direção do camisa, ele estava mais imbuído da questão de um movimento negro” (H. C. J.).

O reconhecimento desses espaços sociais como lugares que fundam os movimentos sociais de combate ao racismo de cor, também é destacado a seguir:

“(...)as coisas vão criando um lastro grande, e no interior paulista, também vai aparecendo grupos de movimento negro. Vai aparecendo gente de Santos. E é muito interessante que o movimento vai se estruturando no interior de São Paulo, muito via grupo de teatro negro” (H. C. J.).

Se as práticas discursivas ainda não estavam suficientemente articuladas para “*influenciar no trabalho da questão racial*”, a vivência pessoal e as experiências adquiridas através do alcance ao ensino de 3º grau, através da criação e inserção nos centros de cultura e nos grupos de teatros, por exemplo, lhes fornecem os recursos para o empreendimento das lutas sociais contra o racismo:

“Paralelamente, em São Paulo, capital foi-se formando um grupo que ganhou um caráter, mais ou menos, uspeano(...). O pessoal que se reunia na porta da ECA. Nós sentávamos lá nos degraus, ali naquela entradinha da ECA. Ou então na faculdade de arquitetura. Porque nessa época tinha o Raimundo, ele era professor, depois com as excitações políticas ele teve problemas na Universidade de São Paulo, ele acabou saindo e indo para o Rio Grande do Sul. Então, o Raimundo catalisava um grupo de pessoas em torno da Universidade de São Paulo. No ano seguinte, em 1971, eu entrei na USP(...) São Carlos. Então, daí (...) vai fazer também um circuito universitário com o pessoal negro que está nas universidades. Mas o forte do movimento não ocorria dentro das universidades não. Vai aparecer movimento

“negro, com alguma força dentro da universidade em meados da década de setenta quando surge o grupo negro da PUC-SP” (H. C. J.).

Perspectiva semelhante a essa destaca-se numa outra entrevista:

“Eu comecei a militar, exatamente, em 1973... na ACACUPRO (Casa de Cultura e de Progresso) que era uma entidade que existia na rua Frei Durão, no Ipiranga e que era uma entidade, cujo coordenador, eu diria, foi a pessoa, foi a minha primeira referência como militante foi o maestro Estevão Maia Maia, naquela época. Também, ele já era um dos ícones, assim, do movimento negro. Estava sempre por lá o saudoso Eduardo de Oliveira e Oliveira. Tive outras pessoas importantes que, passaram por lá, que passaram por aquela casa” (A C. A).

A ênfase que o material de nossas análises atribui aos centros de cultura, nomeando-os como espaços privilegiados, que viabilizam o engajamento pessoal nas ações coletivas, e promovem a socialização política dos indivíduos, que procuram agir coletivamente, desde à década de setenta, uma vez mais, se destaca em dois novos fragmentos de entrevistas:

“(...) o movimento negro, por exemplo, ele planta uma sede no Coimbra, em São Paulo, via grupos de teatro. Os caras fazem uma peça chamada Chico Rei, no Coimbra em 1972. É aí que eles lançam a discussão do movimento negro no Coimbra... em Campinas, por exemplo. A gente tinha certas coisas, assim: precisamos ter uma consciência negra. Então, as peças, quase todas, elas começavam e terminavam da mesma forma. Ou seja, elas exaltavam o Quilombo... e terminavam com a palavra de ordem: precisamos lutar pela liberdade da população negra” (H. C. J.).

“(...) nós criamos um novo grupo, um centro de cultura, fizemos um novo centro de cultura e continuamos trabalhando. ...aí fomos ampliando porque a gente começou a partir daí a se estender mais para o interior de São Paulo. ...fomos criando grupos de trabalho no interior de São Paulo, trabalhando, indo muito para o interior para fazer palestras, para organizar grupos do movimento negro no interior. E, eu acho que foi, até porque como eu tinha aprendido muito lá fora... eu acho que politicamente eu estava num período muito melhor para saber como é que a gente tinha que se organizar. Então, São Carlos, Campinas, Barretos, Ribeirão Preto (grupo trávesia) na realidade eram todos cria do CECAN. Quer dizer, cria no sentido de que viram... que era possível fazer espetáculo de teatro com negros, o negro fazer a sua história, e as pessoas começaram a fazer a sua história também. Foi aí que nós fizemos Ongira - Grito Africano. Bom, Ongira era um espetáculo do Maestro

Estevão Maia Maia e de um parceiro dele, em que eles falavam da influência da participação do negro em Minas Gerais, no ciclo do ouro etc..." (T. S.).

A descoberta da montagem de espetáculos teatrais possui, um significado ímpar, na trajetória de (re)organização dos movimento sociais contemporâneos, que visam fazer oposição ao racismo. Segundo Victor Hugo, uma das propriedades do teatro é a de restaurar o que foi truncado pelos analistas.

"O teatro é um ponto de ótica. Tudo o que existe no mundo, na história, na vida, no homem, tudo deve e pode aí refletir-se, mas sob a varinha mágica da arte. A arte folheia os séculos, folheia a natureza, interroga as crônicas, aplica-se em reproduzir a realidade dos fatos" (Hugo: S/D; 61).

Enquanto opera com o drama da vida, a arte, visando simultaneamente, iluminar o mundo externo e o mundo interno dos homens: o mundo externo através da ação discursiva e da ação prática, o mundo interno por meio dos apartes e monólogos, consegue, enfim, fazer o cruzamento entre *"o drama da vida e o drama da consciência"* (Hugo: S/D;61). Nesse sentido, a significação político-social do espetáculo teatral como instrumento de resgate do passado histórico do povo afro-brasileiro segue enfatizada:

"(...) eu comecei a pensar no espetáculo e comecei a perceber que ele precisava de uma visão política mais forte em relação ao negro. Aí no dia seguinte cheguei no teatro e avisei o elenco, vou mudar um montão de cena. Você é louca? Nós vamos continuar fazendo o espetáculo assim, e daqui uma semana o espetáculo está mudado. Ninguém acreditou, achou que era uma loucura da minha cabeça. Mas, aí eu comecei a inserir dentro do espetáculo, modificando as cenas, a inserir uma coisa mais negra, mais política e mais reivindicatória em relação ao negro no espetáculo. Que era... tá bom era importante a coisa da recuperação, da participação do negro em todo o processo da escravidão e das modificações, quer dizer, da realidade do ciclo do ouro, do ciclo... mas, precisava dizer o Brasil hoje. Quer dizer, isso aqui é importante, mas tem um lado mais importante que é mudar essa história. Não basta só você mostrar que a coisa era assim. É importante que você mostre o caminho para que, se não mudou ontem tem que mudar hoje..." (T. S.).

Delineiam-se, assim, as primeiras tentativas da reorganização nacional do anti-racismo. A ausência de redes organizativas conectadas em atividades de abrangência nacional, do período de 1937 até o ano de 1978, não significa desaparecimento completo

dos movimentos sociais de combate à discriminação racial. Os grupos ligados à questão da preservação dos valores da cultura afro-brasileira, nesta fase de latência, permaneceram ativos. Além disso, neste intervalo de aproximadamente quatro décadas de refluxo, um conjunto, constituído de outras pequenas configurações reativas ao racismo e de abrangência local ou regional, vai sendo esboçado. Enfim, nele algumas iniciativas, como os grupos de teatros situados em cidades dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, representam alguns marcos dos acontecimentos da época.

Durante dois anos consecutivos, os objetivos, que conectam os grupos surgidos entre o final de 1960 e meados de 1970, trabalharam no eixo São Paulo e Rio de Janeiro, em busca de um consenso, que pudesse unificar as diversas experiências e fortalecer as lutas contra o racismo na nossa sociedade. A significação política dessa necessidade explicita-se:

"Entre 1974 e 1976, promoveu-se diversas semanas "culturais" do Negro, tentou-se reunir e organizar grupos em Rio Claro, Santos, São Carlos, Araraquara, Ribeirão Preto, São Paulo e Rio de Janeiro. Realizaram-se três encontros de entidades negras para traçar metas unificadas de atuação, em São Carlos, Rio de Janeiro e Rio Claro respectivamente" (Revista MNU, Jul/1980).

Essas tentativas, no entanto, só foram alcançadas em 1978. Em linhas gerais, essas pequenas células, que a partir de meados da década de setenta, substanciam a formação dos movimentos sociais opositores ao racismo, surgem de uma vertente que toma a cultura como eixo das práticas discursivas, reativas à discriminação racial. Os atores sociais dessas micros-organizações precisam captar informações de distintas fontes para inspirarem a realização, desde atividades de lazer até os eventos de caráter reflexivo. Os temas da cultura afro-brasileira devem, na ótica dos protagonistas do movimento, serem contemplados tanto no campo da arte e da cultura, quanto no entretenimento.

Desse ponto de vista, as ações coletivas de combate à discriminação racial, que surgem orientadas pelo eixo da cultura, atuam de maneira indireta face ao racismo e possuem um alcance político e social limitado. Todavia, o desejo de mudança social aponta novas perspectivas de ação política institucionalizada e não-institucionalizada para os atores sociais, que viram-se engajados nas lutas de combate ao racismo.

Agnes Heller (1994) coloca que, devido à complexidade que vão adquirindo os sistemas capitalistas, cada vez mais as relações são mediadas por grupos. Dessa perspectiva, o grupo é a unidade que faz a mediação da relação indivíduo-sociedade. É nele que os indivíduos assimilam as normas de sua sociedade e constróem as suas referências sociais. Ainda que ele não tenha nenhuma supremacia na elaboração das prescrições

sociais e de seus usos, diremos que a sociedade, que dispensa aos seus membros distinção de tratamento, tendo por critério as propriedades físicas, redefine as relações grupais, e, na mesma medida, redefine o significado do grupo para os seus membros. Sociedades com essas características conferem uma força histórica e psicológica elementar à camada atingida.

Como referência para os seus membros, o grupo passa a oferecer as ferramentas básicas para o indivíduo, na sua esfera singular, superar os mecanismos de opressão, e por essa via, realizar o movimento de descoberta de seu passado histórico. Quando um grupo, adquire esses contornos, e consegue estruturar-se como movimento social, os seus partícipes tornam-se, através das práticas sociais adotadas, capazes de intervir, eficazmente, nos determinantes da causa empreendida. Em suma, os atores sociais, que constituem os pequenos núcleos do anti-racismo na cidade de São Paulo, a partir de meados de 1970, expandem o alcance político de seus objetivos, através do surgimento de novas formas organizativas cuja estruturação, já vinha ocorrendo em outras cidades.

Denúncias e atos públicos de protestos: a primeira fase da reorganização nacional dos movimentos sociais de combate à discriminação racial no Brasil.

A maior parte do material em que se apoia a discussão sobre a primeira fase da rearticulação nacional dos movimentos sociais de oposição ao racismo no Brasil, destaca que essa disposição perpassa o descontentamento social em relação ao sistema institucional estabelecido.

Riechmann & Buey (1994), enfatizam que os movimentos sociais surgem devido à incapacidade do sistema institucional estabelecido em dar respostas aos problemas sociais.

Face à divulgação pelos meios de comunicação de casos de racismo na cidade de São Paulo, a partir de meados de 1970, os atores sociais que se viram engajados nos grupos de teatro e nos centros de cultura, através de encontros realizados nos ambientes sociais, construídos anteriormente, tornam públicas ocorrências de discriminação ou de violência policial impulsionadas pelo racismo, mas que vinham sendo experimentadas na esfera da vida privada.

Da politização desses acontecimentos se esboçam as primeiras propostas de intervenção na ordem estabelecida:

“(...) a minha inserção nas lutas contra o racismo se dá, exatamente, ...quando eu começo a descobrir a realidade do Brasil, quando eu começo a descobrir a realidade

do negro. E daí para cá, quer dizer (...) você vai construindo e reconstruindo as coisas que você sente, as coisas que você pensa. E aí não dá para parar, quer dizer, você vai cada dia mais ganhando consciência e você quer sair rebentando tudo, porque sabe, alguma coisa tem de ser feita para mudar isso” (T. S.).

A constatação da discriminação baseada em racismo de cor em várias instâncias de nossa sociedade, mas sobretudo a verificação de que os aparelhos que configuram a instituição policial ora são coniventes, ora são co-autores das práticas sociais racistas, têm uma relevância ímpar para o engajamento pessoal na ação política que pretende anular o comportamento social discriminatório. Há, entretanto, diversos obstáculos para se combater esse tipo de racismo. M. Wiewiora coloca que, embora flagrante, essa modalidade do fenômeno costuma “atravessar certas instituições sem que nenhum dos seus membros tenha de o assumir pessoalmente de modo explícito e consciente” (Wiewiora, 1995:10).

Independente da dificuldade para se chegar à identificação dos responsáveis pela discriminação racial denunciada, esse problema, entre os anos de 1970 e 1980, se configura como agente mobilizador no campo do anti-racismo. A discussão acerca do impacto desfavorável que o racismo possui sobre o povo afro-brasileiro, freqüentemente aludido no material escrito consultado pela nossa pesquisa, também é enfocado nas narrativas de nossos entrevistados. A compreensão de que no âmbito institucional, mais especificamente nas corporações da polícia, as diferenças visíveis, funcionam como critério do comportamento discriminatório, se sobressai:

“(...)essa consciência, ela já vem dessa violência cometida contra o Robson. Essa coisa de que todos nós estávamos vulneráveis. Aquilo poderia acontecer com qualquer um de nós” (M. B.).

Referindo-se aos acontecimentos que, na época, animaram a vontade pessoal para o engajamento na ação política não-institucionalizada, o fragmento de uma entrevista coloca:

“(...) movimento negro para mim, era uma coisa que (...) para mim existia, mas, (...) numa ótica americanizada. Então, eu tinha uma visão bem americanizada do movimento negro. Achando que tudo poderia se dâ no momento que os negros se unissem como aconteceu nos Estados Unidos, uma série de coisas. Tudo isso na minha juventude, no começo dos anos setenta, final dos anos sessenta. Por conta das festas, dos bailes que aconteciam – onde só freqüentavam os negros. (...) onde tinha uma camada de negros minimamente organizados numa visão americanizada.” (M. B.)

zada. Obviamente, que o tempo foi passando, a conjuntura foi mostrando, o dia-a-dia foi mostrando, que os negros no Brasil tinham que se organizar muito mais, que aqui era muito mais complicada a luta racial porque ela não aparecia frontalmente, ela era uma coisa fechada” (M. B.).

Convictos de que a sociedade civil e as instituições oficiais não reconhecem racismo no Brasil, os protagonistas que estavam engajados nas atividades de preservação dos valores da cultura afro-brasileira e no resgate do seu passado histórico, conseguem, por meio da implementação de um ato público de protesto contra o racismo, alicerçar a base das lutas sociais de combate à discriminação racial desde 1978. Os antecedentes desse processo são explicitados tanto nas narrativas das entrevistas de nossos sujeitos, quanto nos documentos da época. Os acontecimentos que serviram de ferramenta à rearticulação nacional das lutas contra à discriminação racial se revelam na publicação de uma matéria na revista *Tição*, editada em 1979:

“As denúncias de racismo se sucediam a todo momento. Os últimos acontecimentos conhecidos: a morte de Robson Silveira da Luz e de Milton Lourenço e a discriminação a quatro atletas negros de um clube paulista...” (Revista Tição, N.º2, Ano II, agosto de 1979).

O comportamento discriminatório denunciado adquire um peso político ele-
mentar, na implementação da ação política não-institucionalizada, no período que
compreende os anos de 1970 e 1980. A relevância desse tema para o engajamento
político, também foi registrada numa revista editada pelo Movimento Negro Unifi-
cado (MNU), em 1980.

*“A essa altura dos acontecimentos, a temperatura era alta. Pessoas isoladas,
grupos negros, entidades de São Paulo e do Rio de Janeiro estavam mobiliza-
dos. Tratava-se de encontrar uma resposta a altura do violento e crescente racis-
mo da nossa sociedade. A idéia de fazer um protesto massivo contra todas essas
agressões racistas foi fermentando, tomando corpo pouco a pouco. Em uma reu-
nião em 18 de junho/78, concluiu-se que era chegada a hora de nos organizar-
mos para lutar concretamente, contra as injustiças sociais e econômicas que nos
têm esmagado, desde que nossos antepassados aqui chegaram”* (Revista MNU,
N.º 2, Set/Out/1980).

Destacando alguns conteúdos do material que reconstitui o processo de reorgani-
zação nacional das lutas de combate ao racismo constatamos que, desde a formação

dos grupos de teatro e de cultura, já existia uma disposição dessas redes organizativas no sentido de somar forças com os aliados, e estabelecer parcerias visando à ampliação da mobilização política contra as práticas sociais racistas. Assim, o crescimento de formas reativas ao racismo, o fortalecimento dos vínculos de cooperação entre os grupos existentes conseguem, enfim, senão resolver, pelo menos demonstrar que os direitos e as liberdades do povo afro-brasileiro não são assegurados pelo Estado.

Além disso, ao que foi exposto, somam-se também outros componentes relevantes à conformação do quadro que representa a unificação dos interesses ao redor da causa do anti-racismo em 1978:

“a morte do trabalhador negro Robson Silveira da Luz, no mês de maio, devido a torturas por policiais em uma delegacia de Guaianazes, em São Paulo; expulsão, no mês de maio, de quatro atletas negros do time juvenil do Clube Regata Tietê; e o assassinato, por um policial, no bairro da Lapa, de Nilton Lourenço, negro e operário” (Singer, 1981:171).

Diversos estudos têm destacado que a incapacidade de reconhecer algum lugar para o grupo “racizado” constitui um componente elementar, no domínio do fenômeno racismo. Nessa perspectiva, torna-se inconcebível para o autor do comportamento discriminatório reconhecer como humano todos ou alguns membros do grupo visado.

M. Wieviorka considera que esta lógica diz respeito à vontade do sujeito racista: ela recusa, coloca à distância e, nas situações extremas, apela à expulsão ou ainda à destruição da diferença (Wieviorka, 1995:13). Em situações como essa parece não haver outra alternativa para o grupo prejudicado, senão o engajamento político. Visto por esse ângulo, o trecho de uma notícia publicada pela revista do MNU em 1980, acrescenta:

“Alguns fatos combinados apressaram o nascimento do que, na sociedade brasileira, era inteiramente previsível, e mais que isso, inevitável: uma organização negra realmente combatente, vinculada às bases (...).” (Revista MNU, N.^o 2, Set/Out/1980).

Considerando que as consequências do racismo determinam o surgimento de grupos organizados que visam combatê-lo, elas aceleram também, o processo de unificação das lutas que procuram cessar o ritmo de crescimento do comportamento discriminatório. Num outro trecho da mesma revista diz-se:

“A 12 de junho apareceu a primeira voz de protesto. Uma semana depois estava

criado o MNUCDR, com sua primeira atividade: ato público no dia 7 de julho, em São Paulo”.

Scherer-Warren enfatiza que uma característica do movimento social é a de construir uma “*utopia de transformação, com a criação de projetos alternativos e de propostas de mudança*” (Scherer-Warren, 1999:15). Coerente com esse pressuposto, o Movimento Negro Unificado contra à Discriminação Racial (MNUCDR) dá início à tarefa de mobilização coletiva para materializar o aludido ato público de protesto contra o racismo para o dia 17 de julho de 1978. Uma notícia publicada naquele ano pelo *Jornegro* coloca:

“O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial composto de indivíduos, grupos e algumas entidades negras, distribuiu carta junto à comunidade de São Paulo, convocando-a para que fosse a Praça Ramos de Azevedo, no fim do Viaduto do Chá, em frente ao Teatro Municipal dia 7 de julho às 18:30 horas para protestar contra à discriminação racial que é um fato marcante na sociedade brasileira, que barra o desenvolvimento do negro, destrói sua alma e a sua capacidade de realização como ser humano” (Jornegro, Set/78, N.º 4, S.P.).

Complementando as informações desse evento, uma outra notícia veiculada na época acrescenta:

“Na manhã do dia 7, cinco mil cartas abertas foram impressas(...). Mais de mil negros fizeram a leitura em coro da carta aberta no ato público, de onde nasceu a idéia de criação dos centros de luta” (Revista Tição, N.º 2, Ano II, Ago/1979).

A amplitude da mobilização para esse evento surpreende. Os registros da época revelam que o engajamento, para o ato público de protesto contra à discriminação racial, atravessa a sociedade civil, e se estende até as instituições governamentais. Considerando que os protagonistas do movimento denunciavam, de uma maneira geral, as práticas sociais racistas, e, em particular, o racismo institucional, os núcleos de presidiários conscientes de que a violência policial contra o povo afro-brasileiro tem por motivo impulsor o racismo de cor, também se manifestam solidários a essa causa. Notemos, então, que a dimensão do descontentamento social causado pelo ódio racial se conservam impressas nos documentos da época:

“Do fundo do grotão, do exílio, levamos nosso sussurro a agigantar o brado de luta e liberdade dado pelo MNUCDR. Nós presidiários brasileiros contamos

com nosso grupo unificado contra a discriminação racial. E aqui estamos no lado do submundo mas dispostos a dar nossos corpos e mentes para a ação da luta, denunciar também a discriminação dentro do sistema judiciário. Aqui, no maior presídio da América do Sul” (Apud de Silva, 1988:277).

Quanto à carta aberta lida no dia 7 de julho, o seu conteúdo explicitava:

“Não podemos mais calar. A discriminação racial é um fato na sociedade brasileira, que barra o desenvolvimento negro, destrói a sua alma e a sua capacidade de realização como ser humano...

Não podemos mais aceitar as condições em que vive o homem negro, sendo discriminado da vida social do país, vivendo no desemprego, subemprego e nas favelas. Não podemos mais consentir que o negro sofra perseguições constantes da polícia sem dar uma resposta” (Singer 1981: 171-2).

O desenvolvimento da noção de injustiça, base necessária para o engajamento nos movimentos sociais, aparece destacado num outro trecho da carta:

“Hoje estamos nas ruas numa campanha de denúncia! Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra. Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro! Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado contra o racismo” (Apud de Silva, 1988:276-7).

Tendo como parâmetro os acontecimentos que determinaram o surgimento do MNU, uma publicação de 1980 expõe as características da nova fase do engajamento político no campo do anti-racismo:

“(...) Finalmente em julho de 1978, a comunidade negra volta a se manifestar, e desta vez de forma inédita, uma concentração de 3000 pessoas(...) Desta manifestação nasceu o Movimento Negro Unificado. Nasceu da luta, na rua, pelo combate ao racismo assassino que tira vida aos negros através dos órgãos policiais, apoiado no regime de opressão mantido a força pelo Regime Militar. O Movimento Negro Unificado, atua hoje, em nove estados, organizadamente, e mantém contato em quatro outros, organizando e levando a Comunidade Negra a proposição de luta, Contra a discriminação Racial, contra a Miséria e a

Opressão, contra a Repressão Policial e contra o extermínio físico da população negra pela fome(...)" (Revista MNU, Campinas, Julho/1980).

A constatação de que as diferenças visíveis constituem uma barreira social, que impede a possibilidade de desenvolvimento da convicção na comunidade de destino entre os brasileiros, determina a elaboração de um conjunto de ações que, simultaneamente fortalece o associativismo e expande os debates sobre o problema do racismo para outros setores da sociedade civil.

Refletindo sobre os aspectos que compõem a reorganização do anti-racismo, parece que a tolerância da sociedade brasileira – principalmente das instituições oficiais – com o racismo constitui um fator importante que, senão favorece o engajamento político da camada social atingida nas lutas organizadas contra o racismo no Brasil, pelo menos têm estimulado uma parcela mais expressiva do povo afro-brasileiro a refletir sobre as causas do racismo na nossa sociedade. Isto significa que o processo de mobilização política contra o racismo, assim como o debate sobre as suas causas, não se encerram com a efetivação do ato público de 1978. Concluída essa tarefa, já no dia 23 de julho, em São Paulo, o MNUCDR, realizou a primeira assembléia nacional do movimento. Sem dispor de patrocínio político para ampliar a abrangência das ações visadas pelo movimento, o fortalecimento dos vínculos de cooperação entre as entidades, parece representar o embasamento que capacitou um evento de protesto como agente político organizador das redes sociais opositoras à discriminação racial. Entre os dias 9 e 10 de setembro, no Rio de Janeiro, cerca de 300 pessoas participam de uma segunda assembléia nacional dessa entidade cuja pauta vai delineando os caminhos percorridos pelos seus protagonistas em busca da unificação nacional da luta contra à discriminação racial. Sobre o crescente processo de mobilização política em torno das lutas contra o racismo, os registros da época informam:

"A primeira assembléia Nacional do MNUCDR aconteceu em São Paulo, a 23 de julho. No encontro foram aprovados os pontos básicos para um programa de luta da comunidade, assim como reivindicações de melhores condições de vida, contra a discriminação racial e pela liberdade de expressão e organização dos negros.

Pela primeira vez, a luta contra a discriminação racial teve nível nacional, com a participação de 25 entidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e ainda moções de apoio vindas da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas" (Revista Tição, N.^o 2, Ano II, Ago/1979.).

Conforme o movimento se amplia, na mesma proporção, aumenta também os programas e a sua pauta de reivindicações. Na segunda assembléia do MNUCDR,

além das questões relativas a sua organização interna, também a discussão sobre o tratamento, que os partidos políticos deveriam dispensar para o problema do racismo na nossa sociedade, tornou-se explicitada:

“Quase 300 pessoas distribuídas em 20 centros de Luta participaram da segunda Assembléia Nacional, realizada nos dias 9 e 10 de setembro, no Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), Rio de Janeiro. Em pauta: discussão final para a aprovação da carta de princípios, os estatutos, o programa de ação e a posição do movimento diante das eleições. Todos estes itens foram aprovados, além do apoio dado pelo “voto racial” aos candidatos negros que assumissem o programa mínimo do movimento” (Revista Tição, N.º 2, Ano II, Ago/79).

Enfocando os temas debatidos percebe-se que o processo de surgimento, a organização e a mobilização de um movimento social tem por referência um sujeito opositor. Quando nos debruçamos sobre os temas dos debates, parece que o destino do voto eleitoral do povo afro-brasileiro contribui, sobremaneira, para a transformação dos interesses hegemônicos em figura opositora do anti-racismo:

“Qual a melhor maneira de utilizarmos nosso voto? Para isto, é preciso entender o que significa voto, qual é a dos candidatos e partidos políticos. Historicamente os partidos políticos no Brasil não apresentam grandes diferenças de pensamento ideológico, isto é, os mesmos princípios burgueses se reproduzem em quase todas as agremiações partidárias e deixando de fora os interesses básicos da grande massa onde nos localizamos...” (Jornegro, 1978).

Descobre-se, assim, um horizonte, constituído de vários outros temas cuja urgência de debates sobre cada um deles, legitima-o como a base de onde surgem os princípios elementares que, desde o I Congresso Nacional do MNUCDR, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 1979, passou a orientar o seu programa e à ação de seus integrantes. Os objetivos desse ator coletivo encontram-se registrados na carta de princípios do MNU:

“Nós, membros da população negra brasileira – entendendo como negro todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça – reunidos em Assembléia Nacional, CONVENCIDOS da existência de: discriminação racial; marginalização racial, política, econômica, social e cultural do povo negro; péssimas condições de vida; desemprego; subemprego; discriminação na admissão em empregos e perseguição racial no trabalho; condições subhumanas

de vida dos presidiários; permanente repressão, perseguição e violência policial; exploração sexual, econômica e social da mulher negra; abandono e mal tratamento dos menores, negros em sua maioria, colonização, descaracterização, esmagamento e comercialização de nossa cultura; mito da democracia racial, resolvemos juntar nossas forças e lutar por: defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais através da conquista de maiores oportunidades de emprego, melhor assistência à saúde, à educação e à habitação; reavaliação do papel do negro na história do Brasil; valorização da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção; extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência a que somos submetidos; liberdade de organização e de expressão do povo negro.

E considerando enfim que: nossa luta de libertação deve ser somente dirigida por nós; queremos uma nova sociedade onde todos realmente participem; e como não estamos isolados do restante da sociedade brasileira nos solidarizamos; a) com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira que vise a real conquista de seus direitos políticos, econômicos e sociais; b) com a luta internacional contra o racismo. “POR UMA AUTÊNTICA DEMOCRACIA RACIAL! PELA LIBERTAÇÃO DO POVO NEGRO!” (Revista MNU, 1988:18).

Pressupondo que a efetividade das ações do movimento tem por referência a transformação da esfera sócio-cultural, sócio-econômica e política, os protagonistas do MNUCDR e, posteriormente, agentes de outras formas organizativas, que vão surgindo se deparam com as tentativas, externas, de cooptação política dos sujeitos individuais, que foram atraídos pelas redes sociais de combate ao racismo.

Na medida em que o movimento avança nos seus propósitos, conforme ele vai se configurando em força de oposição aos interesses hegemônicos, vão surgindo, também os obstáculos que impediram o MNUCDR de salvaguardar a sua unidade política original. De acordo com o que pudemos apreciar, essas experiências referem-se a um fenômeno que transcende a capacidade de exercício da pressão política e o próprio interesse dos grupos envolvidos. Já em 1979, na sua terceira assembléia nacional, realizada em Salvador/BA, nos dias 3 e 4 de novembro de 1979, a dinâmica interna deste encontro expõe posições políticas pessoais e coletivas divergentes, que levam o MNUCDR ao declínio. Resgatando esses fatos, as fontes de nosso estudo explicitam:

“O encontro da Bahia foi conturbado, mas também apresentou qualidade... a assembléia geral se definiu por uma divisão de posições dentro do movimento: de um lado os representantes da Executiva Nacional e da mesa de trabalhos,

defendendo o rigoroso cumprimento da pauta aprovada na Assembléia do Rio, ou seja, a discussão sobre as questões gerais que envolvem a sociedade brasileira como anistia, constituinte, eleições, estado de direito, etc. Por outro lado, os representantes dos Centros de Luta baianos, argumentando que os pontos básicos do programa de ação e carta de princípios precisavam ser retomados, pois não havia sido suficientemente debatidos..." (Revista Tição, N.º 2, Ano II Ago/1979).

Em face desses sinais e ante a expansão da divergência de interesses na condução de suas questões internas, tornou-se cada vez mais difícil para o MNUCDR sustentar a unidade política, que o consubstanciou em força política de abrangência nacional.

Concomitante aos sinais de saturação política deste ator social, também pode-se notar o aparecimento de outras ramificações de seu núcleo gerador. Definida por seus protagonistas como “centros de lutas”, estas ramificações se alastram por diferentes cidades dos Estados brasileiros. Desse modo, enquanto se assiste à decomposição do MNUCDR cuja reformulação o transformou em MNU, os *centros de lutas* vão se consolidando nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

Reconhecido como marco histórico na trajetória contemporânea dos movimentos sociais, que procuraram combater o comportamento social racista, o impacto do ato público de protesto de 1978, animou sobremaneira a busca de soluções para impedir o crescimento do racismo brasileiro. Depois de ter se expandido e se consolidado como força política de combate à discriminação racial, tendo atuado distante das instituições do Estado, e principalmente desde que os protagonistas das formas organizativas, aqui enfocadas, começam a perceber a dimensão e a extensão do fenômeno racismo na sociedade brasileira, as práticas, que visam combatê-lo vão sendo recriadas.

Algumas Considerações Finais

As páginas precedentes expuseram os processos de desenvolvimento da consciência racial, as demandas formadoras dos espaços e das redes sociais que reorganizam o anti-racismo no Brasil e a politização da denúncia do comportamento social discriminatório e da violência policial como ocorrências que, desde o término de 1960 até o final de 1970, animaram o engajamento pessoal nas lutas de combate à discriminação racial. Mesmo contribuindo sobremaneira para que o problema do racismo entrasse na pauta dos debates sobre os fatores determinantes das desigualdades sociais vistas na nossa sociedade, os eventos aludidos anteriormente, embora encobrem uma nova fase nas estratégias das lutas sociais contra o racismo, nem sempre

encontraram espaço para se converterem em força política. Malgrado os esforços empreendidos, eles não foram capazes de influir no rumo das decisões do Estado e dos partidos políticos e tampouco de conquistar o apoio político de outras formas organizativas para a causa empreendida. A contribuição de cada uma delas foi no sentido de modificar as concepções e os comportamentos do povo afro-brasileiro diante das situações flagrante ou velada de ocorrências racistas.

T. Evers, considera que essa é uma das principais características dos novos movimentos sociais. Enfatiza que o potencial político das novas modalidades da ação coletiva, sobretudo daquelas que foram inauguradas a partir da década de setenta, não são experiências que possam ser compreendidas através da idéia de *poder político*, mas antes, por exemplo, como formas capazes de empreender “à renovação de padrões sócio-culturais e sócio-psíquicos do quotidiano, penetrando a micro-estrutura da sociedade”. A perspectiva desse autor coloca também que o percurso “deste processo criativo é necessariamente aberto, embriônário, descontínuo e permeado de contradições”. Essa concepção mostra-nos que fenômenos dessa natureza subvertem os modelos e as categorias explicativas das ciências sociais. De sorte, que a busca de compreensão para essas formas organizativas evoca também a “dicotomia alienação-identidade” como ponto de partida para explicar esses processos. Isso significa que esses novos sujeitos não podem ser concebidos como “entidades sociais ou individualidades completas, mas antes como fragmentos de subjetividade atravessando a consciência e a prática de pessoas e organizações” (Evers, 1984:12).

Sem dúvida alguma, a concepção de que o descontentamento social tem como fonte a desigualdade de classes cujo entendimento, segundo Touraine (1977) só pode ser alcançado quando conciliado com a idéia de conflito, posto que ele é parte de *um campo de ação histórica (S.A.H)*, não satisfaz a análise dos fatores determinantes do engajamento pessoal no movimento anti-racismo.

Certamente o problema do racismo não pode ser tratado sem que se faça referência aos problemas gerais, que impedem a mobilidade ascendente do povo afro-brasileiro em nossa escala social. No entanto, não podemos perder de vista que as causas do preconceito ou da ação discriminatória, geradas pelo racismo, carregam conteúdos morais e psicológicos capazes de influir nos processos de formação das redes organizativas de combate à discriminação racial. Presume-se ainda que a busca da mudança social, conjugada com a necessidade de formar uma identidade social autodeterminada, constitui a força motora do engajamento pessoal em movimentos sociais. Desse modo, uma análise conceitual sobre o problema do racismo, deve considerar também que, na contemporaneidade, a transformação da sociedade afeta a cultura e a identidade dos grupos sociais.

Nesse sentido, alguns estudos têm destacado que o fundamento do racismo pode ser explicado através do processo de desestruturação das relações sociais. Segura-

mente, todas as vezes em que ocorre algum tipo de enfraquecimento no sistema de proteção social dos indivíduos, também as expressões do racismo são atualizadas. Em face às situações de escassez de emprego, por exemplo, o aumento do sentimento de ameaça naqueles que são movidos pelo ódio racial tende a negociar o conflito por meio de medidas extremas.

Isso significa que independente da posição social, freqüentemente pode-se localizar vitimados do racismo, entre o povo afro-brasileiro. Contrariando a perspectiva teórica que orienta os debates acerca da origem dos conflitos sociais, cujo entendimento considera que, a dominação econômica é a base formadora dos antagonismos de classes, o enfoque na abordagem das relações raciais deve pressupor que as desigualdades sociais, principalmente em contextos sociais que não conseguem eliminar os comportamentos sociais racistas indicam que, o quadro da exclusão social contém elementos reveladores da significação social da cor da pele na estruturação do sistema sócio-político. Desse modo, a intensidade e a variabilidade das práticas sociais racistas, assim como os movimentos sociais que a elas se opõem, contemplam as transformações ocorridas na teia das relações sociais.

Refletindo sobre o problema do racismo europeu, Robert Miles indaga se as práticas sociais racistas são de fato produto do capitalismo. Enquanto busca resposta para essa interrogação, o autor enfatiza que, pelo menos na Europa, as novas expressões do racismo decorrem de uma nova ortodoxia radical. Demonstra o estudo de Miles, que na concepção do indivíduo racista é natural, que as pessoas de uma mesma comunidade, desejem viver entre si e exprimam a sua hostilidade à presença de populações culturalmente diferentes. Nessa perspectiva, parece que os interesses dos grupos implicados nos conflitos raciais podem explicar melhor as causas do fenômeno racismo e das desigualdades sociais (Miles, 1992). Em nosso estudo, quando se enfoca as ocorrências determinantes da reorganização nacional do movimento de combate à discriminação racial, também se descobre a hostilidade vivida no plano das relações interpessoais como fator determinante do desenvolvimento dos conflitos raciais.

Em síntese, surgida a partir de um ato público de protesto que visava a denúncia da violência policial praticada contra a população afro-brasileira, ao longo dos últimos decênios, a energia e a criatividade dos protagonistas do movimento anti-racismo não só conseguiram dar visibilidade social para o problema do racismo na nossa sociedade, mas também expôs a fragilidade das bases que sustentam a nossa democracia impondo, assim, novos desafios para o fazer acadêmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas (1997) *Modernidad, pluralismo y crisis de sentido: la orientación del hombre moderno*. Barcelona, Paidós.
- _____. (1987) *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis, Vozes.
- BLOOM, Leonard (1974) *Psicología Social de las Relaciones de Raza*. Buenos Aires, Granica.
- EVERS, Tilman (1984) *Identidade: a face oculta dos Novos Movimentos Sociais*. São Paulo, Novos Estudos Cebrap, V. 2, N.º 4, 11-23.
- HELLER, Agnes (1994) *La Necesidad de Revisión de la Izquierda*. Madrid, Tecnos.
- HUGO, Victor. *Do Grotesco e do Sublime: Tradução do “Prefácio de Cromwell”*. São Paulo, Perspectiva, S/D.
- MILES, Robert (1992) *Le Racisme Européen Dans son Contexte Historique: réflexions sur l'articulation du racisme et du nationalisme*. Genèses - Sciences Sociales et Histoire, N.º 08, Jun, Paris, 108-131.
- MIRANDA, Telma Guimarães de (1997) *Movimentos Sociais no Brasil: balanço da literatura, 1970-1995*. São Paulo, Universidade de São Paulo, FFLCH.
- MODDOD, Tariq (1997) *Diferença Étnica e Igualdade Racial: novos desafios para a esquerda*. In: Reinventando a Esquerda. David Miliband (Org.). São Paulo, UNESP, 117-134.
- RIECHMANN, Jorge & BUEY, Francisco Fernández (1994) *Redes que Dan Libertad : introducción a los nuevos movimientos sociales*. Barcelona, Paidós Estado Y Sociedad.
- SADER, Eder (1988) *Quando Novos Personagens entram em Cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SINGER, Paul et al (1981) *São Paulo em Movimento*. Petrópolis, Vozes-CEBRAP, 157-175.
- TAJFEL, Henri (1983) *Grupos Humanos e Categorias Sociais: estudos em psicologia social*. Lisboa, Livros Horizontes, V. I e II.
- TOURAINE, Alain (1977) *As Classes Sociais*. In: *As Classes Sociais na América Latina*. Raúl Benítez Zenteno (coord.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 11-68.
- WARREN, Ilse Scherer (1999) *Cidadania sem Fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo, Hucitec.
- WIEVIORKA, Michel (1995) *Racismo e Modernidade*. Portugal, Bertrand Editora, 9-22.

• Recebido para publicação setembro de 2000

Teoria Crítica da Sociedade e Estudos sobre o preconceito

Critical Social Theory and Studies of Prejudice

José Leon Crochík *
jlchma@usp.br

Resumo

Este ensaio tem como objetivo refletir alguns estudos sobre a hipótese do contato, a partir da teoria crítica da sociedade e defender a continuidade de pesquisas baseadas em ‘A Personalidade Autoritária’. Contrapõe a investigação social empírica, que é a base daqueles estudos, com a teoria da sociedade, evidencian- do os limites de ambas. Apresenta, ao final, um estudo que mostra haver relação entre a ideologia da racionalidade tecnológica, as características narcisistas de personalidade e a predisposição ao preconceito.

Palavras-chave

Preconceito, personalidade autoritária, hipótese do contato, teoria crítica da sociedade

Abstract

The aim of this study is to reflect about some studies of the contact hypothesis, having at reference the critical social theory. It also intends to defend the continuity of researches based on “the Authoritarian personality”. This essay confronts the empiric social investigation with the societal theory, showing the limits of both. Finally, it presents a study that reveals the correlation between technology rationality ideology, narcissistic traits of personality and predisposition to prejudice.

Key words

Prejudice, authoritarian personality, contact hypothesis, critical social theory

* Docente dos Programas de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social e em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

O objetivo deste texto é o de pensar os resultados de algumas pesquisas empíricas sobre o preconceito, à luz dos estudos de Adorno e Horkheimer. Defende a necessidade da continuidade de estudos na perspectiva utilizada no trabalho realizado sobre a personalidade autoritária, em Berkeley, na década de 40 do século passado. Nesse estudo, do qual Adorno foi um dos autores principais e Horkheimer um dos coordenadores do conjunto de pesquisas financiadas pelo Comitê Judaico de Nova York, entre elas a pesquisa em questão, foram utilizadas diversas técnicas das ciências humanas para se compreender a relação entre a adesão a diversas ideologias - sintetizadas nas ideologias conservadora e liberal -, a configuração da personalidade – se propensa ou não ao fascismo – e o preconceito - presente quer no anti-semitismo, quer no etnocentrismo.

Para se estabelecer a relação entre a personalidade e a ideologia, presente também nas escalas sobre o preconceito, e para analisar e interpretar os dados obtidos, os autores – Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson, Sanford e outros - adotaram a Psicanálise, para o estudo da configuração psíquica, e uma teoria da sociedade de matiz marxista, visível nos capítulos assinados por Adorno e Levinson. Apesar das diferentes especialidades que caracterizavam os coordenadores do trabalho, a posição política – crítica ao conservadorismo político-econômico e defesa da democracia – e a metodológica, não os diferenciavam de forma marcante, o que permitiu a vários deles escrever alguns capítulos em conjunto, além de se referirem, nos capítulos que cada qual escreveu, aos dados e/ou análises contidos nos capítulos escritos pelos outros. A forte presença da psicanálise nesse estudo, por sua vez, não destoa da perspectiva dos frankfurtianos, antes é inerente a ela. Adorno (1986) defende a psicanálise como: “...la única que investiga seriamente las condiciones subjetivas de la irracionalidad objetiva”(p.36)¹, ou seja, a psicanálise, segundo esse autor, permite compreender as bases psíquicas da servidão voluntária.

Este ensaio está dividido em alguns fragmentos. Esses fragmentos são breves, mas procuram fazer justiça ao seu objeto e se implicam mutuamente; o eixo que os relaciona é a contraposição entre a teoria da sociedade e a investigação social empírica, feita por Horkheimer e Adorno (1978b), que defendem, no estudo sobre o fascismo moderno, o uso de técnicas experimentais, com a concomitante reflexão sobre os seus limites; da psicanálise, para interpretar a dinâmica psíquica; e da teoria da sociedade, para pensar a constituição da sociedade, do indivíduo e da relação entre ambos. Como o intuito deste ensaio é o de defender a continuidade de estudos na perspectiva adotada no trabalho sobre a personalidade autoritária, deve-se, ainda que brevemente, responder algumas das principais críticas

1 Para a discussão sobre a intensa presença da psicanálise nos escritos dos frankfurtianos ver Rouanet (1989).

feitas a esse trabalho, o que será feito na primeira parte, e apresentar a dois tipos de interlocutores – alguns dos seguidores da teoria crítica da sociedade, que abrigam certa aversão à investigação social empírica, por supor que essa reduz os objetos às suas técnicas, e os defensores da investigação social empírica, que elegem a análise dos fatos coligidos na realidade estabelecida como o fórum último de suas conclusões – parte da argumentação de Horkheimer e Adorno (1978b), autores que defendem o uso de ambas as perspectivas para o estudo sobre as tendências fascistas contemporâneas, desde que confrontadas uma com a outra, o que será exposto na segunda parte deste trabalho. Esses dois tipos de consideração estarão presentes na análise dos estudos sobre a hipótese do contato, que constará da terceira parte deste ensaio; esses estudos, que pertencem ao que se considera Investigação Social Empírica, parecem carecer de uma teoria da sociedade e de uma teoria dinâmica da personalidade que lhes assinalem os limites de suas possibilidades. Nessa parte do trabalho, refletiremos sobre esses limites, tentando evidenciar que os referenciais teóricos presentes no estudo sobre a personalidade autoritária e em diversas obras dos frankfurtianos poderiam levar a análises mais aprofundadas. Na parte seguinte deste trabalho, serão apresentados alguns resultados de uma pesquisa desenvolvida pelo autor, que intenta prosseguir os estudos do grupo de Berkeley, mas que por isso mesmo, respeitando a perspectiva histórica, analisa a relação entre um tipo de ideologia, que, por hipótese, está substituindo as estudadas por eles – a ideologia da racionalidade tecnológica –, que foi delimitada através de textos de Adorno (1986, 1995 a e 1995b) , Horkheimer e Adorno (1985), Marcuse (1981 e 1982) e Habermas (1983), as características narcisistas de personalidade, que segundo indicam alguns ensaios de Adorno (1986, 1995 a), pertencem à mesma constelação de fenômenos que a personalidade autoritária, que, como pode ser notado em seu capítulo sobre tipos e síndromes do livro ‘A Personalidade Autoritária’, não se configura de uma única forma, e a predisposição ao preconceito, avaliada pela escala F. Esse último fragmento, além dos dados e análise que apresenta sobre o tema em questão, serve como ilustração do que o autor propõe como prosseguimento dos estudos do grupo de Berkeley, sem que essa proposta signifique que outras formas de investigação sobre o preconceito sejam inócuas.

Em suma, defende-se, neste ensaio, não só a continuidade dos estudos da relação entre personalidade e ideologia, o que têm sido desenvolvido até hoje (ver Schaller et al. , 1995 e Altemeyer, 1999, por exemplo), como a presença da psicanálise, para a interpretação das configurações psíquicas, e da teoria crítica da sociedade, para pensar a relação entre a ideologia e a propensão ao preconceito, que não dispensa a ciência erigida por Freud e seus seguidores.

Considerações sobre as críticas ao trabalho ‘A personalidade autoritária’

A pesquisa sobre a personalidade autoritária, desenvolvida por Adorno et al. (1950), ensejou vasta literatura que ora deu continuidade a essa pesquisa, ora, a partir de críticas, buscou outras formas de avaliação e de interpretação das variáveis estudadas (Carone, s/d e Vagostelos, 1997). Considerada por muitos já um clássico da literatura da área, tem sofrido várias críticas; talvez a mais importante seja a de que esses autores não deram ênfase às condições sociais em sua análise, privilegiando a configuração da personalidade na análise da predisposição individual ao preconceito. Essa crítica parece desconsiderar uma série de fatores, desconsideração esta que, certamente, não diz respeito a todos os críticos. Dentre esses fatores, destacamos:

a) O livro ‘A Personalidade Autoritária’ acentua, em sua conclusão, que se supõe representativa de todos os seus autores, que a ênfase em características psicológicas não significa o entendimento do preconceito como um fenômeno meramente psicológico, como alguns dos seus críticos argumentam. Nas suas palavras:

“It seems obvious therefore that the modification of the potentially fascist structure cannot be achieved by psychological means alone. The task is comparable to that of eliminating neurosis, or delinquency, or nationalism from the world. These are products of the total organization of society and are to be changed only as that society is changed. It is not for the psychologist to say how such changes are to be brought about” (p.975).

Essa consciência dos limites da explicação psicológica se apresenta de forma nítida, sobretudo nos capítulos sobre a construção das escalas e nos que são assinados somente por Adorno. De outro lado, os que contêm basicamente a análise psicanalítica – os capítulos elaborados por Else Frenkel-Brunswik, por exemplo – não são desconsiderados naqueles que analisam a ideologia.

b) A ênfase dada nessa pesquisa não é unicamente voltada para a personalidade, mas também para a ideologia, que se apresenta nas escalas de Anti-semitismo e Etnocentrismo e na escala de conservadorismo político-econômico. Nessa última, apresenta-se a ideologia política, nas primeiras, a contida em estereótipos. É a Escala F que verificará com maior profundidade a personalidade. A esse respeito, argumenta Rouanet (1989):

“As escalas (AS, E e PEC), em outras palavras, mediam apenas os valores

ostensivos, e não os determinantes profundos, enraizados na estrutura da personalidade. Não seria possível construir uma escala que atingisse, precisamente, esse nível profundo?... Essa escala mediria algo como um síndrome F – uma estrutura latente de personalidade que determinaria a receptividade do sujeito a ideologias racistas e etnocêntricas” (p.165).

c) As relações que estabeleceram entre o potencial fascista, de um lado, e a religião e a educação, de outro, em capítulos ora assinados por Levinson, ora por Adorno, encaminham-se nesse mesmo sentido, ou seja, a ideologia, a sociedade e a personalidade não podem ser entendidas separadamente, mesmo porque essa última é considerada como produto social, conforme é explicitado em alguns textos de Adorno (1986 e 1995 a) e de Horkheimer e Adorno (1978 a, 1985).

d) Outros textos sobre essa temática escritos por Adorno e/ou Horkheimer, na mesma época, ou próxima do período do desenvolvimento da pesquisa em questão, raramente são citados pelos críticos. Entre esses textos, cabe destacar: “Elementos do Anti-semitismo”, de Adorno e Horkheimer, publicado na *Dialética do Esclarecimento*, em 1947; *Mínima Moralia: Reflexões a partir da vida danificada*, de Adorno, de 1951; *Eclipse da Razão*, de Horkheimer, de 1946. Esses textos, de uma forma geral, consistem em crítica contundente às condições sociais que geraram o fascismo e, dentro desse, à personalidade predisposta a preconceitos, e pelo menos levantaria dúvidas sobre a questão de se a abordagem adotada na personalidade autoritária baseia-se principalmente em questões psicológicas.

Esse fator nos parece importante, pois ainda que consideremos que o trabalho do grupo de Berkeley não envolveu somente Adorno, esse fazia parte da equipe, e continuou a citá-lo em outros trabalhos seus e em conjunto com Horkheimer, tais como “Preconceito”, “Educação Após Auschwitz”, “Notas marginais sobre Teoria e Práxis”, de sorte que não se pode entender, a nosso ver, como uma pesquisa separada da obra desses pensadores, mas como parte importante dela. O que nos pareceu problemático é que essa desconsideração de outros trabalhos dos frankfurtianos possivelmente tenha contribuído para a não explicitação de um dos principais desconfortos dos críticos em relação a ele: o uso da teoria, quer o da psicanálise, quer o da teoria da sociedade, que caracterizam uma epistemologia distinta da utilizada pelos defensores da investigação social empírica. Essa epistemologia, que se vale dos fatos, mas permite a especulação no sentido hegeliano, contrapõe-se àquela adotada pela investigação social empírica, que parece ser a posição dos críticos em questão; ou seja, como argumenta Carone (s/d) esses críticos parecem representar a teoria tradicional, à qual a teoria

crítica se contrapõe. De outro lado, esse fator não deve ser considerado isoladamente, pois, como foi explicitado, o próprio livro ‘A Personalidade Autoritária’ traz elementos que respondem às críticas. Mais do que isso, o debate científico necessita de uma revisão ampla da literatura da área, como se justifica então, por exemplo, o ‘pretenso’ desconhecimento do texto ‘Elementos do Anti-semitismo’, que permitiria uma melhor interpretação pelo menos das partes escritas por Adorno no trabalho de Berkeley?

A partir da explicitação desses fatores, passemos a verificar como alguns autores consideraram o estudo sobre a personalidade autoritária.

Monteiro(1996), após citar estudos que fortalecem as conclusões do trabalho em questão, apresenta algumas críticas feitas a ele. A crítica de Tetlock é direcionada à hipótese de que o estilo autoritário esteja confinado às ideologias de direita. Ora, as correlações medianas encontradas entre a escala F e a escala PEC indicam que a relação nem sempre se dá no sentido esperado. Assim, o tipo denominado de ‘conservador genuíno’ mostra que há indivíduos que são politicamente conservadores, mas não têm tendência fascista, ao contrário do pseudoconservador, que é favorável ao ideário conservador mas não à democracia. Ainda que quase não tenham sido encontrados na amostra sujeitos que possam ser definidos como pseudoliberais, Adorno, no estudo sobre a ideologia, presente nesse trabalho, argumenta que quase não há distinção entre eles e o pseudoconservador, posto que em ambos os tipos o que se apresenta é a tendência antidemocrática; a adesão à ideologia, nesses casos, não se dá por sua racionalidade, mas por outros fatores. Certamente, os autores argumentaram que os conservadores genuínos, com o acirramento das contradições sociais, tenderiam a se tornar liberais, mas isso mostra que os fatores sociais são fundamentais para eles. De outro lado, um tipo de pseudoconservador – escore alto na escala de etnocentrismo e médio na escala de conservadorismo político-econômico – pode evidenciar, segundo Levinson escreve no capítulo “Estudo da ideologia etnocêntrica”, que a manifestação de ideais democráticos não é suficiente para dizer que o indivíduo não tenha tendências fascistas, pois, ao contrário, como argumenta, alguns sujeitos poderiam ter concordado, por exemplo, com a interferência do Estado na economia, não porque julgavam que essa interferência pudesse acarretar maior justiça social, mas porque eram contrários à livre manifestação dos sindicatos dos trabalhadores e de outros grupos sociais. Há que se referir também ao tipo analisado por Adorno, no capítulo Tipos e Síndromes, denominado Baixo Rígido. É um tipo de indivíduo que, apesar de baixos escores em ambas as escalas (F e PEC), apresenta uma visão estereotipada do mundo, ou seja, no intuito de julgar que todos são iguais, não percebe as diferenças que de fato, e não imaginariamente, existem entre as pessoas e entre as culturas.

Monteiro (1996) cita também a crítica de Billig:

“Esta implicação (de que um preconceito podia ser erradicado se os indivíduos autoritários fossem ‘tratados’ e se curassem das suas preferências irracionais) está em profunda contradição com a perspectiva de que existem profundas razões históricas para o desenvolvimento de ideologias preconceituosas em determinados lugares e em determinadas épocas; e está também em contradição com a perspectiva segundo a qual o preconceito em relação a grupos de estranhos é uma mera consequência de uma perturbação psicológica de alguns indivíduos, estando antes vinculado a forças sociais básicas” (p.316).

O primeiro comentário em relação às considerações de Billig é que os autores do livro “A Personalidade Autoritária” não disseram que o preconceito poderia ser erradicado com o tratamento das personalidades autoritárias, conforme pode-se concluir da leitura da citação da conclusão desse trabalho, que apresentamos anteriormente. O segundo comentário diz respeito à primeira contradição apontada por Billig. Levinson inicia o capítulo sobre o estudo da ideologia anti-semita, caracterizando-a como ideologia social e como um movimento social organizado que representa uma séria ameaça à democracia; além disso, diz que ela é devida, em grande parte, a razões político-econômicas, que não cabia, nesse texto, analisar. De outro lado, deve-se lembrar que a funcionalização dos conceitos de ideologia e de personalidade, adotados em ‘A personalidade autoritária’, é resultado de sua necessária operacionalização, para que possam ser avaliados por escalas; se essa redução é necessária para a realização da pesquisa, ela não corresponde, necessariamente, ao entendimento teórico que esses autores têm deles. Conforme se argumentou antes, a postura política deles é marcada pela crítica ao conservadorismo político-econômico e pela defesa da democracia. Além disso, a referência que Adorno faz sobre a educação no capítulo ‘A política e a economia nas entrevistas’, dizendo que o fato de ela dar muita atenção a cifras e números auxilia na criação de uma mentalidade preconceituosa, mostra que eles não simplificaram o fenômeno da forma que Billig, tal como seu pensamento foi apresentado na citação, entende. Por fim, a última contradição explicitada pode ser respondida também com a citação dos autores em sua conclusão, enunciada anteriormente. A ênfase que os autores dão nesse trabalho é à relação que existe entre as necessidades psicológicas e a adesão à ideologia, ou seja, o estudo de características psicológicas individuais é importante, não como elemento isolado para se entender uma questão que os autores insistem ser de gênese social, mas para evidenciar como a ideologia se reproduz a partir da incorporação individual, mediada por necessidades psíquicas. Mesmo essas necessidades psíquicas são históricas, como mostra o capítulo de Adorno denominado

“Tipos e Síndromes”. A estruturação psicológica é fruto das condições históricas da sociedade. Se, no fenômeno estudado, a configuração psíquica fosse desconsiderada, ele dificilmente poderia ser entendido e, portanto, combatido.

O trabalho do grupo de Berkeley contrapõe-se a dois tipos de reducionismos: o ‘psicologismo’ e o ‘sociologismo’. Quanto ao primeiro, os autores, por diversas vezes, algumas enunciadas neste ensaio, mostram que o fenômeno é social, quanto à segunda forma de ‘reducionismo’, os autores, ainda que não ignorem outras fontes sociais importantes, tais como as instituições: família, escola, igreja, contrapõem-se a uma forma abstrata e, portanto, ideológica, de entender o fenômeno estudado, que desconsidera o papel que o indivíduo, como produto social, tem na reprodução, mas também na resistência, ao totalitarismo. A idéia de que só o todo é verdadeiro e que o indivíduo é somente seu representante, que deve se sacrificar por ele, faz parte do ideário fascista. Neste sentido, mesmo a ideologia liberal do século XIX (ver o capítulo “Tipos e Síndromes”) está mais próxima da liberdade, por reconhecer a importância do indivíduo, do que as ideologias estudadas por eles. Assim, a desconsideração pelo estudo do indivíduo, na área do preconceito, é, dos pontos de vista político e científico, problemática, porque a ausência de preocupação com os obstáculos ao pleno desenvolvimento do indivíduo impede também o conhecimento de alguns fatores que obstam o surgimento de uma sociedade livre, pois, o estudo do indivíduo e a constatação de seu desamparo, de sua falta de autonomia, denúncia a sociedade fascista. Considere-se também que a filosofia social de Hegel (1992), que influenciou decisivamente o pensamento de Marx (1978), conforme ele mesmo atesta nos seus Manuscritos Econômicos-Filosóficos, e se apresenta de maneira marcante no pensamento dos frankfurtianos, enfatiza constantemente a relação entre o particular e o todo, e Marx, ao que parece, não pode ser acusado de desconhecer a história.

Duckitt (1992) também apresenta o estudo de Adorno et al., como sendo basicamente voltado para características individuais. Analisando o paradigma sobre o preconceito na década de 50, na qual o trabalho mais influente foi o sobre a personalidade autoritária, nos diz o autor: “The most influential answer to this question was the theory of the authoritarian personality..., which described a basic personality dimension determining the degree to which individuals would be generally prone to prejudice. This theory was formulated partly in psychodynamic terms and concepts” (p. 1186).

Ainda que Duckitt (1992) argumente nesse texto que os diversos paradigmas sobre o preconceito sejam complementares, não deixou de definir o trabalho desenvolvido em Berkeley como um estudo da personalidade. Claro que o trabalho em discussão se refere também à personalidade, mas isso não significa que essa seja

a única ou mesmo a principal variável em questão. Além disso, a personalidade, segundo Adorno (1986), não pode ser abstraída do contexto social, tal como a filosofia liberal, da qual os frankfurtianos são críticos, pregava.

Brown (1995) apresenta o estudo de Adorno et al. também centrado na personalidade e vários estudos que fortalecem as hipóteses desses autores. Indica, no entanto, outros estudos que apontam no sentido contrário. Ao dizer do grande interesse apresentado por esse estudo, elenca críticas metodológicas e teóricas. Uma delas se refere às correlações obtidas entre o autoritarismo, de um lado, e inteligência, escolaridade, classe social, de outro, que obtiveram valores ainda mais altos em pesquisas posteriores. Isso leva o autor a perguntar se essas variáveis não explicariam melhor o autoritarismo do que os problemas de personalidade. Cabe pensar na introdução de Horkheimer e Flowerman a esse trabalho, que indica a educação como sendo uma área importante para auxiliar no combate ao preconceito, algo que também foi sugerido por Adorno (1995a), em seu texto “Educação após Auschwitz”, da década de 60. Além disso, em outro texto de Adorno (1971) – ‘Teoría de la seudocultura’ – o autor define a formação do indivíduo, de sua subjetividade, como a apropriação individual da cultura. Ou seja, formação e educação não podem ser dissociadas e, assim, os autores da pesquisa não desconsideraram a escolaridade, a classe social e a inteligência, mas não as tomaram como variáveis desvinculadas da personalidade. Por fim, Brown (1995) faz a seguinte questão: “*A second theoretical criticism of The Authoritarian Personality was that it dealt with only one variant of authoritarianism – namely, right-wing authoritarianism. Could it not be that people with other political views are also authoritarian and hence prejudiced*” (p. 26). Como dito antes, o fato de sujeitos etnocêntricos defenderem alguns ideais liberais implica a possibilidade da existência do autoritarismo de esquerda.

Certamente, os autores referidos também tecem elogios ao trabalho em questão, mas a forma que apresentam a pesquisa, calcada basicamente na personalidade, e as críticas formuladas a ela parecem-nos pouco adequadas, o que pode acarretar um uso inadequado dos resultados encontrados pelo grupo de Berkeley.

Sobre a investigação Social Empírica

Conforme foi escrito, na introdução deste ensaio, Horkheimer e Adorno (1978b) defendem a presença da teoria da sociedade e da investigação social empírica nos estudos sobre o preconceito e outras atitudes. Não é um mero ecletismo o que os autores defendem, mas a contraposição entre as duas perspectivas:

“Quem sente uma responsabilidade teórica deve fazer frente, sem meios

termos, às aporias da teoricidade e à insuficiência do simples empirismo; e o fato de se atirar alegremente nos braços da especulação só poderá servir para agravar a situação atual. Diante da investigação sociológica empírica, é tão necessário o conhecimento profundo dos seus resultados quanto a reflexão crítica sobre os seus princípios” (p. 122).

A teoria da sociedade é caracterizada, pelos autores, por um elemento imanente: a crítica social; ela é herdeira da filosofia política da sociedade. A análise da estrutura social e sua relação com diversas instituições tem sido o seu objeto de reflexão. Já a investigação social empírica, não é considerada como um setor da sociologia, mas como um método, assemelhado ao das ciências naturais; nesse sentido, busca, em suas pesquisas, o caráter exato e objetivo de seus dados, tentando eliminar o que é considerado como subjetivo – a especulação contida nas teorias e a subjetividade do investigador que, por sua vez, não difere do objeto estudado. Uma das críticas que fazem à investigação social empírica é exposta a seguir:

“Com efeito, a investigação social empírica, diante dos principais problemas da estrutura social, de que depende a vida dos homens, nada mais tem sido, até agora, que o estudo de setores bastante limitados. A restrição a objetos extraídos do contexto social e rigorosamente isolados – o que, justamente, constitui a aproximação da investigação social às ciências naturais, inspirada pela sua exigência de exatidão e tendente a criar condições de investigação laboratorial – faz com que o tratamento da sociedade, como totalidade, continue excluído, não só temporariamente mas por uma questão de princípio. Daqui deriva o caráter periférico e de relativa infecundidade, ou de informação útil para meros fins administrativos, de que se revestem os resultados da investigação social empírica, quando não se inserem, desde o início, numa problemática teoricamente relevante” (p.123-124).

A teoria da sociedade pode ter confrontados os conceitos formulados na academia com os dados obtidos pela investigação social empírica; essa última, por sua vez, pode ser claramente delimitada por aquela, evidenciando que os dados obtidos representam além da consciência imediata, e que essa mesma consciência é determinada por outros fatores, que só podem ser apreendidos pela especulação teórica, mas especulação no sentido hegeliano.

Horkheimer e Adorno (1978c) escreveram sobre o papel que a utilização de métodos empíricos racionalmente entendida pode ter na compreensão e combate a fenômenos regressivos presentes na nossa cultura, sem deixar de apresentar a contradição envolvida:

“..., quem deseja oferecer a ajuda da ciência na sociedade atual, deve usar tais métodos, alheados do imediatamente humano, entrincheirados atrás dos grandes números, das leis estatísticas, dos questionários e dos testes, entre outros símbolos semelhantes de desumanização. Mas este paradoxo não pode ser evitado, melhor dizendo, é necessário reconhecê-lo na prática” (p. 172-173).

Esse uso, segundo esses autores, deve visar a uma consciência crítica da sociedade e ao conseqüente combate à violência. Essa consciência crítica, portanto, não se limita a ser objetivo da teoria da sociedade, mas deve ser, ao menos, de todas as ciências humanas.

Quanto à teoria da sociedade, Adorno (1972) indica a sua tendência a tornar-se dogmática:

“Si la teoría no quiere, de todos modos, caer en ese dogmatismo cuyo descubrimiento llena siempre de júbilo al escepticismo, un escepticismo que se considera en suficiente grado de progreso como para prohibir el pensamiento, deberá procurar no darse por satisfecha con ello. Debe convertir los conceptos que traía de fuera en conceptos que la cosa tenga de sí misma, en lo que la cosa quisiera ser por sí, confrontándolo con lo que la cosa es. Tiene que disolver la rigidez del objeto fijado hoy y aquí en un campo de tensión entre lo posible y lo real: cada uno de ellos remite al outro simplemente para poder ser” (p. 82).

Ao que parece, parte da análise do que a coisa é deve ser feita pela investigação social empírica. Essa deve coligir dados sobre a configuração atual do sujeito e sobre sua consciência, não os considerando como sendo o próprio objeto, mas um de seus momentos. E por ser um dos momentos do objeto, a crítica à desumanização presente nos métodos empíricos é refletida por Adorno (1972):

“Allí donde la consecuencia de la presión de las condiciones los hombres se ven obligados, de hecho, a reaccionar ‘como batracios’, reducidos a consumidores forzados de los medios de masas y de otros goces no menos regulados, la investigación de opiniones, que tanta indignación provoca en el humanismo lixiviado, resulta, en realidad, más adecuada que una sociología ‘comprendiva’, por ejemplo, en la medida en que en los propios sujetos el substrato de la comprensión, es decir, la conducta humana unívoca y con sentido, es sustituida por un mero y simple ir reaccionando. Una ciencia social a un tiempo atomista y clasificatoriamente ascendente desde los átomos o generalidades es el espejo de medusa de una sociedad simultáneamente

atomizada y organizada de acuerdo con unos principios classificatorios abstractos: los de la administración” (p.87).

O método, proveniente da investigação social empírica, detém algo similar ao objeto estudo, isto é, a ‘coisificação’, devida à sociedade administrada. O antídoto para que, através de seu uso, não se perpetuem as condições a ser combatidas, presentes nos atos que levam à desumanização, é a crítica, a auto-reflexão, e não a consideração de que aquilo que se obteve deva ser fruto exclusivamente dos indivíduos examinados, pois, como visto, Adorno (1972) defende que os dados obtidos pela investigação social empírica devam ser pensados à luz das condições sociais que os geraram. Neste sentido, observa-se que, no trecho citado, o próprio objeto estudo – o indivíduo – transformou-se. A consciência que, segundo o Liberalismo, caracterizava e dignificava o indivíduo, no limite, cedeu lugar a uma ação de adesão imediata, de não reflexão, e isso ocorreu devido às mudanças sociais, principalmente, à transformação do capitalismo concorrencial em capitalismo dos monopólios, e à concomitante perda da relativa autonomia que as instituições da superestrutura social tinham no século XIX. Assim, não é o método que reduz o entendimento do objeto, mas é o próprio objeto que foi reificado. (Adorno também faz essa discussão no capítulo “Tipo e Síndromes”, contido no livro “A personalidade Autoritária”).

Adorno (1972) combate a dissociação entre a análise qualitativa e a quantitativa:

“La contraposición entre análisis cuantitativo e cualitativo no es absoluta; no es ningún límite, ninguna frontera última de la cosa. En la cuantificación hay que comenzar siempre por prescindir, como se sabe, de las diferencias cualitativas de los elementos; y todo particular social lleva en sí las determinaciones generales válidas para las generalizaciones cuantitativas. Sus propias categorías son, de todos modos, cualitativas. Un método que no les haga justicia y que rechace, por ejemplo, el análisis cualitativo como incompatible con la esencia del campo plural, hace violencia a aquello, precisamente, que debería someter a estudio”(p.89).

Parece-nos que são visíveis, ao menos, duas possibilidades, apontadas nesse trecho, de relação entre as análises qualitativa e quantitativa. A primeira, ainda que absorva dados das duas análises, separa-as, ou seja, são feitas com dados coligidos separadamente, utilizando-se, por exemplo, de escalas para a parte quantitativa e entrevistas para a parte qualitativa. Aquilo que se perde nas análises realizadas separadamente é reposto em uma análise posterior que considera os dados em conjunto. A segunda percebe a qualidade na quantidade, possível desde que se constate a mediação universal presente em cada particular, o que

permite a generalização, e a quantidade na qualidade, posto que a análise do particular permite o aprofundamento do entendimento do universal. Como Adorno (1972), nesse trecho, utiliza o termo ‘análise’ e não ‘método’, a segunda interpretação nos parece mais adequada. Ao que tudo indica, essa consideração vale também para o trabalho conjunto dos diversos autores sobre a personalidade autoritária, uma vez que nos estudos sobre a ideologia, através das escalas, buscava-se também uma análise qualitativa.

Em síntese, não há incompatibilidade entre o referencial teórico adotado neste trabalho e o emprego de métodos experimentais, ainda que a contradição entre a defesa do particular e a não diferenciação entre particulares presente nos métodos experimentais, sobretudo, os quantitativos, permaneça. Mais do que isso, segundo esses autores, a ação isolada de ambas as perspectivas – teoria da sociedade e investigação social empírica – empobrece o entendimento do objeto, pois a primeira tende ao dogmatismo e a última, ao relativismo, por não ter uma perspectiva dialética da história, que permita compreender que os dados obtidos por suas técnicas representam parcela do objeto estudado, que só pode ser entendido à luz de suas modificações históricas.

Estudos sobre o preconceito e a hipótese do contato

Esta parte do texto, conforme referido em sua introdução, intenta examinar estudos sobre a hipótese do contato, que consideramos representantes da investigação social empírica, tendo em vista as formulações da teoria crítica da sociedade. Lembremos que Horkheimer e Adorno (1978 b) caracterizam a investigação social empírica como um método assemelhado ao das ciências naturais, que busca a exatidão e objetividade de seus dados; isso não implica, todavia, que, nas pesquisas a que se aplica, a teoria esteja ausente, mas que ela é secundária frente aos dados obtidos. Nas palavras dos autores:

“Nenhum representante sério da investigação social empírica sustenta, por certo, que o seu trabalho seja possível sem teoria, que o instrumental da investigação esteja reduzido a uma tabula rasa isenta de todo o ‘preconceito’ e colocada ante os fatos que terá de coletar e classificar... Entretanto, a teoria é admitida como um mal necessário, como ‘hipótese figurada’, não reconhecida plenamente como instância legítima. São considerações apologéticas, admissões forçadas, as que se apresentam habitualmente à investigação social empírica, no tocante ao papel que deve caber à teoria” (p. 123).

Se associarmos, ao conteúdo dessa citação, a ausência da análise da estrutura social como própria a esse tipo de pesquisa, não nos parece inadequado considerar a perspectiva adotada pelos estudos sobre a hipótese do contato como sendo, basicamente, caracterizados pela investigação social empírica, o que não é incompatível com o fato de os seus autores poderem ser críticos da injustiça social existente; suas críticas, contudo, não visam, em geral, à transformação social, mas, no sentido liberal, a luta por reformas sociais, que, se são desejáveis, não combatem as fontes objetivas da violência: a própria estrutura social.

Segundo Horkheimer e Adorno (1985), o preconceito não se relaciona imediatamente com o seu alvo, pois é mediado por necessidades psíquicas e sociais, assim, o contato do preconceituoso com o objeto, real ou potencial, de seu preconceito, não pode ser plenamente satisfatório, ainda que sejam seguidas as condições favoráveis a ele, conforme apresenta a literatura da área. As necessidades psíquicas das pessoas envolvidas, assim como fatores associados mais diretamente à contradição social, podem impedir que a diminuição do preconceito ocorra. Certamente, características de personalidade são consideradas como um fator importante nos estudos sobre a hipótese do contato, mas essas, segundo o referencial frankfurtiano, não devem ser consideradas independentemente da sociedade.

Na literatura portuguesa da década passada sobre o preconceito⁽²⁾, dois temas são predominantes: o preconceito contra migrantes e o preconceito contra deficientes. O primeiro tipo de preconceito tem sido estudado em vários países da Europa, tendo entre outros o trabalho de Meertens e Pettigrew (1999) sobre o racismo sutil, que abrange diversos países europeus. Com o fim dos impérios coloniais e com o movimento da globalização, a migração de grandes camadas da população de ex-colônias e de países pobres tem aumentado, gerando problemas de preconceito e discriminação. Vala et al.(1999) expõem dados do Eurobarômetro, n.º 41, de 1997, que são preocupantes:

“...apenas 55% dos europeus consideram que os imigrantes legalizados, de países não-europeus, devem ter o direito a ter consigo a sua família, 59% consideram que as minorias (de outra raça, religião ou cultura) abusam do sistema de segurança social, 63% consideram que contribuem para aumentar o desemprego, e 45% que são uma das causas de insegurança. Portugal (76%), Irlanda (77%), Bélgica (76%), Áustria (75%), Alemanha (73%), Luxemburgo (72%), e o Reino Unido (70%) são os países onde um maior número de pessoas concordam

2 Em janeiro de 2000, fiz uma pesquisa bibliográfica dos estudos sobre o preconceito em Portugal, no Laboratório de Psicologia Social do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Essa pesquisa limitou-se à publicação da década passada. Devido a isso, a literatura portuguesa sobre esse tema terá relevo neste trabalho.

com a seguinte proposição: ‘Todos os imigrantes ilegais, sem exceção, devem ser enviados para os seus países de origem’”(p.9-10).

No estudo desenvolvido em Portugal por Vala et al.(1999), foram construídas duas escalas para avaliar a percepção que portugueses brancos tinham dos negros como uma ameaça social, sendo que uma delas referia-se à ameaça econômica e outra à ameaça à segurança individual e pública. Essas escalas foram aplicadas a uma amostra representativa de Lisboa composta de 600 pessoas e os resultados indicaram que se a média das respostas à escala de segurança econômica estava abaixo do ponto médio, o contrário ocorreu em relação à outra escala, ou seja, os sujeitos tenderam a perceber o negro mais como uma ameaça à segurança do que como ameaça econômica, o que também é um dado preocupante.

A questão em relação aos negros é distinta em Portugal e em países como o Brasil e os EUA. Segundo Bastos e Bastos (1999), em Portugal:

“Entre o século XVI e o século XIX, o comércio de escravos deu origem à formação de minorias étnicas africanas que parecem ter-se ‘dissolvido’ na massa geral da população, durante o século XIX, ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos ou no Brasil, onde se mantiveram (ou foram mantidas) como minorias étnicas culturalmente organizadas ou suscetíveis de auto-reorganização identitária”(p.15).

Ou seja, o problema deles em relação aos negros parece ser mais proveniente das relações entre colonizador e colonizado do que da relação escravo-senhor. De outro lado, mesmo um país, de algum modo semelhante ao Brasil, no que se refere às desigualdades regionais, como a Itália, passou, na última década, a ter um novo problema: “O recente fluxo de imigração proveniente de África alterou dramaticamente a situação. Os italianos descobriram o seu racismo: a ‘etnia’ tornou-se rapidamente numa dimensão importante de categorização, e as distinções internas tornaram-se menos evidentes” (Arcuri e Boca, 1999: 63)

Já o segundo tipo de preconceito – contra deficientes – parece mais uniforme nos diversos países. O estudo de Monteiro et al. (1999) compara atitudes de crianças sem deficiência em relação a crianças com deficiências, quando estão em escolas segregadas – escolas que não aceitam deficientes - e em escolas integradas – escolas que aceitam crianças deficientes. Concluiu que as crianças das escolas segregadas têm um conceito de si mais próximo da deficiente do que as crianças da outra escola, assim como uma avaliação mais positiva do deficiente do que as crianças da escola integrada. As autoras consideraram que o simples contato com crianças deficientes, sem nenhum apoio institucional, aumenta as atitudes

contrárias aos deficientes. Retomaremos essa questão mais adiante, pois aborda diretamente a hipótese do contato; no momento, contudo, queremos realçar que a problemática desse estudo não é estranha a nós, brasileiros, pois possuímos os dois tipos de escola e uma legislação como a de lá que possibilita a inclusão de crianças deficientes em classes regulares.

Em relação a esses dois problemas, os portugueses, e os demais europeus de uma forma geral, têm feito esforços que passam principalmente pela educação. Em Portugal, o Ministério da Educação tem o projeto ‘entreculturas’ (Cotrim, 1997), que consiste em classes compostas por migrantes e não migrantes, nas quais dados da história e da cultura dos migrantes são valorizados, trabalhos conjuntos são incentivados, e está implantando o projeto de educação inclusiva da UNESCO, que incentiva também os trabalhos em conjunto de crianças com necessidades especiais e crianças sem essas necessidades (Ainscow et al., 1997), assim como um ensino voltado para o cumprimento dos objetivos do currículo que deixa de se centrar nas dificuldades individuais, ainda que essas não sejam negligenciadas.

O primeiro desses projetos já tem uma avaliação, que mostra que o rendimento dos alunos migrantes melhorou, enquanto os dos não migrantes continuou semelhante. O outro projeto não tem ainda uma avaliação formal, mas análises realizadas em outros países mostram o acerto da proposta. Nos dois projetos, nota-se a presença da idéia de que o convívio de pessoas com características distintas pode diminuir o preconceito, que é a idéia subjacente à hipótese do contato.

A hipótese do contato surge, segundo Monteiro (1996), do pressuposto da atração interpessoal, ou seja, o contato entre membros de grupos distintos permitiria verificar as semelhanças existentes quanto aos valores, idéias, emoções, permitindo reelaborar a percepção inicial de diferenças. Essa hipótese implica que o preconceito é um julgamento estabelecido na ausência da experiência, o que fortalece a tese de Horkheimer e Adorno (1985), a qual sustenta que o anti-semitismo não decorre do contato do anti-semita com o judeu e que esse é um objeto, de certa forma, imaginário para o preconceituoso, criado sem nenhuma base na realidade. Esses autores, no entanto, fornecem dados para evidenciar que esse fenômeno pode ser também ilusório, ou seja, pode consistir numa deformação da percepção do objeto: características adquiridas por motivos sociais seriam naturalizadas e universalizadas para todos os indivíduos que pertencem a determinado grupo, o que explicaria, em parte, as concepções dos nazistas de raça e de anti-raça.

O estudo citado de Monteiro et al. (1999), contudo, mostra que o mero contato não basta, e, de fato, Allport já salientava as condições para que ele fosse frutífero: freqüência, diversidade, duração, o estatuto dos grupos dos membros em relação, se essa é competitiva ou cooperativa, se é de dominação ou de igualdade, se é voluntária,

se é real ou artificial, o tipo de personalidade dos indivíduos e as áreas do contato.(Cf. Monteiro, 1996). Amir (1969) e Vala et al.(1999) dizem que, quando essas condições não existem, o contato pode ser ineficaz para a redução do preconceito ou ainda apresentar efeitos negativos.

Duas dessas condições, ao menos, chamam a atenção, em relação ao estudo da personalidade autoritária: relação de dominação-dominado e relação de competição ou de cooperação. A primeira evoca parte da estrutura da personalidade autoritária: a necessidade da hierarquia, da heterodeterminação; claro, ao que parece, Allport se refere à dominação real, mas é interessante pensar na necessidade da dominação desenvolvida por indivíduos que vivem em uma sociedade na qual a adaptação é quase sinônimo de dominação, conforme Horkheimer e Adorno (1985) desenvolveram na “Dialética do Esclarecimento”.

Um exemplo drástico disso é o campo de concentração de Theresienstadt, descrito por Bosi (1997), que serviu como propaganda para os nazistas da forma como tratavam os judeus. Esse campo de concentração abrigava intelectuais, artistas, cientistas e outras pessoas eminentes, principalmente, mas não só, judeus. Era administrado pelos judeus que desenvolveram uma comunidade na qual a presença da arte e da justiça interna era notável. Tal como nos outros campos, contudo, o extermínio estava presente, e o que se mostrou mais cruel é que um judeu tinha de ser designado para fazer a lista daqueles que deveriam ser deportados, ou seja, assassinados. A necessidade da sobrevivência, ao que parece, leva-nos a ser cruéis. No limite, o poder de escolha de quem vai morrer se relaciona à própria sobrevivência. No nível social, como a conclusão do estudo da personalidade autoritária indica, só a transformação social que elimine ou, ao menos, minimize a necessidade de competição e fortaleça a cooperação é capaz de eliminar o preconceito. Assim, um dos limites importantes à tentativa de diminuição do preconceito através do contato é o fato de que a necessidade de dominação é imanente ao nosso sistema social; dominação essa que, segundo Horkheimer e Adorno, é resposta à ameaça constante que paira sobre nós, caso não nos adaptemos aos preceitos vigentes, sendo que um desses preceitos é a constante competição.

Monteiro (1996) cita o estudo de Worchel et al que testa o efeito de trabalho cooperativo ou competitivo e fracasso ou sucesso em atividade cooperativa sobre a redução do preconceito. Os autores concluem que se os indivíduos trabalharam anteriormente em situação cooperativa, um novo trabalho nessa mesma situação independe do fracasso ou sucesso da atividade, no que se refere à alteração das relações grupais, enquanto que se em uma primeira situação os indivíduos trabalham em um contexto competitivo, o sucesso ou o fracasso de uma atividade realizada posteriormente em conjunto afeta a atração pessoal. Certamente, só a situação de

cooperação não garante a não violência em relação ao outro. Primo Levi (1971), ao descrever a sua experiência em Auschwitz, mostra que a cooperação forçada para atingir objetivos alheios não impede a competição entre os indivíduos na luta pela sobrevivência.

Vala et al. (1999), em seu estudo sobre o racismo em Portugal, observaram o efeito do grau de intimidade do português branco com o negro - vizinhança, amizade -, do estatuto social relativo e da agradabilidade das relações sobre as emoções e os estereótipos sobre o negro. Verificaram, inicialmente, que o fato de os sujeitos terem vivido na África não afetou os resultados. Concluíram que ter ou não vizinhos negros, por si só, não afetou a atribuição de emoções e estereótipos aos negros. Contudo, para aqueles que tinham vizinhos negros e declararam que o estatuto social do negro é semelhante ao seu, a atribuição de emoções positivas era maior, o mesmo ocorrendo para aqueles que tiveram boas relações com os vizinhos. Na atribuição de traços positivos –estereótipo-, só a variável estatuto revelou ser significante. Já o contato por amizade, é efetivo quer na atribuição de emoções quer na de traços positivos. Entre aqueles que têm amigos negros, o estatuto atribuído ao negro não teve importância, pois a quantidade de emoções e de traços positivos atribuídos a ele não diferiam, tendo em vista essa variável. Esses resultados levaram os autores a concluir que: na relação de vizinhança, o estatuto atribuído ao negro – semelhante ou inferior ao do sujeito – foi significante, assim como a qualidade das relações; na relação de amizade, não há importância do estatuto atribuído. Interpretam esses dados à luz das hipóteses de Smith, alegando que a amizade está integrada na representação do self e assim: "... se o endogrupo do amigo é uma parte do seu self, ter um amigo de um exogrupo incorpora indirectamente esse grupo no self do próprio, facilitando uma imagem positiva do mesmo grupo"(p.99). Mais do que isso, o que deveria ser considerado é que se a competição pela sobrevivência está na base de nossa sociedade, a própria atribuição de estatuto lhe é necessária; assim, dificilmente, mesmo a amizade, tem chances de sobreviver por muito tempo; a ilustração, feita acima, do campo de concentração, mostra essa situação, que se aos nossos olhos parece exagerada, em condições de exceção não o é, indicando um estado psíquico que provavelmente se apresenta de forma latente mesmo em tempos considerados normais.

Rofé e Weller(1981) analisaram a hipótese do contato em relação com a ameaça que é percebida no exogrupo. Partiram da hipótese, estudada já por outros autores, de que o contato pode ser positivo se a ameaça representada for pequena e que não reduz o preconceito se for grande. Construíram um diferencial semântico e uma escala de distância social para verificar a atitude de estudantes israelenses em relação a árabes que vivem pacificamente e trabalham no país, a árabes que vivem em seus países, aos inimigos árabes, aos árabes em geral. Verificaram que há diferenças

significantes no sentido esperado, ou seja, os sujeitos atribuíram características mais positivas e a possibilidade de um contato mais próximo aos árabes que vivem em Israel, apresentando o inverso em relação aos outros árabes, particularmente em relação aos árabes inimigos e aos que vivem em territórios árabes. Além disso, pesquisaram se o tipo de personalidade – se tem uma ‘abertura’ ou não para a humanaidade – afeta as variáveis dependentes. Os resultados também confirmaram o que era esperado. Tal como no estudo de Vala et al.(1999), citado anteriormente, a percepção da ameaça é uma variável preditora da manifestação de atitudes frente ao exogrupro, mas as características de personalidade também. De qualquer forma, esses dados fortalecem a hipótese da ameaça ligada à dominação, tal como desenvolveram Horkheimer e Adorno (1985), na *Dialética do Esclarecimento*.

Outra questão relacionada à hipótese do contato é a de saber se as condições adequadas devem dizer respeito ao contexto social alargado ou à situação delimitada em que ele ocorre. As posições dos pesquisadores se dividem. De um lado, segundo Monteiro (1996), Allport, Krammer e Pettigrew defendem que o contato em situação delimitada permite que o preconceito diminua, enquanto Riordan e Cohen defendem a outra alternativa. Apesar das posições e dos resultados experimentais distintos, ora fortalecendo uma ora outra hipótese, parece cabível afirmar que ambas são procedentes, ou seja, deve-se trabalhar teórica e experimentalmente nos dois níveis, mas cabe lembrar que, segundo Adorno(1995 a), se tentativas podem e devem ser feitas para atenuar a violência existente, voltando-se sobretudo para os aspectos subjetivos do problema, como a violência é fruto de fatores objetivos, isto é, sociais e políticos, somente a transformação social poderia eliminá-la.

Monteiro (1996) ilustra a importância do apoio social envolvente, através da crítica ao nazismo e à segregação racial sul-africana. Segundo a autora:

‘A percepção de semelhança necessária à emergência da atracção ficaria, como afirma Allport (1954).... basicamente comprometida se, apesar da equivalência de estatuto ou dos papéis sociais na situação, e da existência de um objetivo comum a alcançar, as normas sociais externas reguladoras dos valores e das atitudes em relação ao outro grupo fossem contrárias à redução do preconceito’ (p.337).

Mas se a segregação ou a ausência do apoio social ao contato dificultam a diminuição do preconceito, a presença desse apoio não necessariamente implica essa diminuição. Adorno et al.(1950) enfatizaram que o clima cultural geral americano era contrário ao anti-semitismo, devido ao seu caráter democrático e, no entanto, nem por isso a tendência ao fascismo deixou de existir.

A dessegregação entre os grupos em conflito, por si só, segundo Monteiro (1996),

parece não resolver o problema. Pettigrew, citado por essa autora, diferencia dessegregação de integração. A primeira refere-se ao apoio legal e institucional ao contato entre os grupos, a última, a um apoio efetivo na relação entre os grupos baseado na igualdade de estatuto e na cooperação. O estudo de Luiz e Krige (1981), com alunas adolescentes sul-africanas brancas e negras, considerando as condições adequadas para estabelecer o contato, trouxeram resultados confirmatórios dessas condições. Reuniram alunas de colégios segregacionistas, um basicamente só de alunas brancas e outro, de negras. Estabeleceram três tipos de pares para trabalhar, conversar e comer juntas: branca-branca, branca-negra e negra-negra. Formaram pares de acordo com a idade e com a inteligência. Verificaram que, após o contato do tipo branca-negra, alterou-se a atitude racial positivamente, não havendo nenhuma alteração de atitude em relação ao próprio grupo.

Paralela a essa dicotomia, Monteiro (1996) apresenta a que foi explicitada por Sagar e Schofield, entre outros: assimilação e pluralismo. A primeira se refere a que o grupo minoritário se assemelhe à maioria dominante (que nem sempre é a maioria numérica), a segunda afirma a diversidade cultural. No que se refere aos dois tipos de preconceito, assinalados anteriormente – contra os migrantes e contra os deficientes -, parece que a tendência em relação ao combate ao primeiro é empregar a diversidade cultural e em relação ao segundo, a assimilação. Ou seja, o deficiente deve ser ‘normalizado’ e o migrante apreciado por sua diversidade. Se as propostas de combate ao preconceito contra o migrante voltam-se para a valorização da cultura e da história do povo em questão, a defesa do estudo inclusivo, em geral, acentua as vantagens do deficiente, mas muito pouco as dos que não são deficientes, que se beneficiam, basicamente, por aprenderem mais cedo a lidar com a difícil realidade.

No estudo de Monteiro et al. (1999) sobre as crenças das mães de crianças não deficientes sobre o ensino integrado, que como foi dito inclui crianças deficientes e não deficientes, encontram-se as seguintes expectativas positivas para os seus filhos: 1 - aumentam a sua auto-estima ao se compararem com a criança portadora de deficiência; 2 - diversificam precocemente o contato com pessoas diferenciadas; 3 - alargam as suas competências, a partir do apoio, da ajuda e proteção; 4 - aprendem o respeito pela diferença. Como se vê, não há nenhuma indicação para essas mães do que a criança portadora de deficiência possa trazer de si própria que possibilite um ganho para a criança normal; todas as vantagens se dão pela desigualdade, ou seja, o estatuto entre os grupos não é igual, mesmo após o convívio. Em síntese, se o branco pode aprender com o negro, o não judeu com o judeu, o alemão com o turco, o não deficiente não tem o que aprender com o deficiente, a não ser desenvolver habilidades que marcam a distinção, que pode ser propensa ao preconceito.

Nos estudos em questão, o conceito de identificação com o mais frágil não é adotado, tal como o é por Adorno (1995 a), em seu texto *Educação após Auschwitz*, no qual argumenta que se o algoz se identificasse com a vítima não haveria nem algoz nem vítima. É a hipótese da atração pessoal, com base na semelhança da condição humana que permite a sua diversificação, que precisaria ser ressaltada; todavia é difícil em uma sociedade que valoriza a força, identificar-se com o que é frágil, ainda mais quando está em questão a competência que remete novamente à adaptação para a sobrevivência e, portanto, para o fortalecimento da estrutura de nossa sociedade. O conceito de identificação com o mais frágil permitiria ao preconceituoso, real ou potencial, refletir sobre a sua própria fragilidade e assim fazê-lo renunciar à necessidade de sempre ter de aparentar ser forte, o que em geral leva à violência, ainda que sutil. A necessidade de ter de ser melhor do que os outros, que responde à necessidade de sobrevivência, pode ser refletida no contato com o deficiente, e assim tornar mais humano aquele que reflete. Mais do que isso, o contato com o deficiente pode fortalecer uma das marcas da humanidade: a superação dos limites dados pela natureza; superação essa que, se pode ser visível no indivíduo – deficiente ou não deficiente –, é sempre uma façanha coletiva.

Segundo Duckitt (1992), o preconceito contra os negros passou a ser entendido como um problema social e psíquico no início deste século, o que fortaleceu o seu combate, e isso se deveu, em parte, à luta dos negros por direitos civis; poderíamos pensar que algo semelhante está ocorrendo com os homossexuais que passam a lutar por seus direitos. Se assim é, caberia aos deficientes e às pessoas de seu convívio também ampliarem o movimento contra o preconceito, para que não sejam considerados plenamente como menores de idade, mas claro que mesmo essa luta, assim como a dos negros e a dos homossexuais, esbarra nos limites de uma sociedade, cuja organização, voltada mais aos interesses do capital que aos dos homens, leva à constante luta de todos contra todos.

Certamente, os dois tipos de alvo em questão – os migrantes e os deficientes – implicam situações diversas, mas no limite ambos se referem à questão da adaptação. Se a cultura, que é básica no conflito com os migrantes, pode ser considerada como um conjunto de valores, crenças, hábitos que se destina a normatizar os comportamentos e explicar os fenômenos da vida, ela não é independente das condições sociais, que estão mais imediatamente associadas com as questões de sobrevivência, isto é, de adaptação. Em relação aos deficientes, por sua vez, a questão que mais diretamente se põe é a da dificuldade de adaptação, de autonomia para a sobrevivência.

A luta pelo direito à diferença é legítimo. Adorno (1986) defende que a essência é a diferença, mas ao mesmo tempo mostra que a sociedade existente não é

propícia a ela; em 1944, em conjunto com Horkheimer, afirma que as condições objetivas existentes ligadas às forças produtivas já poderiam prescindir da dominação, exercida sobretudo na relação entre as classes sociais através da obrigatoriedade do trabalho. Ou seja, já existem condições técnicas e econômicas suficientes para eliminar a miséria da face da terra; mas para a perpetuação da dominação, os principais beneficiados defendem a necessidade da manutenção das condições de trabalho e de vida estabelecidas. Ora, uma das questões principais relacionadas ao trabalho é a adaptação da espécie e do indivíduo, a partir da criação de riquezas sociais e de reprodução da vida individual; se a riqueza e a técnica existentes já poderiam reduzir o trabalho a um mínimo, sem comprometer a existência da humanidade, continuamos a viver sob a égide da necessidade do trabalho. Em uma sociedade de carências, o trabalho é necessário, em uma sociedade de abundância, não o é. Assim, se a diferença é possível e desejável numa sociedade que conseguiu superar a necessidade de sobrevivência imediata, sob a marca da dominação existente pela exigência do trabalho que fortalece cada vez mais o capital e não a vida humana, a diferença só deveria existir como negação determinada, contudo, atualmente, sob a forma de pluralismo, ela pode se tornar parte da ideologia, ou seja, a ocultação das condições já existentes para o verdadeiro pluralismo: a igualdade social na ausência de dominação. A atual defesa do pluralismo, em algumas de suas formas de expressão, implica em igualdade de poder, mas assim mantém o poder que é contrário à existência das diferenças, e a necessidade de dominação, de poder, segundo Horkheimer e Adorno (1985), deveria ser dissolvida:

“Hoje, quando a utopia baconiana de ‘imperar na prática sobre a natureza’ se realizou numa escala telúrica, tornou-se manifesta a essência da coação que ele atribuía à natureza não dominada. Era a própria dominação. É à sua dissolução que pode agora proceder o saber em que Bacon vê a ‘superioridade dos homens’. Mas, em face dessa possibilidade, o esclarecimento se converte, a serviço do presente, na total mistificação das massas” (p.52).

A luta pelo direito à diversidade acusa a sociedade intolerante, e nesse sentido é uma luta necessária, mas não se deveria desconhecer que ela não pode existir em uma sociedade calcada na dominação, e que essa deve ser combatida e não reproduzida, caso contrário, a luta pela liberdade auxilia a perpetuação das condições de opressão, ou seja, conforme foi dito, torna-se ideológica.

Em síntese, os dados experimentais dos estudos citados indicam que o contato entre grupos conflitantes tende a ser profícuo, desde que garantidas algumas condições: cooperação, amizade, ilustração, um clima cultural geral adequado... Mas será

que, uma vez cumpridos esses requisitos, as determinações objetivas e subjetivas não continuarão incidindo sobre essas relações permitindo um tipo de discriminação mais sutil? O otimismo de Allport e o pessimismo de Amir, que poderiam ser aplicados, alternadamente, aos diversos estudos sobre a hipótese do contato, em conformidade com seus resultados, por prescindirem de uma análise mais aprofundada da sociedade e de sua relação com os indivíduos, não estariam delimitados por uma concepção de objeto que lhes retira a sua constituição histórica, ou seja, não estariam, nos limites, indicados por Horkheimer e Adorno, da Investigação Social Empírica? De outro lado, Freud (1986) argumentou que a cultura consegue dar conta da violência mais visível, mas não da mais sutil, e Horkheimer e Adorno (1985) localizam marcas de Auschwitz nas maiores aquisições culturais humanas, o que dificulta ser otimista em relação à diminuição do preconceito através do contato, ainda que esses autores não deixem de defendê-lo, pois a formação envolve a experiência das contradições existentes. Se o otimismo e o pessimismo dos estudiosos da hipótese do contato é alternado e varia, também, em função dos resultados obtidos nas pesquisas, Freud e os frankfurtianos, a partir da análise dos conflitos psíquicos e das contradições sociais, podem delimitar a experiência possível no mundo existente e afirmar a sua necessidade para a constituição de uma consciência crítica, posto que a formação em nossos dias alcança o seu auge e o seu limite na resistência aos falsos apelos, mas também na percepção do que já poderia ser possível, como liberdade, e ainda não o é: a possibilidade de viver num mundo no qual o preconceito não precise existir. Os estudos sobre a hipótese do contato trazem essa perspectiva, mas não expõem os seus limites.

Relação entre ideologia, personalidade e predisposição ao preconceito

Baseado no estudo da personalidade autoritária, Crochík (1999) pesquisou a relação entre a ideologia da racionalidade tecnológica, que, se já era visível e delimitada naquele estudo, parece cada vez mais se sobrepor às ideologias tradicionais; características narcisistas de personalidade, pois julgou-se que a regressão psíquica que Adorno et al. estudaram estivesse relacionada com o narcisismo, analisado por Adorno nesse e em outros trabalhos posteriores (Adorno, 1986, 1995); e a predisposição ao preconceito, avaliada pela escala F.

O conceito de ideologia da racionalidade tecnológica e a elaboração dos itens da escala que avaliou a adesão a essa ideologia tiveram como base os textos de Adorno (1972, 1991, 1995a e 1995c), Horkheimer e Adorno (1985), Marcuse (1981 e 1982) e Habermas (1983). Esses itens tentam expressar os conceitos e as características que serão descritas a seguir. A ideologia da racionalidade tecnológica traz como paradigma a razão subjetiva ou instrumental, tal como a define Horkheimer (1976), e se expres-

sa na ciência positivista e na técnica, que desde o século passado, segundo Marx (1984), já contribuíam para a substituição de mão-de-obra viva pelas máquinas. O que rege essa ideologia é a lógica formal ou lógica da identidade, que abstrai de diversos particulares os seus elementos comuns em busca da classificação, ordenação, quantificação etc. A ausência da percepção das contradições e a tendência a sistematizar os fatos são características dessa ideologia. A realidade tal como pode ser captada é tida como o referente último, sem se perguntar pela sua gênese e potencialidades de transformação; ela é naturalizada e eternizada; disso resulta um hiper-realismo que se alia com a busca pragmática dos resultados, e a percepção imediata passa a se destacar da realidade como a sua verdade. A ênfase na competência e, portanto, na solução dos problemas imediatos, passa a ser a tônica para a adaptação ao mundo atual. Assim, os problemas políticos tornam-se problemas administrativos; os problemas sexuais, disfunções que apontam para falhas do desempenho individual; as questões educacionais tornam-se falhas do sistema de ensino ou do aprendiz; os problemas econômicos convertem-se em falhas do sistema; os problemas familiares são reduzidos à psicologia; os valores se conformam à realidade estabelecida, não são refletidos, a não ser pelo grau de adaptação que permitem; o lazer e o trabalho devem ser organizados tendo em vista a perpetuação do existente.

O conceito de narcisismo baseou-se em alguns trabalhos dos frankfurtianos (Adorno, 1969, 1986; Marcuse, 1981 e 1982), em alguns textos de Freud (1959, 1974a, 1974b, 1976 e 1986), nos textos de Lasch (1983), de Green (1988) e de Costa (1984). Para a construção da escala de características narcisistas da personalidade, elaborada em conjunto com Maria de Fátima Severiano, os itens foram apresentados na primeira pessoa do singular, para que os sujeitos pudessem se posicionar mais diretamente frente a eles. Algumas questões apresentam a idéia do tempo; se o narcisismo tende a abolir a noção do tempo, o presente deve ser mais valorizado do que o passado e o futuro; de forma similar, a morte deve ser negada, assim como a velhice ou tudo aquilo que possa implicar mudança. Outras questões apresentam a valorização do corpo saudável, a afirmação da aparência, posto que para o narcisista a apreciação dos outros é importante. Outras dizem respeito aos seguintes temas: relacionamentos superficiais; o consumo desenfreado, que indica uma tentativa de resposta ao sentimento de vazio interior; a necessidade de modelos, ensejada pela ausência de um eu bem estabelecido; e sentimentos de inadequação e insatisfação.

Os sujeitos dessa pesquisa foram primeiro-anistas de cursos da Universidade de São Paulo. Foram feitas duas coletas de dados dos alunos do curso de enfermagem, uma em 1996 e outra em 1997, obtendo-se respectivamente amostras de 39 e 43 sujeitos. Outras duas amostras foram obtidas, em 1997, no curso de Psicologia -

62 sujeitos - e no curso de Fonoaudiologia - 18 sujeitos. Ao todo, fizeram parte da pesquisa 162 sujeitos. A idade média dos sujeitos foi a de 21 anos, com desvio padrão de 2 anos. Com exceção da amostra da Psicologia, que continha sujeitos de ambos os sexos (20 sujeitos do sexo masculino e 42 sujeitos do sexo feminino), as demais eram compostas unicamente de sujeitos do sexo feminino. Nessa amostra, não houve diferenças significantes entre os dois sexos em relação aos escores obtidos nas duas escalas construídas: escala da ideologia da racionalidade tecnológica ($t = 0,51$, 60 g. l. e $p < 0,01$) e escala de características narcisistas de personalidade ($t = 0,95$, 60 g. l. e $p < 0,01$), razão pela qual foi possível analisá-los conjuntamente.

As duas escalas - ideologia da racionalidade tecnológica (escala I) e características narcisistas de personalidade (escala N) – foram construídas com itens tipo Likert; cada item tem seis alternativas de resposta e, de forma similar às de Adorno et al. (1950), a pontuação varia de um a sete pontos; quanto maior for a pontuação, maior, respectivamente, a adesão à ideologia da racionalidade tecnológica e maior o número de características narcisistas de personalidade. A escala da ideologia da racionalidade tecnológica foi composta de 46 itens e a escala de características narcisistas de personalidade, de 42 itens. Para as amostras consideradas em conjunto foram obtidos os seguintes Alphas de Cronbach: Escala I: 0,92 e Escala N: 0,91. A estabilidade temporal dessas escalas foi verificada em duas aplicações feitas a 49 primeiro-anistas de Enfermagem, no intervalo de três semanas; obtivemos as seguintes correlações de Pearson: escala I: 0,90; escala N: 0,94.

Para o cumprimento dos objetivos desta pesquisa utilizamos também a escala F, que segundo pode-se inferir das correlações obtidas, por Adorno et al. (1950), entre essa escala e as escalas de anti-semitismo e etnocentrismo, avalia a predisposição ao preconceito. Foi aplicada à amostra da psicologia (62 sujeitos) e a uma das amostras da enfermagem (43 sujeitos). Adotamos a última configuração da Escala F (forma 40/45) formulada e testada por seus autores. Ela foi traduzida para o português, mas não precisou ser adaptada, pois quase todos os seus itens fazem sentido para a nossa cultura. O item 22 - ‘It is best to use some prewar authorities in Germany to keep order and prevent chaos” - não foi utilizado por requerer conhecimento histórico que lhe dê sentido. Assim, a escala compôs-se de 28 itens. O alpha de Cronbach obtido nesse estudo para a escala F foi o de 0,81.

Os desvios padrões médios obtidos nas três escalas não diferenciaram as amostras e tiveram magnitude próxima a dois pontos (deve-se lembrar que a escala possuía sete pontos); a menor média de escores obtida nas três escalas foi a da amostra da Psicologia (escala I= 3,4; escala N=3,3; e escala F=2,9); os alunos do curso de Fonoaudiologia tiveram as maiores médias nas duas escalas construídas nessa

pesquisa (Escala I= 4,3 e escala N= 3,6); por fim, os estudantes de enfermagem – amostra de 1997 – obtiveram, em média, maiores escores que os da psicologia (Escala F= 3,9).

As correlações entre ideologia da racionalidade tecnológica e características narcisistas de personalidade variaram, em função das amostras, entre 0,45 e 0,54, sendo que a menor delas se refere aos estudantes de enfermagem da amostra de 1996 e a maior, aos estudantes de enfermagem de 1997. As outras correlações variaram pouco entre si; as correlações obtidas entre a escala F e a escala da ideologia da racionalidade tecnológica foram 0,64 e 0,66; e as obtidas nas correlações entre a escala de características narcisistas de personalidade e a Escala F, 0,56 e 0,58. Todas essas correlações são significantes ao nível de 0,01.

Assim, as hipóteses da pesquisa foram confirmadas. Os sujeitos que aderem à ideologia da racionalidade tecnológica tendem a ter um maior número de características narcisistas e vice-versa. A percepção do mundo de forma sistemática, técnica, visando à eficiência e à perfeição de diversas esferas da realidade é, em certa medida, o contraponto do desvio da atenção por parte do indivíduo do mundo para si mesmo, possibilitando a hipótese de que a visão tecnológica da realidade pretende evitar a percepção do sofrimento, gerado constantemente pela nossa cultura, tal como o descreveu Freud em *Mal-estar na civilização*. Em outras palavras, a técnica, e suas características, tomada como fim e não como prolongamento das capacidades humanas, permite descobrir que os objetos aos quais ela se aplica não se identificam com ela. Mais do que isso, o apego a si mesmo e a quase ausência de afetos dirigidos aos outros se coadunam com a catexia da técnica, tal como Adorno alegou em *Personalidade Autoritária* a respeito do tipo descrito por ele como Manipulador. Se esse autor dizia que a tendência era a de que esse tipo fosse cada vez mais freqüente, devido à racionalização técnica das diversas esferas da vida, os dados obtidos nessa pesquisa tendem a confirmar a sua previsão. As correlações obtidas entre as escalas F e de características narcisistas de personalidade também evidenciam essa tendência, e assim, em nossa época, há indivíduos, cujo apego à técnica responde a necessidades sadomasoquistas, também avaliadas pela escala F, segundo Rouanet (1989), e/ou narcisistas. A nossa sociedade valoriza o desenvolvimento desse tipo de indivíduo quer pela ideologia da racionalidade tecnológica, quer pela ênfase na competência técnica, que se é necessária, pode trazer consigo não só a solução de problemas, mas também o desejo de destruição. Além disso, se é próprio do preconceituoso utilizar categorias de classificação para discriminar os seus alvos, a tecnologia também opera por categorias lógicas de classificação. Evidentemente, a tecnologia e o preconceito não se constituem num único objeto, mas têm aspectos comuns que podem levar a uma aproximação perigosa.

Os resultados mostram, também, a relação entre a adesão ou não à ideologia da racionalidade tecnológica e a predisposição aos preconceitos, avaliada pela escala F. Por trás da idéia da neutralidade da técnica e da sistematização de diversas esferas da vida pelas categorias da lógica formal, parece que se mantêm os impulsos destrutivos que se expressariam, entre outras formas, por essas categorias, que, além disso, por serem formas, prescindem do contato com o objeto para se constituírem. Assim, o afeto, destituído de vazão imediata, que caracteriza a paixão, reapareceria em uma forma socialmente aceita e, mais do que isso, necessária para a sobrevivência social e individual, como preconceito. A apatia, a neutralidade, seriam a sombra da paixão, ou, de outro modo, a ausência da racionalidade ou o seu excesso estariam implicados, ainda que de maneiras diversas, no preconceito. Desse modo, além de se dar ênfase ao narcisismo contemporâneo, o que tem sido feito por alguns pesquisadores (Lasch, 1983; Costa, 1984), caberia continuar a refletir sobre o sadomasoquismo e a sua relação com a exacerbação da técnica em nossa cultura. De um jeito ou de outro, dever-se-ia pensar em medidas que, sem prejuízo do aprendizado de técnicas, pudessem contemplar a reflexão sobre elas, no que têm de determinante na (de)formação individual e social⁽³⁾.

Certamente esses dados devem ser refletidos a partir da contradição presente no progresso, indicado por Horkheimer e Adorno (1985). Os avanços tecnológicos, se têm possibilitado, cada vez mais, as condições da libertação humana do reino da necessidade, mantêm as condições que geram a injustiça social. Nesse sentido, defender o desenvolvimento da tecnologia, do progresso, como fim em si mesmo, contribui para a perpetuação das contradições sociais existentes. De outro lado, se, como Adorno (1986) afirmou, em cada época, a sociedade leva os indivíduos às regressões psíquicas que necessita para a sua reprodução, os desejos e as características narcisistas e sadomasoquistas, que podem estar associados com a defesa ideológica da técnica, implicam as configurações individuais necessárias para a reprodução social. O combate a essas configurações psíquicas que as concebe como falhas individuais e não determinadas socialmente, determinação essa que não ocorre de forma imediata, colabora também para a manutenção social. Mais do que isso, segundo Adorno (1969), as críticas ao narcisismo individual podem levar ao narcisismo coletivo. Além disso, a ideologia da racionalidade tecnológica pode auxiliar a expressar o preconceito, em sua forma asséptica, conforme indicam os dados acima apresentados, o que ilustra a tese de Horkheimer e Adorno (1985) de localizar o fascismo na gênese e no desenvolvimento de nossa cultura e não como um acidente da

3 Uma análise mais detalhada da presença das contradições sociais e dos conflitos psíquicos no fenômeno estudado pode ser encontrada em Crochik (1999).

história, ou seja, de mostrar a presença da violência mesmo no movimento que tenta extirpá-la.

Conforme podemos concluir dos resultados obtidos, mesmo após meio século, o preconceito continua a estar associado à ideologia que o indivíduo defende e às características de personalidade. Assim, essas variáveis não só não deveriam ser ignoradas nos estudos sobre o preconceito, como serem entendidas como marcas substanciais desse fenômeno. Só a presença delas, contudo, não é suficiente, conforme vimos argumentando neste ensaio, é necessário também um entendimento desses conceitos à luz das contradições sociais e dos conflitos psíquicos.

Por fim, cabe mencionar que as correlações obtidas, ainda que significantes ao nível de 0,01, são de magnitude mediana e que as amostras estudadas não são representativas da população, o que leva à necessidade de outros estudos que confirmem, ou não, os encontrados nessa pesquisa. Isso, no entanto, não invalida o que estamos defendendo neste ensaio.

Considerações Finais

As conclusões dos estudos, que se referem à hipótese de contato, têm sido e devem continuar a ser postas em prática. Ainda que o preconceito possa ser estabelecido na ausência do objeto, ou se configure como uma deturpação da experiência, o contato com o alvo da violência, real ou potencial, talvez possa, ao menos, atenuá-lo, ou alterar a sua forma mais violenta. Essas conclusões, no entanto, precisam ser pensadas também à luz da ideologia e dos medos e desejos que constituem o indivíduo, para que não se obtenha o efeito contrário ao que é esperado, isto é, fortalecer a ideologia que colabora com a discriminação, ainda que manifeste o oposto, e dar novos conteúdos e formas para os desejos se manifestarem, sem que sejam modificados. Assim, se o preconceito independe da experiência, ou seja, do contato com o alvo, a mera aproximação entre o potencial ou real algoz e a sempre vítima, mesmo com as condições adequadas, pode não resolver o problema. O arrolamento das condições propícias para um bom contato e a sua realização parecem não ser suficientes no combate ao preconceito, pois a ênfase em condições circunstanciais – situações de cooperação, apoio social e institucional contra a violência -, arbitrariamente criadas, deixa de lado a estrutura social que as impede de surgir espontaneamente, e a ênfase no estatuto, nas informações, no sentimento de ameaça, nos estereótipos, desvinculada da ideologia e de características de personalidade, impede que sejam percebidos e combatidos os determinantes sociais e psíquicos da violência. Claro, como Horkheimer e Adorno (1978b) afirmaram, é melhor algum esclarecimento do que nenhum, e certamente os estudos em questão indicam variáveis

importantes na constituição do preconceito, mas esse esclarecimento não pode ser entendido como resolução do problema. Nas palavras desses autores:

“Oferecer receitas tem escassa utilidade. Mas quem teve em conta os feitos a que os agitadores são propensos e adquiriu consciência disso talvez já não sucumba igualmente aos seus falsos apelos; e o que conhece as motivações ocultas do preconceito resistirá a ser um joguete nas mãos dos que, para libertarem-se do peso que os opõe, voltam-se contra os que são mais débeis do que eles... A luta eficaz contra os movimentos totalitários não é possível, certamente, sem o conhecimento das suas causas, sobretudo se quisermos que essa luta atinja as raízes do totalitarismo, as condições que lhe são propícias na sociedade. Uma concepção acertada e capaz de ser, ao mesmo tempo, interpretada de forma racional das estruturas essenciais em jogo, que é missão da ciência formular, não bastará por si só para fazer o necessário mas constitui, sem dúvida, uma contribuição insubstituível à resolução do problema” (p. 182).

A crítica aos estudos sobre a hipótese do contato não visa, assim, retirar a sua importância, mas mostrar os seus limites; sem a percepção desses limites, como foi dito, correm o risco de fortalecer o que estão combatendo, uma vez que os obstáculos a ser enfrentados, por não serem visíveis, continuam a alimentar as tentativas que combatem os seus frutos, mas não esses obstáculos. As propostas de combate à violência enunciadas por Adorno não fogem às determinações sociais, e, dessa maneira, pode parecer contraditório utilizar de seu pensamento para a crítica daqueles estudos. Essa contradição, contudo, não é do pensamento, mas da realidade, e como tal deve ser entendida; a sua superação só parece ser possível, tal como defenderam Adorno et al., com a superação das contradições sociais, isto é, com a alteração da estrutura de nossa sociedade, enquanto isso não for possível deve-se continuar a tentar, ao menos, atenuar a violência existente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T.W. (1969) *Intervenciones*. Caracas, Monte Avila Editores.
- _____(1971) 'Teoría de la seudocultura' In: Horkheimer, M. e Adorno, T. W. *Sociología*. Madrid, Taurus, 233-267.
- _____(1972) 'Sociología e Investigación Empírica' In: Adorno, T. W.; Popper, K. R.; Dahrendorf, R.; Habermas, J; Albert, H.; e Pilot, H. *La disputa del positivismo en la sociología alemana*. Barcelona: ediciones Grijalbo.
- _____(1986) Acerca de la Relación entre Sociología y Psicología. In: Jensen, H. *Teoria Crítica del Sujeto*. Buenos Aires, Ed. Siglo XXI. p.36-83.
- _____(1995a) 'Educação após Auschwitz' In: Adorno, T. W. *Palavras e Sinais*. Petrópolis, Vozes, 104-123.
- _____(1995b) 'Notas marginais sobre teoria e práxis' In: Adorno, T. W. *Palavras e Sinais*. Petrópolis, Vozes, 202-229.
- _____, Frenkel-Brunswik, E, Levinson, D.J e Sanford, R. N. (1950) *The Authoritarian Personality*, Nova Iorque, Harper and Row.
- AINSCOW, M, PORTER, G. e WANG, M. (1997) *Caminhos para as escolas inclusivas*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- ALTEMEYER, B. (1998) The other 'authoritarian personality'. *Advances in Experimental social psychology*: 47-92.
- AMIR, Y. (1969) Contact Hypothesis in ethnics relations. *Psychological Bulletin*, V.71(5): 319-342.
- ARCURI, L e BOCA, S. (1999) 'Posicionamentos políticos: racismo subtil e racismo flagrante em Itália'. In: Vala, J. (org.) *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras, Celta editora, 61-75.
- BASTOS, J. G. P. e BASTOS, S. P. (1999) *Portugal Multicultural*. Lisboa, Fim de Século Edições.
- BOSI, E. (1997) 'O campo de Terezin' *Estudos Avançados*, 13 (37), 7-32.
- BROWN, R. (1995) *Prejudice: its social psychology*. Oxford, Blackwell Publishers Ltd.
- CARONE, I. Teoria Crítica e Psicologia Social. São Paulo, EDUC, s/d.
- COSTA, J. F. (1984) *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro, Graal.
- COTRIN, A. M. (1997) *Educação Intercultural: abordagens e perspectivas*. Lisboa, Ministério da Educação.
- CROCHÍK, J. L. (1999) *Ideologia da Racionalidade Tecnológica e Personalidade Narcisista*, Instituto de Psicologia da USP.
- DUCKITT, J. (1992) Psychology and Prejudice: A Historical Analysis and Integrative Framework. *American Psychologist* 47: 1182-1193.

- FREUD, S. (1959) *Introdução ao Narcisismo*. Rio de Janeiro, Delta(Obras Completas de Freud), Vol. VII.
- _____(1974a) *Luto e Melancolia*. In.: Pequena Coleção Obras de Freud, V.11. Rio de Janeiro, Imago, 165-181.
- _____(1974b) *Tipos Libidinais*. In: Obras Psicológicas Completas de Freud, vol. XXI, p.251-254. Rio de Janeiro , Imago.
- _____(1976) *Psicologia de Grupos e Análise do Ego* .Rio de Janeiro:Imago.
- _____(1986) El MalEstar en La Cultura. In:Braustein, N. A. (org.) *A Medio Siglo de El Malestar en La Cultura de Sigmund Freud*. México, Siglo Veintiuno.
- GREEN, A. (1988) *Narcisismo de Vida, Narcisismo de Morte*. São Paulo, Escuta.
- HABERMAS, J. (1983) Técnica e Ciência enquanto Ideologia. In: Textos Escolhidos. *Benjamin, Horkheimer, Adorno, Habermas*. 2a. ed. São Paulo, Abril Cultural, 313 (Os Pensadores).
- HEGEL, G. W. F. (1992) *A Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis, Vozes.
- HORKHEIMER, M. (1976) *A Eclipse da Razão*. Rio de Janeiro, Editorial Labor.
- HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. W. (1978^a) Indivíduo. In: Horkheimer, M. e Adorno, T. W *Temas Básicos de Sociologia*. São Paulo, Editora Cultrix, 45-60.
- _____(1978b) "Sociologia e investigação social empírica". In: Horkheimer, M. e Adorno, T. W. *Temas Básicos de Sociologia*. São Paulo, Editora Cultrix, 120-131.
- _____(1978c) Preconceito. In: Horkheimer, M. e Adorno,T. W *Temas Básicos de Sociologia*. São Paulo, Editora Cultrix, 172-183.
- _____(1985) *Dialética do Esclarecimento*. 2^a. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- LASCH, C. (1983) *A Cultura do Narcisismo*. Rio de Janeiro, Imago.
- LUIZ, D. e KRIGE, P. (1981) 'The effect of social contact between south african white and colored adolescent girls'. *The Journal of Social Psychology*, 113, 153-158.
- MARCUSE, H. (1981) *Eros e Civilização*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____(1982) *A Ideologia da Sociedade Industrial*. 6a. ed. Rio de Janeiro, Zahar editores, 238p.
- MARX, K. (1978) *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. In: Marx. São Paulo, Abril Cultural, 7-48;
- _____(1984) *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I, volume 1. São Paulo: Difel.
- MEERTENS, R. W. e PETTIGREW, T. F. (1999) 'Será o racismo subtil mesmo racismo?' In: Vala, J. (org.) *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras, Celta editora, 11-29.

- MONTEIRO, M. B. e CASTRO, P. (1999) *Cada cabeça sua sentença*. Oeira, Celta Editora.
- MONTEIRO, M. B. (1996) ‘Conflito e cooperação nas relações intergrupais’. In: Vala, J., Monteiro, M. B.(coord.), *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: 309-352.
- PRIMO LEVI. (1971) *É isto um Homem*. São Paulo, ed. Record.
- ROUANET, S. P. (1989) *Teoria Crítica e Psicanálise*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- ROFE,Y. e WELLER, L. (1981) Attitudes toward the enemy as a function of level of threat. *British-Journal-of-Social-Psychology*. Vol 20(3), 217-218.
- SCHALLER, M., BOYD, C, YOHANNES, J. e O'BRIEN, M. (1995) The prejudiced personality revisited: personal need for structure and formation of erroneous group stereotypes. *Journal of personality and Social Psychology*, 68(3), 544-555.
- VAGOSTELLO, L. (1997) *A Ideologia Involuntariamente Sincera: uma análise da literatura científica inspirada em A Personalidade Autoritária nos últimos 16 anos (1980-1996)*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da USP.
- VALA, J., BRITO, R e LOPEZ, D. (1999) *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa, ISCTE.

• Recebido para publicação junho de 2000

Ideologias ou mitos totalitários? Fragmentos de discursos inigualitários.*

*Telma Regina de Paula Souza**
telma.souza@merconet.com.br*

Resumo

A partir de entrevistas com indivíduos considerados, tanto pelos grupos nazi-fascistas como pela mídia, como ideólogos desses grupos, o texto propõe uma análise das bases ideológicas de sustentação destas narrativas. Nos três casos apresentados, analisamos que a ideologia que fundamenta os discursos desses homens pode ser entendida como autorararia, já que defende uma organização hierárquica natural da sociedade no sentido de ordenar as ações humanas. Nesta discussão, explicitamos como esses discursos relacionam-se com os campos de conflitos contemporâneos, destacando, ainda, a ordenação social expressa no exercício do poder e nas diferenciações sociais que afirmam.

Palavras-chave

Ideologias autoritárias, identidades, discursos, diferenciações sociais.

Abstract

Through the use of interviews with individuals connected to nazi-fascist groups, this paper proposes an analysis of the ideological foundations upon which their discourse is based. These individuals have come to be considered as

* Este texto foi elaborado a partir de alguns dados da minha tese de doutorado: Mundo contemporâneo e totalitarismo: os limites da diferença. Formações identitárias de grupos skinheads no Brasil e na Itália, defendida na PUC/SP em 1998.

** Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente da Faculdade de Psicologia da Universidade Metodista de Piracicaba e Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

ideological spokepeople by both nazi-fascist groups and the media. In the three cases presented, the ideology which structures these men's discourse was analyzed and found to be authoritarian. By this one can consider that it supports a natural hierarchical organization in society, being that it orders human actions. In this discussion, it is made explicit that these discourses are related to the field of contemporary conflicts, therefore underlying the social order expressed in the use of power and in affirming social differentiations.

Key words

Ideologies authoritarians, identities, discourses, social differentiations.

Em uma pesquisa realizada acerca das formações identitárias de grupos nazi-fascistas, denominados *skinheads*, buscamos entender suas bases ideológicas de sustentação e, para isso, entrevistamos indivíduos considerados, pelos grupos estudados e pela mídia, ideólogos desses grupos. Apresentaremos, nesse momento, algumas questões que problematizamos em nosso estudo, com base nas entrevistas realizadas com três homens identificados com idéias totalitárias. Um nazista brasileiro, solteiro, oficial da marinha, licenciado por problemas de saúde, fundador do extinto Partido Nacional-socialista brasileiro e do movimento Nativista, que não conseguiu adeptos. Outro, um integralista defensor da monarquia no Brasil, separado da mulher e com três filhos, ex-professor de Direito, advogado de terras e membro (em posições de liderança) de várias organizações políticas, algumas de caráter integralista e outras de defesa da monarquia no Brasil; e o terceiro, um fascista italiano, casado, médico psiquiatra, escritor em uma revista fascista e condenado pela Justiça Italiana como ideólogo de organizações fascistas italianas. Os três têm a mesma idade, aproximadamente 67 anos na época da entrevista.

Nessa discussão, destacaremos fragmentos de suas narrativas que nos permitiram refletir acerca de conteúdos ideológicos, buscando entender as diferenças e aproximações entre eles. Para isso, entendemos ser pertinente esclarecer que o ideológico em nossa discussão apresenta-se como: “(...) as razões argumentativas que orientam as ações políticas desses indivíduos, baseadas tanto em uma ‘verdade histórica’, como em uma utopia social; assim, configura-se tanto na perspectiva mitológica como ideológica propriamente dita.” (Souza, 1998:211).

Nos três casos, analisamos que a ideologia que fundamenta os discursos desses homens pode ser entendida como uma ideologia autoritária, essa compreendida como um pensamento que defende uma organização hierárquica natural da sociedade como um princípio político exclusivo para se alcançar a ordem (Stoppino, 1993).

“Geralmente, as doutrinas autoritárias, ao contrário (se refere a filosofia política de Hobbes), pelo menos as modernas, são doutrinas antiracionalistas e antiigualitárias. Para elas, o ordenamento desejado pela sociedade não é uma organização hierárquica de funções criadas pela razão humana, mas uma organização de hierarquias naturais, sancionadas pela vontade de Deus e consolidadas pelo tempo e pela tradição ou imposta inequivocamente pela sua própria força e energia interna. De costume, a ordem hierárquica a preservar é a do passado; ela se fundamenta na desigualdade natural entre os homens” (p. 96).

Stoppino afirma que a ordenação hierárquica autoritária apoia-se no modelo que precedeu a Revolução Industrial, e o pensamento autoritário moderno é uma forma

de reação contra a ideologia liberal e democrática⁽¹⁾, o que vemos claramente nos discursos analisados, embora esses devam ser entendidos como totalitários e não como autoritários. Isso porque qualquer ideologia autoritária na atualidade teve que se adaptar às transformações sócio-políticas e econômicas dos últimos séculos, inclusive forjando articulações entre autoritarismo e racionalismo, o que já podemos ver no projeto científico-comtiano para a construção de um Estado universal.⁽²⁾

Nos Estados modernos, o pensamento autoritário forjou fortemente o nacionalismo radical (fundamentalista) e o anti-semitismo, que anteciparam o fascismo e nele se transformaram em pensamento totalitário. Nesse sentido, estamos demarcando claramente uma diferenciação entre autoritarismo, caracterizado pelo despotismo, insustentável no mundo atual na forma de regimes e instituições autoritárias, e totalitarismo que, embora orientado em crenças autoritárias e sustentado por um sistema de controle das divergências ideológicas e das manifestações de oposição, implica em um nível de consenso social que “legitima” o autoritarismo, tanto de um líder como de um sistema de poderes, que assim pode até mesmo caracterizar um sistema que se define como democrático.

Vários fatores podem ser analisados como determinantes da impossibilidade do autoritarismo, enquanto regime político, nas sociedades modernas atuais, *grosso modo*, apontamos quatro deles: complexificação das sociedades com o aumento das diferenciações sociais em muitas esferas; descentralização dos lugares de poderes e democratização dos sistemas políticos; aumento da interdependência entre nações e necessidade e aumento da mobilidade social. Isso não significa a impossibilidade de pensamentos e ações autoritárias⁽³⁾ e nem a impossibilidade de experiências totalitárias, como as que vivemos no século XX e outras que podem ainda existir. Aqui saímos da “visão clássica”⁽⁴⁾ de autoritarismo para apresentá-lo em uma versão psicossociológica, o que nos permite identificar os discursos aqui analisados como autoritários, pois, mesmo com diferenças discursivas entre eles, preservam a idéia da ordem fundada em hierarquias sociais naturalizadas. Há, portanto, uma convergência ideológica por trás

1 Embora não seja nossa intenção aprofundarmos essa discussão, destacamos que a relação entre pensamento autoritário e ideologia liberal é bastante polêmica, pois se o autoritarismo rejeita o liberalismo em seus princípios isso não significa que o próprio liberalismo não tenha produzido pensamentos autoritários. No caso do totalitarismo, lembramos que as análises marxistas compreendem o fascismo e o nazismo como uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que tem sua base no liberalismo.

2 Sugerimos a leitura de TODOROV, T. Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana (1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, em especial p. 41-49.

3 Isso fica evidente, por exemplo, nos pronunciamentos e ações do presidente Fernando Henrique Cardoso diante das manifestações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras, em maio de 2000, quando ameaça o movimento com as Leis de Segurança Nacional.

4 Destacamos que os estudos acerca do autoritarismo tratam-no em três perspectivas: da estrutura dos sistemas políticos (dos regimes e instituições autoritárias), das disposições psicológicas a respeito do poder, como aparece na personalidade autoritária de Adorno e colaboradores e das ideologias políticas, que nos interessa mais de perto nessa reflexão.

de cada discurso, que legitima a manutenção das desigualdades sociais ao mesmo tempo em que as condenam, uma vez que sentem-se excluídos da ordem social, ou colocados em uma posição inferior à que reconhecem que deveriam estar. Buscam, então, o resgate do paraíso perdido ou a construção de um paraíso desejado, o que reflete a história de vida de cada um dos entrevistados, como veremos adiante.

Através dos discursos analisados pudemos refletir sobre os princípios ideológicos desses homens, que se relacionam com os campos de conflitos contemporâneos, destacando, nessa discussão, a ordenação social expressa no exercício do poder ou da dominação, e nas diferenciações sociais que afirmam.

Ordenação social: Paraíso perdido/paraíso a ser construído.

De um mundo de hierarquias fixas e naturalizadas, até o período pré-moderno, passamos a viver em um mundo de hierarquias relativamente móveis, fundado nas possibilidades de escolhas construídas e guiadas pelo conhecimento científico, tanto na esfera material como nas relações sociais. A crença no potencial humano para superar os limites naturais e civilizatórios geradores de opressão permitiu tanto a revolução social como a tecnológica, iniciadas, enquanto marco histórico, a partir da Revolução Francesa e Revolução Industrial, que instauraram definitivamente o período moderno.

Embora possamos entender que, a partir de então, o homem passa a ter possibilidades cada vez mais ampliadas no seu campo de escolhas, o que define a liberdade como condição fundamental da modernidade, essas possibilidades não foram e não são extensivas à todos os homens, uma vez que o sistema ideológico e operacional que materializa a liberdade funda-se na necessidade estrutural da desigualdade. A liberdade possível define-se no que é denominado liberalismo, que ordena as formas de mobilidade social e a estrutura de locação dessa mobilidade. Esse movimento, como temos estudado, não foi e não é harmônico, é sim um campo de tensão permanente, tendo o Estado como regulador dos conflitos nesse campo.

Como em um jogo, atores entram em campo para ganhar ou perder, lógica que permeou a história da humanidade e que na modernidade terá a democracia como as regras do jogo, que, em tese, não implicaria em ganhadores e perdedores. Essas questões, superficialmente apresentadas, já nos indicam que a modernidade, em que pesem as intencionalidades de supressão ou controle racional das condições de opressão humana, não garantiu, de nenhuma forma, a eliminação da hierarquização social. A lógica de ordenação social moderna, inclusive, justifica a necessidade de uma hierarquização, tanto para a obediência da sociedade em relação ao Estado, colocado acima de todos, pois representante dos interesses de todos, como para

motivar o desenvolvimento humano na busca de cada indivíduo de melhorias para si mesmo, que é a base da competição econômica. O fato é que, as possibilidades de atingir o melhor nem sempre estão relacionadas aos esforços individuais ou mesmo coletivos para tal fim, além “do melhor” transformar-se em um produto manipulado para a preservação da “racionalidade” do sistema.

A desigualdade social define assim uma injustiça social, o que nem sempre é tolerada ou aceita. Portanto, a própria ordem moderna, baseada na liberdade, igualdade e democracia, engendra também dominação, desigualdade e autoritarismo, o que permite a produção de discursos orientados em outras ideologias “não modernas”, não necessariamente como vestígios de sistemas autoritários precedentes, mas como utopias que buscam restituir ou construir lugares de reconhecimento fundados em outros critérios hierárquicos.

Os discursos autoritários modernos, materializados no fascismo, no nacional-socialismo, no comunismo e nas ditaduras vividos no século XX, são, portanto, uma possibilidade ainda presente no mundo contemporâneo, mesmo que a maior parte desses regimes tenha sido destruída e seja condenada legal e moralmente pelos sistemas de governo atuais.

Em que pese a ideologia autoritária ou totalitária carecer de fortes recursos argumentativos, uma vez que refutam a racionalidade como base explicativa das ações humanas e centralizam sua ideologia na ação, suas crenças estão baseadas em instituições bem presentes na estrutura e organização social moderna, em especial: família, religião, trabalho e Estado, o que pode representar um dispositivo concreto para a fermentação totalitária, mesmo que tais instituições tenham vivido grandes transformações na história da modernidade.

Visto que as transformações ocorridas não produziram a eliminação de poderes dominadores e produziram outras ordens de conflitos, dada a complexidade das sociedades atuais, o pensamento autoritário reivindica “colocar ordem na casa”, o que seria uma forma de reduzir a complexidade e resgatar lugares de privilégios perdidos.

A ênfase na tradição é um dos elementos centrais no pensamento autoritário que relaciona de diferentes formas as instituições acima apresentadas. Vejamos como isso aparece nos discursos analisados:

No caso do fascista italiano:

“Tem uma tradição antiga que se transmitiu através das famílias, que é positiva para aquele povo porque nasceu naquele mesmo povo. Mil ou dois mil anos atrás nasceram certas tradições que foram transmitidas porque o povo as sentia como naturais, as tinha expressas segundo sua inclinação

natural e o seu temperamento, o seu modo de sentir e perceber a vida. Depois têm aqueles que amam todavia a novidade ou aqueles que são dispostos a ver a vida em chave pessoal, mas estes são sempre por fim os debandados, sujeitos sem pontos de referência, sem uma raiz; não são absorvidos pela massa, não são orientáveis. Devem encontrar as soluções por conta própria, portanto freqüentemente contra os outros.”

“Estes elementos fundamentais dão uma marca a quem será levado, que se aperceba disso ou não, depois na vida a olhar a existência como um fascista. Isto é, um homem que tende depois a conceber as várias relações ao interno da sociedade de um ponto de vista diferenciado, hierárquico; sem anular a visão geral de igualdade entre os homens, em termos éticos e em termos políticos, se tem, porém, da sociedade uma visão hierarquizada e uma visão unitária no âmbito de uma vasta realidade nacional”

Quando questionamos se as mudanças culturais, colocadas em seu discurso, estão ligadas à educação:

“É uma coisa ligada ao costume mais do que à educação. São os valores que a criança, junto com o leite, começa a beber de pequeno. Existem ainda famílias onde está presente uma forte autoridade paterna, a criança a respeita, vê a mãe que tem estima pelo pai, e assim a criança é levada mesmo crescendo, a obedecê-lo. E isto prefigura, inconscientemente, mesmo um pouquinho a imagem de um poder superior, aquele do Estado, aquele da sociedade. A criança habituada a obedecer seu pai nos primeiros anos de vida é um cidadão que aceita mais que sejam postos limites à sua disponibilidade de fazer ou não aquilo que lhes torna cômodo.”

No nazista brasileiro:

“Eu sou totalmente a favor da família, mas, porém, desde que a família não prejudique a não família. Quer dizer, quem quiser apenas se amigar, sem casar no papel, está igualmente legal; quer dizer, do ponto de vista moral, eu não tenho nenhuma restrição. Eu sou a favor de que a família é importante, é o núcleo básico da sociedade natural, né? Tudo isso eu sou a favor, mas sem que tudo isso sirva de pretexto para dizer: ‘solteiro não presta porque não casou’ (...) Quer dizer, sem que sirva de pretexto para discriminação por motivo da situação, da conduta, da opção sexual. Só que desse assunto eu não posso falar muito. (...) Os fascistas são muito reacionários. Eu não concordo com as

idéias deles; é difícil fascista não concordar com fascista, ou com nazista, fica muito difícil, entende?”

Aqui já aparece uma diferenciação em relação ao discurso anterior, pois contempla o indivíduo como esfera privada e com direito a um mundo privado, não necessariamente congruente com as idéias defendidas na esfera pública. Nesse sentido, a defesa incondicional da subordinação do indivíduo à sua comunidade (próprio das sociedades holísticas pré-modernas) não aparece nesse discurso que, ao contrário, expressa o individualismo característico das sociedades modernas⁽⁵⁾.

Já o integralista brasileiro, revela-nos o sentido da tradição conservadora em seu pensamento através de sua oposição ao comunismo e aos Estados Unidos.

“Bom, há certas influências que foram muito nefastas para o Brasil. A influência naturalmente soviética e dos outros países que estavam em regimes comunistas. (...) Bom, os comunistas sempre procuraram pregar a dissolução dos costumes no Brasil, ou seja, sempre procuraram pregar o divórcio, o chamado amor livre, porque por eles deveria ser abolida a instituição do casamento, a instituição da família, só que depois que nasceram milhões de crianças que não tinham família para cuidar delas na União Soviética, ocasião que Stalin mandou matar milhões de meninos porque eram ladrões, porque não tinham outro meio de vida, porque não tinham família pra sustentá-los, aí Stalin voltou atrás, viu que não era possível querer dissolver a instituição da família e voltou a prestigiar a instituição da família na Rússia e outros países subjugados por esse regime comunista soviético que viu que era impossível educar as novas gerações sem ser através da família, né? Mas, no começo, os comunistas queriam que as crianças fossem educadas fora da família, sem a família.”

“(...) eles sempre foram muito a favor do divórcio, do aborto e da excessiva liberdade de costumes, no sentido de incentivar a liberdade de relações sexuais de, de adolescentes etc; agora, não foi o comunismo a principal causa dessa dissolução de costumes. A principal causa foi a influência perniciosa exercida por países como os Estados Unidos em primeiro lugar e também a Inglaterra e França apresentando péssimos exemplos de maus costumes constantemente através de filmes, programas de televisão, revistas, livros, assim em geral, dando sempre maus exemplos. Por exemplo, você não vê um filme norte-americano que conte a história de um

⁵ Para aprofundamento da “aparente” contradição entre a afirmação holista da comunidade e o individualismo sugerimos a leitura do livro “O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna” de Louis Dumont, especialmente a análise que o autor faz de Hitler.

Santo, de uma pessoa assim que dê bons exemplos. Você em geral só vê quase, só quase exclusivamente filmes que retratam o quê? Ladrões, assassinos, pessoas que praticam crimes um atrás o outro, que praticam violências (...) É. Imperialismo muito danoso, muito prejudicial; preferível seria que fosse proibido todo e qualquer filme norte-americano na televisão e nos cinemas do Brasil, a não ser excepcionalmente um ou outro, porque isso aí é uma influência péssima sobre o Brasil. (...) O propósito é o seguinte, quanto maior a dissolução de costumes na América Latina, tanto mais fácil leva ao imperialismo norte-americano, que se impôs sobre a América Latina.”

Nessas idéias já podemos ver as diferenças discursivas, mas, ao mesmo tempo, uma lógica semelhante, que se traduz em uma ordem social natural que deve ser preservada com pulso forte, a direção de um sujeito regulador, encarnação da virtude máxima.

As diferenças entre os discursos de cada analisado refletem as diferentes histórias de vida de cada um e suas realidades atuais.

O fascista italiano tem seu pai e avô como modelos, assim como é modelo para seus filhos, que também têm uma história de militância fascista. Mesmo ter uma filha fora do casamento não o levou a questionar o modelo familiar conservador, assumiu o “erro” (como reconhece o que ocorreu) e dá apoio a essa filha. Apesar da condenação judicial, dos grandes gastos que teve com o processo e das restrições que lhe foram impostas na condenação, tem a família que o apoia e dá sentido à sua vida. Sua atividade médica permite que possa se colocar como um “grande pai” fortalecendo suas convicções acerca da submissão do indivíduo à sua comunidade, como aparece expresso acima e na sua crítica ao individualismo produzido em uma sociedade consumista, segundo ele, ditada pela americanização global.

O nazista brasileiro valoriza a família, mas coloca vários condicionantes; a escolha individual deve ser preservada e não discriminada. Sua relação com o pai, um comandante da Marinha Mercante, não foi tranquila e mesmo seu trabalho não foi escolha sua. Com a mãe alemã parece ter proximidade e identidade. Mora sozinho e parece ter feito uma opção sexual não convencional, assim sua discordância com o fascismo. Tem uma história toda voltada para a busca de um lugar de poder e fracassos consecutivos. Sua identidade nazista é reconhecida, mas não com a distinção que ele busca, portanto, ela se fecha em um mundo interno, no qual ele é soberano nas escolhas.

O integralista brasileiro também valoriza a família, embora tenha outras experiências, separado, mas não sozinho, os filhos distantes, teve o avô (um italiano fascista) como modelo, mas parece não ser modelo para nenhum de seus filhos. Desejava seguir a vocação religiosa para ser missionário na Rússia, mas como não conse-

guiu ser aceito em uma instituição romana para ser preparado para isso, segue a “vocação” política. O cristianismo, porém, nunca deixou de representar o valor máximo para ele, diferentemente do nazista brasileiro que abomina a Igreja e o cristianismo, embora entenda ser necessário uma religião para se garantir a ordem social, evidentemente uma religião brasileira, criada especialmente para o Império brasileiro. Como o nazista brasileiro, o integralista buscou se eleger a cargos legislativos várias vezes, fundou e participou de várias organizações políticas. Escreveu um livro em espanhol sobre o governo franquista, publicado em 1958. Atualmente parece dedicar-se a atividades “colonialistas” e “missionárias”, usando seus conhecimentos de Direito para “regularizar” a situação de “suas” terras e buscando “orientar” jovens do subúrbio (Carecas do ABC) para atividades políticas.

Exercício do poder: a superioridade do uno ou dos poucos escolhidos como encarnação da totalidade.

Se o pensamento autoritário pode ser observado, no seu sentido clássico, no período pré-moderno, principalmente porque a obediência incondicional à autoridade não exigia nenhuma forma de consenso – o poder estava posto e isso bastava para ser legítimo –, no período moderno, tal ordenação social deixa de ser tão simples. As possibilidades da liberdade e da igualdade ameaçam a ordem anterior, e o autoritarismo, enquanto uma doutrina, deve apresentar ao menos uma justificação plausível, embora nem sempre o tenha feito nos regimes autoritários vividos nos Estados modernos.

A grande justificativa que vamos encontrar nos sujeitos autoritários atuais é a insatisfação com o sistema de poderes dos governos, que entendem representarem interesses não nacionais, e sim do poder econômico que está fora do território nacional, representado, principalmente, pela potência norte-americana. Nesse sentido, defendem um nacionalismo que pode comportar vários sentidos, tanto centrado em uma unidade nacional como em uma unidade identitária que não corresponde necessariamente a uma nação, como podemos ver no discurso do fascista italiano, no qual a unidade envolve o Continente europeu, não sem restrições.

Os discursos comportam, então, um nacionalismo cívico anti-colonialista, quando seus sujeitos se sentem inferiorizados na relação com outros países, e um nacionalismo étnico, fundamentalista, que define a superioridade de alguns países, com qualquer argumentação, que pode até justificar uma relação de domínio desses para com outros considerados inferiores. As relações de subordinação são “legitimadas” dentro de territórios nacionais com a mesma lógica argumentativa. O sistema de poderes que pretendem está diretamente relacionado com a visão que têm acerca das diferenciações sociais, que, em última instância, traz a tona uma perspectiva

racialista e racista, como veremos adiante.

Para a garantia da ordem necessária e natural vamos encontrar, então, a conclamação de um grande líder, ou de uma elite no poder.

Como o pai representa o poder supremo na família, o líder de uma nação deve ser soberano e a democracia é uma farsa ou deve apenas indicar o soberano.

No fascista italiano:

“(...) quem domina o poder por inteiro com a conivência da opinião pública, do próprio povo. Este regedor da coisa pública no qual o inteiro povo se identifica reconhecendo como seu chefe e dando-lhe a própria confiança, esse administra a coisa pública como se fosse sua propriedade e assim não há necessidade de procurar algo a mais, não tem necessidade de roubar, espoliar, guardar. Administra as coisas como se elas fossem a sua razão de vida. Eis! Pode fazê-lo melhor ou pior, mas certamente o faz com mais honestidade de quem pensa ‘depois de mim o dilúvio’, eu desapareço depois de dois anos, depois de três. É um poder instável, precário, que quebra continuamente, que depende dos humores das maiores parlamentares, dos humores populares, que depende da pressão da imprensa, da televisão, de forças de informação que são sempre dominadas pelas vontades internacionais.”

“A democracia não existe, é sempre uma demoplutocracia, isto é, o sistema que consente ao poder financeiro de dominar o povo através da existência dos partidos, isto é, o sistema que consente ao poder financeiro de dominar o povo através da existência dos partidos. Eu creio, creria na democracia se fosse uma democracia de homens e de votos, a gente escolhe o melhor deles, o elege de baixo para cima; contra isso eu não tenho nada em contrário. Mas quando existem os partidos, incrustados por ligações internacionais com outros partidos, que se refazem todos a quem lhes dá dinheiro, a quem os mantém, a quem os orienta, a quem os guia; bem, então existe um poder internacional de domínio e de controle que chega até o coração de vários países, que os orienta e domina contra as liberdades e os interesses diretos daqueles países. (...) Ou um partido se identifica no Estado, se identifica na comunidade que sustenta, se torna uma coisa só com esse povo e confisca todos os impulsos, todas as exigências e as exprime; ou fica em si mesmo, sobretudo se tem ligações internacionais, esquece os interesses do país no qual vive e no qual opera”.

No nazista brasileiro:

“(...) o povo tem que ter, vamos dizer bem radicalmente, um grande,

nem um ditador, mas um grande ditador. É o poder supremo, é o Deus, quer dizer, ele decide. Claro que pode errar, mas é mil vezes melhor do que...aliás o Mussolini falou que, se na Itália tem um ditador, pior nos países democráticos, que têm milhares de ditadores, cada juiz é um ditador, decide. Eu não posso aceitar como meu líder, por exemplo, o Sr. Presidente Fernando, que daqui a quatro anos vai ser descartado. Você pode ter um herói descartável? (...) Quer dizer, não combina, porque quem crê em Deus, crê em Deus para sempre, entendeu? Quer dizer, enquanto o camarada for vivo, tiver condições físicas para ser o chefe, ele é o líder, ele é o imperador. Quer dizer, aquela idéia, ele é um símbolo vivo da Pátria, ele é a Pátria viva. Então ele tem todo o poder.”

“Um grande líder eleito pelo povo, uma democracia nas eleições, mas aí **ele seria o chefe da nação por toda a vida. Então ele tem o poder.** Então digamos que o Congresso vai acabar com todas as aposentadorias especiais, pra acabar com as mordomias, tá tudo bem. Só não acaba com a mordomia de deputado. **Então o grande ditador chega e fecha o Congresso, manda prender todo o mundo algemado.** Tá dissolvido, todo mundo algemado, vamos eleger outro Congresso. Quer dizer, é a suprema força que atua. Hoje não, acontece o diabo, o Presidente nem toma conhecimento, não é minha competência, isso compete ao prefeito; o prefeito diz: isso compete ao governo estadual, o governo estadual diz: isso compete a não sei quem. Ninguém resolve nada (...) desde o Império ninguém procurou resolver nenhum problema brasileiro. (...) Os políticos querem a miséria do povo, porque eles precisam da miséria para terem plataforma pra se candidatar. (...) Aí vem outro: ‘**e eu lutei pela redemocratização**’, **pior ainda.** O Brasil, depois que assumiu o Sarney, o país parou as grandes obras, quer obras como hidrelétricas – tem vinte obras paradas–, quer dizer, obras materiais, de desenvolvimento econômico, como sociais. Melhorou a saúde pública? Melhorou a educação? Melhorou a cultura? Você vê mais residências? Diminuíram as favelas? Tudo piorou, quer dizer, o Brasil entrou em decadência total. **O que ele chama de redemocratização é destruir o país. É, em vez do militar mandar, é eles mandarem.**”

No discurso do integralista:

“Olhe, o Integralismo sempre pregou o que eles chamam de **democracia orgânica**. A democracia orgânica é uma democracia em que as pessoas com mais capacidade têm um peso maior, um peso maior (...) Bom, eu dou um exemplo pra você. O fato da pessoa ser alfabetizada não é necessariamente um sinal que seja melhor moralmente falando. Pode acontecer da pessoa

não ter tido oportunidade de aprender a ler e a escrever e ter um padrão moral melhor do que algumas pessoas que até às vezes tiveram diploma universitário, etc. Mas, um dos critérios pelos quais a pessoa muitas vezes deve ser considerada mais capacitada é quando tem mais cultura, mais instrução, mas isso não é um índice absoluto. Mas num país com uma boa ordem social, uma ordem de civilização cristã, normalmente os ocupantes de certos cargos, como por exemplo os professores universitários, os reitores de universidades, os diretores de faculdades, deveriam ser ouvidos com mais consideração, com mais atenção do que os cidadãos com pouco grau de informação e muitas vezes mal informados ou desinformados. Então, no sistema integralista, por exemplo, só para você ter uma idéia, o Governo nunca poderia fazer uma norma jurídica sobre importação, exportação, comércio exterior, sem primeiro ouvir todas as organizações, as instituições, os colegiados interessados nisso, por exemplo, a Federação, ou o nome que tiver ela, dos importadores, dos exportadores e, principalmente num caso desses, os industriais brasileiros que produzem as mercadorias similares àquelas que iriam ser importadas. Os sindicatos patronais e dos empregados num determinado ramo de indústrias têm que ser ouvidos para saber se eles ‘tão de acordo antes de se abrir as portas à importação de produtos análogos que virão, por exemplo, como estão vindo agora, da China, da Índia e de países como a Indonésia etc, onde o salário mínimo é muito baixo; na Índia o salário mínimo é de 15 dólares por mês, na China comunista é de 300 dólares por mês, agora na China nacionalista não, em Taiwan, Formosa, a renda per capita é muito maior do que a do Brasil. Em 1950 ela era muito menor do que a do Brasil, mas agora é muito maior. (...) Então no regime integralista da democracia orgânica, num caso como esse, não é o zé-povinho, a população que vai ser consultada em plebiscito, são os representantes das organizações profissionais interessadas que têm competência, capacidade, conhecimento pra prever as consequências de uma política desastrosa como essa que o Fernando Henrique está fazendo e evitar que isso aconteça, porque isso aqui é uma tragédia, o que está ocorrendo aqui.’”

A idéia de superioridade teria até mesmo o sentido de “justificar” possíveis erros de “grandes” líderes.

“Que se por ventura, por ventura um governante ou um regime da Itália ou da Alemanha tivesse feito alguma coisa errada, isso não era motivo pra prejudicar a nacionalidade que tem mais de mil anos desses dois países, ‘tá certo? Afinal de

contas quase todos os papas foram italianos, né? principalmente nos últimos cinco séculos, né? E afinal de contas a Alemanha é um dos países que mais adiantamento técnico e científico teve no mundo..."

Podemos entender que nos três casos se apresenta uma idéia de unidade comunitária (baseada em uma ordem social hierarquizada), ameaçada, perdida ou a ser construída, que é universal e está sendo “desnaturalizada”, o que requer uma força unificadora (totalizadora) representada pelo Estado (não o Estado liberal da atualidade), definido como um super-sujeito. Qualquer outro “lugar” que se apresente como super-sujeito é definido como inimigo a ser combatido. Assim, combatem o marxismo que define a classe operária como o super-sujeito, como também combatem outros inimigos que entendem que ameaçam o Estado como super-sujeito: o poder financeiro dos judeus, o domínio norte-americano, a ação da ONU, a globalização.

Com base em um ideal romântico, que opõe-se à racionalidade moderna, (...) trazem uma proposição identitária calcada em particularidades reconstruídas dos mitos civilizatórios presentes nos imaginários desses homens, e que se convertem em verdades históricas que constroem um ‘revisionismo histórico’ que legitima seus mitos enquanto ideologias. A crise no poder regulador do Estado-liberal reafirma para eles seus mitos em forma de enunciados ideológicos” (Souza,1998:247)

Diferenciações sociais: hierarquização natural do mundo. Racismos e anti-racismos contemporâneos.

“Não é possível construir a Europa sem ter bem presentes os quatro elementos essenciais de sua identidade: a Europa como ‘Terra’, a Europa como ‘sangue’, a Europa como ‘Memória histórica, a Europa como ‘Civilização’ (...) Se a ordem do mundo quiser ser uma ‘Ordem’ – vale dizer justa, pacífica e estável – ela não poderá apoiar que algumas áreas (...) etnicamente homogêneas, economicamente auto-suficientes (...), ao interno das quais os povos menores possam encontrar a garantia da sobrevivência de sua identidade, de sua cultura, de sua língua, do seu nome, realmente na integração política orgânica com povos mais fortes, que sejam, porém, afins por comuns raízes de sangue e de civilização, e que não tenham portanto necessidade nem interesse algum a desnaturalar-lhes a especificidade (...) A Europa será certamente uma dessas grandes áreas regionais do mundo de amanhã. Uma Europa que se estenda até onde vivem comunidades de sangue e de civilização europeia, e ao interno da qual a integridade dos povos – de todos os povos – seja garantida ‘da

força do estar-junto'. Uma Europa, portanto, não dos velhos Estados nacionais, destinada a desaparecer, (...) mas uma Europa das etnias."

Quando questionamos sobre o motivo da forte imigração atual.

"no mundo dos africanos, onde todas os países sempre conviveram na ordem enquanto estavam os europeus (...) eram países onde ninguém morria de fome, eram países que exportavam produtos alimentares, produtos da terra. Hoje se morre de fome porque esses países estão fortemente endividados dos grandes bancos centrais, dos grandes bancos americanos. Tudo o que produzem devem vender para poder pagar seus débitos, não para saciar a própria gente."

"O discurso da imigração não é simples. O problema não é os poucos imigrantes que possam ocupar, próximo a um povo de mais de 50 milhões de habitantes, pequenos espaços. O problema é quanto chegam grandes massas de imigrantes, sobretudo em uma cultura diversa, que são em boa parte os islâmicos, ou são, contudo, não crentes, ou pertencem a uma outra religião que requer uma grande fidelidade à própria tradição. Esses, quando são assim numerosos para poder constituir uma unidade, mantêm a sua homogeneidade (compattezza) e tendem a construir uma parte do próprio mundo. (...) pouco dano trazem os albaneses até que são católicos. Grande tragédia, porque parece que seja um povo que, deseducado do trabalho por dezenas de anos, tende nesse momento à delinqüência, à má vida, à agressão. Aqui todos os albaneses fazem isso (...) Isso é, trabalham de uma parte para os tunisianos, para os argelinos, para os marroquinos, mas de albaneses inseridos no mundo do trabalho não os encontras nunca. Encontra-os a defender a prostituição, encontra-os a traficar a droga. Encontra-os nas atividades de furto e de delinqüência habitual."

Para ele, talvez, o continente europeu seja inferior apenas em relação ao Japão⁽⁶⁾. Quando questionamos sobre a miscigenação das raças:

"É uma coisa que polui sempre a estabilidade de uma comunidade. Qual é o país mais estável do mundo? O Japão. O país que mais produz sobre

6 Na primeira entrevista que realizamos com o fascista italiano, esse nos presenteou com o n.º 42 da Revista L'Uomo libero (dezembro, 1996), cujo título é: "Da Madama Butterfly a Hiroshima. Origini e sviluppo dello scontro tra Giappone e Stati Uniti", na qual Piero Sella escreve sobre o papel do Japão na oposição ao mundialismo, exaltando as "virtudes" do povo japonês e o declínio da "império" econômico" americano. Lembramos que destacar positivamente o Japão também tem como referência a posição desse país na Segunda Guerra Mundial, que o colocou como aliado na oposição norte-americana.

uma terra pobríssima. É certo que este país é dotado de uma grande inteligência média, de um grande espírito de imitação, de fervorosa vontade de trabalhar e produzir, mas sobretudo é um país que vive de união entre si (compattezza). Por que? Porque lá não têm estrangeiros. Lá não existem comunidades estrangeiras. Não tem nem mesmo uma verdadeira comunidade hebraica. São eles e vivem por eles. Quanto mais um povo é homogêneo e unido, mais este povo é estável. Quanto mais um povo é misto, mais existem diferenças de orientação, de desejos, de símbolos, de disponibilidade ao trabalho, de disciplina no enfrentar os sacrifícios e as alegrias da vida. (...) Existe ou não um componente racial? Pode mesmo ser que exista, mas isso é mais difícil falar. Se pode falar em termos científicos genéricos, mas aplicá-los aos diversos povos torna-se cientificamente um trabalho difícil. É certo que existe uma educação que, apesar das inovações recentes, continua a transmitir-se através das famílias, na educação que se recebe, nos contos das avós, nas atitudes do pai, nas relações entre os sexos, entre as gerações. Onde a família é ainda forte algo se transmite verticalmente ainda.”

“O discurso é diferente quando há uma diferença difusa sobre centenas de milhares ou um milhão de imigrantes na cor da pele. Então a diferença é evidente, a nota uma criança. Qualquer um percebe isso. E essas diferenças custam em termos de convivência. (...) No sentido que não são sempre aceitas, sobretudo entre as crianças na escola, durante a adolescência (...) É uma coisa que é típica para mim, do homem sob uma base genética há pouco o que fazer.”

“A idéia da universalidade européia do Império Romano, que devia manter esta ordem e essa civilização que permaneceram intactas na Europa em paz por quase mil anos, isto garantiu o Império Romano na Europa, coisa que nenhuma outra construção garantiu no mundo, em nenhuma outra faixa da terra, através de uma união dos povos diversos, todos unificados paulatinamente no uso da língua latina e das tradições legais de Roma, dos seus princípios e da unidade política.”

Para o nazista brasileiro:

Quando fala sobre a presença negra no cinema americano:

“O plano é misturar todas as raças em todo o mundo, menos o judeu, pra o judeu ficar separado. Eu acho que o judeu, só pelo fato dele ficar como nacionalidade durante dois mil anos, é um povo extraordinário. (...) Então isso é muito importante; então ele é um povo muito importante para a humanidade; agora, o judeu na sua pátria, na sua terra. Agora, eu não estou de acordo que judeu seja uma nacionalidade que exista em todo o mundo. Assim como sou contra brasileiro em Nova York, brasileiro na França; o Brasil é um país universal?”

Não senhor, brasileiro tem que viver aqui. (...) O problema do judeu é porque a pátria dele é judeu e a segunda pátria pode ser Brasil. (...) Então, na verdade, a nacionalidade deles, pra mim, não tem nada a ver com o assunto raça (...) o meu problema não tem nada a ver com o assunto raça, ao contrário, eu acho que todas as raças são desiguais, obviamente, isso é uma questão lógica, se fosse igual não existiria. Como é que eu posso distinguir a raça A de B se é igual? Não precisa entrar na biologia, né? Só é raça porque é desigual, todas as raças são desiguais. E se são desiguais, umas são melhores e outras piores, e depende do aspecto. (...) Mas nós achamos que todas as raças têm o mesmo direto à vida, eu acho que todos os seres vivos, até a barata, nessa extensão.... eu sou muito ecológico. (...) No caso das raças, todas as raças, embora desiguais, não tem nada a ver, têm direito à vida, à existência, assim como todos os povos têm direito ao seu território nacional e a criar a sua nacionalidade.”

“(...) o problema de raças é complicado. Povo é raça. Vamos ver, no passado, todos os povos tinham uma etnia. Quer dizer, o que é etnia? É um grupo humano homogêneo racialmente e culturalmente. Então o que é xavantes? O que é yanomâni? Quer dizer, um povo na verdade é um passado histórico, é uma coletividade da mesma raça, porque viveu junto, embora fosse tudo amarelo. (...) Mas acontece que com as descobertas, com a implantação da escravidão, que fizeram no Brasil, com todas essas coisas, existem hoje povos que são de muitas raças. Isso, na minha opinião, é uma fraqueza pra um povo. (...) eu preferia que o Brasil fosse todo negro, do que fosse todo de uma raça amarela, todo misturado, entendeu? (...) Não é raça pura, um povo realmente, o que caracteriza a unidade do povo é a homogeneização. Não estou nem falando que a raça seja superior ou inferior.”

“Todas as raças possuem indivíduos dotados de ótimas qualidades. O conhecimento desse fato, e o valor da hereditariedade indica que os povos têm o livre arbítrio para criar gerações superiores, mediante a reprodução seletiva. O futuro pertencerá aos que tiverem a lucidez de repudiar o igualitarismo, a coragem de adotar uma sábia política de eugenia, e a determinação para executá-la com rigor.” (Proposta do Nativismo, p.4)

No discurso do integralista:

“Olhe, o Integralismo sempre teve, em suas fileiras, milhares, dezenas ou centenas de milhares de pessoas de todas as raças que formaram o Brasil, um sangue índio, africano, europeu etc, sempre foi tradição no Integralismo, temos muitas pessoas, por exemplo, de sangue, de predominância africana ou árabes, italianas, alemãs. (...) não existe raça nacional, o Brasil é um

crisol de raças, é uma mistura, por assim dizer, de todas as raças. Mistura fraterna de todas as raças, onde todos, onde todos recebem todos os outros e todas as origens étnicas como irmãos. (...) eu, por exemplo, sou primeiro vice-presidente da Sociedade Cooperadora Brasil-China, que tem como um dos principais objetivos o reatamento de relações diplomáticas entre Brasil e Taiwan, então nós temos um relacionamento muito bom com as pessoas de todas as origens raciais. (...) Eu acho que gente de todos os países que eu conheci na minha vida, o Brasil é aquele em que há menos discriminação racial. (...) Ah, do ponto de vista científico eu li estatísticas segundo as quais as pessoas de raça branca têm em média mais capacidade intelectual do que as pessoas de raça preta, em média, hen? Em média porque há muitos pretos mais inteligentes do que muitos brancos. Mas em média, de acordo com as estatísticas científicas que eu vi, os brancos têm mais capacidade intelectual do que os pretos, entendeu? Só que acontece o seguinte: em grande parte isso aí é consequência da falta de ocasião, de oportunidade para a instrução, porque nos Estados Unidos a porcentagem de pretos nas universidades, em alguns lugares, é maior do que a porcentagem de pretos na população, entendeu? Então, muitas vezes é uma questão de instrução, de oportunidade de ocasião, porque o desenvolvimento do intelecto começa no ventre materno e é muito importante a alimentação, a nutrição nos primeiros dias, semanas e meses de vida e muitas vezes acontece que a pessoa branca tem melhor nutrição, durante a gestação, depois que nasce. (...) É por uma questão de padrão econômico. E a pessoa muitas vezes de raça preta não tem tão boa nutrição, por exemplo, nos primeiros dias, semanas e meses de vida e isso prejudica pro resto da vida o cérebro, seja branco, seja preto, seja japonês, seja chinês, seja de qualquer raça. Então acontece que, por razões econômicas, os brancos, em geral, têm mais oportunidade de desenvolver a inteligência, porque a inteligência é como a musculatura: se treinando halterofilismo você desenvolve a musculatura, fazendo ginástica, exercícios, se não treinando não desenvolve a musculatura. O cérebro também é assim, então, se a pessoa tem menos oportunidade de exercer as funções intelectuais, desenvolve menos. Isso acontece, muitas vezes, com as pessoas de raça preta, principalmente na África, devido a dificuldades econômicas as escolas são mais precárias.

As questões étnicas e raciais são assim explicitadas diferentemente nesses discursos, predominantemente racistas, seja na afirmação da impossibilidade de uma integração das diferenças, seja na negação dessas diferenças apresentadas na idéia de miscigenação.

Pensamos que o racismo apresentado nas idéias acima é a questão central do pensamento autoritário na atualidade, que, como discutimos antes, se funda em uma visão de sociedade hierarquizada naturalmente, e a raça, mesmo entendida diversamente, não é negada enquanto uma diferenciação natural entre os humanos. Por ser central nessa discussão, analisaremos mais de perto os racismos desses discursos, sem, contudo, pretendermos esgotar as reflexões sobre os racismos atuais.

O discurso do fascista é bastante ambíguo, mas indica um racismo universalista

do tipo bioevolucionista ou biomaterialista (Taguieff, 1994), o qual entende que existem raças adiantadas e raças atrasadas dentro de um processo evolutivo. Segundo Taguieff, esse racismo legitima o colonialismo e até mesmo o extermínio das raças inferiores que são inaptas para o progresso. Vemos claramente no discurso do fascista o lugar da superioridade européia, principalmente quando fala da África. Também está claro que algumas diferenças não se definem biologicamente, mas em função de diferenças históricas, como ele ilustra com os albaneses, que poderiam ser assimiláveis em função de semelhanças: cor da pele, catolicismo, porém, as diferenças “morais” dos albaneses os definem como uma ameaça à sociedade italiana. Esse tipo de racismo é denominado de racismo adicional ou de alarme (Balbo e Manconi, 1990, 1992), que associa diferenças (somáticas, étnicas e culturais) com ameaças sociais como tráfico de drogas, violência, difusão de doenças infectivas, estupros, enfim com comportamentos considerados desviantes e enquadrados como problemas sociais de ordem pública, tratados na esfera da criminalidade ou do assistencialismo. Esse tipo de racismo é predominante na mídia italiana sobre os “extra-comunitários”, que geralmente estão nas “páginas policiais”⁷. O que geralmente não aparece na mídia são as precárias condições de trabalho disponível aos imigrantes, quando conseguem emprego, o que os forçam a alternativas marginais ou ilegais, o que confirma a profecia – mecanismo que permite a reprodução de estereótipos e preconceitos – de que o imigrante é um ser inferior, delinqüente e perigoso.

Também aparecem na cultura italiana, segundo Balbo e Manconi, o racismo concorrencial e o racismo cultural, o primeiro relacionado à defesa do controle material e simbólico do território e dos seus recursos, principalmente em relação à habitação e à disponibilidade de serviços públicos, e, atualmente, também em relação aos empregos, pois responsabilizam os imigrantes pela redução salarial de algumas ocupações (geralmente sub-empregos) e por ocuparem os lugares dos italianos, em ambos os casos por aceitarem “lavoro in nero”.

O racismo cultural aparece na defesa do sistema de valores e estilos de vida de uma sociedade que sente estilos e valores de outras culturas diferentes como inferiores, o que pode produzir uma decadência na sociedade quando há proximidade entre essas diferenças. Esses tipos de racismo, na realidade, são uma racionalização da exclusão (social, política e econômica) do diferente, que define um fundamentalismo cultural (Stolcke, 1993), bastante presente nas sociedades europeias ocidentais atuais.

É interessante observar que todas essas formas de racismos não são assumidas

7 Sobre a construção social do imigrante na Itália sugerimos a leitura do estudo de Marcello Maneri, 1995.

como racismo, possivelmente em função de movimentos anti-racistas presentes nas sociedades europeias. O racismo europeu, em especial da extrema direita, está “encoberto” por um “(...)elaborado discurso em defesa das identidades coletivas, contra todo e qualquer totalitarismo, a favor da liberdade da existência de todos os povos enquanto singularidades históricas e culturais” (Souza, 1998:239), que para serem preservadas devem se manter nos seus territórios de origem.

Ainda destacamos que a ameaça representada pelos imigrantes na Itália é muito mais imaginária do que real, como bem discute Wiewiorka (1993), mesmo que nos últimos anos tenha ocorrido um significativo aumento do fluxo migratório para a Itália.

“(...) o crescimento das etnicidades é uma construção em grande parte imaginária que deve muito à intervenção dos jornalistas e dos intelectuais, quando as populações oriundas da imigração dificilmente podem ser consideradas como comunidades ou minorias, ou sequer sê-lo sob o prisma da sua capacidade ou da sua vontade de afirmação cultural e devem, antes de tudo, ser definidas pelas suas condições sociais de existência. É assim que a actual experiência italiana ilustra um afastamento entre a elaboração em termos diferencialistas de uma questão étnica, e a experiência vivida daqueles a quem esta diz respeito.” (p. 144)

No discurso dos brasileiros vemos duas lógicas de racização: uma calcada basicamente nas diferenças biológicas que definem barreiras intransponíveis entre as raças, sendo os cruzamentos inter-raciais uma transgressão às leis da natureza. Essa idéia é denominada por Taguieff de racismo diferencialista de tipo biomaterialista, e está claramente apresentado no discurso do nazista brasileiro, como também aparece no racismo zoológico dos “neonazistas” (d’Adesky, 1998). Outra lógica de racização é mais encoberta, pois aparece como um anti-racismo universalista de tipo espiritualista (Taguieff), porém, repleto de contradições, como vemos no discurso do integralista brasileiro que valoriza a miscigenação.

No primeiro caso, do nazista brasileiro, está claramente evidente sua aversão à mistura de raças, ao que ele atribui o fracasso brasileiro, que só poderá ser resolvido através de uma política eugenista que planeje uma “seleção natural” da população brasileira. Nesse sentido, a lógica de racização se explicita na série: autoracização-diferença/purificação - exclusão (epurazione)/extermínio, apresentada por Taguieff, na qual o “nós” (no caso, o brasileiro) “(...) não pretende identificar-se com o universal humano, ao contrário, define-se contra o conjunto da humanidade, deseja definir-se como expressão de uma espécie diversa, resiste a miscigenação, deseja a diferenciação evolutiva ou uma seleção voluntária e sistemática possível de ser realizada pela eugenia”(Souza, 1998:242)

“A auto-identificação coletiva não se produz por expansão (nós = o gênero humano em si), mas por contração, por isolamento de uma essência particular” (202). Essa é a base do “racismo nacional-socialista” (Taguieff, p. 212)

Vamos encontrar no discurso do nazista brasileiro a idéia de construção de um “império cósmico brasileiro”:

“O Estado Nativista será forte, centralista, desburocratizado, democrático e soberano; promoverá a brasiliade, a identidade, a unidade, a fraternidade, a moral, a liberdade, o bem-estar, o poder, a glória e a perenidade do Povo; e edificará a Civilização Brasileira e o Império Cósmico Brasileiro” (Proposta Nativista; p. 21)

Na entrevista, ele deixa clara a idéia de um planejamento do Estado para uma “seleção natural” da população, para que permaneçam no Brasil apenas os homens superiores, o que podemos entender como uma auto-racização utópica, pois coloca uma identidade superior a ser construída, é um paraíso (o Império Cósmico Brasileiro) como destino e não como resgate, como aparece implicitamente nas idéias do fascista italiano que tem como modelo paradisíaco o Império Romano.

No caso do integralista brasileiro a racização implícita em seu discurso obedece a uma outra lógica, definida por Taguieff pela série: heteroracização/desigualdade/domínio/exploração, que apresenta a diferença racial com base na inferioridade ou maldade do outro. Essa lógica comparece na ideologia inigualitária da colonização e do escravismo, na qual o dominador é sempre o melhor. A sua superioridade o define como representante da humanidade ou essência do gênero humano, o que legitima que possa dominar outros inferiores. Na realidade, o superior aqui nem se define como raça, pois representa o que é universal, os outros, sim, são raças particulares. Assim vemos no integralista uma super valorização da miscigenação e ele próprio como a síntese de todas as misturas possíveis, ele é a síntese, o universal, e não uma particularidade.

(...) Olhe, a mistura de raças sempre foi uma tradição da civilização e da colonização portuguesa e assim que foi formado o nosso Brasil, com a mistura de raças. Eu, por exemplo, que sou uma família que ‘tá há mais de 400 anos no Brasil, me orgulho muito de ter no meu sangue muito sangue índio, muito sangue africano, devo ter sangue árabe, judeu, tenho sangue espanhol, italiano, português, tudo misturado e acho que deu muito certo, viu? (gargalhadas)”

Nesse caso o império que ele defende é o monárquico, não visa, então, um

projeto, mas um resgate do passado, pois entende que no período da monarquia no Brasil e naquela vivida na Espanha durante o período Franquista, vigorava o Estado ideal, acima do povo e abaixo de Deus.

“Olha, o Movimento Monarquista, o Movimento Monarquista Imperial Brasileiro alberga em seu seio pessoas de diferentes, variadas correntes de tendências políticas que têm em comum simplesmente esse apreço pela instituição da monarquia. Porque a instituição da monarquia foi sempre muito respeitadora não só dos direitos humanos fundamentais, mas principalmente de muitas liberdades que foram sufocadas, violadas, desrespeitadas durante os regimes republicanos, por exemplo, o Getúlio Vargas, de 1930 a 1934, de 1937 a 1945, fechou o Congresso Nacional, fechou as Assembléias Legislativas, todas as Câmaras Municipais, desrespeitou todos os mandatos de todos os prefeitos e governadores eleitos. Então havia uma rigidez muito grande no controle, na censura à imprensa, durante esses dois regimes ditoriais de Getúlio. No tempo de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto também não havia liberdade de manifestação do pensamento, as tipografias que queriam imprimir periódicos monarquistas eram empasteladas, não havia nenhum respeito à lei, nem à liberdade de imprensa. Os monarquistas eram simplesmente fuzilados, mortos, chacinados ..., o Marechal Floriano Peixoto mandou assassinar os alunos da Escola Militar lá em Florianópolis, que naquele tempo chamava-se Desterro, capital de Santa Catarina, somente porque eram monarquistas; ele era muito violento, muito brutal, Floriano Peixoto. (...) A Ação Integralista Brasileira e o Movimento Monárquico Imperial Brasileiro têm algo em comum (...) Têm algo em comum, muito importante. A Ação Integralista Brasileira deseja instituir o Estado cristão, deseja defender a civilização cristã, a economia cristã, ou seja, a economia de acordo com os postulados da, das encíclicas pontifícias, respeitando a liberdade de produção, a liberdade de trabalho, a imprensa cristã, a escola cristã, desejamos que o cristianismo seja ensinado em todas as escolas, a todas novas gerações e o Movimento Monárquico também, a mesma coisa, deseja que o Estado brasileiro seja oficialmente cristão, que o cristianismo seja a religião oficial do Estado (...) Porque na Ação Integralista mais ou menos a metade dos integralistas são monarquistas e a outra metade são republicanos, eles desejam que haja o cristianismo na instituições oficiais do Brasil.”

“Bom, a partir de 1946 principalmente, eu pude ler livros, revistas, publicações que me foram dadas pelo cônsul da Espanha em São Paulo, que era muito meu amigo porque havia perseguição naquela época contra a Espanha. A França

fechou a sua fronteira com a Espanha, as Nações Unidas queriam a derrubada do General Franco e eu então passei cada vez mais a me solidarizar com o generalíssimo Franco e a ver como o seu regime era profundamente católico, respeitador das encíclicas pontifícias e dos direitos da Igreja e procurei ver os gravíssimos erros do comunismo, dos socialistas aliados dos comunistas, como o ‘Pietroneme’ lá na Itália, e tomei uma posição assim cada vez mais categoricamente contra todos esses regimes e partidos esquerdistas e o partido mais anti-esquerda que havia no Brasil era dos integralistas, né? o partido de representação popular de 1946 em diante.”

A supervalorização da miscigenação pode ser entendida como um anti-racismo universalista, às vezes de tipo espiritualista, outras de tipo biomaterialista. Há um certa negação das diferenças culturais que aponta tanto para a ideologia do “branqueamento”, bastante presente no Brasil, como aponta para o populismo característico do discurso autoritário brasileiro.

“Tudo indica que existe uma cultura universal elevada – cujo modelo é a civilização europeia –, e corrupções desta cultura. Assim, tanto ao comunismo como à mídia televisiva e à importação de ‘quinquilharias e bugigangas’ é atribuída a responsabilidade da corrupção dos costumes. Colocados numa esfera moral, os costumes são entendidos como ‘dever ser’, natural e tradicional que devem ser mantidos (...).” (Souza, 1998:244)

Vemos o caráter conservador no discurso desse integralista, que está bem evidente, em relação à homossexualidade.

*“Bom, nós entendemos que os homossexuais deveriam ser proibidos de exercer qualquer cargo de magistério, qualquer ..., de ter qualquer programa na televisão e de ter qualquer papel de artista em qualquer novela ou filme, nós achamos que os homossexuais deveriam ser severamente reprimidos! (...) **Não sou contra os homossexuais, sou contra o homossexualismo, naturalmente desejo que eles deixem de ser homossexuais.** (...) Bom, eu simplesmente desejo que eles deixem de ser homossexuais e se regenerem. (...) **Uns degenerados, moral.** (...) Bom, os gays, como eles se chamam, fizeram um desfile na Guanabara, né? Eu acho que isso aí deveria ser severamente reprimido pela polícia, né? Isso aí ..., isso é um absurdo. (...) É, acho que toda e qualquer propaganda do homossexualismo, como esses anúncios que saem nos jornais e revistas, deveriam ser proibidos.”*

Seu conservadorismo é tradicionalista⁽⁸⁾, pois enfatiza costumes, convenções e tradições orientados no cristianismo católico romano, como está evidente em seu discurso. Assim, condena a homossexualidade como um ato pecaminoso, que deve ser reprimido, condenado e convertido, para a preservação da moral católica.

Entendemos que o discurso desse integralista é o discurso do colonizador, no qual a manutenção da tradição lhe confere o lugar de poder. A monarquia lhe garantiria uma diferenciação de *status* social que o privilegiaria em função de sua própria origem, pois ele pertence a uma família tradicional brasileira. Assim, é clara a idéia de democracia apresentada por esse integralista, na qual o “zé povinho” nunca teria competência para participar das decisões nacionais.

A história do colonialismo no Brasil nos ajuda a entender as idéias desse integralista, principalmente se considerarmos o período em que o centro da metrópole¹¹ foi transferido para a colônia, quando da vinda de D. João VI ao Brasil. O colonialismo, então, pensando a relação metrópole-colônia, era endógeno; as ordens vinham aparentemente de dentro das fronteiras territoriais. A identidade do integralista brasileiro é a identidade do colonizador, legitimada por sua origem familiar e legitimadora das atividades que exerce como advogado de terras (grileiro). “Dentro da ‘legalidade dissimulada’, ele busca se apropriar do que pertence ao outro, como um colonizador que expropria o território estrangeiro e inválido.” (Souza, 1998:256). A dissimulação é uma característica marcante no seu discurso, que é confirmada em entrevista com outro sujeito de nossa pesquisa que nos disse: “(nome do integralista) me falou para eu ter cuidado com as coisas que eu vou dizer para você, não é para eu falar tudo”

Sua oposição à influência estrangeira não implica em uma oposição à relações de dominação, mas à reivindicação do lugar do dominador, sem concorrentes.

Finalizando, podemos entender que os fragmentos de discursos apresentados acima, e outros obtidos em nossa pesquisa, expressam pensamentos autoritários fundados tanto nas biografias dos sujeitos analisados quanto nas contradições produzidas na história das organizações sociais humanas.

Em que pesem as singularidades da história e realidade atual, brasileira e italiana, que viveram experiências totalitárias diversas e estão em posições geo-políticas distintas, vamos encontrar um denominador comum que justifica relações de autoridade soberana – obediência incondicional; tal denominador, como já afirmamos, é a defesa de uma organização hierárquica natural da sociedade como a forma de se garantir a estabilidade, a ordem e a “evolução” da humanidade. Essa organização deve “respeitar” as diferenças entre os humanos, quer sejam diferenças raciais (ditadas pelos imperativos biológicos), étnicas e culturais (ditadas pela tradição,

⁸ Aqui é preciso esclarecer que embora o Brasil fosse colônia de Portugal, esse estava submetido a um colonialismo informal com a Inglaterra, o que, “por tabela”, também implicava na submissão do Brasil à Inglaterra.

costumes ou educação), em que uns (poucos) estão mais aptos a liderar uma comunidade (imaginária). A civilização européia, antes da corrupção política e moral (definida nos Estados Modernos) é o paradigma da superioridade branca, masculina e cristã, como aparece no discurso do fascista italiano e, parcialmente, no discurso do integralista brasileiro. A utopia no presente é o resgate de uma ordem imaginária de um período passado, é um mito. O império brasileiro é o paradigma da superioridade desejada pelo nazista brasileiro, a utopia está em um futuro a ser planejado e construído através do controle seletivo das raças.

Por último, destacamos que apesar de termos considerado esses homens como ideólogos de grupos *skinheads*, isso não se configura na realidade brasileira, ao menos nos grupos que pudemos conhecer mais de perto. No caso dos “Carecas do Subúrbio”, apresentados pela mídia como *skins*, consideramos que representam justamente o inverso do que pudemos analisar no discurso do nazista e do integralista brasileiros; representam o resultado da miscigenação brasileira e o grupo é uma “quarela de cores raciais”, além de representarem o colonizado que não aceita viver nessa condição.

Na realidade, esses grupos foram e podem ser usados temporariamente por homens que se colocam como aqueles que têm a “palavra da salvação”, por isso suas ideologias se convertem em mitos para eles próprios, restando para os grupos que buscam doutrinar apenas alguns ícones esvaziados de conteúdo e usados como expressão simbólica da sua condição de exclusão.

No caso italiano a questão é mais complexa, vamos encontrar processos de doutrinação bem sucedida, casos de jovens suburbanos como no Brasil e casos em que o conteúdo ideológico é expressamente comunista e suas principais ações são contra os fascistas. O aprofundamento dessas questões pode ser encontrado na pesquisa indicada nesse texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BALBO, Laura e MANCONI, Luigi (1990) - *I razzismi possibili*. Milano: Feltrinelli.
- BALBO, Laura e MANCONI, Luigi (1992) - *I razzismi reale*. Milano: Feltrinelli.
- D' ADESKY, Jacques (1998) "Racismos e anti-racismos no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos*. (33):71-85, set. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes
- DUMONT, LOUIS (1993) - *O individualismo: uma perspectiva antropológica d ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco
- MANERI, Marcello (1995) - *Stampa quotidiana e senso comune nella costruzione sociale dell'immigrato*. Tesi di dottorato in Sociologia e Ricerca Sociale, Facoltà di Sociologia - Università degli Studi di Trento, Itália.
- SOUZA, Telma R. de Paula (1998) - *Mundo contemporâneo e Totalitarismo: os limites da diferença. Formações identitárias de grupos skinheads no Brasil e na Itália*. Tese de doutorado de Psicologia Social. São Paulo: PUC
- STOLCKE, Verena (1993) - "Cultura européia: uma nova retórica de exclusão?" RCBS n.º 22 ano 8, p. 20-31, jun./1993.
- STOPPINO, Mario - "Autoritarismo" in BOBBIO, N., MATTEUCCI, N e PASQUINO, G. (1993) - *Dicionário de política*. Vol.1. Brasília: Editora Universidade de Brasília
- TAGUIEFF, Pierre-André (1994) - *La forza del pregiudizio. Saggio sul razzismo e sull'antirazzismo*. Bologna: Il Mulino
- TODOROV, Tzvetan (1993) - *Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana* 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- _____(1996) - *A vida em comum: ensaio de Antropologia Geral*. Campinas: Papirus.
- VINCENT, Andrew (1995) - *Ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- WIEVIORKA, Michel (1993) - *A democracia à prova: nacionalismo, populismo e etnicidade*. Lisboa: Instituto Piaget

• Recebido para publicação agosto de 2000

Violência Institucional, Identificação e Direitos Humanos

Institutional Violence, Identification and Human Rights

*Maria Aparecida Morgado **
morgadom@terra.com.br

Resumo

Aqui se aborda a relação travada pela população com a violência institucional, particularmente as recorrentes manifestações de aprovação às execuções de civis, levadas a termo por policiais militares, pondo em relevo o funcionamento psíquico predominante no momento em que ocorrem tais manifestações. Após relato de dois casos, a fundamentação freudiana vem apontar a dinâmica subjacente à interação das subjetividades: a identificação constitutiva da subjetividade humana também propicia os vínculos sociais ou relações intersubjetivas. A análise do fenômeno mostra que a aprovação das execuções deriva da identificação com o policial, enquanto o rechaço dessa prática tem sua origem na identificação com a vítima. Isso revela a relação casuística que a cultura brasileira trava com suas leis, impondo uma dificuldade adicional às organizações de defesa dos direitos humanos: o tipo de reação social à violência em foco depende mais da direção da identificação que do apego a valores universalizantes. Considerado esse contexto, podem essas organizações produzir identificações que substituam aquelas oferecidas pelas elites brasileiras e pelas autoridades que as representam? Podem oferecer um outro paradigma moral à sociedade? Podem interferir no funcionamento psíquico da coletividade, contribuindo para a construção de uma intersubjetividade cultural liberta e cidadã?

Palavras-chave

Violência institucional; intersubjetividade, identificação; direitos humanos.

Abstract

The relationship that population has with institutional violence,

*Doutora em Psicologia Social.
 Professora Adjunto do
 Departamento de Psicologia do
 Instituto de Educação da
 Universidade Federal do Mato Grosso.
 R. Profa. Azélia Marmoré de Melo,
 318 - Apt. 22 - Ed. Renoir —
 Bairro Araés; CEP: 78005-700 —
 Cuiabá — Mato Grosso.

particularly the recurrent manifestations of approval regarding the murder of civilians carried out by military policemen, is approached remarking the prevailing kind of psychic functioning present in the moment of these manifestations. After two case reports, Freudian foundation is used to point out the underlying dynamics within the interaction of subjectivities: the identification constituting the human subjectivity also provides social bonds, or inter-subjective relations. In the analyzed phenomenon, the approval to the murders has derived from identification with the policemen as well as the rejection to this practice has derived from identification with the victim. This fact reveals the casuistic relationship that brazilian culture keeps with its laws, which determines an additional difficulty to organizations on human rights defense: the kind of social reaction to violence herein focussed depends more upon the direction taken by identification than upon maintaining universal rules. Concerning this context, can these organizations produce identifications to substitute those ones offered by brazilian elites and their representative authorities? Can they bring another moral paradigm to society? Can they interfere with the collectivity's psychic functioning, contributing this way to build up a citizenly and free cultural inter-subjectivity?

Key words

Institutional violence; inter-subjectivity; identification; human rights.

Este artigo aborda a relação que a população trava com a violência institucional, particularmente as recorrentes manifestações de aprovação às execuções de civis, levadas a termo por policiais militares⁽¹⁾. A aprovação popular dessa prática policial pode ser exclusivamente explicada por fatores socioculturais ou, ao contrário, é determinada por fatores peculiares às subjetividades dos indivíduos implicados?

Conforme a diretriz interpretativa adotada, essas manifestações de aprovação decorrem, em parte, da ação de fatores psicológicos de ordem universal, operantes na psique de todos os indivíduos. De outra parte, decorrem da influência de fatores sociais, marcadamente enraizados na cultura brasileira. No todo, portanto, o fenômeno resulta da articulação entre fatores psicológicos e fatores socioculturais.

Em função do recorte acima, não são focalizadas peculiaridades das subjetividades individuais em questão. Diversamente, põe-se em relevo o tipo de funcionamento psíquico predominante no momento em que esses indivíduos se manifestam interagindo com os demais — instante da interação subjetividade individual e intersubjetividade —, particularmente quando o fenômeno é mediado pelos veículos de comunicação.

O conceito freudiano denominado *identificação* comporta a abordagem dessa complexidade de que decorre a aprovação à prática policial, porque supera a rígida separação entre o sociocultural e a subjetividade. Referido à operação psicológica inconsciente, que constitui a subjetividade individual e propicia os vínculos sociais, ou relações intersubjetivas, o processo identificatório resulta da articulação entre três níveis de fatores: de ordem sociocultural, de ordem psicológica universal e de ordem psicológica individual.

Esse recorte não clínico do psicossocial permite a generalização daquilo que é comum às subjetividades, na abordagem do fenômeno intersubjetivo em questão (Mezan, 1985; Pacheco Filho, 1997). Feitas essas considerações, seguem o relato, a contextualização e a análise dos episódios selecionados de violência policial extrema, em que a *identificação* referida foi verificada na reação da sociedade, em manifestações de aprovação e de rechaço à ação policial.

O primeiro caso, representativo de massacre individual, ocorreu em Cuiabá, Mato Grosso, na noite de 30 de maio de 1991, quando um soldado e um sargento da Polícia Militar perseguiram, encurraram em uma rua sem saída e executaram um jovem de 18 anos — Christian Eduardo Tupiná, filho de professora da Universidade Federal de Mato Grosso — que, saindo da lanchonete onde estivera com amigos, voltava sozinho

1 O fenômeno foi estudado pela pesquisadora na Tese de Doutorado *Personalização da Lei: um mal-estar na cultura brasileira*, defendida em 1997, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC/SP.

de carro para casa⁽²⁾. O segundo caso, representativo de massacre coletivo, ocorreu na cidade de São Paulo, na tarde de 02 de outubro de 1992, quando a Tropa de Choque da Polícia Militar invadiu a Casa de Detenção, executando cento e onze presidiários, a pretexto de conter uma rebelião⁽³⁾.

No primeiro episódio, o rechaço à execução do jovem — inicialmente verificado em manifestações de seus familiares e de pessoas próximas desse círculo — estendeu-se progressivamente ao conjunto da sociedade local, sobrepondo-se às menos expressivas manifestações de aprovação, à medida que a pretensa identidade criminosa dele, forjada pelos policiais implicados para conferir aparência de legitimidade ao homicídio, foi sendo desconstruída: pelas informações do processo criminal e pela luta empreendida pela mãe do rapaz que, articulando a indignação inicialmente espontânea com variadas formas de reivindicação e de mobilização social, assegurou ampla cobertura dos veículos locais de comunicação para os desdobramentos do ocorrido.

Exemplificam a luta empreendida pela mãe do jovem: os artigos de sua autoria, publicados quase que diariamente nos principais jornais locais, ressaltando as qualidades do filho, reivindicando justiça e apontando problemas na tramitação do processo criminal; o depoimento por ela prestado, nos meses seguintes, à Comissão Parlamentar de Inquérito, da Câmara Federal dos Deputados, que apurou o extermínio de menores no país — CPI do Extermínio de Menores; a correspondência dela com parlamentares, municipais, estaduais e federais; a correspondência por ela estabelecida com organizações nacionais e internacionais de direitos humanos; sua participação em diversas manifestações públicas contra a violência policial; as numerosas entrevistas por ela concedidas a jornais, à Televisão e ao Rádio, bem como os vários debates sobre a problemática de que participou nos dois últimos veículos de comunicação; e, por fim, a reunião dos artigos de sua autoria em dois livros — o primeiro (*Tupiná*, 1991), lançado sete meses após a execução do filho, quando os veículos de comunicação concediam reduzido espaço à cobertura da fase decisiva em que se encontrava o processo criminal; o segundo (*Tupiná*, 1994), lançado em fevereiro de 1994, quando, como se verá a seguir, o Tribunal de Justiça do Estado apreciava o recurso da acusação.

Às vésperas do julgamento, na Vara Especializada da Justiça Militar de Cuiabá, em junho de 1993, foram numerosas e incisivas as manifestações populares que

2 Mais detalhado na referida Tese, o relato desse primeiro caso, selecionado dentre outros similares pesquisados, baseia-se na observação direta, empreendida junto a atores sociais envolvidos; na leitura dos Autos do processo criminal correspondente; na leitura do Dossiê organizado pela mãe do rapaz; na leitura do Relatório da Anistia Internacional de 1994, em que o episódio é citado e apreciado; e no acompanhamento sistemático do noticiário correlato de jornais, emissoras de Televisão e emissoras de Rádio.

3 Também mais detalhado na mesma Tese, o relato desse segundo caso, de grande repercussão nacional e internacional, também selecionado dentre outros similares pesquisados, baseia-se no acompanhamento sistemático do noticiário correlato dos veículos de comunicação, particularmente da Folha de S. Paulo — Jornal de maior circulação à época; na leitura de dois livros sobre o episódio (Machado & Marques, 1993; e, Pietá & Pereira, 1993); e nas entrevistas informais com dois juristas que apreciaram o ocorrido.

questionavam a isenção desse foro corporativo, cobrando a condenação dos policiais. Inicialmente privilegiando a versão militar, de que o jovem estava armado, drogado e atirara nos policiais, em seguida, os veículos de comunicação mato-grossenses se ativeram ao desmentido constante dos Autos do processo e à mobilização por justiça em relação ao caso; por fim, investiram na mesma direção reivindicatória da sociedade local: emissoras de Televisão e de Rádio realizaram debates sobre o caso, alguns deles com a participação da mãe do jovem; jornais da imprensa escrita e o jornalismo televisado veicularam reportagens historiando as várias etapas do processo criminal; a imprensa escrita divulgou numerosas manifestações de leitores contrários à Justiça Militar; a Televisão apresentou seguidamente a reconstituição da execução e divulgou enquetes onde os entrevistados opinavam pela condenação dos policiais.

Diversamente dos termos da denúncia do Ministério Público, que pedia a condenação pela co-autoria de homicídio duplamente qualificado — “por motivo fútil” e “pelo recurso que impossibilitou a defesa da vítima” —, a sentença da Vara Especializada da Justiça Militar condenou os policiais pela co-autoria de homicídio simples⁽⁴⁾. Essa sentença foi posteriormente reformada pelo Tribunal de Justiça do Estado que, nos primeiros meses de 1994, acatou parcialmente os termos do recurso da acusação: o homicídio foi qualificado “pelo recurso que impossibilitou a defesa da vítima”. E as penas do sargento e do soldado foram respectivamente ampliadas de 7 para 12 anos e de 9 para 14 anos e meio.

No segundo episódio — conhecido como “o massacre na Casa de Detenção” —, manifestações majoritárias de rechaço, registradas na pesquisa de opinião pública — divulgada por Jornal de grande circulação nacional — não resultaram em mobilização social correspondente. Nessa pesquisa, realizada pelo Instituto Datafolha, perguntou-se: a Polícia “agiu certo”, ou “agiu errado”? Dos mil e oitenta paulistanos entrevistados, 29% opinaram favoravelmente à ação militar, 18% responderam não saber se a polícia havia agido “certo” ou “errado” e 53% opinaram contrariamente à ação policial (Folha de S. Paulo, 08/10/92, 1-12).

Ao contrário do ocorrido em Cuiabá, verificou-se que mais numerosas e expressivas foram as manifestações populares de aprovação à ação policial, que resultou na

⁴ Naquela época, policiais militares que praticassem qualquer tipo de crime contra cívis, não apenas durante o serviço como à paisana, usando armas da corporação, eram processados e julgados pela Justiça Militar, conforme o “Pacote Abril” de 1977, editado pelo então Presidente da República, General Ernesto Geisel (cf. Bicudo, 1994, p. 67). Em 23 de setembro de 1996, publicação do Diário de Justiça da União transferiu para a Justiça Criminal Comum a competência para processar e julgar policiais militares envolvidos em crimes dolosos (intencionais) contra a vida, permanecendo na esfera da Justiça Militar a competência para realizar o Inquérito Policial correspondente, assim como a competência para julgar os outros crimes de militares. Essa alteração parcial da legislação decorreu da aprovação de projeto de lei pelo Congresso Nacional — em meados de julho daquele ano — e da sanção presidencial, efetivada no início do mês seguinte (cf. Folha de S. Paulo: 17/07/96, 1-5; 08/08/96, 1-10; e, 01/10/96, 3-8).

execução dos cento e onze detentos. Os fatos a seguir exemplificam essas manifestações: no dia 08 daquele mês de outubro, na sessão em que lideranças da Assembléia Legislativa de São Paulo pediam a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), aproximadamente quatrocentas pessoas ocuparam as galerias da casa, pressionando para que as responsabilidades pelo episódio não fossem apuradas (Folha de S. Paulo, 09/10/92, 1-12; e Jornal do Brasil, 04/04/97, 1-8); na sessão do dia 13 de outubro seguinte, que aprovou a instauração da CPI, aproximadamente cem pessoas, contrárias à investigação, ocuparam as galerias da Assembléia; nessas duas ocasiões, os manifestantes, que vaiaram os parlamentares favoráveis ao Inquérito e aplaudiram os parlamentares contrários a ele, exibiram faixas e cartazes, com dizeres como: “PM é a reserva moral de São Paulo”, e “PM é feita de heróis” (Folha de S. Paulo, 14/10/92, 3-3); em clássicos do campeonato paulista, atendendo a parlamentares vinculados ao futebol e favoráveis à ação policial, torcidas organizadas ostentaram faixas, com dizeres como: “A população paulista apóia a nossa Polícia Militar”, e “Onde está o direito das vítimas dos bandidos? Estamos com a PM” (Folha de S. Paulo, 13/10/92, 3-3).

As ações reivindicatórias por justiça ficaram restritas a familiares de vítimas do denominado massacre, nas setenta e seis ações indenizatórias de que se tem conhecimento, movidas por eles contra o Estado (Folha de S. Paulo, 28/09/97, 3-2 e 3-3); a jornais de grande circulação da imprensa escrita nacional, que a cada 02 de outubro rememoram o episódio com extensas reportagens; a organismos internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) que, desde o ocorrido, quer a condenação do país pela violação; e, principalmente, a organizações de defesa dos direitos humanos, como o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, a Anistia Internacional e a Human Rights Watch que, sistematicamente, cobram providências das autoridades. Até os dias atuais, o processo criminal tramita sem julgamento, e muitos dos crimes não julgados no prazo de dois anos, como lesão corporal, já prescreveram. Cento e vinte policiais militares e um policial civil foram indiciados, fazendo desse processo criminal um dos maiores do planeta⁽⁵⁾.

Emblemática da maioria das execuções de jovens de todos os segmentos sociais, cotidianamente protagonizadas por integrantes da corporação Militar, a execução do jovem de 18 anos, ocorrida em Cuiabá, revela o enraizamento de uma prática institucional. Mais rara no universo dos crimes de policiais, a execução dos cento e onze presidiários é geralmente explicada, por autoridades, como resultante de um desatino, como um “caso isolado”. No entanto, o episódio representa a expressão extrema da enraizada prática policial homicida, verificada nos recorrentes episódios de massacre individual.

5 O maior processo criminal do planeta ocorreu na cidade de Nuremberg, na Alemanha, entre 1947 e 1949, quando foram julgados nazistas responsabilizados pelo extermínio em massa de judeus, durante a Segunda Guerra Mundial.

Menos conhecido que o massacre dos cento e onze presidiários, o caso ocorrido em Cuiabá apresentou uma dinâmica e um desfecho inéditos. Primeiramente, porque, até aquela época, praticamente inexistem registros de condenações de policiais militares por crimes dessa natureza. Em segundo lugar, porque, mesmo depois das alterações parciais na legislação correspondente, ainda prevalecem impunidade ou condenação a penas mínimas, nas ocorrências em que policiais militares estão envolvidos em homicídios dolosos. Em terceiro, porque nos outros numerosos casos pesquisados de execução de jovens de classe média, não foram observadas mobilização social orgânica e nem manifestações contundentes e persistentes de rechaço à ação policial. A absolvição dos policiais militares processados pela execução de três jovens da alta classe média paulistana, narrada em *Rota 66*, exemplifica esse ineditismo (Barcellos, 1992: 11-92).

Não somente as manifestações mais expressivas de aprovação à ação que resultou na execução dos cento e onze presidiários, como também as amplas e recorrentes manifestações de rechaço à execução do jovem de 18 anos decorreram de *identificação*. Entretanto, o vínculo identificatório operou em direções diferentes em cada um dos casos. Na Casa de Detenção, a *identificação* se deu com os policiais: à medida que os mortos não foram vistos como vítimas, a ação policial não foi considerada transgressora. Em Cuiabá, o desmentido às versões dos policiais neutralizou a tendência ao estabelecimento de vínculos identificatórios com eles, propiciando a progressiva *identificação* com a vítima e com a mãe da vítima, concomitantemente à ampliação da luta por justiça; tal perspectiva identificatória fez a ação policial ser considerada transgressora.

Essas descobertas articulam três momentos teórico-analíticos.

Primeiramente, a análise mais social enfoca a relação que a população estabelece com a violência institucional e com a violência da própria Polícia Militar. A origem da corporação remonta a 1831, quando se estruturou a Guarda Nacional, polícia que teve por função reprimir os movimentos populares. A mesma função coube à Força Pública, criada nos Estados da Federação pela ditadura Vargas de 1930. Em 1967, na vigência da Constituição de exceção e da Lei de Segurança Nacional, o regime Militar criou, com a fusão da Guarda Civil e da Força Pública, as polícias militares estaduais — forças de reserva do Exército — para auxiliarem na repressão à guerrilha e aos demais movimentos de oposição. No decurso desse processo, evidencia-se a íntima vinculação entre a reduzida tradição de vivência democrática da sociedade civil brasileira e o perfil historicamente elitista do Estado que a governa, assim como a predominância da *identificação* social com *modelos* abusivos de autoridade. Com o aprimoramento dos meios técnicos de difusão, o fenômeno tem ocorrido com a mediação cada vez mais acentuada dos veículos de comunicação (Thompson, 1995: 283-351). Tanto pelos significados como pelo tipo de visibilidade que conferem à violência, esses mediadores da interação interferem problematicamente no processo intersubjetivo.

No segundo momento, a análise dos dois casos enfoca as implicações dos vínculos identificatórios correspondentes. Na execução ocorrida em Cuiabá, a interdição, expressa no rechaço à ação policial, decorreu mais da *identificação* com o jovem e com sua mãe do que da observância dos valores morais justificadores da restrição à descarga destrutiva. Na execução dos cento e onze detentos, a *identificação* com os policiais se sobrepôs à observância da regra básica da convivência civilizada, resultando na aprovação justificadora da descarga destrutiva contra aqueles que não foram considerados vítimas. Essas peculiaridades são reveladoras de um mal-estar cultural, de uma noção problemática de justiça, vinculada a uma *lei* interna que individualiza, particulariza e exclui. No primeiro episódio, reivindicou-se que a lei fosse respeitada em razão de características identificatórias partilhadas com a vítima. No segundo, reivindicou-se que fosse desconsiderada em razão da *identificação* com a autoridade policial.

No terceiro momento, aprofunda-se a *identificação* no plano teórico. O processo identificatório remete à relação original de autoridade e à construção da subjetividade aí estabelecida: *ego* e *superego* se constituem, diferenciando-se do *id*, por meio da *identificação* com os pais e, posteriormente, com as outras pessoas significativas que vêm integrar o âmbito de convivência da criança. Ao mesmo tempo que propicia a diferenciação psíquica, a *identificação* — primária, secundária e terciária — propicia as relações sociais, consubstanciadas na escolha de *modelos* ideais, na partilha de características psicológicas comuns e na adoção de valores. A psicologia individual “é, ao mesmo tempo, também psicologia social” (Freud, 1921, v. XVIII: 91).

Na relação com o mundo exterior, temos: as pulsões de vida e de morte do *id*, que clamam por satisfação; o *ego*, que procura atender essas demandas levando em conta as possibilidades do mundo exterior e as exigências do *superego*; e, por fim, o próprio *superego*, que pode interditar ou sancionar a descarga pulsional (Freud, 1923, v. XIX: 42-54). Essa dinâmica psíquica alimenta-se do funcionamento intrinsecamente contraditório do *superego*, estruturado pela superposição de duas heranças. A vertente superególica, herdeira do complexo de Édipo, resulta da *identificação* regressiva com a autoridade parental, ocorrida no apogeu desse conflito triangular; regida por processos psíquicos secundários, que impõem a mediatização da descarga pulsional, a tolerância do desprazer ou o adiamento do prazer, essa vertente representa a internalização da Lei cultural que proíbe a transgressão (Freud, 1920, v. XVIII: 17-22). A vertente superególica, herdeira do *id*, resulta da dessexualização ocorrida no mesmo momento identificatório; regida por processos psíquicos primários, que não toleram o desprazer ou o adiamento do prazer, impondo a descarga imediata, essa vertente, vinculada ao *id*, representa a *lei* pulsional que sanciona a transgressão da Lei cultural (Gerez-Ambertin, 1993: 79-91). Disso resulta que o mundo exterior também tem de impor limite à pulsão, para minorar os efeitos da face anti-social do *superego*.

As manifestações de aprovação às execuções, aqui analisadas, não decorreram de um funcionamento excepcional do *superego*, mas do seu funcionamento corriqueiro, da sua dupla face moral. Na aprovação da ação policial, que resultou no massacre dos cento e onze detentos, a descarga imediata da pulsão de morte intensificou a crueldade e a severidade supermoral da *imago* parental primariamente introjetada. No rechaço à execução do jovem de 18 anos, ocorreu um duplo e concomitante movimento identificatório: o desmentido das versões dos policiais envolvidos subtraiu-lhes a autoridade, minando a tendência à *identificação* secundária com eles; ao mesmo tempo, à desconstrução da identidade criminosa forjada para o rapaz, foi se articulando a construção de uma outra identidade, em que muitas outras pessoas, em decorrência da *identificação* terciária, puderam se reconhecer. Nesse último caso, mais calcada na *identificação*, a reivindicação pela condenação dos policiais também decorreu de relativa mediação da cultura: a descarga pulsional foi adiada, deixando-se à Justiça a punição.

A análise dos dois casos selecionados mostra que não se pode esperar apenas do indivíduo — cujo comportamento moral é regido pelo superego contraditório —, a imposição de restrições à satisfação das suas demandas pulsionais imediatas. Isso impõe a compreensão de um outro fenômeno, que transcende a aprovação e o rechaço em pauta, mas ao mesmo tempo parece engendrá-los: trata-se do enraizado costume de transgredir a Lei, que permeia as relações intersubjetivas travadas na cultura brasileira. Eis o ponto crucial: ora despótica, ora permissiva, essa cultura não interdita a descarga destrutiva, conforme preceitos extensivos à coletividade. Como as normas não são universalmente aplicadas, a interdição e a transgressão sempre estão arbitrariamente vinculadas à conveniência de interesses restritos.

Nessa dinâmica psicosocial em que Estado, sociedade civil e meios de comunicação concorrem para as condições propiciadoras da aprovação à prática policial, é preciso hierarquizar responsabilidades, desnudando recorrentes interpretações que compartem igualmente essas responsabilidades para dissimular sua natureza política e ocultar seus agentes sociais.

Mesmo se consideradas as raízes histórico-culturais do assujeitamento da sociedade brasileira, sua parcela de responsabilidade não deve ser menosprezada: pela omissão, pela cumplicidade e pela aprovação declarada têm contribuído para a manutenção desse quadro em que a execução de civis por policiais se constituiu uma prática.

Parcela ainda maior de responsabilidade cabe aos veículos de comunicação: mediadores da interação na sociedade complexa, conferem visibilidade e significados tais à violência, em geral, e à violência policial, em particular, que mais estimulam a aprovação às execuções do que interferem para mudar essa tendência identificatória.

Mesmo reconhecidos os limites da democracia burguesa, é bom enfatizar que a maior parcela de responsabilidade por esse drama social cabe ao Estado (Mazzeo, 1995). Primeiro, por ser ele o histórico agente da opressão econômica e política; segundo, por se valer da força bruta e letal da polícia para assegurar e reiterar esse processo de opressão. Abusivamente investido de autoridade, o Estado tem recorrentemente descumprido as normas do contrato social: através de suas autoridades e de suas instituições — muito bem exemplificadas na estrutura e na ação da Polícia Militar —, tem se colocado como um *modelo* identificatório problemático, reiterando a tendência à *identificação* calcada na vertente anti-social do *superego*.

Nenhuma mudança estrutural ocorreu na sociedade brasileira nos anos seguintes aos episódios acima analisados. De modo geral, as práticas dos atores sociais envolvidos continuam sendo relativamente as mesmas. Isso pode explicar, ao menos em parte, o progressivo aumento no índice das execuções de civis por policiais militares, mesmo quando o avanço da chamada globalização resulta em fiscalização internacional crescente às políticas públicas nacionais. As recorrentes práticas criminosas de policiais — apontadas com destaque nos relatórios em que organizações internacionais acusam nossas autoridades de constantes violações aos direitos humanos — e a aprovação, que parcelas expressivas da população dão a esses crimes, representam um paradigma, talvez o mais extremado e cruel, do tratamento casuístico que a sociedade confere à sua própria legislação: personalização da *lei*, reveladora de um mal-estar na cultura brasileira.

Considerações Finais

Foi mostrado que a adoção de concepções éticas também decorre do processo identificatório. Em termos psicossociais, é a *identificação* que possibilita a formação dos grupos: sem ela não há grupo psicológico, sem ela não há mobilização social. Contudo, como se viu, a direção da *identificação* depende de como o *superego* opera em relação às pulsões. Na ininterrupta disputa subjacente, ora pulsão de vida e pulsão de morte se sobrepõem, ora se separam, ora se associam, ora uma subjuga a outra. A segunda busca o repouso absoluto, que é a não-vida, e a primeira busca o prazer absoluto. O que é o prazer absoluto, visado pela pulsão de vida, senão a ausência de tensão, senão o repouso absoluto, senão a morte? Nos extremos, portanto, as duas *pulsões* se encontram, empurrando a vida para o estado inorgânico que lhe deu origem. Esse conservadorismo das duas pulsões básicas é, segundo Freud, responsável pela “inclinação humana para a agressão e para a destruição” (1930, v. XXI: 73-171). Atravessados pelo antagonismo pulsional, pelo conservadorismo pulsional e regidos pelo *superego* contraditório, tanto podemos caminhar para objetivos nobres e includentes, como podemos caminhar para objetivos vis e excludentes. Isso é próprio da natureza humana, e a civilização teria

surgido das restrições impostas à pulsão. Quando nasce — essencialmente animal, nem bom nem mau —, o homem é introduzido na vida social, transformando-se em ser cultural, transcendendo os limites da herança biológica.

A partir dessa perspectiva, pode-se dizer que o atual estágio da civilização humana tem como contraface a barbárie, bipolaridade decorrente da paradoxal natureza do homem e da humana natureza da cultura, que nem sempre consegue fazer valer suas próprias normas. Isso posto, formulam-se as seguintes indagações: no caso particular da cultura brasileira, qual seria o papel político-pedagógico das organizações de direitos humanos? Podem elas produzir *modelos* identificatórios que, voltados à inclusão e ao bem-estar coletivo, substituam os *modelos* identificatórios excludentes, historicamente oferecidos pelas elites e pelas autoridades que as representam? Podem elas oferecer um outro paradigma moral para a sociedade? Podem interferir no funcionamento psíquico da coletividade, contribuindo para a construção de uma intersubjetividade cultural liberta e cidadã?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARCELLOS, C. (1992) *Rota 66 — a história da polícia que mata*. 8^a ed. São Paulo: Globo.
- BICUDO, H. P. (1994) *Violência: o Brasil cruel e sem maquiagem*. São Paulo: Moderna.
- FREUD, S. (1980) Além do princípio de prazer (1920). IN: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Trad. de Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII: 11-85.
- _____. (1980) Psicologia de grupo e a análise do ego (1921). IN: *Edição Standard Brasileira Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Trad. de Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII: 87-179.
- _____. (1980) O ego e o id (1923). IN: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Trad. de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, v. XIX: 11-83.
- _____. O mal-estar na civilização (1930). IN: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Trad. de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1980, v. XXI: 73-171.
- GEREZ-AMBERTIN, M. (1993) *Las voces del superviviente — en la clínica psicoanalítica y en el malestar en la cultura*. Buenos Aires: Manantial.
- MACHADO, M. L. & MARQUES, J. B. de A. (1993) *História de um massacre: Casa de Detenção de São Paulo*. São Paulo: Cortez & Ordem dos Advogados do Brasil.
- MAZZEO, A. C. (1995) *Burguesia e capitalismo no Brasil*. 2^a ed. São Paulo: Ática.
- MEZAN, R. (1985) *Freud, pensador da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- MORGADO, M. A. (1997) *Personalização da lei: um mal-estar na cultura brasileira*. São Paulo: PUC/SP, (Tese de Doutorado).
- PACHECO FILHO, R. A. (1997) O conhecimento da sociedade e da cultura: a contribuição da Psicanálise. *Psicologia & Sociedade*. São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia Social, v. 9, n° 1/2: 124-138.
- PIETÁ, E. & PEREIRA, J. (1993) *Pavilhão 9: o massacre do Carandiru*. São Paulo: Página Aberta.
- THOMPSON, J. B. (1995) *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Trad. de Carmen Grisci e outros. Petrópolis: Vozes.
- TUPINÁ, H. M. (1991-1994) *DOSSIÉ – o assassinato de Christian: violência, corrupção e imunidade, especialmente em Mato Grosso*. Cuiabá: (inédito).
- _____. (1991) *O assassinato de Christian: desvelando a violência no discurso da impunidade*. Cuiabá/MT: Ed. do autor.
- _____. (1994) *Luto-luta: a intelectualidade da cidadania*. São Paulo: Vilibor.

• Recebido para publicação junho de 2000

Psicologia, Direitos Humanos e Neoliberalismo*

Psychology, Human Rights and Neo-Liberalism

Cecília M. B. Coimbra**
gtnm@alternex.com.br

Resumo

Este trabalho aponta algumas gêneses dos direitos humanos, especialmente, no Brasil, chegando aos anos 90, quando o Governo Federal lançou um Plano Nacional. Ele marca também como a psicologia pode contribuir para a construção dos direitos humanos em nosso país, pondo em análise algumas produções das práticas psi.

Palavras-chave

neo-liberalismo, direitos humanos, práticas psi, Brasil anos noventa.

Abstract

This work points some genuses of the human rights, especially, in Brazil, arriving to the 90, when the federal Government threw a National Plan. It marks, still, as the psychology can contribute to the construction of the human rights in our country, putting in analysis some productions of the psy practices.

Key words

neo-liberalism, human rights, psy practices, Brazil nineties.

** Psicóloga, professora adjunta da Universidade Federal Fluminense, Pós-Doutora em Ciência Política pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo Rua Maranhão, 206 – Méier – CEP 20720-230, Rio de Janeiro – RJ.

* Trabalho apresentado na mesa redonda “Psicologia e Direitos Humanos”, no Simpósio Nacional “Psicologia Política no Brasil”, realizado na PUC/SP, em 19 de Maio de 2000.

“(...) Os direitos humanos não nos obrigarão a abençoar as ‘alegrias’ do capitalismo liberal do qual eles participam ativamente. Não há Estado (dito) democrático que não esteja totalmente comprometido nesta fabricação da miséria humana”(Deleuze, 1992: 92).

A afirmação acima aponta para a urgente necessidade de se pensar um pouco sobre as gêneses dos direitos humanos articulando-os, na sociedade contemporânea, com a emergência do capitalismo industrial.

O presente trabalho tem este propósito: de forma bastante resumida apontar algumas gêneses dos direitos humanos, em especial, no Brasil, chegando aos dias de hoje, quando o atual governo lança um Plano Nacional e, ao mesmo tempo, implementa medidas – que fazem parte de um projeto neo-liberal – que têm produzido cada vez mais miséria social. Por último, assinalar como a Psicologia pode colaborar para a construção cotidiana dos direitos humanos. Tal construção se faz ao reconhecer como nossas práticas têm desempenhado competentemente a função de produzir e fortalecer determinadas verdades, como as dicotomias tão presentes em nosso mundo, em especial a que tem sido forjada entre psicologia e política.

Uma pequena história dos direitos humanos no Brasil

Os ideais da Revolução Francesa – igualdade, liberdade e fraternidade – palavras de ordem da burguesia em ascensão, tornaram-se, a partir do final do século XVIII, extensões dos chamados direitos humanos. Estes, produzidos pelo capitalismo como um objeto natural tornaram-se sinônimos de direitos inalienáveis da essência do homem. Têm-se, então, um determinado “rosto” para os direitos humanos desde a primeira grande declaração produzida no bojo da luta realizada pela burguesia contra a aristocracia francesa, em 1789, até a mais recente, a de 1948, quando, após a II Grande Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas, em pleno período da chamada “guerra fria”.

Estão presentes nessas duas grandes declarações – que se tornaram marcos para a história da humanidade – os direitos que têm sido, em realidade, reservados e garantidos para as elites. Um dos mais defendidos e, em nosso mundo, considerado sagrado, é o direito à propriedade, por exemplo. Esses direitos humanos têm apontado para quais direitos devem ser garantidos e para quem eles devem ser estendidos.

Deleuze (1992) afirma que os direitos humanos – desde suas gêneses – têm servido para levar aos subalternizados a ilusão de participação, de que as elites

preocupam-se com o seu bem estar, de que o humanismo dentro do capitalismo é uma realidade e, com isso, confirma-se o artigo primeiro da Declaração de 1948: “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Entretanto, sempre estiveram fora desses direitos à vida e à dignidade os segmentos pauperizados e percebidos como “marginais”: os “deficientes” de todos os tipos, os “desviantes”, os miseráveis, dentre muitos outros. A estes, efetivamente, os direitos humanos sempre foram – e continuam sendo – negados, pois tais parcelas têm sido produzidas para serem vistas como “sub-humanas”, como não pertencentes ao gênero humano. Não há dúvida, portanto, que esses direitos – proclamados pelas diferentes revoluções burguesas, contidos nas mais variadas declarações – têm tido um claro conteúdo de classe. Os excluídos de toda ordem nunca fizeram parte desse grupo privilegiado que teve, por todo o século XIX e XX, seus direitos respeitados e garantidos. Ou seja, foram e continuam sendo defendidos certos tipos de direitos, dentro de certos modelos, que terão que estar e caber dentro de certos territórios bem marcados e delimitados e dentro de certos parâmetros que não poderão ser ultrapassados.

Percebemos aqui como as diferentes práticas sociais, em diferentes momentos da história, vão produzindo diferentes “rostos”, diferentes “fisionomias”; portanto, diferentes objetos, diferentes entendimentos do que são os direitos humanos. Estes, produzidos de diversas formas, não têm uma evolução ou uma origem primeira, mas emergem em certos momentos, de certas maneiras bem peculiares. Devem ser, assim, entendidos não como um objeto natural e a-histórico, mas forjados pelas mais variadas práticas e movimentos sociais.

Em vez de pensá-los enquanto essência imutável e universal do homem poderíamos, através de outras construções, garantir e afirmá-los enquanto diferentes modos de sensibilidade, diferentes modos de viver, existir, pensar, perceber, sentir; enfim, diferentes modos e jeitos de ser e estar neste mundo. Entretanto, essas garantias e afirmações da vida são ainda vistas como estando fora desses direitos humanos, pois não estão presentes nos modelos condizentes com a essência do que tem sido produzido como humano. Assim, a afirmação de que a luta pelos direitos humanos é uma espécie de conservadorismo, de apaziguamento toma corpo entre muitos críticos do capitalismo.

Reafirmamos que, se não entendemos esses direitos com um objeto natural, obedecendo a determinados modelos que lhes seriam inerentes, podemos produzir outros direitos humanos: não mais imutáveis, universais, absolutos, eternos, contínuos e evolutivos. Teríamos ao contrário, a afirmação de direitos locais, descontínuos, fragmentários, processuais, em constante movimento e devir, provisórios e múltiplos como as forças que se encontram no mundo.

No Brasil, a luta pelos direitos humanos emergiu com mais força nos movimentos

contra a ditadura militar. Em especial, veio no bojo dos novos movimentos sociais que se efetivaram ainda no período repressivo, na segunda metade dos anos 70. Vieram nas práticas que começaram a rechaçar os movimentos tradicionalmente instituídos e que politizaram o cotidiano nos locais de trabalho e moradia, inventando novas formas de fazer política. Vieram quando “novos personagens entraram em cena” quando emergiram “novos sujeitos políticos” (Sader, 1988) que, no cotidiano, lutavam por melhores condições de vida, trabalho, salário, moradia, alimentação, educação, saúde e pela democratização da sociedade. Estes movimentos começaram a existir com os próprios “estilhaços” (Telles, 1986: 47–69) que resultaram das derrotas impostas aos movimentos sociais com o golpe de 1964 e com o AI-5, em 1968. Seus “sobreviventes”, ao resgatarem criticamente as várias experiências de oposição nos anos 60 e 70, fizeram emergir nos bairros e, logo a seguir, nas fábricas, “novas políticas” que substituíram as tradicionalmente utilizadas. Em cima, principalmente, das crises da Igreja, das esquerdas e do sindicalismo – que a ditadura acirrou e aprofundou – surgiu uma série de movimentos sociais produzindo novos caminhos. Estes, por sua vez, forjaram práticas ligadas à “teologia da libertação”, repensaram certas leituras do marxismo, a oposição armada à ditadura e o movimento sindical. Emergiram, desses novos movimentos sociais, dessas novas práticas, outros “rostos”, outras “fisionomias” dos direitos humanos. Vários grupos surgiram como importantes trincheiras contra as violências cometidas e a impunidade vigente; estes, ainda hoje, persistem na disposição de resistir, apontando para as lutas em prol dos direitos humanos em cima das condições concretas de existência daqueles que continuam sendo marginalizados.

Direitos humanos e neo-liberalismo

Nos anos 80, em nosso país, assistimos a uma competente campanha, principalmente via meios de comunicação de massa, que sutilmente falava do aumento da criminalidade associando-a ao fim da ditadura militar. A violência tornou-se o tema nacional preferido pela mídia e pelos políticos; as elites fizeram da criminalidade sua principal trincheira de luta, em especial, nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Após as eleições para governadores, em 1983, ganharam nesses dois estados, partidos de oposição que enfatizavam os discursos sobre os direitos humanos: foi quando mais fortemente veicularam-se pelos diferentes meios de comunicação de massa os temas sobre o aumento da violência nesses dois espaços. Campanhas defendiam o auto-armamento da população, os linchamentos, o policiamento ostensivo e fardado nas ruas; o Jornal do Brasil chegou a cunhar o slogan: “onde falta polícia sobram criminosos”.

Estes discursos foram veiculados num momento de mudança, quando tomavam

posse os novos governadores eleitos, quando os movimentos sociais eram legitimados como interlocutores do Estado, quando se tentava reformar as polícias acostumadas ao arbítrio do regime militar, quando o próprio Estado – especialmente nos dois estados citados – se atribuía o papel de gerador de novos direitos para os outros; quando o “inimigo interno”, os chamados terroristas dos anos 60 e 70, já haviam sido vencidos. Não é difícil entrever nesses discursos contra os direitos humanos e sobre a insegurança gerada pelo aumento da criminalidade um diagnóstico de que tudo está mudando para pior, de que “os pobres querem direitos” e “que se quer dar direitos até para bandidos” (Caldeira, 1991: 162-174).

Acrescente-se a esse ingrediente sobre os anos 80, no Brasil, o fato de que, naquele período, uma nova ordem mundial começou a dar os ares de sua graça: o neoliberalismo com seus corolários de globalização, Estado mínimo, livre mercado, livre comércio, privatizações, marketing, rotação rápida, capitalismo financeiro, isolamento tecnocrático, cultura-mercado, dentre outros, produzindo o que ficou conhecido como “paradigma da insegurança” (Pegoraro, 1996:75-87). As ameaças de desestabilização da economia e de catástrofe social, têm sido conjuradas pelas elites que governam nosso país com discursos sobre eficiência, leis do mercado, competitividade, necessidade de privatizações e livre comércio.

Esse modelo neo-liberal tem produzido insegurança e medo para as classes médias e trabalhadores em geral e mais desemprego, pobreza e miséria.

O “paradigma da insegurança” nas sociedades de controle globalizado dos países periféricos parece ser a exemplificação do “homem endividado” – ao qual se refere Deleuze (1992) ao falar da sociedade de controle – como uma nova subjetividade. Endividamento que condiciona a maioria dos comportamentos sociais, incluindo aí os políticos. O aumento dos trabalhadores com contrato por tempo fixo, sem estabilidade é um passo a mais na construção e reprodução da cabeça do “assalariado agradecido”. Se o capitalismo industrial dos séculos XIX e XX buscou, através de diversos dispositivos disciplinares, produzir uma cabeça de operário, o capitalismo de controle globalizado hoje dá mais um passo, e forja a cabeça do assalariado agradecido.

E foi nesse panorama – marcado não só por medidas neo-liberais, mas também por chacinas, balas perdidas, linchamentos, assassinatos de crianças e adolescentes, de homossexuais, de pessoas pobres suspeitas da prática de crimes, de trabalhadores e líderes sindicais rurais – que, o governo federal anunciou, espetacularmente, em 07 de setembro de 1995 (dia da Independência do Brasil), sua intenção de fazer um Plano Nacional de Direitos Humanos. Utilizando-se massivamente da mídia, como resposta às pressões internacionais pelas sistemáticas violações de direitos humanos, o governo federal proclama que “direitos humanos é o novo nome da liberdade e da democracia” (Presidência da República, 1995).

O Plano Nacional de Direitos Humanos foi apresentado à Nação, em 13 de maio de 1996 (dia da Abolição da Escravidão) – quando Fernando Henrique Cardoso deu a primeira indenização à familiar mais velha de um desaparecido político⁽¹⁾ e, embora o Plano tivesse sido coordenado pelo Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo que fez várias consultas a entidades de direitos humanos nacionais, não passou de uma carta de boas intenções que, infelizmente, ainda não saiu do papel. Nas 233 ações⁽²⁾ apresentadas a curto, médio e longo prazos não foram ainda definidas as instituições executoras, o cronograma das realizações e a previsão de articulação com o processo orçamentário.

Algumas leis – que constam no Plano – foram votadas e outras ainda estão em tramitação no Congresso. Isto resultou muito mais da reação, comoção e indignação de alguns segmentos da opinião pública brasileira e de pressões internacionais, após práticas de violência estampadas na grande imprensa, do que pelo fato de figurarem no Plano Nacional de Direitos Humanos.

Logo a seguir ao anúncio desse Plano, criou-se a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, órgão responsável por sua implementação e coordenação. Entretanto, este órgão não contou até agora com nenhuma participação da sociedade civil, não dispondo de recursos financeiros próprios ou suficientes para o cumprimento de suas atribuições e, portanto, ainda não fiscalizou, monitorou e colocou em prática o Plano: não conseguiu transformá-lo em Programa; ainda é um documento com efeitos meramente declaratórios.

Muitas outras questões relativas ao Plano Nacional de Direitos Humanos poderiam ser aqui abordadas, mas creio que o importante é apontar – como já vimos rapidamente – em que contexto essa “carta de boas intenções” emergiu e o paradoxo que é falar em direitos humanos quando impõe-se a lógica excludente de um modelo que marginaliza cada vez mais imensas parcelas de nossa população, aumentando a legião dos miseráveis. Não há como negar que a implantação de políticas neoliberais tem produzido efeitos funestos que se traduzem no desemprego programado e na efetiva restrição ao pleno acesso aos bens mínimos necessários à dignidade humana.

Forrester (1997) afirma que milhões de pessoas estão sendo colocadas entre parênteses, por tempo indefinido, talvez sem outro limite a não ser a morte. Estas pessoas têm direito apenas à miséria ou à sua ameaça mais ou menos próxima, à perda de um teto, à perda de toda consideração social e até mesmo de toda auto-consideração. A marginalização impiedosa sobre os “excluídos do trabalho”

1 O fenômeno foi estudado pela pesquisadora na Tese de Doutorado Personalização da Lei: um mal-estar na cultura brasileira, defendida em 1997, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC/SP.

2 O PNDH contém 154 medidas de curto prazo, 58 de médio prazo , 14 de longo prazo e 7 de implementação e monitoramento. Está estruturado em 5 eixos: proteção à vida, proteção do direito a liberdade, proteção do direito a tratamento igualitário perante a lei: educação e cidadania; ações internacionais para a proteção dos direitos humanos.

responsabiliza os próprios desempregados pela perda e/ou dificuldade em conseguir alguma colocação no mercado. Esses marginalizados têm sido os primeiros a se considerar incompatíveis com a sociedade da qual eles são produtos. São levados a se considerar indignos dela e, sobretudo, responsáveis pela sua própria situação. Julgam-se com o olhar daqueles que os julgam, olhar que adotam, que os vê culpados, e que os faz, em seguida, perguntar que incapacidade, que aptidão para o fracasso, que erros cometidos puderam levá-los a essa situação.

Forrester vai nos apontar ainda que, ao contrário de excluídos, os miseráveis estão dentro da lógica perversa da sociedade de controle globalizado; ou seja, cada vez mais incluídos.

“E como alguns os querem ainda mais apagados, riscados, escamoteados dessa sociedade, eles são chamados de excluídos. Mas, ao contrário, eles estão lá, aper-tados, encarcerados, inclusos até a medula! Eles são absorvidos, devorados, re-legados para sempre, deportados, repudiados, banidos, submissos e decaídos, mas tão incômodos: uns chatos! Jamais completamente, não, jamais suficientemente expulsos! Inclusos, e em descrédito”(Forrester, 1997: 15).

O medo e a insegurança produzidos por estes projetos neoliberais, sem dúvida, têm gerado mais violência. O colapso dos serviços públicos em geral com a implantação do chamado “Estado Mínimo” produz cada vez mais insegurança e desassistidos.

Finalizando...

Entendemos que só a força dos movimentos sociais organizados poderá mudar este quadro. É no nível das práticas cotidianas, micropolíticas, que podem estar as respostas para tais impasses. É através da reinvenção de novas maneiras de ser, de estar, de sentir e de viver neste mundo que poderemos fortalecer e expandir novas práticas, novos movimentos para contra-atacar as políticas tradicionais, afirmando os direitos humanos como direitos de todos, em especial dos miseráveis de hoje.

E, dentro desse quadro, como ficamos nós, psicólogos, os profissionais da subjetividade humana?

Aprendemos a caminhar neste mundo guiados por modelos. Estes nos dizem o que fazer e como fazer, ocultando sempre o **para quê fazer**. Esses discursos/práticas “competentes” enunciados pelos especialistas forjam a todo momento modelos onde estão as “verdades”: o bom cidadão, o bom pai, o bom filho, o bom aluno, etc.

Se entendermos a Psicologia, assim como a Política, não em cima desses modelos hegemônicos, mas como produções históricas, como territórios não separados, mas

que se complementam e se atravessam constantemente, poderemos encarar nossas práticas não como neutras, mas como implicadas no e com o mundo.

Aqui, é importante para nós a noção de implicação⁽³⁾, ferramenta advinda da análise institucional francesa, que vai se opor à posição neutro-positivista e nos traz a figura do “intelectual implicado”. Este, além de analisar as suas contra-transferências, as implicações de suas pertenças e referências institucionais, coloca em análise o lugar que ocupa na divisão social do trabalho, da qual é um dos legitimadores. Portanto, aponta para o lugar que ocupa nas relações sociais em geral e não apenas no âmbito da intervenção que está realizando, os diferentes lugares que ocupa no cotidiano e em outros locais de sua vida profissional; em suma, os lugares que ocupa na História.

É como afirma Lourau (1997: 88):

“Estar implicado (realizar ou aceitar a análise de minhas próprias implicações) é, ao fim de tudo, admitir que eu sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar: fenômenos, acontecimentos, grupos, idéias, etc, Com o saber científico anulo o saber das mulheres, das crianças, dos loucos – o saber social, cada vez mais reprimido como culpado e inferior” (grifos meus).

Ainda, segundo Lourau (1977), trata-se de encontrar formas de analisar nossas implicações para que, em cada situação, possamos nos situar nas relações de classe, nas redes de poder, em vez de nos fixarmos, nos acreditarmos numa posição que chama-mos de científica, objetiva e neutra.

Assim, se entendemos os objetos, saberes e sujeitos como produções históricas, advindos das práticas sociais; se aceitamos que os especialismos técnico-científicos que emergem como a divisão social do trabalho no mundo capitalístico têm como função a produção de verdades e a desqualificação de muitos outros saberes que se encontram neste mundo; se entendemos como importante em nossas práticas cotidianas a análise de nossas implicações, assinalando o que nos atravessa, nos constitui e nos produz, e o que constituímos e produzimos com essas mesmas práticas, negaremos as dicotomias. Articularemos Psicologia, Política e Direitos Humanos e entenderemos uma série de outras questões: que nossas práticas produzem efeitos poderosíssimos no mundo, sendo portanto, políticas. Assumir tais desafios é estabelecer rupturas com o pensamento hegemônico no Ocidente, é romper com as “verdades” que estão no mundo e vê-las como temporárias, mutantes, provisórias.

3 Esta noção surgiu no movimento da Psicoterapia Institucional francesa, na primeira metade dos anos 60, vindia da noção de contra-transferência psicanalítica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALDEIRA, T. P. do R. (1991). Direitos humanos ou “privilégios de bandidos”? Desventuras da democratização brasileira. Em *Novos Estudos CEBRAP*. (pp 162 – 174). São Paulo: nº. 30, julho.
- COIMBRA, C. M. B. (1995). *Guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas “psi” no Brasil do milagre*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor
- COIMBRA, C. M. B. (1998). Cidadania ainda recusada: o plano nacional de direitos humanos e a lei sobre mortos e desaparecidos políticos. Em *Psicologia, ética e direitos humanos*. (pp. 91-113). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- DELEUZE, G. (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- FORRESTER, V. (1997). *O horror econômico*. São Paulo: UNESP.
- LOURAU, R. (1877). El estado y el análisis institucionel. Em *el análisis institucionel*. (pp. 80-105). Madrid: Campo Abierto.
- PEGORARO, J. S. (1996). El control social y el paradigma de la inseguridad. Em *ETIAM crime, culpa y castigo*. (pp. 75-87). Buenos Aires: nº. 2.
- Presidência da República (1995). Brasília.
- SADER, E. (1988) *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TELLES, V. S. (1986). Anos 70: Experiências e práticas cotidianas. Em Krischke, P.J. & Mainwaring, S. (orgs.) – *A igreja nas bases em tempo de transição* (pp. 47-69). Porto Alegre: L&PM/CEDEC.

• Recebido para publicação julho de 2000

Psicologia Política e Ação Coletiva:

Notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”.

Political Psychology and Collective Action

Marco Aurélio M. Prado*
aurelioprado@uol.com.br

Resumo

O texto apresenta uma reflexão analítica sobre algumas teorias acerca das ações coletivas, buscando evidenciar as principais questões referentes a psicologia política. Neste sentido, propõe-se uma análise da relação entre identidade coletiva, entendida enquanto um processo psicosocial de criação de significados e de demarcação de fronteiras políticas, e o político definido como espaço não institucional de emergência de antagonismos sociais. Apresenta-se, ainda, uma breve revisão das principais teorias sobre as ações coletivas, apontando suas concepções acerca dos agentes envolvidos nestas ações e do cenário em que estas ocorrem. Por fim, o texto propõe como tarefa de uma psicologia política a compreensão das ações coletivas enquanto processos de identificação coletiva e significação da realidade social.

Palavras-chave

psicologia política, teorias da ação coletiva, identidade coletiva, antagonismos contemporâneos.

Abstract

This paper presents an analytical reflection on several collective action theories in an attempt to identify the main issues related to political psychology. In addition, it proposes an analysis of the relationship between collective identity, which can be seen as a psychosocial process of the

*Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade São Marcos/SP.
 Rua Imão Gonçalo, 74/52 - CEP 05439-080 - São Paulo - SP

creation of meanings, and the political, which can be defined as the non-institutional space in which social antagonisms emerge. There is also a brief review of the main theories of collective action, taking the following into considering: the agents involved in collective action and the scenario in which their actions take place. Finally, this paper proposes that the fundamental issue of political psychology is the understanding of collective action as a collective identification process and as a signification of social reality.

Key words

Political psychology, collective action theories, collective identity, contemporary antagonisms

Ação Coletiva e Psicologia Política: uma relação marcada pelo fim da naturalização das desigualdades sociais

Os séculos XIX e XX foram marcados por rupturas sociais fundamentais, principalmente na consolidação da chamada “sociedade industrial”, que antes de ser reconhecida enquanto tal, na verdade, inaugurou um processo vivido através de uma diversidade de transformações sociais por mais de um século, sobretudo e primeiramente na Europa Ocidental e na América do Norte, onde a marca mais forte desta ruptura pode ser vista na reformulação das instituições sociais e políticas, na urbanização das cidades, nas formas de organização das relações políticas e produtivas, e no aumento da reflexibilidade acerca da vida humana.

Estas rupturas não se deram somente no plano econômico e político mas, preponderantemente no plano da cultura, já que rompiam com dadas formas e hábitos da organização das sociedades e marcavam um novo modo de vida, especialmente nas cidades. Novos hábitos, convenções sociais e formas de agrupamento humano são características que as sociedades industriais propiciaram. Estes rompimentos com as antigas formas de Estado e de organização social permitiram uma forte ascensão de uma burguesia bastante capitalizada pelo movimento industrial e pela expansão dos mercados nacionais, mas também permitiu o reconhecimento de grupos de trabalhadores e camponeses que vinham sendo expulsos de terras e locais de trabalho, bem como de outros grupos sociais que de alguma forma se viram alijados do processo social. Não por outro motivo, o estudo de fenômenos como “massas”, “multidões”, “classes sociais” e “ações coletivas” configurou-se como um lugar expoente no contexto do pensamento das chamadas Ciências Sociais e Humanas, desde os fins do século XIX. Autores como Le Bon (1895), Sighele (1892) e Tarde (1892) são nomes relacionados a estes pensamentos nas Ciências.

O advento destes fenômenos foi novo, já que todas essas rupturas que aqui apenas citamos, seja no plano econômico ou mesmo cultural, social e político, passando inclusive pelo psicológico, fomentaram o surgimento, de um lado do que temos conhecido como “individualismo moderno” e, de outro, da constituição de movimentos coletivos que buscaram estabelecer a construção de referências (identitárias) coletivas enquanto um NÓS, que pode apontar para uma diferenciação do “individualismo moderno”, ou muitas vezes, para uma afirmação deste mesmo individualismo, como no caso dos chamados movimentos comunitaristas. Este NÓS, enquanto ações coletivas, pode ser compreendido, tanto pelo seu caráter diferenciador como afirmativo do próprio EU, visto que, em nossa visão, não há nas ações coletivas nenhum caráter emancipador que possa ser predeterminado antes do processo que se instaura na constituição da identidade coletiva. Seja na esfera do público ou, mais tarde,

a partir de elementos da vida privada, estes sujeitos coletivos buscaram compor a construção de demandas e discursos sociais que se configuram, quase sempre, como antagonismos sociais⁽¹⁾.

A temática da ação coletiva, mesmo aparecendo com outras denominações, entrou no cenário de reflexões científicas desde que a questão do reconhecimento tanto das desigualdades sociais, como da necessidade de equivalência dos direitos sociais apareceu na cena pública como questões políticas, ou seja, quando as relações de subordinação tornaram-se relações de opressão e puderam constituir-se em antagonismos sociais, rejeitando qualquer legitimidade da naturalidade nas hierarquias sociais (Mouffe, 1988:93-4).

Sennet (1993:163), em estudo sobre o retraimento do espaço público, ao apontar que o declínio do público está intimamente relacionado com o “(...) *trauma e o tumulto da vida pública no século XIX* (...)”, fornece-nos, em resumo, qualidades intrínsecas a esta mudança organizacional.

“(...) uma situação urbana foi identificada como aquela em que estranhos irão provavelmente se encontrar de modo rotineiro. Já observamos a psicologia social dos encontros entre estranhos; no século XIX, essa psicologia social precisa ser aplicada a uma questão demográfica muito importante. No século XIX, no leste, no sul e no sudeste da Europa, ocorrem agudos deslocamentos rurais. Em parte, um problema da fome; em parte uma nova forma de posse de propriedades rurais e de capitalização da agricultura, essa convulsão expulsou multidões de camponeses e de aldeões para fora de seus lares tradicionais, deslocando-os quer para cidades da Europa, quer para localidades desconhecidas nas províncias, quer para os Estados Unidos, Argentina ou Brasil. Essas pessoas deslocadas também deveriam experimentar encontro com estranhos, rotineiramente, como parte do trauma maior de seu desarraigamento” (1993:163-4).

O fim das comunidades naturais e da produção familiar, a partir da organização do capitalismo industrial, trouxe uma maior movimentação dos grupos sociais no cenário político, possivelmente tendo como referência um dinamismo social e

1 Neste sentido, estamos partilhando da idéia de que alguns discursos coletivos, quando na esfera do político, ou seja, quando estabelecidos pelo reconhecimento histórico das desigualdades sociais, colocam-se como antagonismo e não como contradições sociais. Na noção de contradição, sobretudo em Marx, está embutida uma idéia de elemento interno à dialética, de maneira que este elemento é momento para uma superação. A dialética e o seu elemento interno predeterminam o elemento subsequente e no antagonismo não está dado uma conexão interna que possa predeterminar o elemento subsequente. Neste sentido, configurar-se como um discurso antagônico não determina sua abrangência, nem tampouco sua solução. Sua abrangência estará determinada pelo processo de constituição destas identidades coletivas. Ver para esta discussão Laclau, E. (1990) *New Reflections on the Revolution of our Time*. London:Verso. Especialmente a primeira parte.

econômico do desenvolvimento do comércio e da produção industrial.

As mutações das relações hierárquicas revelaram a forma como muitas desigualdades, até então, sustentavam-se em discursos hegemônicos acerca da naturalidade das relações entre diferentes posições sociais, portanto, a partir da revolução democrática, podemos perceber o advento de sujeitos coletivos que reconhecem o caráter histórico das desigualdades. Os discursos hegemônicos encontram seus agentes antagônicos, ou seja, a participação do indivíduo enquanto sujeito da esfera da política, participação esta que se dá na esfera pública e que articula a construção de demandas coletivas capazes de reconhecer o caráter histórico das posições sociais e de poder (Mouffe, 1988).

O fim das chamadas comunidades hierárquicas e naturais, as quais mantinham os indivíduos retidos aos grupos onde nasciam, trouxe novos modelos de vida coletiva. O sujeito passou de uma referência hierárquica e com pouca mobilidade social, para a constituição da referência de interesses coletivos e, mais tarde, de identidades coletivas, não mais naturalizadas, mas construídas socialmente; neste sentido, algumas desigualdades sociais passaram a se constituir enquanto ações antagônicas pois, na chamada sociedade industrial, deixaram de ser entendidas como vinculadas à lógica da naturalização. Isto, sem dúvida, foi possível a partir de uma radicalidade de dois elementos importantes: a historicidade e a contingência.

“Nós podemos ver a emergência destes antagonismos no contexto da dissolução de todas as relações sociais baseadas na hierarquia, e isto, de fato, está ligado ao desenvolvimento do capitalismo, que destrói todas aquelas relações sociais e recoloca-as com relações de mercadoria. Então, é com o desenvolvimento do capitalismo que aquelas relações de subordinação podem emergir como antagonismos. As relações podem ter existido, previamente, mas elas não puderam emergir como antagonismo antes do capitalismo” (Mouffe, 1988:91)⁽²⁾.

De forma que podemos entender que a construção de identidades coletivas baseada no terreno do reconhecimento do princípio de equivalência⁽³⁾ e no terreno da

2 “We can see the emergence of those antagonisms in the context of the dissolution of all the social relations based on hierarchy, and that, of course, is linked to the development of capitalism, which destroys all those social relations and replaces them with commodity relations. So, it is with the development of capitalism that those forms of subordination can emerge as antagonisms. The relations may have existed previously, but they could not emerge as antagonisms before capitalism” (Mouffe, 1988:91).

3 A não naturalização das desigualdades sociais é o que permite a interpretação das relações de subordinação. E este princípio de equivalência deveria ser compreendido via os acontecimentos históricos que nos oferecem tanto uma perspectiva de continuidade, como de descontinuidade. “Assim nasceu a ‘lógica da equivalência’: passamos de uma ordem social em que os sujeitos estavam posicionados de maneira diferencial, porém imutável, para uma ordem social em que o projeto democrático pode articular-se num discurso político que considera esses posicionamentos diferenciados como objeto de luta. Portanto, a revolução democrática promove uma lógica de equivalência, uma lógica de comparação de sujeitos que são essencialmente interpretados como iguais, mediante seu novo discurso de ‘direitos’, da ‘liberdade’ e da ‘igualdade’”(Barret, 1994:253).

diferenciação (Laclau & Mouffe, 1985), insere esta construção em um processo histórico, configurando, deste modo, o espaço do político⁽⁴⁾ enquanto um espaço de emergência de antagonismos, sejam estes, inicialmente privados ou públicos, que conferem ao campo do político o “lugar” de articulação destas identidades e ações coletivas.

Na Psicologia esta questão também tem sido explorada, possivelmente desde os primeiros trabalhos em “Psicologia Política” que marcaram o estudo da composição dos sujeitos coletivos⁽⁵⁾. Neles o “psicológico”, desde o final do século XIX até meados do século XX, tornou-se o principal elemento de explicação da constituição das ações coletivas e este caminho, primeiramente traçado pelo médico Le Bon (1895), trará consequências determinantes para o terreno de uma possível articulação entre a Psicologia e as ações coletivas. Uma delas, bastante importante, e que por vezes ainda tem sido expressiva neste campo, é a do atomismo do sujeito. Os sujeitos coletivos foram, nestas explicações teóricas, se individualizando; o subjetivo tornou-se sinônimo de indivíduo, perdendo seu vínculo com o social, permitindo assim, que em diferentes projetos científicos da Psicologia, o político estivesse sem sujeito, portanto reduzido a estruturas e objetividades, e que o subjetivo estivesse totalmente alienado do político tornando-se, nestes discursos, mônadas e essências auto-suficientes.

Porém, nesta área tem-se avançado no sentido de compreender os processos psicossociais que envolvem a configuração das ações coletivas e para tal, a Psicologia, nesta tentativa, tem sido entendida como um campo híbrido do conhecimento científico que se articula com a Política, a Sociologia, a Linguística, a Antropologia e com outras áreas das chamadas humanidades.

Neste campo híbrido podemos entender que a Psicologia Política⁽⁶⁾, ao focar as ações coletivas como objeto de reflexão e compreensão, pode ser entendida como um estudo das condições, sejam elas materiais, simbólicas, institucionais, psicossociais, éticas ou políticas, que são necessárias para a constituição de uma identidade coletiva – NÓS – baseada na diferenciação de um elemento exterior.

-
- 4 Importante ressaltar que uma das características do espaço político contemporâneo é a sua expansão para além das chamadas instituições políticas das sociedades modernas, ou da democracia liberal. O que para alguns autores, como é o caso de Melucci (1996), tem significado compreender o político como um espaço onde sua função “(...) principal é trazer para a discussão aberta as questões problematizadas pelos movimentos e promover suas concepções coletivas – não para institucionalizar movimentos, mas para tornar a sociedade como um todo capaz de assumir seus dilemas internos precisamente como seus próprios, para transformá-los em política (literalmente em alguma coisa a respeito da polis)...” p. 221.
- 5 Le Bon é considerado um dos primeiros teóricos neste campo de debate, e seus trabalhos influenciaram a Sociologia, as Ciências Políticas, bem como a própria Psicologia. Além disso, seus trabalhos estruturaram um campo de investigações dentro do conhecimento científico, como também colaboraram influenciando líderes e ditadores políticos. Para tal reflexão ver Moscovici, S. (1985) *The age of the crowd*. Cambridge: Cambridge University Press.
- 6 Para um debate acerca das definições sobre a Psicologia Política como um campo de estudos e reflexões científicas ver Dávila, J. M., Fouce, J.G., Gutiérrez, L., Lillo, A., y Martín, E. La Psicología Política Contemporanea. *Revista Psicología Política*, 17, Novembro, 1998 (21-43).

Antes de aprofundarmos a discussão sobre a relação entre a identidade coletiva e a Psicologia Política na compreensão dos movimentos de ação coletiva, veremos como algumas das teorias que incidiram e/ou incidem sobre o campo de estudo das ações coletivas, têm definido o caráter dos agentes destas ações (agentes coletivos) e o cenário onde estas ações se colocam (ação política).

Uma “brevíssima” revisão de algumas abordagens acerca das ações coletivas.

O fenômeno da ação coletiva já foi estudado por muitos profissionais, médicos, sociólogos, psicólogos, psicanalistas, antropólogos e outros. Uma das primeiras interpretações, conhecida como um certo marco histórico da própria Psicologia Política, foi o tratado do médico Le Bon, como já dissemos. Contudo, poderíamos compreender que os estudos sobre as ações coletivas, desde Le Bon, envolvem uma diversidade de concepções acerca deste fenômeno e não se situam somente no campo de estudos da Psicologia mas, sobretudo, das chamadas Ciências Sociais. No intuito de desenvolver uma brevíssima discussão da literatura revisada, ou seja, uma introdução a uma revisão analítica, propomos uma divisão que, longe de buscar homogeneizar ou mesmo classificar as perspectivas teóricas, está a serviço de permitir uma apresentação mais didática da complexidade do campo em questão, buscando precisar um possível “lugar” de compreensão dos elementos psico-políticos que incidem sobre a organização das identidades coletivas.

Nesta divisão, propomos pensar que as teorias que incidem sobre o campo das ações coletivas podem ser compreendidas a partir de dois vértices principais: A) como definem os sujeitos coletivos, ou seja, como explicam a constituição de um “NÓS” da ação; B) como definem o espaço do político, isto é, o cenário das ações coletivas, o campo da ação política. Deste modo, retomamos pesquisa anterior (Prado, 2000), na qual constituímos um mapeamento interpretativo de algumas perspectivas.

O conjunto de perspectivas teóricas analisado pelos dois vértices propostos, pode ser interpretado, ao menos a partir de alguns sub-conjuntos (ver gráfico abaixo), que podem ser entendidos da seguinte forma:

A) Teorias que interpretam os agentes coletivos (NÓS) como um sujeito psicológico e o político como um espaço institucional sem contradições sociais e destinado a uma estabilidade e um equilíbrio social.

Nessas propostas teóricas, este sujeito psicológico coletivo é interpretado, sobretudo, a partir de uma base inconsciente. Estariam neste quadrante A, autores como Le Bon, Freud e outros. Em nosso estudo denominamos este subconjunto como aquele que se refere às teorias psicológicas acerca da ação coletiva. Como pode ser observado no gráfico abaixo, a letra A corresponde a este grupo de teorizações que influenciaram em muito o pensamento analítico sobre as ações coletivas. Apesar de localizados no mesmo quadrante, não significa que deixemos de reconhecer as grandes diferenças

teóricas e analíticas entre os dois principais autores – Le Bon e Freud – os quais, como veremos adiante, apesar de conceituações bastante distintas sobre a emergência de um NÓS da ação política, fortalecem um mesmo princípio: o de se utilizar da Psicologia para analisar um “fato” político. As consequências deixadas por estas teorias, analisaremos mais no segundo tópico desta explanação.

B) Teorias que interpretam o sujeito coletivo como um sujeito psicossociológico e o político como um espaço, também institucional, e com vistas a uma estabilidade. Há em algumas posturas teóricas uma clara noção de “homeostase social”. Nas elas o sujeito coletivo não seria mais um sujeito eminentemente psíquico, mas um sujeito que se constitui a partir de crenças, valores e necessidades sociais, ou seja, as relações sociais e institucionais passam a ter um peso importante na constituição deste NÓS. Neste quadrante, de letra B, estariam dispostos autores pertencentes a distintas perspectivas, tais como Smelser, Turner & Killian e Cantril. Muitos destes teóricos apontaram para uma base de compreensão teórica a partir de Talcott Parsons, George H. Mead e S. Freud.

C) Teorias que interpretam o sujeito coletivo como um sujeito racional e unificado em torno da categoria “consciência”, e o político como campo contraditório e tendo essas contradições como funcionalidade da mudança social, no sentido de que o político é “provisório”; portanto, é possível falarmos de sínteses sociais predeterminadas atribuídas nas relações sociais, que podem ser contraditórias e que implicam em um fim do próprio espaço do político. O político é muito mais um movimento de transição para uma redenção e para um mundo social onde as relações de poder poderiam ser eliminadas, seja pelo interesse racional ou pelo desenvolvimento da consciência de classe. Teorias que pertencem a correntes diversas como Marxismo, Escolha Racional e Mobilização de Recursos são referências importantes, apesar das diferenças radicais que as separam, como veremos mais à frente.

D) Teorias que partem de uma concepção muito próxima do quadrante anterior (C) e muito próxima do quadrante posterior (E).

Preocupam-se mais com os processos políticos de constituição das ações coletivas, neste sentido ocupam-se dos processos articulatórios do campo do político. Nas elas o sujeito coletivo alcança um caráter processual, baseado em uma racionalidade altamente reflexiva. O político é visto como um processo mais vinculado a questões institucionais porém, há um forte reconhecimento deste campo como um permanente campo de disputas e negociações. Há uma forte preocupação com explicações que não se reduzem nem a determinantes estruturais, nem somente a determinações psicológicas. Estas correntes teóricas são marcadas pela motivação em explicar o caráter mediatório entre a objetividade e os aspectos subjetivos, pela compreensão do impacto das ações coletivas nas instituições políticas e por entender os

elementos culturais que compõem as ações coletivas. Aqui nomes representativos são Gamson, Klandermans, Sandoval e os autores que têm trabalhado com as noções de processo político, agência e consciência social

E) Teorias que advogam uma concepção de sujeito coletivo a partir do esgotamento do sujeito racional e unificado, portanto do sujeito tipicamente Iluminista e que consideram o político um espaço não institucional, antagônico, logo, não passível de sínteses permanentes.

Buscam inserir o conceito de identidade coletiva como parte fundamental das explicações teóricas e estão fortemente influenciadas pelos modelos das ações coletivas contemporâneas que, ao nosso ver, equivocadamente têm sido chamados de “novos movimentos sociais”. Importante notar que junto a estas perspectivas encontramos uma importante revisão teórica de autores e teorias clássicas. Autores representativos são Touraine, Melucci, Laclau, Mouffe e outros.

No quadro demonstrativo (*Figura 1*), buscamos facilitar a compreensão das relações possíveis entre estas concepções distintas sobre o agente coletivo e o político, enquanto campo de ação deste NÓS.

Esta divisão teórica e analítica atende mais, sem dúvida, a uma possibilidade didática de exposição do conjunto de teorias escolhido, as quais têm sido muito influentes no campo de estudo das ações coletivas. A partir desta divisão, podemos levantar questões que, tanto definem a recente história do campo de estudos, como nos ajudam a problematizar alguns conceitos que buscam explicar a constituição dos agentes coletivos e o campo de ação destes.

Ao abordar este conjunto de teorias a partir das noções de como se constroem as ações coletivas e o cenário em que se dão, entendendo este o campo do político, podemos identificar três grandes rupturas nas concepções. Porém, antes, é importante sublinharmos que estas rupturas não são momentos sem alguma continuidade, pelo contrário, torna-se evidente ao analisarmos estas teorias que muitas delas representam, claramente, momentos de passagem entre duas distintas concepções.

Há um primeiro momento no qual os sujeitos da ação coletiva são entendidos como sujeitos da (des)razão (**casela A**), ou seja, é necessário pensar como as identidades coletivas facilitam a alienação do indivíduo, portanto a “massificação”. Nestas concepções, a constituição do NÓS é definida a partir das características psicológicas, do contágio entre os sujeitos. Na perspectiva de Le Bon, os sujeitos coletivos formam uma massa psicológica que se caracteriza pela dissolução da personalidade consciente, conforme o autor.

“La disolución de la personalidad consciente y la orientación de los sentimientos y pensamientos en un mismo sentido, que son los primeros rasgos de la masa en

concepções de sujeito concepções do político		A	B	C	D	E		
		sujeito psicológico ao sujeito psicossociológico		sujeito coletivo racional e unificado		sujeito descentrado esgotamento do sujeito único		
A	político sem contradições estabilidade e equilíbrio institucional	base inconsciente Le Bon – Freud	Smelser (Parsons) Turner &	Marx	Escolha Racional Mobilização de Recursos. McCarthy, Zald,McAdam, Tilly, Turner	Processo Político McAdam, Gamson Klandermans, Sandoval	Touraine	Melucci & Laclau & Mouffe
		crenças coletivas e normas e valores sociais como regulação do sujeito coletivo	Killian (Mead) Cantril					
C	político com contradições -sínteses-	classe social – rationalidade das contradições históricas			interesse coletivo/recursos institucionais mobilizados			
D	político como espaço antagônico -contingente-	historicidade e mediadores da identidade coletiva elementos culturais e políticos						
E		ação e ator social – racionalização e subjetivação nas sociedades pós--industriais			identidade coletiva como mediação e construção de significados – NÓS			
		identidade como posições-de-sujeito / identificação como antagonismo político						

FIGURA 1

PSICOLOGIA POLÍTICA E AÇÃO COLETIVA

vías de organizar-se, no implican siempre la presencia simultánea de varios individuos en un mismo lugar". E acrescenta, "(...) sean cuales fuerem los individuos que la componen, por similares o distintos que puedan ser su genero de vida, ocupaciones, carácter o inteligencia, el simple hecho de que se hayan transformado en masa les dota de una especie de alma colectiva. Esta alma les hace sentir, pensar y actuar de um modo completamente distinto de como lo haría cada uno de ellos por separado. Determinadas ideas, ciertos sentimientos no surgen o no se transforman en actos más que en los individuos que formam una masa. La masa psicológica es un ser de forma momentanea, de un modo absolutamente igual a como las células de un cuerpo vivo forman, por su reunión, un ser nuevo que manifiesta características muy diferentes de la que posee cada una de las células que lo componen" (Le Bon, 1995: 27-9).

O sujeito coletivo aparece como fruto de um comportamento irracional, logo, homogêneo; o indivíduo isolado é aquele capaz de exercer a sua racionalidade intelectiva, sua máxima civilidade⁷ e, por isso, é capaz de julgar o mundo a partir de pensamentos e argumentos racionais e próprios, portanto capaz de ponderar sua adesão a um NÓS que acena para a “irracionalidade”. Le Bon, talvez, tenha sido o mais radical dos teóricos ao fazer desta divisão tão rígida entre indivíduo e coletivo, o mote principal da noção de racionalidade X irracionalidade.

O diferencialismo que Le Bon exercita em sua teoria, movido pelos discursos “racialistas” da época, está ancorado no ideal de que uma forma de racionalidade seria responsável pela legitimidade de uma superioridade civilizatória. Será na evidência desta questão que Todorov (1993) argumentará que, já em Le Bon, estaria um projeto xenófobo, o qual implica na exclusão do diferente. Esta postura, segundo Todorov, está calcada em um pensamento relativista na política, encontrado na análise que Le Bon promove dos acontecimentos políticos da época.

Le Psychologie des Foules recebeu muitas críticas, porém, não podemos deixar de observar que esta perspectiva de analisar o indivíduo e o coletivo através da defesa da racionalidade e do ataque à irracionalidade, ocupará muito espaço nas teorias sobre as ações coletivas e movimentos sociais, no século XX. Estas teses influenciaram, não somente os acadêmicos, mas também a sociedade em geral.

“Le Psychologie des foules foi um manifesto de uma ramificação do conhecimento na qual ainda existe sob vários nomes (Psicologia Social, Psicologia Coletiva e outros) em nossos dias. (...). Como dois escolares americanos escreveram sobre o

7 Uso o termo “civilidade” aqui baseado na interpretação que R. Sennet (1993) desenvolve das observações de Le Bon, mostrando como este termo designou, naquela época, a atribuição de valores sociais aos valores psicológicos.

trabalho de Tardé e Le Bon na França – foi muito influente em preparar as condições nas quais a Psicologia Social Moderna emergiu. (Sherif e Sherif, 1956). Os dois nomes são freqüentemente ligados, mas é claro que, como Allport colocou, La Psychologie des foules é ainda o livro mais influente em Psicologia Social. Ele foi lido, relido, discutido, criticado e obviamente plagiado. O livro foi o responsável pela inspiração e pela problemática dos primeiros dois compêndios de Psicologia Social, o de MacDougall na Inglaterra (MacDougall, 1908 e 1920) e o de Ross na América, e ainda é influente (...)" (Moscovici, 1985:55).

Freud em 1921, escreve o *Psicologia das Massas e Análise do Ego*, e apesar das grandes mudanças que sua análise sobre o sujeito coletivo irá imprimir, o autor toma como ponto de partida a obra de Le Bon. Freud, na visão de Adorno e Horkheimer (1973), irá “(...) libertar de sua ambigüidade política os elementos de verdade que estão implícitos na psicologia das multidões de Le Bon”(p. 83).

Embora Freud tenha invertido as bases teóricas de Le Bon, ele, ao desenvolver o aspecto do narcisismo como alavanca principal para a compreensão das ações coletivas, colaborou em muito com uma “individualização” da ação social e política, corroborando, em última análise, a noção de determinação inconsciente das ações coletivas – “(...) eis por que Freud reservará belos elogios a Le Bon” (Todorov, 1993:172).

Freud considerou tanto a Revolução Soviética como a Primeira Guerra Mundial como eventos importantes de uma das maiores marcas do século XX: a cena das multidões. Em sua análise, a relação entre a massa e os líderes era algo que deveria ser explorado a partir do conceito de identificação dado pelos vínculos libidinais. Neste sentido, apesar da transgressão da análise das massas de Le Bon, Freud mantém seu legado de análise das ações coletivas a partir da ênfase sobre a relação vertical.

“Todos os que levaram em conta essa inovação (da tese de Freud sobre os movimentos políticos) tiveram a impressão de que ela permitia explicar, por antecipação, o fenômeno do fascismo. Não se percebeu que, em 1921, Freud pensava no comunismo, suscetível de tomar o lugar deixado vago pela religião” (Roudinesco, 1994:186).

Ao localizar nas profundezas da mente individual e na cultura pouco racional o problema da regressão psíquica, tanto no indivíduo como no coletivo, Freud, por um lado, transpõe a barreira entre racionalidade e irracionalidade que Le Bon construiria junto às análises dos movimentos políticos. Por outro lado, Freud individualiza ainda

mais as compreensões sobre as ações coletivas, tomando o legado deixado por Le Bon como verdadeiro: a massa se constitui de um rebaixamento moral.

“Para Freud, a massa é todo o tempo comparada ao neurótico, ao primitivo, à criança, etc. De resto, seu estudo dá por estabelecida a concepção de Le Bon sobre a diferença entre o indivíduo e a massa. A massa é um indivíduo definido por subtração: é irritável; impulsiva; sugestionável; exaltada; rebaixada moralmente; megalomaniaca, etc. Enfim, por mais que Freud, num dado instante, procure moderar o destempero racista e elitista de Le Bon, dizendo, por exemplo, que a alma coletiva também é capaz de criações espirituais como a língua, os cantos populares, o folclore, etc, o fato é que aceita a distinção por ele proposta” (Costa, 1989:68).

Interessante notar que a análise freudiana é polêmica e não é nosso objetivo aqui aprofundá-la⁽⁸⁾. No entanto é fundamental apontar que a polêmica acerca do que se convencionou chamar análise dos movimentos políticos de massa no século XX, além de manter o legado de Le Bon, apesar das revisões teóricas, também permitiu germinar pensamentos posteriores que foram responsáveis pela elaboração de uma das teorias críticas da sociedade, a exemplo das teses da Escola de Frankfurt⁽⁹⁾.

O sujeito coletivo, na análise freudiana, está confinado ao projeto de um mundo político liberal, e qualquer forma distinta deste pensamento – racionalista e individualizante – é encarada como “manifestação de massa”, recolocando nesta expressão o legado leboniano e o legado do pensamento liberal sobre o político, visto como encarcerado dentro do mundo institucional e como uma ação individual sob os princípios de uma racionalidade única.

Mouffe (1996) considera que o pensamento liberal, pelo seu princípio, se espanta ao se deparar com fenômenos de hostilidades sociais, exatamente porque tem dificuldades em compreender o político para além das instituições políticas.

“Isto é particularmente evidente na incompreensão dos movimentos políticos, que são vistos como a expressão das chamadas ‘massas’. Como não podem ser apreendidos

8 Para um aprofundamento desta análise ver Prado, M. A. M. (2000) *Desrazão: sujeitos da consciência e políticas de identificação. Mapa teórico acerca do sujeito coletivo e do político na literatura sobre as ações coletivas*. Tese de Doutoramento. PUC/SP.

9 Alguns estudos da Escola de Frankfurt, especialmente os de Adorno sobre as relações autoritárias, mesmo não sendo estudos específicos sobre movimentos sociais, são importantes análises das Sociedades Industriais do Ocidente, e reconhecem a importância e a dificuldade da psicanálise para lidar com fenômenos políticos. Para uma análise bastante lúcida dos postulados da interpretação adorniana a partir de um frutífero diálogo com o pensamento psicanalítico contemporâneo ver Amaral, M. (1997) *O Espectro de Narciso na Modernidade: De Freud a Adorno*. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp.

em termos individuais, estes movimentos são normalmente relegados para a categoria do patológico ou considerados como expressão de forças irracionais" (Mouffe, 1996b:13).

No que diz respeito ao estudo das ações coletivas, vemos que Freud deixa grandes impasses para a constituição de uma possível Psicologia Política. O caminho aberto por este conjunto de estudos que relegam os fenômenos políticos coletivos para a dimensão da irracionalidade, não favoreceu uma politização da Psicologia, mas estudos posteriores que enfrentaram essas questões, como os de Adorno, em muito, colaboraram para uma Psicologia mais politizada..

Um segundo momento (**casela B**) pode ser pensado como aquele referente à passagem de uma noção de sujeito coletivo baseada no inconsciente, para uma implementação da idéia do sujeito coletivo como um sujeito construído a partir das relações sociais, das crenças e valores sociais, portanto, um sujeito psicossociológico.

Se na apreensão de Le Bon encontramos, através do apelo ao diferencialismo do sujeito, a defesa de uma raça privilegiada e, nas observações de Freud, um sujeito coletivo individualizado, determinado pela tirania do psíquico sobre a verticalização das relações de poder; em Smelser (1962) e Turner & Killian (1957) encontraremos concepções bastante diferenciadas. Eles, de forma distinta, rompem com esta visão de um sujeito coletivo inconsciente e colocam-no sob uma perspectiva muito mais sociológica. O sujeito coletivo agora se torna – respeitadas as diferenças entre as abordagens – um ser voluntarista que age no sentido de buscar o equilíbrio entre *self* e sistema: o sujeito é uma unidade orgânica e sistêmica fundamental, pois dá sentido a sua ação e com isso garante o consenso de normas e valores sociais, tendo como alvo a idéia de estabilidade social.

Interessante notar que a invenção de um sujeito coletivo psicossociológico, seja na tradição funcionalista (Smelser) de uma perspectiva macrossistêmica, ou mesmo nos interacionistas de Chicago (Turner & Killian) em uma perspectiva microssociológica, fortalece a idéia de um sujeito coletivo que se origina a partir da relação com valores, sentidos e símbolos de uma cultura. Mesmo que tomado como um sujeito unívoco, baseado na idéia de estabilidade entre mundo interno e mundo externo, estas diferentes explanações sobre os movimentos coletivos irão inaugurar uma perspectiva de entendimento do que deveria ser um movimento reformista da sociedade, apontando a necessidade de uma busca do equilíbrio social e da estabilidade entre sujeitos e mundo. Não por outro motivo, as ações coletivas tornaram-se objetos de estudos científicos, inaugurando uma grande produção de estudos no campo das relações políticas (Gohn, 1997:27).

Se para Smelser, a partir do sistema de Parsons, o sujeito é uma estrutura única

regulada pelo funcionamento da máquina social, para Turner e seus colegas, o sujeito é fruto da estabilidade entre objetividade e subjetividade, preponderantemente na preocupação de uma consciência racional de si. Nas apreensões de Smelser, o sujeito político coletivo existe enquanto fruto da instabilidade. Ele tem características como a hostilidade, é ansioso e instável, logo, suas formas de existência política em um sistema saudável são dadas pelo controle institucional, seja através dos papéis sociais, ou mesmo das normas sociais. Os estudiosos identificados como da Escola de Chicago deixam uma herança fundamental: a de que o sujeito coletivo é um sujeito capaz de significar o mundo, buscando constituir uma nova ordem social a partir de sua emergência. A noção de que a ação coletiva agora era permeada de sentidos e significados, passa a ter uma importância relevante para os estudiosos do campo.

“Pela primeira vez, os movimentos coletivos são definidos como atos com significados propondo freqüentemente mudanças sociais necessárias e benéficas. Observações dos processos de interação determinados pela ação coletiva constituem um importante fundamento para aqueles que, nos tempos recentes, têm se proposto ao desafio de compreender as dinâmicas dos movimentos”⁽¹⁰⁾ (Della Porta & Diani, 1999:06).

Em um terceiro momento, como emergência de uma razão política e da noção de um sujeito racional e coerente, temos um conjunto de teorias explicativas (**casela C**) das ações coletivas baseado em uma idéia de consciência; nele os agentes das ações coletivas são explicados a partir de questões mais estruturais e sociais do que psicológicas.

Há, nesta fase, uma certa aversão aos ensinamentos da Psicologia para explanação das ações coletivas, já que o papel principal é revelar a importância do desenvolvimento de uma consciência possível e transparente. As explicações para o fenômeno da identidade coletiva, nestas reflexões, recaí muito mais sobre uma racionalidade histórica e sobre a estrutura social, em detrimento dos fatores psicológicos. Algumas explanações que envolvem as questões psicossociais são fundamentais para o estabelecimento da legitimidade política das ações coletivas.

Importante demarcar uma diferenciação importante entre o conjunto de teorias influenciado pelo pensamento marxista, e os teóricos vinculados à noção de

¹⁰ “For the first time, collective movements are defined as meaningful acts, driving often necessary and beneficial social change. Observations of processes of interaction moreover constitute important foundations for those who, in more recent times, have taken on the task of understanding movement dynamics” (Della Porta & Diani, 1999:06).

mobilização de recursos e teorias da escolha racional. A reação deste conjunto de teorias teve importante significado em assumir as ações coletivas, especialmente aquelas chamadas de movimentos sociais, como objeto próprio de reflexão, constituindo um campo interdisciplinar de estudos. Além disso, este conjunto de reflexões – baseado desde uma noção de agente político definido pela inserção nas classes sociais, até uma idéia de interesse racional – também favoreceu em muito a defesa de que estes sujeitos políticos coletivos possuem uma racionalidade própria, descaracterizando desta forma qualquer princípio psicológico para explicação destas ações. Uma outra importância que devemos creditar nestas abordagens, foi a relevância que deram para a noção de conflito social. A partir de uma reação às teorias psicológicas, este conjunto da **casela C** inaugura uma visão conflitiva de sociedade, seja pelo conflito entre as classes sociais, ou mesmo pelos conflitos de interesses institucionais ou de valores culturais.

A importância das análises marxistas para a compreensão da emergência dos sujeitos coletivos é a capacidade de explicitar tanto os meandros das relações capitalistas, como também as agruras da produção do capital. Além disso, há, nesta perspectiva, o reconhecimento da importância da ação coletiva para o desenvolvimento da consciência individual, que com o marxismo adquiriu um status bastante positivo. Mais tarde, com os teóricos vinculados à Mobilização de Recursos e o debate do Processo Político, este status foi, e vem sendo reforçado, mesmo considerando que as duas últimas abordagens – Mobilização de Recursos e Processo Político – criticam o caráter estruturalista e teleológico do pensamento marxista.

Está presente, nestas visões, uma visão da identidade coletiva como algo estável, ou o que comumente tem se denominado um essencialismo identitário. Isso quer dizer que, tanto nas correntes advindas do pensamento marxista, como na Mobilização de Recursos e suas formas posteriores, o ponto de partida para explicar a organização de uma identidade coletiva, como uma unidade, está dado na possibilidade dos sujeitos organizarem a experiência das suas práticas sociais em um núcleo essencialmente definido: a consciência ou o ego. O sujeito, nessas visões sociológicas, torna-se um sujeito capaz de representar a si mesmo de forma inteira em seu discurso, ou seja, é um sujeito coletivo que identifica sua essência, ou com o interesse da classe, ou com o interesse coletivo de grupos que funcionalmente estão privados de tomar as decisões sobre as suas próprias vidas.

A noção de Processo Político (**casela D**) – quarto momento de nosso gráfico acima – reconhece a influência das duas posições: a marxista e a da mobilização de recursos. Para esta visão, a emergência do sujeito coletivo é compreendida como um produto de uma complexa relação entre fatores internos e externos aos grupos sociais (McAdam, 1982). Há, como o Processo Político, uma retomada de um

sujeito coletivo definido psicossociologicamente, apontando para uma identidade organizada a partir da estratégia de organização de uma consciência política.

“(...) está ainda muito presa ao modelo de racionalidade instrumental. As pessoas, grupos e os movimentos agem segundo estímulos e estruturas de oportunidades externas. Eles usam sua racionalidade para escolher as melhores oportunidades políticas (...)”(Gohn, 1997:113).

E por último, um quinto momento pode ser pensado com referência a sujeitos da identificação (**casela E**); nele os sujeitos da ação coletiva são sujeitos que não se esgotam em um Ego ou uma consciência racional, pois são múltiplos, descentrados e contingentes. Nesta visão, há uma tentativa de explicar os elementos que colaboram nos processos identitários coletivos. A discussão sobre identidade toma grande espaço nestas perspectivas teóricas que, baseadas em fundações de pensamentos distintos, podem ser balizadas pela defesa de um sujeito coletivo que não se mantém pela unidade, mas sim pela fragmentação. Dedicaremos, mais adiante, um destaque maior a estas perspectivas, pois consideramos que são perspectivas que buscam dar um maior destaque ao debate sobre a relação entre identidade coletiva e antagonismos contemporâneos.

Contudo, é importante notar que, nas passagens teórico-explicativas que temos visto até o momento, encontramos, de maneira mais definitiva no conjunto de teorias das **caselas C e D**, uma preocupação em não alienar as explicações sobre as ações coletivas nas visões dualistas que ora determinaram fatores preponderantes sendo ou os elementos estruturais, ou os subjetivos, negando, portanto, a relação possível entre eles. É claro que nas posições teóricas os fatores psicológicos se sobrepõem a qualquer explicação histórica e social e, em algumas perspectivas mais sociológicas são, exatamente, os fatores estruturais que passam a negar qualquer importância dos aspectos subjetivos.

Estas referências são importantes para compreendermos, exatamente, o hiato teórico que se cria nestas análises e qual seria o possível “lugar” para uma Psicologia Política, preocupado com a análise das ações coletivas no mundo contemporâneo. Historicamente alguns autores (Sandoval, 1989; Melucci, 1995; e outros) têm identificado o hiato teórico- -explicativo no campo de estudos das ações coletivas. Hiato que é delimitado nas suas extremidades, ora por concepções teóricas que dão uma relevância única aos fatores estruturais como causas das ações coletivas ou, por outro lado, concepções e teorias que identificam no comportamento e nas crenças as maiores razões da mobilização de um discurso do NÓS.

“O estudo dos movimentos sociais tem sido sempre dividido pelo legado dualista

das análises estruturais como uma precondição para a ação coletiva e das análises das motivações individuais. Estes paralelos, e algumas vezes, entrelaçados conjuntos de explicações nunca preencheram a lacuna entre comportamento e significado, entre condições ‘objetivas’ e motivos e orientações ‘subjetivas’ (Melucci, 1996:222) ⁽¹¹⁾.

Este hiato tem sido, em certa medida, foco de atenção de alguns analistas, porém, o preenchimento desta “lacuna” entre o sujeito e o sistema (Touraine, 1995), ou entre as condições objetivas e as subjetivas, tem centrado suas explicações a partir de uma concepção essencialista do sujeito coletivo, sejam elas sociológicas ou psicológicas. Exemplo disto pode ser encontrado nas concepções marxistas que analisam as ações coletivas, nas quais o hiato tem sido preenchido, no início pela idéia de partido político revolucionário, depois pela noção de vanguarda e, mais recentemente, pela idéia de uma consciência crítica que, supostamente ao livrar-se dos desmandos da ideologia, seria capaz de impulsionar a ação coletiva para uma sociedade e um sujeito objetivamente transparente. Por outro lado, outras concepções essencialistas e, talvez mais psicológicas, também têm buscado o preenchimento desta “lacuna”; um bom exemplo pode ser visto nos conceitos que definem os atores coletivos pela enumeração de características positivas identitárias, ao buscar delinear suas essências ou características particulares próprias, formando assim, grupos de apelo a diferenças, mais uma vez, naturalizadas (Norval, 1994).

O reconhecimento desta lacuna e a não recorrência às essencialidades predeterminadas para compreensão dos sujeitos coletivos ⁽¹²⁾, pensamos, é um frutífero caminho para a construção de uma Psicologia Política que se interesse, especificamente, pelas mediações que podem estar dispostas nesta lacuna, como indicam trabalhos recentes (Melucci, 1996; Sandoval, 1997; Klandermans, 1997; e outros).

A Psicologia Política, nesta visão, pode colaborar no entendimento do processo de identificação que, nas palavras de Norval (1994), é dado “(...) através da externalização de um outro via a delineação das fronteiras políticas. Isto pode ser formalizado em

11 “The study of social movements has always been divided by the dualistic legacy of structural analysis as a precondition for collective action and the analysis of individual motivations. These parallel, and sometimes intertwined, sets of explanations never fill the gap between behavior and meaning, between ‘objective’ conditions and ‘subjective’ motives and orientations” (Melucci, 1996:222)

12 É importante ressaltar que, muitas das ações coletivas contemporâneas têm apontado para essencialidades identitárias em uma perspectiva “funcional”, usando este argumento como estratégia para conseguir criar um nível de identificação entre os seus agentes sociais. De modo que as formas discursivas e articulações no decorrer do processo de constituição da identidade coletiva é que poderão nos dizer acerca dos essencialismos identitários e/ou particularismos ou não. Um claro exemplo desta estratégia tem sido utilizado pelos grupos “gays” norte-americanos. Ver para esta discussão, por exemplo: McRae, Edward (1990) *A Construção da Igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Ed. Unicamp:São Paulo/Campinas.

termos teóricos. Brevemente, ele envolve a afirmativa de que o processo de formação identitária não pode ser pensado meramente em termos de uma elaboração de um conjunto de características distintas de uma certa identidade. Como tem sido apontado antes, uma enumeração de características positivas não seria suficiente para individualizar uma identidade. No caminho de se tentar isto, um elemento adicional é necessário, nominalmente a posição de um ‘outro’ o qual é constituído como oposto ao processo de construção identitário” (p. 120-1)⁽¹³⁾. Veremos, a seguir, uma possível relação conceitual entre identidade coletiva e ações coletivas no cenário político, especialmente enfatizada por autores que se localizam, em nosso quadrante, na casela E.

Identidade Coletiva e o Político: elementos para a compreensão do “NÓS” como significação da realidade

Assumir que a emergência de ações coletivas, nas sociedades contemporâneas, constitui tentativa de significação do real, implica, como ponto de partida, assumirmos que o real não pode ser definido como uma objetividade transparente e completa. Mas, ao contrário, deveríamos partilhar de uma conceituação do real, na qual este está sendo construído por conflitos e lutas que concorrem às possibilidades de limitar suas múltiplas significações, ou seja, criar hegemonias e contra-hegemonias sociais. Parafraseando Melucci (1996:135), entendemos que existem nas sociedades da informação, lugares de poder difusos que podem ser entendidos como a “capacidade de dar formas” aos códigos comunicativos no sistema social. O real é tido, portanto, como um jogo complexo e intenso de disputas por formas de significação. Isto se torna relevante pois nos permite pensar que as ações coletivas não emergem somente pela exclusão de grupos do mundo político institucional ou mesmo do mercado, mas também por intencionar a criação de uma realidade múltipla, ou a constituição de novos elementos culturais, que podem exigir novos movimentos de institucionalização.

Neste sentido, duas questões se fazem fundamentais: a identidade coletiva como um processo de criação de significados coletivos, de “dar formas” à ação social (Melucci, 1996), e de referências e pertencimentos que favorecem a participação dos sujeitos em ações coletivas; e o político como um espaço não institucional definido a partir das disputas por significar o real bem como as identidades, elas mesmas.

¹³ “(...) through an externalization of the other via the drawing of political frontiers. This can be formalized in theoretical terms. Briefly, it involves the assertion that the process of identity formation cannot be thought merely in terms of an elaboration of a set of features characteristic of a certain identity. As has been remarked already, as enumeration of positive characteristics will not suffice in individuating an identity, or in delineating its essence. In order to achieve that, an additional element is needed; namely, the positing of an other which is constituted as opposed to the identity in the process of construction”(Norval, 1994: 120-1).

O processo de criação da identidade coletiva dá-se pela exterioridade (Norval, 1994). Neste sentido, a noção de identidade implica na localização de um elemento externo, possível de diferenciar-se. Assim, o processo de criação de um discurso NÓS é expressado através da identificação de um exterior, de uma referência externa, que no campo do político, segundo Mouffe (1996), pode ser entendido como a relação “nós” *versus* “eles”, apontada por Carl Schmitt em sua crítica ao liberalismo político⁽¹⁴⁾.

Este NÓS, portanto, este discurso da identidade coletiva, não pode ser visto como uma realidade empírica (Melucci, 1995), a qual se esgota neste nível, mas ao contrário, é um processo de significação, tanto da identidade, como da realidade que demarca um campo frutífero de estudos para a Psicologia Política.

A identidade coletiva, enquanto um processo de constituição deste NÓS, pode ser compreendida como implicada pelas relações de poder, onde há tanto uma busca por equivalência no sentido dos direitos sociais, se pensarmos nos valores da revolução democrática – liberdade e igualdade – como uma busca pela diferenciação no rompimento das homogeneizações sociais, por exemplo, a homogeneização midiática, a homogeneização burocrática e a homogeneização da produção e do consumo (Laclau & Mouffe, 1985).

De forma que qualquer projeto de mudança não estaria previamente atrelado a um processo de articulação deste NÓS, o que aliás, é para a Psicologia Política um enorme desafio, já que o caráter emancipatório das ações coletivas não está anteriormente definido, ao contrário, ele dependerá, em muito, de como o processo de articulação de um NÓS irá localizar o elemento externo, os elementos identitários que homogeneizam o NÓS, a transversalidade dos direitos interpretada pelo princípio de equivalência, como também as formas de ação social. Assim, a identidade coletiva e o político articulam-se dependendo da existência de redes sociais e relações entre os atores, nos contextos próprios de cada sociedade e, dependendo das formas que as correntes de equivalência entre as lutas sociais serão estabelecidas, determinando a localização do elemento externo, o ELES, que permite reciprocidade ao NÓS, mesmo que pelas relações de oposição. Neste processo não há uma intencionalidade ética *a priori*, mas sim sendo traçada a partir da constituição deste NÓS e das práticas sociais desenvolvidas de reciprocidades.

Segundo Melucci (1996), o processo de identidade coletiva é tanto regulador como emancipador, pois ele não só regula formas de relações entre os sujeitos constituintes deste NÓS, estabelece limites destes sujeitos com o meio social em que estão inseridos e implica em uma regulação das relações de solidariedade

14 Para tal discussão ver Mouffe, C. (ed.) *The Challenge of Carl Schmitt*. N.Y.: Verso, 1999. Especificamente a “Introduction” e “Carl Schmitt and the Paradox of Liberal Democracy”.

entre os sujeitos, mas também aponta para os conflitos que expressam os antagonismos do sistema social regulado pela idéia de reconhecimento das diferenças entre os grupos (p.74-6). Este processo seria dado por um movimento de negociação e conflito, seja de ordem simbólica e/ou material em referência a um elemento externo, a um “outro”.

Este “outro” da identidade coletiva, segundo Mouffe (1996), é a real possibilidade de constituição deste NÓS em identidade política, pois ele estabelece a impossibilidade da identidade NÓS ser uma totalidade, inaugurando assim, relações de poder que constituem este processo. Nas palavras da autora:

“Desde que o constitutivo ‘externo’ é presente no ‘interno’ como sua sempre real possibilidade, cada identidade torna-se puramente contingente. Isto implica que nós devemos conceitualizar o poder não como uma relação ‘externa’ acontecendo entre duas identidades pré-constituídas, mas muito mais, como constituindo as identidades elas mesmas” (p. 247)⁽¹⁵⁾.

O campo de constituição das identidades coletivas pode ser entendido como o campo do político, da publicização de demandas dos diferentes grupos sociais.

“O espaço público torna-se a arena para a definição concordada do que é o político, isto é, do que pertence à polis. Sua função é trazer para a discussão aberta as questões problematizadas pelos movimentos e promover suas concepções coletivas - não para institucionalizar os movimentos, mas para tornar a sociedade como um todo capaz de assumir seus dilemas internos precisamente como seus próprios, para transformá-los em política (literalmente, em alguma coisa a respeito da polis). Em outras palavras, é um espaço público que as questões estão sujeitas a negociações, direcionadas para tomar decisões, e então, transformadas em possibilidades de mudanças sem, no entanto, anular a especificidade e a autonomia dos atores conflitantes no processo” (Melucci, 1996:221)⁽¹⁶⁾.

15 “Since the constitutive outside is present within the inside as its always real possibility, every identity becomes purely contingent. This implies that we should conceptualize power not as external relations taking place between two preconstituted identities but rather as constituting the identities themselves”(Mouffe, 1996:247).

16 “The public space becomes the arena for the contended definition of what is political, that is, of what belongs to the polis. Its chief function is to bring into the open discussion the issues raised by the movements and promote their collective conception - not to institutionalize movements, but to enable society as a whole to assume its inner dilemmas precisely as its own, to transform them into politics (literally, into something concerning the polis). In other words, it is in the public space that the issues are subjected to negotiation, forwarded for decision-making, and thus transformed into possibilities of change without, however, annulling the specificity and the autonomy of the conflictual actors in the process”(Melucci, 1996:221).

Pensar a partir destas questões, ou seja, da relação entre os processos que constituem a identidade coletiva e sua relação com o campo da publicização, tanto das formas aliadas como adversárias, na disputa por significar o real, pode, ao nosso ver, colaborar para:

- a)** configurar um campo de ação de uma Psicologia Política preocupada, não mais, com uma “psicologização” dos atores coletivos, nem somente com uma “politização” dos fatores psicológicos, mas destinada a compreender os processos articulatórios da criação de identidades coletivas a partir das ações coletivas; e para tal, seria necessário uma postura teórica atenta, tanto à continuidade histórica como à descontinuidade, no sentido de poder tanto apreender a expansão das ideologias, historicamente, como as mutações das formas de opressão e de organização social;
- b)** compreender os fatores psicossociais que incidem sobre os fenômenos da reivindicação social e da participação social, através das ações coletivas;
- c)** valorizar e estudar o que deveria ser princípio de uma sociedade democrática: o surgimento de novos sujeitos políticos, pois eles emergem a partir do reconhecimento de novas formas de opressão. Estes sujeitos políticos, de acordo com seu tempo histórico, surgem e organizam-se em identidades coletivas, criando novas formas de ação coletiva que correspondem às novas formas de opressão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T & HORKHEIMER, M. (1973) Massa. In Adorno, T. & Horkheimer, M. *Temas Básicos de Sociologia*. São Paulo: Cultrix.
- BARRÉT, M. (1999) Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In Zizek, S. (org.) *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- COSTA, J. F. (1989) *Psicanálise e Contexto Cultural: imaginário psicanalítico, grupo e psicoterapia*. Rio de Janeiro: Campos.
- DELLA PORTA, D. & DIANI, M. (1999) *Social Movements - an introduction*. Massachusetts: Blackwell Publisher Ltd.
- FREUD, S. (1921) *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*. Obras Completas. Volume XVIII. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1925) *Um estudo autobiográfico*. Obras Completas. Volume XX. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1933) *Por que a guerra?* Obras Completas. Volume XXII. Rio de Janeiro: Imago.
- GOHN, M. G. (1997) *Teorias dos Movimentos Sociais - paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- HELLER, A. (1991) The concept of the Political revisited. In Held, D. (ed.) *Political Theory Today*. Stanford: Stanford University Press.
- KLANDERMAS, B. (1997) *The Social Psychology of Protest*. Cambridge: Blackwell.
- LACLAU, E. & MOUFFE, C. (1985) *Hegemony & Socialist Strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso.
- LACLAU, E. (1995) Universalism, Particularism, and the question of identity. In Rajchman, J. *The Identity in Question*. New York: Routledge.
- LEFORT, C. (1991) A questão da Democracia In Lefort, C. *Pensando o Político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- McADAM, D. (1982) *Political Process and the Development of Black Insurgency 1930-1970*. Chicago: The University of Chicago Press.
- MELLUCI, A. (1995) The Process of Collective Identity. In Johnston, H. & Klandermans, B. (ed.) *Social Movements and Culture. Social Movements, Protest, and Contention*. Volume 4. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- _____. (1996) *Challenging Codes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (1999) Esfera Pública y Democracia en la Era de la Información. *Revista Metapolítica*. Vol. 3, Número 9: 57-67.
- MOUFFE, C. (1988) Hegemony and New Political Subjects:toward a New Concept of Democracy. In Nelson, C. & Grossberg, L. *Marxism and the Interpretation of Culture*. Chicago: University of Illinois Press.

- (1996) Democracy, power, and the ‘political’. In Benhabib, S. (ed.) *Democracy and Difference - contesting the boundaries of the Political*. Princeton: Princeton University Press.
- (1996b) *O Regresso do Político*. Lisboa: Gradiva Edições.
- NORVAL, A. F. (1994) Social Ambiguity and the Crisis of Apartheid. In Laclau, E. (org.) *The Making of Political Identities*. New York: Verso.
- PRADO, M. A. (1999) *Problematizando o Individualismo e o Comunitarismo como Posições Identitárias*. XI Encontro Nacional de Psicologia Social. ABRAPSO. mimeo.
- PRADO, M. A. (2000) *Desrazão, sujeitos da consciência e políticas de identificação: mapa teórico acerca do sujeito coletivo e do político na literatura sobre as ações coletivas*. Tese de Doutoramento. PUC/SP.
- ROUDINESCO, E. (1994) *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Cia das Letras.
- SANDOVAL, S. (1989) A crise sociológica e a contribuição da Psicologia Social ao estudo dos movimentos sociais. *Revista Educação & Sociedade*; Dezembro.
- (1997) *Social Movements and Democracy in Brasil: patterns of popular contention and their impact on the process of re-democratization, 1977-1989*. Working Paper N. 234; Center for Studies of Social Change. New York: New School for Social Research.
- SCHERER-WARREN, I. (1998) Movimentos em cena...e as teorias por onde andam? *Revista Brasileira de Educação*, número 9 (set/out/nov/dez.).
- SMELSER, N. (1962) *Teoria del Comportamiento Colectivo*. Mexico: FCE.
- SENNET, R. (1993) *O Declínio do Homem Público - as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia das Letras.
- TODOROV, T. (1993) *Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana - 1*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- TOURAINÉ, A. (1995) *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- TURNER, R. & KILLIAN, L. (1957) *Collective Behavior*. N. Y.: Prentice-Hall, Inc.

• Recebido para publicação julho de 2000

The Crisis of the Brazilian Labor Movement and the Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990s

Salvador A.M. Sandoval*
salvadorsandoval@attglobal.net

Abstract

The article focuses on the effects that neo-liberal economic restructuring of the Brazilian economy and on how this impacted the political consciousness of workers facing rapid changes in their work lives, employment prospects, pervasive neo-liberal discourses from authorities and few opportunities for collective resistance. After a brief examination of the significant decline in collective mobilizations over the decade of the 1990s and a description of how structural changes have undermined the social bases of labor militancy, the article proceeds to analyze how workers' consciousness have been changed in content. Using a theoretical model of political consciousness developed by the author, the article points to the emergence of a consciousness of demobilization that characterizes the current stance of workers as they face the uncertainties of social changes. Bringing together theoretical contributions from several studies of the psychology of participation, the model presented in this article attempts to conceptually synthesize these contributions in an integrated analytical framework of political consciousness applied to the case of the Brazilian workers under conditions of political demobilization.

Keywords

Collective action, demobilization action, political consciousness

* Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

Resumo

O artigo ao enfocar os efeitos da economia neo-liberal na reestruturação da economia brasileira busca entender qual o seu impacto na consciência política dos trabalhadores que estão sob condições de mudanças sociais constantes como o desemprego. Após uma breve consideração sobre o significado do declínio das mobilizações coletivas nas décadas de 1990 e uma descrição de como as mudanças estruturais têm determinado as bases sociais da militância, o artigo segue na análise da conscientização política. Usando um modelo teórico desenvolvido pelo autor sobre a consciência política, o texto aponta para a emergência de uma consciência da desmobilização que caracteriza o estado atual dos trabalhadores. A partir de várias contribuições teóricas de estudos da psicologia política e das ações coletivas, o modelo teórico apresentado apresenta uma síntese destas contribuições através de um modelo de análise integrativo de explicação da consciência política aplicado ao caso dos trabalhadores brasileiros em condições de desmobilização política.

Palavras-chave

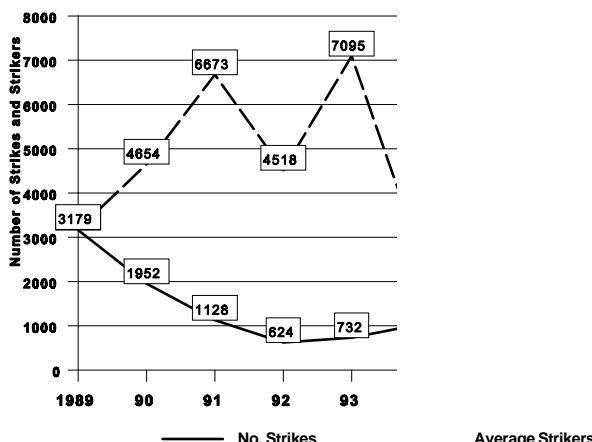
Ação coletiva, desmobilização política, consciência política

As the decade of the 1980s drew to a close, the Brazilian labor movement was at its height in mobilization capacity when strike strength was ten times that of the beginning of the decade. Without a doubt by the end of the 1980s, one can confirm that the Brazilian labor movement, especially as represented by the CUT, had reached an historic level of development able to lead strike actions in separate occupational sectors as well as command national general strikes. On the institutional side the CUT represented the consolidation into a national organization of a previously fragmented progressive labor leadership bringing together 89% of the government employees unions, 51% of private national enterprise workers unions and 56% of unions in multinational enterprises⁽¹⁾.

As Graph 1 illustrates, strike activity level in 1990 reflected the tendencies of the previous decade. In this first year of the 1990s organized labor lead 1952 separate

GRAPH 1

LABOR STRIKES AND AVERAGE NUMBER OF STRIKERS, BRAZIL, 1990-1999



Source: Strike data 1990-1999, DIEESE tabulations until October 1999; strike data 1989, Salvador A.M. Sandoval, *Labor Unrest and Social Change in Brazil*, (Westview Press, 1993, Table 7.5, p. 170)

strikes with an average of 4654 strikers per event⁽²⁾. Over the entire decade though, one finds that labor's trajectory was in fact inverse to the 1980s. Focusing on strike performance as a quantitative measure of labor's capacity to mobilize one finds that the 1990s can be divided into three distinct phases representing different patterns of labor mobilization.

Illustrated in Graph 1, Phase I encompasses the years of 1990 to 1993 when labor

1 For a detailed analysis of the decade of the 1980s see Salvador A.M. Sandoval, *Social Change and Labor Unrest in Brazil Since 1945* (Boulder: Westview Press, 1993), chapter 7.

2 Dieese, Estatísticas de Greves. Calculations by author.

was struggling against the effects of hyperinflation. These years were marked by severe economic instability because of the hyperinflation spiral and labor's response was direct against the corrosion of wages due to the 25-30 percent monthly inflation. There was a significant decrease in the number of strike actions from 1,952 in 1990 to 732 in 1993 and rising slightly between 1993 and 1994. Though strike actions significantly decreased, the average number of strikers increased to new record heights. By 1993, the average number of strikers was 7,095 per strike. This means that as hyperinflation drained the lifeblood of the people, an increasing number workers joined in strike actions. Even though one can see in this first phase a fluctuation in average number of strikers it is important to note that in spite of the fluctuation, strikes represented a growing number of participants. The only exception was in 1992 when both strikes and average number of strikers took a downward curve probably as striking was substituted by the political mobilizations over the crisis in the Presidency of Fernando Collor. As unions, labor centrals, student and neighborhood organizations, politicians, church clergy and economic leaders mobilized in favor of impeaching the president, one finds that working-class strike activity slumped both in terms of strike events as well as in average number of strikers. This was not unexpected, since strike behavior has generally receded whenever national political issues reach critical points of mass mobilizations.

Phase 2 comprises the years of 1994, 1995, 1996, the years immediately following the monetary stabilization program of the *Plano Real*. Economic stabilization under the *Plano Real* would prove to be a fundamental factor in undermining labor's mobilization capacity from time on. Graph 1 indicates strike activity, in terms of number of strikes, increased slightly over the previous period (Phase 1) but average number of strikers declines at a rapid rate reaching the lowest level since the late 1970s. In this respect, the relevance of the Second Phase can only be understood in relation to Phase 1 and Phase 3. In the overview, we find that Phase 2 reflects the difficulties that the labor movement had, and in particular the CUT⁽³⁾, in dealing with the new socio-economic conditions created as a consequence of economic stabilization.

The data for Phase 3 depicts strike activity in a period of growing economic recession due to the monetary policies of the Cardoso government in which strike activity continued to decline. Needless to say, the causes for this decline are, in part, the effects of economic recession on workers' disposition to challenge employers in a period of growing unemployment and economic uncertainty, but as we shall argue in the remainder of this article the decline in labor union mobilization also

3 CUT - "Central Única dos Trabalhadores"

resulted from the undermining of the CUT's rank-and-file base as a consequence of stabilization and subsequent neo-liberalization of the Brazilian economy.

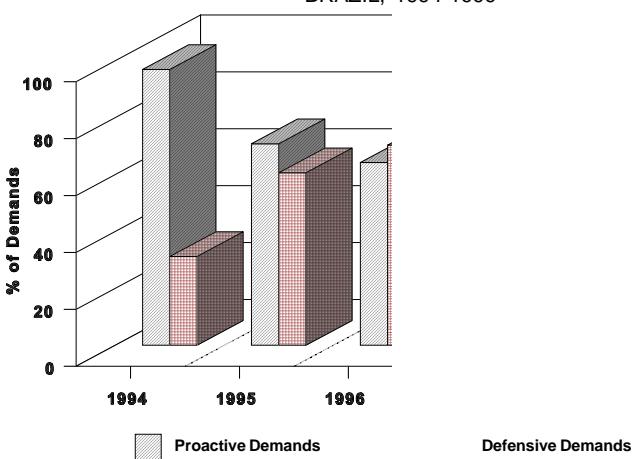
The Changing Profile of Strike Demands

Looking at the years between 1994 and 1999, the period of the stabilized economy, there was a decline in strike activity due to changing economic conditions evidenced in the change in the profile of strike demands over the three phases. Strike actions in the first phase (1990-1993) advocated demands predominantly proactive in nature, focusing overwhelmingly on issues of wages. After economic stabilization in 1994, strike demands underwent important changes clearly differentiating the subsequent Phases 2 and 3. As Graph 2 shows, between 1994 and 1997 (Phase 2) proactive strike demands began a gradual decline while defensive demands increased significantly. Coupled with a decline in strike actions, the shift from proactive to defensive demands marks Phase 2 as a transition period from a phase in which hyper-inflation dominated labor's demands to a period of economic stability in which employers in adjusting to the effects of low inflation economics turned against workers to lower the costs and maintain profit margins. Because of this, workers in distinct situations acted together to resist employers' encroachments on workers' gains.

GRAPH 2

PERCENTAGE OF PROACTIVE AND DEFENSIVE STRIKE DEMANDS

BRAZIL, 1994-1999



Source: Adapted from data in 5 Anos do Plano Real, Boletim DIEESE, Separata Julho 1999, Grafico 31, p. 11.

This is exemplified in analyzing specific demands made by strike actions at this time.⁽⁴⁾ In Phase 2 wage demands decrease in almost 40% between 1994 and 1996 while demands over employers' compliance to contract agreements rose from 18% to 44%. During this time, demands over job security remained at the 10% level.

It is in Phase 3 that one finds the most change in the profile of strike demands. Beginning with 1997, as strike actions and worker participation plummet, strike demands reflect the new social-economic conditions of recessive neo-liberal government policies. From 1997 on, defensive demands overwhelmingly dominate workers' demands while proactive demands become progressively less important.

A closer look at the specific strike demands in this Phase, that higher wage demands play a less important role falling to 25% in 1998 and 28% in 1999. On the other hand reactive demands like contract compliance and job security become predominant among the issues raised in strikes. Contract compliance demands account for 50% of the demands and more interestingly is the fact that job security demands have an important increase from 15% in 1997 to almost 30% in 1999. Not only did stabilization implant low inflation but also created the conditions for fundamental changes in basic structures of the economy.

Why then in the 1990s, with a highly organized union movement under the *CUT*, has labor been less efficacious in its capacity to mobilize workers against the effects of neo-liberal policies and globalization. While the 1994 *Plano Real* brought hyper-inflation under control, the Brazilian economy was already showing signs of major changes in its structures. Certainly the impact of an economy in recession as in the years 1997-1999 might explain the major decline in strike activity if it were not for the fact that this decline began at the beginning of the decade after a very successful decade (1980s) of labor militancy and organizing. This article argues that the changes in the economy and in social structures which began in 1990 contributed significantly to a weakening of the *CUT*'s rank-and-file base and provoked serious dilemmas among union leaders in formulating systematic and cogent union responses to the negative effects of stabilization and neo-liberalization.

Looking at the trajectory of strike activities over the 1980s, strike rate data (Sandoval, 1993:163) show that a few occupational categories stand out as the pillars of labor militancy: metal workers, especially automotive and steel workers; bank workers; and government employees, teachers and health workers.

Examining the evolution of employment between 1989 and 1999 for these occupational categories, one finds that of the occupational categories that had been the main-stay of *CUT* militancy (metal/automobile workers, bank workers, and civil servants)

4 Boletim Dieese, "5 Anos de Plano Real", Separata July 1999, Graph 31, p. 11.

only government workers did not suffer significant changes in employment over the decade. Both automotive and metal workers, as well as, bank workers saw job opportunities significantly decrease especially when compared to the overall rates in industrial employment and employment in the service sector (Mattoso, 1999: 29-30).

Crisis in the Social Bases of the CUT: The Case of the Metal Workers

Throughout the decade of the 1980s metal workers of the ABC region of São Paulo demonstrated their determination and combativeness by participating in the major mobilizations of and providing the CUT with the core leadership necessary to consolidate that national labor movement. Yet by 1990 employment opportunities in the sector declined. In Phase 1, employment declined less severely from 95 to 78 percent. After 1994, though, work in the sector continued to decline throughout Phase 2. More recently between 1997-1999, employment for automotive workers had reached an historic low of about 58%, having lost since 1990 a little less than half of the jobs in the sector.

Without a doubt, job loss in the sector can be attributed to factors related to changes in the technological bases of production and to the effects of recession imposed by the Cardoso government in order to guarantee currency stability and his re-election. But metal workers unions faced other challenges that they have had little success in overcoming.

With the Plano Real's stabilization of inflation, foreign investment once again increased, many automotive and metal manufactures sought sites outside the traditional industrial metropolitan regions of São Paulo, Belo Horizonte and Rio de Janeiro to build new industrial plants and assembly units.

Consequently, the cities that had been the cradle and stronghold of the 'new unionism' now face growing unemployment not only due to technological changes and recession but, just as importantly, due to the flight of industrial investment to other regions of the country. As authorities from less industrialized cities and states used direct fiscal incentives to attract the new industrial investments, the older industrial centers have suffered a gradual process of de-industrialization as in the case of the automotive and metal works centers of metropolitan São Paulo and Belo Horizonte.

In a recent study of the evolution of industrial employment between large and small cities (Silva, 1999:B1), the authors point out the shift in both the number of jobs going from the larger cities to smaller ones but also a shift in the bulk of wages that accompany these changes. In 1970, large cities accounted for 70% of the jobs. By 1998, small cities had succeeded in attracting 52.6% of the jobs and large cities were left with only 47.4%.

Between 1991 and 1998, the city of São Paulo lost 474 metal industries that moved either to the interior of the state or to some other state. This represented a loss of over 25,000 jobs in this sector alone. While in 1993 the metallurgical industries employed 32.6% of the labor force in the city, by 1996 this had been reduced to only 21%. Yet average wages in São Paulo were around R\$1200 while in the interior average wages in the metal industries were approximately R\$840.⁶

This decline of industrial employment in the large cities is also reflected in this shift in wages from the capitals to the interior. In 1970 large cities accounted for 82.9 of the wages paid in the industrial sector and the small cities only 17.1%. By 1998 there had been a noticeable change in that large cities now account for 64.3% and small cities have increased their share to 35.7%: doubling their share of industrial wages in the last 30 years.

The relocation of pre-existing industries and installation of new ones to other regions away from the traditional industrial areas not only created immediate problems for the local unions of unemployment and dislocation of their workers, but also on the national level the CUT was confronted with competing union interests. On the one hand, mainstay unions in the older industrial regions faced fleeing investments while on the other hand these 'new' industrial parks with their weaker and less experienced unions and their working populations were strong lobbies against the continued industrial concentration in the São Paulo-Belo Horizonte-Rio de Janeiro triangle.

The fact that many local populations, municipalities and state governments mobilized their resources through tax incentives, tax exemptions, low interest public loans, etc in order to attract industry away from the traditional industrial centers has placed the CUT in a delicate position between its traditional union base and the unions in these emerging industrializing cities outside the metropolitan areas. This dilemma has meant that the CUT has been less able to formulate a coherent and cogent position with regard to this recent form of industrial expansion.

The flight of industrial capital from the large metropolitan areas has leveled a serious blow to the capacity of core metal workers unions to respond to the multiple forces that stabilization and neo-liberalization brought upon their rank-and-file. Facing shrinking job markets and de-industrialization in traditionally strong union areas, the metal workers unions were confronted with yet another challenge: the privatization of the Brazilian steel industry, since steel workers unions made up another militant arm of the labor movement over the 1980s.

Beginning with the ill-fated Fernando Collor presidency and continued with the more determined Cardoso presidency, the dominant political elites assumed the commitment of privatizing the extensive industrial and banking holdings under

government ownership. In terms of labor militancy, key in this broad public sector were the workers of Brazilian steel industry and the state-owned banks.

The debates within the CUT over the privatization issue brought to a head the political dilemma faced by the progressive unionists with regard to the situation of the state-owned enterprises: on the one hand these enterprises were economically deficient due to excessive political patronage which resulted in mismanagement, featherbedding practices and lack of market competitiveness and, on the other hand, they represented a strategic sector for the national economy. As the debates developed it became clear that CUT's leadership and their political supporters, though positioned against privatization, were unprepared to offer viable alternatives to the distortions afflicting the state-owned enterprises, while on the other hand, local union leaders and steel worker rank-and-file were more favorable to privatization in seeing it as the only form of correcting these distortions and ultimately curtailing political patronage. As each steel complex was auctioned off, local unions leaders and their workers confronted CUT and student activists on the streets protesting in favor or against privatization. In the aftermath of the confrontations in each privatized company, the union locals voted to leave the CUT, though remaining independent unions, instead of joining the more conservative labor confederation, Força Sindical. Between 1991 and 1997 ten Brazilian steel complexes were privatized bringing nearly six billion dollars to the national treasury.

The loss of the steel rank-and-file to the CUT coupled with the growing problems facing the metal workers unions and rank-and-file in the older industrial has meant that one traditional stronghold of labor militancy is seriously curtailed.

Crises in the Social Bases of the CUT: The Case of the Bank Workers

Like the metal workers, bank workers also faced changes that sapped the capacity of the union leadership to mobilize their workers. In the first place, bank workers faced massive unemployment after economic stabilization. The demands on the banking system as a result of hyperinflation made it necessary for banks to provide customer services on a massive scale as well as guarantee that money transactions be conducted as swiftly as possible given the high daily devaluation rates due to inflation. Because of this, all banks, up until the 1994 Plano Real, maintained a large contingency of workers as tellers and in the processing functions to guarantee rapid transactions under the pressures brought about from the very high inflation. Banks quickly adapted themselves to computerized procedures that made transactions more rapid, while costumer services remained highly labor intensive prior to 1994. Between 1990 and 1994 (Phase 1) employment in the banking sector already was indicating a strong decline from almost 100 in 1990 to 77 in 1994.

Certainly the bulk of the jobs lost in this period were due to the growing computerization of the banking system. By 1994 banks had already established the infrastructure for an expansion of computerized banking. One finds a growing tendency both in the doubling of the number of ATM units installed in Phase 1 and in terms of the increase in automatic transactions that grew dramatically over the period. As banks automated their systems worker employment took a corresponding downward turn in this period. After 1994 under a stabilized economy, the tendency in bank automation climbed as indicated in the number of transactions carried on via automation as financial institutions added to an expanding ATM system another facility: the home office banking services.

This is reflected in Phase 2 and Phase 3 in the direct decline in bank employment shown in which employment in 1999 reach almost 50% of what it was in 1990. Needless to say, the massive dismissal of bank workers over the decade severely weakened the unions' capacity to mobilize workers as the rank-and-file became less predisposed to risk their jobs in work stoppages.

Furthermore, unions were slow to realize that computerization of the banking system during the hyper inflation years was a prelude to further automation once economic stability occurred. By the time these effects of stabilization were recognized by the union leadership as a clear danger, banks had already laid the groundwork for one of the most sophisticated banking systems in the world.

In addition to the shocks coming from technological changes in the banking system, unions were also confronted with the dilemmas of privatization of the state-owned banks. Since state-bank employees had been a backbone of labor militancy, bank workers' unions were hard pressed to maintain their influence on employees as public banks were sold off to private owners and traditional labor relations in these banks changed drastically.

Through the decade over 90% of the state-owned banks were privatized and consequently was a major blow to the unions' mobilization capacity. Unlike the metal workers, state bank employees, in conjunction with their union leaders, strongly resisted privatization but to no avail.

A fourth factor which impacted the mobilization capacity of the bank workers' unions was the series of financial crises which hit a number of large national banks after the end of hyper-inflation. The closing of these important private financial institutions in conjunction with the entering into the Brazilian market of foreign banking interests further fueled the tendency toward greater concentration of the banking system as these new foreign banks purchased both state-owned and privately owned banks. The concentration of the industry has strengthened bank employers in relation to the now more vulnerable rank-and-file, often leaving union

leaders in disarray and lacking cogent proposals.

It was primarily these changes that are reflected in the pronounced decline over the decade of employment opportunities in the banking sector. Confronted with a multiplicity of issues resulting from the major re-structuring of the banking sector, the labor unions have been unable to formulate coherent political strategies to defend the interests of their workers either with regards to job security or the effects of high-technological innovation. As a result, bank workers' leaders, though continuing to have a major role in national and regional union politics, have been less successful in mobilizing their category and have regularly faced defeat at the hands of government authorities and employers.

Crises in the Social Bases of the CUT: The Case of the Government Workers

Of the occupational groups within the CUT that demonstrated the most militancy through their propensity to strike, the government employees stand out as having in the 1980s the highest strike rates in the country. Growing in organization and militancy over the decade by 1988 civil servants accounted for almost half of the strikes. By 1989, in terms of man-hours lost (Almeida, 1994:94), workers mobilized and strike frequency, the government employees far out paced the private sector workers in strike activities by almost 15 times (Sandoval, 1993:164-9).

In union politics civil service unions acquired a key position within the CUT occupying national and regional director's positions often disproportionate to their numbers in the work force or even in the rank-and-file affiliated to CUT unions. In 1995, of the 25 members of the national board of the CUT, 18 were representatives of public sector unions and only seven from the private sector. In the same year in several state boards, civil service union representatives held an important proportion of the seats (Nogueira, 1999:59-66). Within the government employee unionism, some occupational categories stood out in their militancy and influence in union politics: education workers, health workers and government employees in the public enterprises especially bank workers, steel workers and petroleum workers.

In analyzing the effects of the changes of the 1990s one finds that public service workers were not immune to the economic effects of the post-Plano Real period. Firstly, one segment of government employee unions, the bank workers and steel workers, were severely curtailed in their capacity to exercise collective pressure due to the impact of privatization of the public banks and the state-owned steel complexes.

Secondly, government workers were very hard hit by the fiscal crisis of the State. As

stabilization brought out the consequences of deficit spending, authorities were forced to limit expenditures especially in terms of wage increases for its employees. Since 1994 neither the federal, state or municipal governments have had the conditions to give wage increases. Even though this has caused considerable discontent among government employees, frequent demonstrations of the fiscal crisis have made civil servants less predisposed to make proactive demands. In an absolute inversion to the high strike rates of the 1980's, in this decade civil servants have been conspicuously absent from the strike rolls. The predominant among the collective mobilization have been strikes protesting the failure of either state or municipal governments' meet their monthly rolls or to protest the critical deterioration of working conditions, especially in the fields of education and health. Only a few privileged sectors, like the subway workers union of São Paulo, have struck for wage increases.

A third factor which contributes to the demobilization of the public service workers is the effects of decentralization of some key government services like public health, basic education and social welfare. Among the main points on the political agenda of the Cardoso Presidency has been the decentralization from federal and state governments to the municipal governments of these three service areas. As municipalization has progressed by obliging local authorities to assume more of the direct administration of these services, unions faced the difficult challenge of restructuring themselves for action on the local city level even though they were organized to act on the state or national levels. Education, health and welfare workers' unions were not prepared to handle the effects of the shift of the locus of decision-making from the state secretariats or federal ministries to municipal authorities. Both the logic of organization and recruitment and the strategies of mobilization were clearly distinct depending on whether the struggle was against a single state or federal authority or a multiplicity of local authorities. This dispersion of government decision-making resulting from decentralization has meant that unions and their leaders have been hard pressed to achieve an effective restructuring of their unions to conform to the new geography of public administration.

Traditionally, the public service workers unions have been least successful in organizing and mobilizing municipal workers compared to state and federal employees. In the 1980s municipal workers were less strike prone accounting for the least number of actions and the lowest levels of worker participation and duration than either federal or state employees' strikes (Sandoval, 1993:167-9).

Finally, government employee unions have faced growing disfavor among public opinion, including workers from the private sector, who consider civil servants a privileged category of workers. A 1995 poll in São Paulo indicated that 66.4% of those interviewed felt that they were either very much or partially hurt by public

employee strikes. At the same time, 84.3% felt that employees of the state enterprises were privileged workers. Even though 63.7% of those interviewed felt that the real objective of civil servant strikes was politically motivated one finds that the interviewees believed, in 79.3%, that government employees in essential services had the right to strike over economic issues while at the same time 56.3% were against political strikes.⁷ Thus, confronted with a lack of support among the general public, including workers in the private, the various types of protests that government employee unions have moved in this period have been conducted without any significant support from the rank-and-file workers of the private sector. Quite to the contrary, even though civil service unions occupy a significant number of seats in the upper echelons of the CUT, they have been unable to mobilize significant collective support from among workers unions in the private sector.

Changes in the Political Consciousness of Workers

In light of the combined effects of economic changes, globalization and government's concerted attacks on working-class entitlements, one of the consequences was to undermine the sentiments of working-class consciousness so laboriously constructed in the mobilizations of the 1980s.

The changes that have occurred in the political awareness of workers are fundamental in understanding the social psychological aspects of labor's demobilization in the 1990s. In order to briefly examine these changes in workers consciousness resulting from the neo-liberalization of Brazilian society we have chosen to work with the model of political consciousness illustrated in the Figure1.

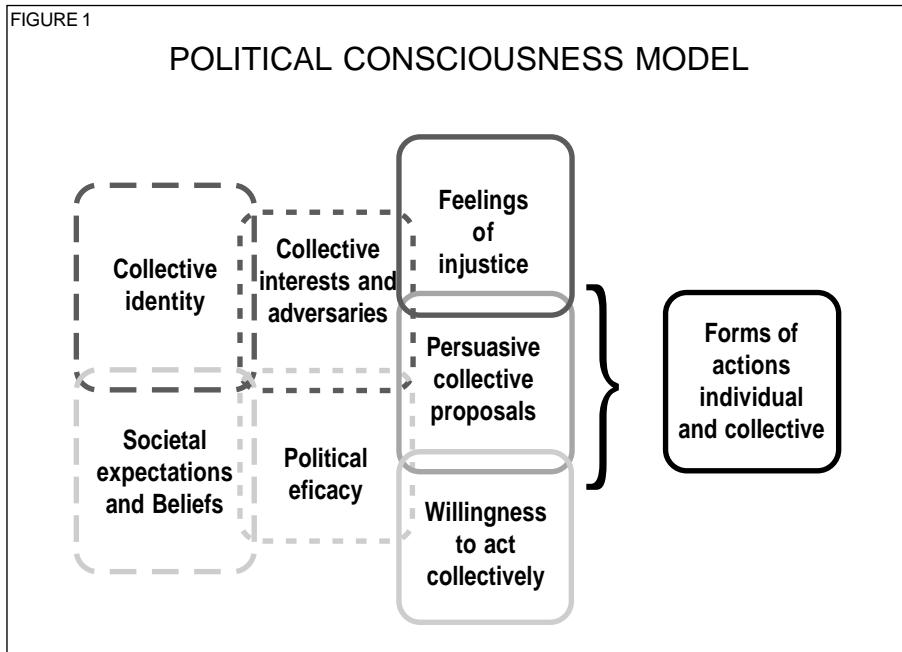
This model of political consciousness depicts the various social psychological dimensions that constitute an individual's political awareness of society and himself/herself as a member of that society and consequently represents his/her disposition to action in accordance with that awareness. By political consciousness we understand a composite of interrelated social psychological dimensions of meanings and information that allow individuals to make decisions as to the best course of action within political contexts and specific situations.

As the Figure1 illustrates, our model of political consciousness is a multi-faceted construct consisting of seven analytically distinguishable dimensions that together come to form that set of representations that direct a person's involve in his society as a political actor. These seven dimensions are: collective identity, societal beliefs and expectations, sentiments of collective interests and adversaries, political efficacy, sentiments of injustice, willingness to act collectively, and persuasive action proposals. An examination of the contents of these dimensions offer insights as to

how the changes in social structures and social relations affect people's predispositions to act in their own interests.

FIGURE 1

POLITICAL CONSCIOUSNESS MODEL



Collective Identity

The first dimension consists of a person's feelings of belongingness or identification with one or more social groups and social categories (Hogg & Abrams, 1990; Jenkins, 1996; Melucci, 1996; Tajfel, 1985; Gamson, 1992). This we had chosen to call a person's sentiment of **collective identity**. Several authors have pointed out the importance of group identification processes as an underpinning to one's commitment to participate in politics. Since the 1950's research in political psychology established the importance of party partisan identification in contributing to explaining voting behavior and in the case of Brazil the extensive research conducted by Leoncio Camino has shown that even in less stable party systems like Brazil, partisan identification continues to play a key role in determining electoral behavior (Camino 1995; 1998; Gouveia, 1997). In the area of social movement theory, scholars have gradually come to understand that identification processes also play a key role in determining social movement participation (Stryker, Owens & White, 2000;

Hardin, 1995). While sociologists studying social movements have recognized a need for some psycho-sociological component in the interpretation of collective action participation, most continue to work with rudimentary models of political awareness lacking the analytical richness which social psychological research unearthed. Prevalent in the social movement literature in the United States and Europe, with very few exceptions, are the conventional use of the notion of identity as an catch-all term for everything from sentiments of belongingness to ideological persuasions on the individual level and indiscriminately using identity as a collective attribute of a social movement.

Thus in the indiscriminant use of the term identity by these scholars (Snow & McAdam, 2000) the specificities of the sentiment of belongingness loses its analytical power as it becomes virtually synonymous to either the collective representation that participants make of the movement or else the public image that movement leaders deliberately forge for visibility purposes. Consequently this misuse of the identity term has meant a loss not only of the theoretical and analytical contribution of the concept but also has served to obscure the differences and the importance of the interrelations between individuals' identifications with collective actors such as social movements, the collective representations that groups construct about movements and the public images of a social movement made by their leaders.

For this reason, we have chosen to understand collective identity in its more restricted sense as that dimension of political consciousness which refers to the way individuals establish a psychological identification of interests and sentiments of solidarity and belongingness to a collective actor.

Societal Beliefs, Values and Expectations

Another dimension in our model of political consciousness consists of the **beliefs, values and expectations** that an individual develops with respect to his/her society and which expresses more explicitly notions of political ideology in the individuals' world views. These societal evaluations can be understood as social representations about the nature, the structure, the practices and finalities of the social relations that constitute the society in which one lives. They range from the meanings that people give to the social structure and institutions and their insertion in them in terms of the political relations between the social categories and the intentions of the people that comprise those social categories. Though these representations about society are individually held, they are the product of social interactions and experiences which individuals have with the various groups, institutions and contexts in 'living a society'. A major consequence of 'living a society' is the development of sentiments of belonging and not

belonging, inclusion and exclusion, to the social categories and groups that contribute to the structuring of social life.

Antagonistic Interests and Adversaries

A third dimension of political consciousness consists of an individual's sentiments with regard to how one's symbolic and material interests are opposed to the interests of other groups and the extent to which **antagonistic interests** lead to the conception of the **existence of collective adversaries** in society. A key to a political consciousness that supports collective action is the feeling of an adversarial relation between oneself and another group or social category. Without the notion of a visible adversary, it is impossible to mobilize individuals into collection and coordinated actions against a specific target whether this target is an individual, a group or an institution.

Political Efficacy

Closely related to this adversary element is the fourth dimension of political consciousness that is an individual's sentiment of **political efficacy**. By political efficacy we understand a person's feelings about his/her capacity to intervene in a political situation. Attribution theory (Hewstone, 1989) has taught us that persons can place their interpretation of causation and the causes of things that happen to them in one of three locus: events can be the result of transcendent forces such as historical tendencies, natural disasters, or even divine intervention. For individuals that localize social causation on these types of forces the feeling of efficacy is generally low in as much as they believe that there is little to be gained from their actions en face of transcending nature forces. Often these types of interpretations of causation lead to conformist and submissive reactions to situations of social distress.

Another locus of social causation can be the individual him/herself. In this case, the person believes that social causation if the result of one's own determination and capacity to deal with a specific situation. In this case, persons seek individual solutions to social situations. In the cases of social conflict or distress, localizing causation in the actions or capabilities of the individual, persons either seek lone approaches to solutions or resort to self-blame for lacking the abilities or foresight to deal with social distress. A third interpretation of social causation can be one that localizes causal forces in the actions of other individuals and/or groups. This belief that distressful situations are the result of the actions of certain individuals and/or groups allows persons to also believe that their actions, whether

taken individually or collectively, will have an effect on changing their situation in as much as this form of placing causation permits persons to feel that they can effect change through their actions against the authors of the distressful situation. It is through this third interpretation of causation that one finds that individuals are enabled to become purposeful actors in changing their lives.

Sentiments of Justice and Injustice

A fifth dimension of our model of political consciousness is the person's **sentiments of justice and injustice**. By this we mean how an individual comes to view any social arrangement in terms of whether that arrangement represents the level of social reciprocity between the actors that the individual would consider as just. Social justice is the expression of the sentiment of reciprocity between obligations and rewards (Moore, 1978). Whenever individuals come to believe that the balance in reciprocal relations has turned against them, they come to understand this break in reciprocity in terms of injustice. What constitutes a balanced relationship of reciprocity and how individuals become aware that reciprocity may have been violated are undoubtedly complex socio-historical processes. Certainly a large part of the criteria to measure notions of reciprocity and subsequently feelings of injustice are historically and contextually determined. Nevertheless, these sentiments that reciprocity has somehow ceased to exist or has been violated and that this constitutes an unjust situation has long been present in collective discontent and subsequent manifestations of protest. It is now commonplace to note that all social movements vindication against an unjust state of affairs. Consequently in looking at what people say about their participation in social movements one always finds embedded in their representations references to notions of injustice as a way of legitimizing their claims and blaming an adversary.

Willingness to Act Collectively

The sixth dimension of political consciousness is the **willingness to act collectively** which refers to a more instrumental dimension of an individual's predisposition to undertake a set of collective actions as a way of seeking redress to injustices committed against him/her (Klandermans, 1992). This dimension focuses on three aspects of situations that condition of collective participation: one refers to the costs and benefits to interpersonal loyalties and ties resulting from participating or not in the movement; a second one refers to the perceived gains or loses of material benefits

resulting from involvement in the social movement; the third refers to the perceived physical risks in engaging in collective actions given the situational conditions; and lastly is the individual's evaluation of the social movement organization's capacity to implement proposed collective actions.

While this dimension, as well as the following dimension, is a very modified take-off from some rational choice theorists' contribution to the debates on the determinants of collective participation (Olson, 1965) it is undeniable that persons in deciding, individually and collectively, to participate in social movements make informed and meaningful choices that influence their participation and their commitment to the social movement. We understand that these choices are informed and become meaningful for individuals through: their collective identifications; their societal beliefs, values and expectations about society; their sentiments of political efficacy, their perceptions of self-interests and the adversaries they face; and, lastly, their feelings of justice/injustice. Together these dimensions contribute to the individuals' decision-making of, what we have here termed, the informed and meaningful choices in the evaluation of social movement's organization, its goals and strategies, and what are perceived as relevant forms of collective actions within given situational constraints.

Social Movement's Goals and Action

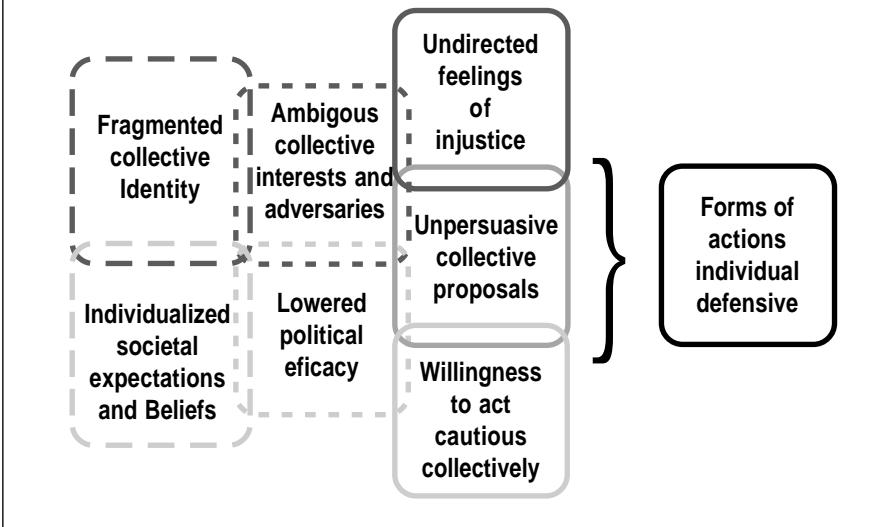
This dimension refers to the degree to which participants perceive a correspondence between the social movement's goals, its action strategies and their feelings of injustice, their interests and sentiments of political efficacy. Simply put, this dimension focuses on the extent to which participants feel that the goals and proposals of the social movement and its leadership match their own material and symbolic interests, address their claim for justice against the perceived adversary and find that the collective actions proposed are within the scope of their own feelings of political efficacy at a given time. The complex task of matching movement goals and strategies to the aspirations and self-perceived capacities of the movement's followers has often posed serious challenges to both leaders and rank-and-file members alike. This dimension brings together the other components of political consciousness as they interact with perceived movement organization characteristics in forming a social psychological predisposition to action collectively.

In looking back at the processes of large structural changes in Brazilian society as a result of neo-liberal policies on the part of both government and the private sector, the impact that this has had on the labor movement is evident as indicated by the declining levels of contention. From a political psychology perspective neo-liber-

alization has brought about a significant change in the political consciousness of the working-class. Using the political consciousness model presented above, we can analyze how profound the impact on workers' views has been and have illustrated this in Figure 2 below.

FIGURE 2

POLITICAL CONSCIOUSNESS UNDER NEO-LIBERALIZATION AND GLOBALIZATION



After the 1980's when the labor movement succeeded in forging a strong collective working-class identity reflected in increased strike actions, by the end of the 1990's one finds that workers' collective identity has been fragmented in several ways. Firstly, changes in the production processes have allowed employers and government to induce identity differentiation by emphasizing the advantage differences between workers in terms of their skill and educational qualifications. Furthermore, as new investments bypass the São Paulo/ABC, Belo Horizonte and Rio de Janeiro industrial centers to new industrial parks, identity differentiation has also occurred within the same occupational categories as workers from one region oppose workers of other regions over the destination of new industrial units. Similarly, as industries tertcerize some facets of the production process, workers' identities once again have been differentiated as one occupational group confronts another occupational group, for example, as

self-employed workers compete against the employed industrial worker. In addition, over the decade, workers' collective identity has also been fragmented as private sector workers gradually have come to view government workers as economically privileged and many times undeserving of the guarantees that state employ offers the few.

Yet another form of fragmentation of the working-class identity has been the increasing differentiation that is made between the fortunate worker who has been spared the plight of job loss as opposed to the many who have been placed outside the job market by the changes in the economy and/or technological innovation. Since union have traditionally regarded unemployed workers as not being within the scope of their concern, this dichotomy has come to generally undermine the sentiments of a more consistently collective class identity. Finally, workers' collective identity has suffered from the constant clash between political factions within the labor movement both in terms of the competition between the two national labor organizations, the CUT and Força Sindical, and the conflicts between factions within these national organizations.

Consequently, from a collective identity perspective, one finds that there is ample reason to believe that workers' sentiments of belonging to a single social category have been weakened for the time being. Simultaneously, workers have come to alter their beliefs and expectations about society and social relations as government, business and the mass media underscore the promise of economic stability and the potential for growth if Brazilians adapt to the demands of the new economic reality. Thus workers gravitate to more individualistically grounded beliefs and expectations while leaving on a secondary plan their more collectivist beliefs that predominated in previous modes of working-class consciousness.

As collective identity fragments and societal beliefs become more individualistic likewise workers' feelings about collective interests become more ambiguous and unsure. Instead of viewing their interests as collective and adversarial in relation to employers and government, during this decade the complexity of the challenges facing the working class and the inability of the unions to respond to them have made the perception of workers' interests become more vague favoring a multifaceted vision as they challenge employers but paradoxically as they also oppose other workers whom they feel compete against them because of differences in qualification, occupational field, regional interests or employment opportunities. This breakdown in consensus over workers' interests as claims directed against an homogeneous adversary, the capitalists and their government allies, has made it difficult for workers to direct their discontent against a well defined target as was the case in the 1980s. This has been further accentu-

ated as both employers and government disclaim any responsibility and blame external ‘historical forces’ of globalization and neo-liberalization as the cause of workers’ troubles.

In so doing, many workers have come to believe that the locus of causation for the consequences of economic restructuring is to be found in those international waves of neo-liberalism and globalization and therefore transcending their capacity to collectively resist what is seemingly inevitable. Because of this workers’ feelings of political efficacy have been shaken as they either come to believe that neo-liberalization and globalization are unavoidable historical processes and/or that their plight is the result their own failure to prepare themselves for the demands of these new times by not having taken advantage of scarce educational opportunities in previous years. In either case, workers come to attribute the causes for today’s troubles and uncertainties to remote processes beyond their control and/or on their inadequacies.

This has lead to feelings of suffering (Dejours, 1999) and discontent without a clearly defined sentiment of injustice. Denied the certainties of class relations that the experiences of the 1980s gave them, induced to condone injustice and separate social and economic interests from political adversity, today Brazilian workers find that the parameters of solidarity are unclear, the options for collective resistance apparently ineffective and the social movements and union organizations which provided their leader and strategies in the past are now wanting and often in a state of disarray while tacitly accepting the interpretations for the current state of affairs as being the result of “historical or global” forces which transcend them. In the absence of proposals for viable collective alternatives, workers have opted to seek individual and/or group solutions to protect themselves from the threats from economic change. As short term union solutions give way to the onslaught of invigorated and deliberate capitalists’ strategies to open markets, weaken unions and reduced entitlements, one finds a striking passivity among a working class that only a few years ago promised to become Latin America’s modern labor movement. This collective passivity in the face of the seemingly lack of collective alternatives reflects profound changes in the political consciousness of Brazilian workers.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, M. H. T. (1994) O Significado do Sindicalismo na Área Pública: uma visão política. In: *Sindicalismo no Setor Público Paulista*. São Paulo: FUNDAP – Fundação para o Desenvolvimento Administrativo.
- BARRINGTON MOORE, Jr. (1978) *Injustice: The Social Bases of Obedience and Revolt* (New York: Random House).
- CAMINO, L., TORRES, A.R. e DA COSTA, J.B. (1995) - Voto, Identificación Partidaria, Identidad Social y Construcción de la Ciudadanía. Em: D'Adamo, O., Beaudoux, V.G. e Montero, M. (Orgs.). *Psicología de La Acción Política*. Buenos Aires, Paidós, Capítulo 7, pp. 129-142
- CAMINO L; SILVA, E. A. e SOUZA, S.M. (1998) - Primeiros Passos para a Elaboração de um Modelo Psicossociológico do Comportamento Eleitoral: Estudo dos eleitores de João Pessoa na campanha de 1992. *Estudos em Psicologia*. 3(1), 7-32.
- DEJOURS, C. (1999) *A Banalização da Injustiça* Social Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora.
- GAMSON,W. (1992) The Social Psychology of Collective Action. In: Aldon D. Morris & Carol McClung Mueller (eds.) *Frontiers in Social Movement Theory* New Haven: Yale University Press.
- GOUVEIA R., FRANÇA, D., DA COSTA, J.B. e CAMINO, L. - (1997) O Papel das Crenças Políticas no Comportamento dos Eleitores de João Pessoa em 1992 e 1994. Em: Camino, L., Lhullier, L. e Sandoval, S. (Orgs.). *Estudos do Comportamento Político: Teoria e Pesquisa*. Florianópolis. Letras Contemporâneas. pp. 107-125.
- HARDIN, R. (1995) *One for All: The Logic of Group Conflict* Princeton, NJ: Princeton University Press.
- HEWSTONE, M. (1989) Causal Attribution: From Cognitive Processes to Collective Beliefs London: Basil Blackwell.
- HOGG, M. A. & ABRAMS, D. (1990) *Social Identifications: A Social Psychology of Inter-Group Relations and Group Process*. London: Routledge
- JENKINS, R. (1996) *Social Identity* London: Routledge
- KLANDERMANS, B. (1992) Mobilization and Participation: Social Psychological Expansion of the Resource Mobilization Theory *American Sociological Review* n° 49 pp. 583-600.
- MATTOSO, J. (1999) O Brasil Desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.
- MELUCCI, A. (1996) *Challenging Codes: Collective Action in the Information Age* Cambridge: Cambridge University Press
- NOGUEIRA, A. (1999) Novo Sindicalismo no Setor Público In: Jacome, I. (ed.) O Novo Sindicalismo vinte anos depois. Petrópolis: Vozes.
- OLSON, M. (1965) *The Logic of Collective Action* Cambridge Mass: Harvard University Press.

SANDOVAL, S. (1993) Social Change and Labor Unrest in Brazil since 1945. Boulder: Westview Press.

SILVA, C (1999) Polos Industriais empregam 45,9% menos. O Estado de São Paulo (nov. 8).

SNOW, D. & MCADAM, D. (2000) Identity Work Processes in the Context of Social Movements: Clarifying the Identity/Movement Nexus". In: Sheldon Stryker, Timothy J. Owens and Robert W. White (eds.) *Self, Identity and Social Movements* (Minneapolis: University of Minnesota Press.

STRYKER, S. et all. (2000) (eds.) *Self, Identity and Social Movements* Minneapolis: University of Minnesota Press

TAJFEL, H. (1985) *Human Groups and Social Categories* Cambridge University Press

• *Recebido para publicação novembro de 2000*